

REGIANI ZORNETTA

# **A Esquerda no labirinto: processo de americanização dos sindicatos e o surgimento da nova esquerda no Brasil**



ARARAQUARA – S.P.

2018

REGIANI ZORNETTA

**A Esquerda no labirinto: processo de americanização dos sindicatos e o surgimento da nova esquerda no Brasil**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais**

**Orientador: Prof<sup>o</sup> Livre Docente Maria Orlanda Pinassi**

**Bolsa: CAPES- CNPq**

ARARAQUARA – S.P.

2018

Zornetta, Regiani

A Esquerda no labirinto: processo de  
americanização dos sindicatos e o surgimento da nova  
esquerda no Brasil / Regiani Zornetta – 2018  
231 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Maria Orlanda Pinassi

1. Nova Esquerda. 2. Partido dos Trabalhadores (PT).  
3. Sindicato. 4. Americanização. 5. Contrarrevolução.  
I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

REGIANI ZORNETTA

**A Esquerda no labirinto: processo de americanização dos sindicatos e o surgimento da nova esquerda no Brasil**

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais**

**Orientador: Profª Livre Docente Maria Orlanda Pinassi**

**Bolsa: CAPES- CNPq**

Data da qualificação: 09/03/2018

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

Profª Livre Docente Maria Orlanda Pinassi – Faculdade de Ciência e Letras- UNESP/Araraquara  
**Presidente e Orientadora**

Profº Drº Fabio Luis Barbosa dos Santos – Universidade Federal de São Paulo – Unifesp/Osasco  
**Membro Titular**

Profª Drª Fátima Aparecida Cabral – Faculdade de Filosofia e Ciências- UNESP/ Marília  
**Membro Titular**

Profº Drº Frederico Daia Firmiano - Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/ Passos  
**Membro Titular**

Profª Drª Terezinha Ferrari – Centro Universitário Fundação Santo André  
**Membro Titular**

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras - FCLAR  
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus pais Anisio (*in memoriam*) e Aparecida.

A Maria Antonia, minha primogênita querida.

## **Agradecimentos**

Agradeço inicialmente ao meu pai amado e saudoso Anisio Zornetta, pelos anos de esforços e sacrifícios que me permitiram não só trilhar o caminho da busca pelo conhecimento, como também, possibilitaram-me compreender todas as dimensões humanas do verdadeiro amor e dedicação ao próximo. A minha mãe Aparecida Cristina Zornetta e as minhas irmãs, Viviani e Glauce, que mesmo fisicamente distantes nesta jornada, prestaram seu incentivo e dedicação, igualmente intenso, ao longo dos anos. Agradeço ao meu amigo e cunhado Carlos Cesar Almendra, pelo companheirismo e pela leitura das várias versões da tese e à minha grande amiga (e eterna professora) Terezinha Ferrari, que me ajudou fazer nascer esse trabalho e muito contribuiu para o meu desenvolvimento humano e como pesquisadora. A Fabiana Zilocchi Marcondes pelo excelente trabalho de correção e revisão dos rascunhos desta tese. Devo, ainda, um agradecimento aos amigos e companheiros de trabalho, Beatriz Sumaya Malavasi Haddad (Bia), Jéssica Félix Nicácio Martinez e Rafael Alves de Sousa Barberino Rodrigues, pelas longas conversas e reflexões sobre as decepções e alegrias da vida, da música e a da literatura.

A Maria Orlanda Pinassi meu sincero agradecimento por ter aceitado orientar este trabalho, e tê-lo feito com enorme generosidade intelectual. Sua generosidade, criatividade e a sofisticação intelectual de suas análises contribuíram de forma decisiva para minha formação.

Agradeço, ainda, a CAPES pelo financiamento desta pesquisa entre os anos de 2014 e 2018 e a todos os funcionários da UNESP, Campus de Araraquara.

Aos professores, que gentilmente aceitaram participar da minha banca, Fabio Luis Barbosa dos Santos, Fátima Aparecida Cabral e Frederico Daia Firmiano, e mais uma vez, Terezinha Ferrari. À professora Silvia Beatriz Adoue que participou de minha banca de qualificação, contribuindo decisivamente com suas sempre ponderadas sugestões. A presença de todos muito me honrou.

Finalmente, devo um agradecimento especial a Marcia Aparecida Bueno Caldo, que além das leituras, observações, sugestões realizadas ao longo destes anos, sem as quais esta pesquisa não poderia ter sido realizada, ofereceu-me companhia e cumplicidade. Sua dedicação, compreensão e paciência foram fundamentais durante todo o período que me encontrei absorva pelo trabalho.

Agradeço imensamente a Maria Antônia (*in memoriam*), Anita Leocádia, Eulália Rosa, Catharina Francisca, Mafalda Augusta, Janis Joplin e Menino Fidel, que, simplesmente, fazem-me rir.

*A questão do socialismo se apresenta no século XXI tanto como a necessidade de uma avaliação crítica do passado quanto como o desafio inevitável de identificar as exigências fundamentais que devem ser incorporadas às estratégias de mudança radical visada. Isso deve ser realizado nas condições em que a urgência de contrapor-se às contínuas tendências destrutivas de desenvolvimento só pode ser negada pelos piores apologistas da ordem sociometabólica estabelecida.*

István Mészáros. O desafio e o fardo do tempo histórico.

*Não repetistes com frequência: quero torna-los livres [...], mas saiba que nunca os homens se acreditaram tão livres como agora e, no entanto, eles depositaram sua liberdade humildemente aos nossos pés.*

Fiodor Dostoiévski. Os irmãos Karamázov

## Resumo

Os acontecimentos narrados neste texto revelam um aspecto importante da luta de classes no Brasil e no mundo. Eles fizeram parte de um projeto histórico posto em prática pela concretude das relações sociais do capitalismo no mundo e que visavam ampliar a dominação estadunidense nos países da periferia do sistema capitalista entre os anos de 1950-80, particularmente na América Latina. Iniciada ainda nos anos de 1950, os objetivos dessa ação consistiam em combater o avanço do comunismo no continente latino americano; enfatizar o papel social do capital, negando a existência de antagonismos de classe; promover o desenvolvimento de um modelo de “sindicalismo democrático” e acelerar a criação de uma política cultural baseada na expansão da capa cidade institucional dos sistemas de produção intelectual, científica e acadêmica dos países atendidos. Esta tese pretende, então, investigar de modo crítico os resultados produzidos por essas ações nas práticas e na identidade ideológica das nossas classes subalternas brasileiras e, ao mesmo tempo, compreender se essas ações tiveram alguma vinculação com o desenvolvimento do que chamaremos de uma Nova Esquerda no Brasil.

**Palavras-Chaves:** nova esquerda; Partido dos Trabalhadores (PT), sindicato; americanização; contrarrevolução.

## **Abstract**

The events narrated in this text reveal an important aspect of the class struggle in Brazil and in the world. They were part of a historic project put into practice by the concreteness of the social relations of capitalism in the world and that aimed for broadening US domination in the countries of the periphery of the capitalist system between in the periphery countries of the capitalist system between the 1950s and 1980s, particularly in Latin America. Initiated in the 1950s, The main objectives of this action, begun in the 1950s, were: to striving against unleash a struggle against the advance of communism in Latin American continent; emphasizing the social role of capital; denying the existence of class antagonisms; to promotinge the development of a model of "democratic syndicalism" and to acceleratinge the creation of a cultural policy based on the expansion of the institutional capacity of the intellectual, scientific and academic production systems of the peripheral countries served. This thesis intends to investigate critically the results of these actions in the practices and in the ideological identity of the Brazilian subaltern classes, and at the same time to understand if these actions had some connection with the development of what we will call a New Left in Brazil.

**Keywords:** new left; Party of Workers (PT), union; Americanization; counterrevolution.

## Sumário

Introdução	13
I. Luta de classes e modernização conservadora no Brasil contemporâneo: a Nova Esquerda Petista	21
1. A nova esquerda brasileira e a arte de administrar o existente: o PT e “a pequena política”	24
2. O modo petista de regulação do conflito social: a construção do consentimento passivo brasileiro	34
3. O <i>novo sindicalismo</i> cutista e a concertação social: a centralidade da defesa da democracia	39
II. Luta de classes e modernização conservadora no capitalismo tardio: <i>americanização</i> da esquerda e a crise da ofensiva socialista	53
1. As crises do final do século XX e o surgimento da <i>nova esquerda</i> mundial	56
2. Culturalismo, pós-modernidade e <i>americanização</i> da esquerda: a Guerra Fria cultural e os Centros de pesquisa.	69
3. O desenvolvimento da <i>nova esquerda</i> brasileira e o início do labirinto	85
4. A nova esquerda no labirinto das ideias	101
III. Tentativa de <i>americanização</i> do sindicalismo no Brasil: a história e sua longa duração.	110
1. A construção da hegemonia estadunidense: breves apontamentos históricos	112
2. A reconstrução da Europa no pós-guerra e busca pela universalização do <i>American Way of Life</i>	121
3. A Teoria da Modernização e a Aliança para o Progresso: a luta pela hegemonia estadunidense na América Latina e o “medo” do comunismo	131
4. A revolução passiva e o papel da Ciência e da Teologia na <i>americanização</i> da via colonial.	146
5. O internacionalismo trabalhista: o envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros	154
6. O envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros no contexto da Aliança para o Progresso	160
7. O IADESIL e o <i>sindicalismo autêntico</i>	170

IV. A nova esquerda brasileira no labirinto: a americanização da via colonial e a contrarrevolução petista (conclusões aproximativas)	184
Referências bibliográficas	217

## Introdução

Para muitos, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, foi um grande acontecimento histórico para a esquerda em todo mundo. Quando, dali a nove anos, o mundo soviético viria a ruir e a socialdemocracia europeia se renderia ao neoliberalismo da “Terceira Via”, para muitos militantes e estudiosos da esquerda na América Latina, seria a experiência petista/cutista que serviria como contraponto e resistência dentro de um mundo cada vez mais alinhado em direção ao livre-mercado global.

Tais estudiosos celebravam o partido e a central como duas organizações diferenciadas porque elas nasciam da síntese política entre os movimentos grevistas de 1978-80 no ABC paulista (articulado “surpreendentemente” sob as barbas da ditadura) e a série de novos atores sociais que emergiam no Brasil em decorrência das lutas populares urbanas de meados dos anos 70.

Concentrados no ABC paulista, mas espalhado por todo o país o PT e a CUT eram promessas, para muitos militantes e intelectuais, de um partido de massa e de uma central sindical dirigida pelos próprios operários, num movimento que contrariaria grande parte dos preceitos bolchevistas do “partido de vanguarda” que grassaram na história da esquerda pós-1917. Considerando-os como “um raio num dia de céu azul”, ou como uma novidade, produto de uma síntese avançada e superadora das velhas formas de luta, muitos os entenderam como consequência de uma curta duração histórica, na qual as greves operárias de 1978-80 no ABC paulista foram fundamentais. Mais do que isso, o PT e a CUT foram considerados a mais importante síntese política da história do país porque eram tidos como expressão de novos sujeitos coletivos, que produziram uma reelaboração dos laços de identidade de classe. A partir dessa visão, afirma Eurelino Coelho (2008),

Se a história da classe trabalhadora é, como ensinou Thompson, a própria história do seu fazer-se através da experiência, aquele contexto abriu enormes espaços para as experiências de classe. De modo semelhante ao campesinato francês do século XIX analisado por Marx, também os trabalhadores brasileiros são e não são uma classe – o que é um modo de dizer que a classe está, em cada momento histórico, tensionada por fatores que pressionam pela sua construção e, simultaneamente, por outros que, sendo também decorrentes da condição de classe, dificultam sua emergência como sujeito coletivo ativo. Na medida em que estão submetidos à exploração do trabalho pelo capital e compartilham coletivamente as dimensões da vida social decorrentes desta determinação, são uma classe. Mas na medida em que, sob certas circunstâncias, permanecem atomizados,

sem estabelecer vínculos de unificação das suas lutas e sem constituírem um sujeito coletivo, nesta medida não são uma classe. Aquele foi um contexto em que, na classe trabalhadora, iniciou-se um movimento de unificação e organização política nacional, isto é, uma trajetória na qual ela tornava-se classe, neste segundo critério de Marx. (COELHO, 2005, p. 46-47, grifos nosso)

De acordo com essa concepção, as grandes lutas sociais de final dos anos 1970 e início dos 80 desencadearam no Brasil processos que permitiram a formação de sujeitos através de dois dos seus efeitos principais: a demarcação do campo de posições do adversário (e a visualização de quais sujeitos ocupavam aquelas posições) e, simultaneamente, o estabelecimento de vínculos de solidariedade e cumplicidade vistos, nesta concepção, como dimensão crucial da experiência para o processo de construção de sentido por parte dos sujeitos.

O novo sujeito, que emergia da experiência das lutas urbanas desse contexto, reconhecia a si mesmo como classe trabalhadora e sublinhava esta identidade ao apresentar-se na cena pública. A percepção dos conflitos em que estavam inseridos era orientada por este princípio demarcatório: adversários e aliados eram distribuídos ao longo da linha que demarca a luta de trabalhadores contra patrões, ou contra o governo dos patrões. Ou seja, a construção de uma nova organização política e sindical se tornava inevitável.

Deste modo, muitos consideravam o PT/CUT como uma organização política diferenciada por ter nascido da síntese das lutas desencadeadas no ABC paulista e por ser fruto direto de uma classe, localizada no centro estratégico do processo de valorização do valor, que se colocou em confronto com o capital por motivos imediatos e pontuais (ritmo de trabalho, condições de trabalho, salários, direitos de organização etc.) e depois deu o “salto” no sentido de buscar uma representação política que permitisse intervir no cenário nacional unificando a ação de algo muito além de sua situação particular e imediata de classe, convertendo-se no polo aglutinador de diferentes setores de classe e segmentos sociais diversos que “se unificaram na luta contra a ditadura militar e pela democratização com um corte inicialmente classista e anticapitalista”. (IASI, 2006, p. 361)

Como afirmou José Dirceu, nas comemorações de vinte anos do partido, o PT era “uma resposta a todos os nossos sonhos de um partido popular, formado por trabalhadores, democráticos, pluralista e de luta, um partido para mudar a política brasileira”.

Anos mais tarde, quando o PT assumiu a Presidência da República por meio da eleição de Luiz Inácio da Silva (o Lula), uma gama muito grande desses mesmos militantes e

intelectuais passa a afirmar que o partido que chegava ao governo em 2003 não era mais o mesmo fundado há mais de vinte anos, mas sim algo muito transformado.

Para autores como Eurelino Coelho, tal *transformismo* petista/cutista devia-se, em grande medida, à crise do marxismo que atingiu a esquerda mundial a partir das últimas três décadas do século XX, produzindo seus efeitos com mais força no Brasil a partir dos anos 1990. Para ele, a história dessa organização, a partir desse período, foi marcada por uma profunda reviravolta teórica e programática, uma mudança radical e em todas as dimensões no conteúdo do seu projeto político: conceitos, perspectivas de análise, propostas de atuação, formas de organização, práticas, sujeitos sociais a quem se dirige. “Certamente é mais adequado dizer que um novo projeto político tomou o lugar do anterior, que foi abandonado pela esquerda. Tal projeto político abandonado foi o marxismo”. (COELHO, 2005, p. 15)

Mas ainda haveria outros elementos importantes para o *transformismo* do partido e da central sindical. Aqui podemos tão somente indicá-las: 1) a proliferação do neoliberalismo na América Latina e sua ofensiva sobre os trabalhadores; 2) o desmoronamento do “socialismo real” e a prevalência equivocada da tese que propugnava a vitória do capitalismo e 3) a social-democratização de parcela substancial da esquerda e sua aproximação à agenda social-liberal.

Todos esses elementos, somados a um processo genericamente chamado de “reestruturação produtiva”, teriam levado a esquerda petista/cutista do movimento de negação de classe para o de consentimento de classe.

Entende-se por *transformismo*, no sentido gramsciano, o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas. Tal movimento consiste em atrair para o campo político dominante os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política. Desse modo, permite-se a conservação da ordem numa qualidade superior, pois as contradições sociais e a luta entre as classes não desdobram no plano da luta política e ideológica, ficando como que “congeladas” no plano político (GRAMSCI, 2002, p. 63).

Para Gramsci, geralmente, o Estado tem um papel importante nos movimentos transformistas, pois sua força social e sua enorme capacidade de cooptação são utilizadas para atrair os intelectuais orgânicos oponentes e integrá-los ao sistema de dominação.

Pode-se considerar *transformismo*, igualmente, o processo histórico-social no qual os conflitos políticos são “domesticados” por meio de uma série de mecanismos e procedimentos que o legalizam, ao mesmo tempo em que o enquadram dentro de determinados limites.

Tais processos realmente ocorreram durante os governos petistas. Assistimos, durante os últimos anos, a trajetória de um partido oriundo das classes populares que conferiu ao programa neoliberal e aos interesses do grande capital a ele associados uma legitimidade não vista desde meados dos anos 90. Mais do que isto, conferiu ao neoliberalismo uma estabilidade política tão sólida que o transformou no único projeto político a pautar efetivamente o debate político no Brasil. Esta situação nos permite afirmar que, com os governos petistas, a hegemonia neoliberal pareceu atingir uma qualidade superior, combinando a aplicação de uma política econômica favorável ao grande capital com políticas sociais compensatórias que conferiram à Lula e Dilma, durante certo período, enorme apoio popular, além de cooptar grande parte dos movimentos sociais e suas organizações promovendo um claro processo de transformismo.

Porém, acredita-se que tal *transformismo* do PT e da CUT não deve ser concebido como um processo recente e nem, tampouco, iniciou-se em decorrência da ascensão do partido à presidência da República, ou após a implantação da ofensiva neoliberal sobre o mundo e sobre os trabalhadores.

O que o leitor tem nas mãos, então, é o resultado de uma pesquisa na qual se procurou demonstrar que esse processo foi desencadeado por uma longa duração histórica, possuindo raízes muito mais profundas do que as assinaladas por autores como Eurelino Coelho, o que não significa afirmar que os aspectos da crise do marxismo; da ascensão do neoliberalismo; da falência do “socialismo real” e da reestruturação produtiva não serão considerados nesse trabalho como momentos importantes do *transformismo* da esquerda petista/cutista.

Sabemos que a história da CUT e do PT é repleta de riquezas e nuances; que história de um partido e de uma organização sindical, também é a “narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se forma o seu programa e sua concepção do mundo e da vida” (GRAMSCI, 2000, p. 87). Há uma variedade enorme de trabalhos no Brasil que procuram discutir a história da fundação do PT e da CUT e de suas tendências internas, assim como suas polêmicas ideológicas e seus rachas mais significativos. Esta narrativa, apesar de importante para a compreensão das orientações político-ideológicas que marcam as duas agremiações não será o foco central desta tese. Trabalhar-se-á com um quadro um pouco mais abrangente.

Busca-se neste trabalho, na verdade, elucidar a história do que chamaremos de uma *nova esquerda* no Brasil como amálgama de uma longa conjuntura histórica na qual se misturaram processos de curta duração com concretudes de longa duração; no qual processos

como a crise do milagre brasileiro e as Greves do ABC se somam aos programas de “modernização” da América Latina desencadeada pela classe dominante estadunidense em meados dos anos de 1950 e ao processo de contrarrevolução que visava desarticular o espectro comunista espalhado pelos países latino-americanos no período do pós-guerra.

Conforme estudos realizados entre os anos de 2014 e 2015, período no qual levantava material para melhor compreender a *nova esquerda* brasileira, deparei-me com uma série de artigos, teses e livros que tratavam de intervenções financiadas pelos Estados Unidos e algumas organizações da sociedade civil no combate ao movimento operário comunista e trabalhista no Brasil no largo período que se estendeu dos anos de 1950 até meados de 1980. Tais ações tinham por objetivo desenvolver projetos sociais e educativos na área do mundo do trabalho, incluindo os programas de intercâmbio para os Estados Unidos, como estratégias para implantação do chamado sindicalismo “livre e democrático” e a contenção do comunismo na América Latina. Buscava-se, então, produzir um processo de *americanização* dos sindicalismos latino-americanos com o objetivo de promover uma espécie de *americanismo-fordismo de via colonial*, conceito este que desenvolveremos no capítulo conclusivo deste trabalho.

Ao se estudar mais de perto essas intervenções busca-se demonstrar nesta tese que elas não foram apenas um fenômeno histórico inócuo e isolado, mas fizeram parte de um conjunto histórico maior, no qual foram somadas várias concretudes fundamentais para entendermos a atual conformação do PT e da CUT, dentre as quais destacaremos: o desenvolvimento de uma *nova esquerda* mundial, a ascensão de um *sindicalismo autêntico* no Brasil ao final dos anos 1970, o financiamento de uma série de pesquisas que acabaram por decretar a falência da luta de classes e da revolução socialista e o amadurecimento de um processo de *americanização* das lutas sociais no mundo e no Brasil.

Procura-se demonstrar, ao longo dos quatro capítulos que compõem este texto, que entender o desenvolvimento da *nova esquerda* brasileira como um produto da história leva-nos a lidar, simultaneamente, com fatos que nos permitem descrever tanto o “superficial” como o “profundo” na cena histórica. Leva-nos a entender as alterações da sociedade e das superestruturas políticas, jurídicas, artísticas, científicas, religiosas etc., em conjunto, tanto em seu significado para os agentes (na esfera da consciência social e do pensamento inteligente) como em seus dinamismos históricos estruturais, que conformam o presente, mas também geram o futuro.

Inegavelmente, segundo Karel Kosic (1995), o mundo fenomênico (objeto do conhecimento) se apresenta ao ser humano (sujeito do conhecimento) de forma dada e

imediate. Isso significa que os seres humanos se relacionam com o mundo a partir de sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento se constrói a “imediate intuição prática” da realidade. Assim, no “trato prático-utilitário das coisas” (pseudo-concreta), os seres humanos criam suas próprias representações do mundo (relações sociais, históricas etc.), e elaboram um sistema correlativo – ou seja, também como identidade prática e imediata – de noções que captam, e fixam de forma intuitiva o aspecto fenomênico do real, ou, dito de outro modo, a realidade tal como eles a observam e – apenas – a intuem. Deste modo, as formas fenomênicas de manifestação do real não correspondem à “lei do fenômeno” propriamente, sendo, muitas vezes, contraditórias – as primeiras em relação à segunda. Isso significa que a análise de um determinado fenômeno que leve em consideração sua forma essencial de existência, – ou seja, seus nexos constitutivos em suas inter-relações – que busque capturar sua imanência, as “leis” que regem seu movimento, pode nos apontar a contradição entre a manifestação fenomênica de um dado do real e sua imanência essencial. Trata-se, portanto, da relação entre essência e aparência dos fenômenos.

Deste modo, para não ficarmos presos a “imediateidade pseudo-concreta” dos fenômenos, optamos por partir da exposição do fenômeno (ou de sua superfície) para, por meio dela, prospectar as profundezas da estrutura, daquele conjunto articulado de relações sociais historicamente definidas, no qual vários processos históricos foram desencadeados.

Assim, dedica-se o *Capítulo I* deste trabalho à caracterização dos anos da gestão petista a frente do Estado Brasileiro com o objetivo de demonstrar porque o PT e a CUT podem ser considerados, na atualidade, o braço esquerdo do capital. Buscou-se produzir, neste capítulo, uma breve análise sobre a trajetória do que chamaremos aqui de a *nova esquerda* brasileira durante os anos 2000 (em alusão à *nova esquerda* desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos em final dos anos 1950 e início dos 60). Tal análise nos auxiliou a testemunhar que tal trajetória aprofundou a perda de sentido do movimento da classe trabalhadora no Brasil e limitou a ação politicamente motivada dos trabalhadores do campo e da cidade às regras da “legislação parlamentar de representação” e ao jogo das “sociedades democráticas”.

Entendendo que tal exposição do fenômeno apenas revelaria a “ponta do *iceberg*”, procurou-se no *Capítulo II* analisar as raízes sociais e ideológicas que permitiram à *nova esquerda* petista/cutista, incentivar e fomentar políticas de assistência social costuradas, cada vez mais, por projetos de empreendedorismo urbano, por programas de promoção da “cultura do povo”, por políticas participativas mediadas pela presença marcante de organizações neo e não governamentais e por programas sociais de valorização da cidadania civil. Enfatiza-se,

neste segundo capítulo, que tais programas sintetizam uma visão ideológica e política desenvolvida ao longo dos anos 1960 e que tem raízes profundas associadas às crises do final do século XX, ao desenvolvimento das teorias pós-modernas e ao processo conhecido como Guerra Fria cultural. Procuramos expor neste capítulo uma aproximação bastante significativa entre as ideologias do que chamamos de uma *nova esquerda* americanizada, desenvolvida nos e as ideias que embasaram o desenvolvimento do PT e da CUT, sobretudo daquelas que faziam parte do imaginário de suas correntes majoritárias, em especial a *Articulação* e a *Democracia Radical*, ambas no interior do PT, e a tendência *Articulação Sindical* no interior da CUT.

A opção em demonstrar essa aproximação não deve ser entendida como um ponto de partida metodológico do trabalho, mas sim como uma determinação ontológica do objeto, uma vez que, ao analisarmos as características ideológicas da *nova esquerda* desenvolvida em meados dos anos 1960, encontramos várias proximidades com a visão de mundo dos grupos políticos que comporiam as correntes majoritárias da CUT e do PT.

Tal aproximação ideológica entre essas organizações de esquerda, aparentemente tão diferentes, nos leva ao *Capítulo III*, onde buscamos desvendar mais uma camada histórica que o tempo ajudou a sedimentar. Procurou-se analisar nele, o envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros com o objetivo de compreender até que ponto tal relação ganhou relevo e auxiliou na construção de determinadas circunstâncias que, no encontro com outras, mais tarde sedimentariam o caminho para o desenvolvimento de um *novo tipo de sindicalismo*, chamado de *autêntico* e de uma *nova esquerda* no Brasil. O tema proposto neste capítulo coloca certas dificuldades metodológicas que vale a pena explicitar. Uma vez que existe uma bibliografia bastante variada e vasta sobre o envolvimento das agências estatais e privadas estadunidense com os sindicatos em todo o mundo, optou-se nesta tese pela utilização de bibliografias sobre o Brasil ou que tivessem alguma relação com o processo nacional, o que limitou o trabalho a bibliografias em português ou em espanhol.

Nesse terceiro capítulo buscou-se: a) decifrar o papel do sindicalismo estadunidense em grande parte da América Latina durante os anos de 1960-70 e 80, por meio das atividades realizadas pelo *Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre* (IADESIL) e do *Instituto Cultural do Trabalho* (ICT), entidades financiadas pelo governo estadunidense, pela *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) e grandes corporações norte-americanas e b) demonstrar que tais ações tiveram um impacto importante no desenvolvimento de um modelo de “sindicalismo democrático” no Brasil, que ficou conhecido como *sindicalismo autêntico*. Foi desse grupo de sindicalistas

considerados autênticos que emergiram lideranças, sobretudo em São Bernardo do Campo, como as de Lula. É nesse momento que o universal retorna ao particular em nosso trabalho, ou seja, que as profundezas do fenômeno revelam todas as dimensões da superfície.

Procurando, então, retornar ao presente depois de ter analisado o passado que nos trouxe até aqui, elaborou-se no *Capítulo IV* desta tese uma espécie de síntese conclusiva na qual analisamos o processo de *americanização* dos sindicatos brasileiros à luz da particularidade de nosso desenvolvimento e o papel da *nova esquerda* petista no aprofundamento do processo de *contrarrevolução* permanente que marca ontologicamente o nosso padrão de dominação. Nesse capítulo se realizará uma incursão sobre o conceito de americanismo-fordismo de via colonial, com o objetivo de, por meio dele, compreender a particularidade do processo de americanização realizado no Brasil e o vínculo estabelecido entre a *nova esquerda* petista/cutista e um tipo de consentimento no qual as classes subalternas brasileiras foram “convidadas” a cooperar com o capital, não por meio da força e sim por meio do *transformismo* como modalidade de desenvolvimento histórico.

## I- Luta de classes e modernização conservadora no Brasil contemporâneo: a *Nova Esquerda Petista*.

“[...] em São Bernardo do Campo, na cidade mais rica do país, sede da indústria automobilística nacional, o trabalhador metalúrgico vive em favelas. Esta é uma situação que nós somente suportamos porque confiamos no Brasil. Mas, eu digo que é chegado o momento de exigir. Até agora, só é destinado ao trabalhador produzir. Onde está a democracia? E é por isso que essa nova diretoria vai lutar [...]. Cheguei, lamentavelmente, à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física até a última gota de suor. *Por isso está na hora de deixarmos o diálogo de lado e partir para a exigência, sem medo de nada* [...]. *Eles só negociarão no dia em que as máquinas pararem*”. (Discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva como diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em fevereiro de 1978, grifo nosso)<sup>1</sup>

“No sindicalismo de conflito, o patrão era que resolvia tudo, agora não. A Comissão de Fábrica e o Sindicato reconhecem o processo de terceirização. A reestruturação produtiva não pode mais ser analisada a partir do discurso ideológico. O que é que está colocado na fábrica? Hoje as empresas chamam as comissões de fábrica para discutir reestruturação, terceirização, inovações tecnológicas. A situação [das fábricas] não se resolve assim com discurso ideológico do sindicato [...] porque o sindicato não pode continuar naquela de negar tudo, não pode continuar sendo um sindicato de contestação. O sindicato só de contestação, ideológico, não resolve nada”. (Depoimento de Osvaldo Martines Bargas, ex-dirigente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC entre os anos de 1981 e 1994, dado a José de Lima Soares em 1994)<sup>2</sup>

“Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras [...]. ‘Mudança’: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...] Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro”. (Discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República em 1º de janeiro de 2003. Grifos nosso)<sup>3</sup>

\*\*\*

<sup>1</sup> <http://www.abcdeluta.org.br>. Acesso em 17/07/2017.

<sup>2</sup> SOARES, Lima José. *Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria*. Brasília-DF: Centro de Educação e Documentação Popular, 1998, p. 143.

<sup>3</sup> <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-lo-mandato/view>. Acesso em 17/07/2017.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Presidente da República, em outubro de 2002, possuiu um caráter simbólico inegável: depois de pouco mais de 500 anos de história, precisamente 113 anos de organização republicana, um representante oriundo da classe trabalhadora alcançou o cargo mais importante da estrutura política do Brasil.

A trajetória pessoal de Lula o transformou naquilo que podemos identificar como a síntese da miséria material brasileira. Filho de pequenos agricultores do sertão nordestino, migrou com a família para fugir do flagelo da seca e da fome, tão presentes na história do país. Seu destino, como o de tantos outros, foi a cidade grande, espaço geográfico identificado à época como o único lugar possível para se alcançar a sobrevivência e a dignidade mínima através das oportunidades de trabalho oferecidas e da promessa de uma vida melhor. Em São Paulo, o jovem retirante nordestino encontrou a formação necessária que o inseriu nas frações do proletariado industrial, posição que o alçaria ao cenário político brasileiro e, anos mais tarde, ao posto máximo da nação. Em sua história estão impressas algumas das principais marcas da exploração que o capitalismo brasileiro produziu no século XX. Nordestino de origem paupérrima, retirante e operário, tais condições que expressam o perfil do proletariado nacional, sobretudo a partir da década de 1950, resultado direto das transformações capitalistas observadas na particularidade brasileira. Eis a síntese que lhe permitiu uma identificação direta com as camadas mais pobres da população do país.

O principal slogan da campanha que o levou à presidência frisava a necessidade de “a esperança vencer o medo”. Referência direta à nova postura adotada pela versão “lulinha paz e amor”, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) pretendia se desvencilhar de sua imagem do passado como um líder sindical intransigente e, portanto, pouco afeito ao diálogo. Na verdade, tratava-se de conquistar a confiança de parcelas significativas do eleitorado brasileiro – inclusive de frações do proletariado – que lhe haviam negado, em três ocasiões (1989, 1994 e 1998), a oportunidade de governar o país.

Mais do que mero discurso eleitoral, no entanto, a nova postura da ala majoritária do PT, liderada por Lula, apontava para possíveis transformações ocorridas no interior do principal partido na esquerda brasileira, surgido no pós-1964, além de possibilitar a acentuação de um processo de contrarreforma que visava à supressão radical daquilo que Marx caracterizou de “vitórias da economia política do trabalho” por meio de uma restauração plena da economia política do capital.

Apesar do visível alinhamento do grupo de Lula ao capital, para uma parcela importante da intelectualidade de esquerda brasileira e latino-americana, a eleição do ex-líder metalúrgico ao cargo de presidente da República representava, entretanto, a possibilidade de

uma profunda ruptura com o modelo neoliberal de desenvolvimento. Para intelectuais como Marilena Chauí (2013), a vitória eleitoral do PT em 2003 não só possibilitou o fim do neoliberalismo no país como permitiu a introdução de um modelo de desenvolvimento cujas prioridades foram: o combate à fome; a recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia); programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza; uma política econômica de garantia do emprego e elevação do salário-mínimo, bem como uma articulação entre esses programas e os primeiros passos de uma reforma agrária que permitiria às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos. (CHAUÍ, 2013, p. 123)

Segundo autores como Emir Sader (2013), a eleição do PT ao governo federal possibilitou profundas mudanças na sociedade brasileira, “e para melhor, muito melhor”, tirando o país do “modelo dominante neoliberal em escala global” e nos colocando na “contramão das tendências mundiais, a partir de um modelo de desenvolvimento pós-neoliberal<sup>4</sup>” (SADER, 2013, p. 142). Tratava-se, então, não apenas da vitória da classe trabalhadora brasileira sobre um tipo de sociedade fundada no poder do dinheiro, mas do acesso dos trabalhadores (“pela primeira vez na história” – para parafrasear Lula) aos direitos sociais e ao consumo de massa.

Ao sair do universo meramente teórico-conceitual desenvolvido por Sader e Chauí, ambos, intelectuais militantes do PT, e ao deparar-se com a concretude histórica real dificilmente podemos sustentar a ideia de que o PT promoveu uma “profunda revolução social no Brasil”. Após quase 15 anos de governos petistas não há quem não reconheça que o Brasil é, na verdade, uma sociedade “cada vez mais violenta; com mais crime organizado; [...] mais dependente de produtos primários; [...] mais exploradora do trabalho; [...] mais vulnerável ao capital financeiro; mais embrutecida; mais consumista; mais alienada [...]” (SANTOS, 2017, p. 36).

E esse cenário social ao qual chegamos ao final da gestão petista – ainda que este final tenha sido forçado pelo impeachment de Dilma – não deve ser entendido apenas como fruto

---

<sup>4</sup> De acordo com Sader (2013), desde o início de 2003, quando da posse do primeiro governo de Lula, o país buscou sair de um imbróglio no qual se encontrava havia duas décadas, marcado por um crescimento econômico insuficiente, baixas taxas de investimento, acentuada vulnerabilidade externa, redução da capacidade de intervenção e regulação do Estado, elevação do desemprego, precarização do trabalho e aprofundamento de nossas vergonhosas miséria e desigualdade. Na visão do autor, o Brasil não somente rompeu com o quadro terrível herdado dos governos neoliberais anteriores, como passou por um período de consolidação democrática e de conformação de uma nova forma de desenvolvimento. E, “não menos importante, com um crescente reconhecimento popular de que essa nova realidade vivida pelo país [representou] avanços consideráveis e conquistas históricas nos campos econômico e social”. (op. cit. p. 143)

de uma conjuntura internacional desfavorável e de um desvio ético na condução das contas públicas. Ele é fruto, na verdade, da síntese de múltiplas determinações que vão das condições atuais de reprodução do sistema do capital e sua crise estrutural, à particularidade do nosso desenvolvimento e de uma *nova esquerda* gestora do Estado para o capital. Será a ascensão dessa *nova esquerda* ao cargo máximo do Executivo que permitirá, no Brasil, o aprofundamento das políticas neoliberais, o favorecimento da implantação de um patamar superior de exploração dos operários e trabalhadores (o *toyotismo*, etc.) e a manutenção do controle sob o descontentamento das classes trabalhadoras em geral.

Passemos a entender mais de perto essas múltiplas determinações.

### **1. A *nova esquerda* brasileira e a arte de administrar o existente: o PT e a “pequena política”.**

Inegavelmente, nas últimas décadas, o movimento sindical e os partidos têm vivenciado sérios dilemas no plano nacional e internacional. As mudanças rápidas e radicais pelas quais passa o mundo do trabalho (e também do capital) tiveram fortes impactos sobre as formas de atuação dos sindicatos e sobre os partidos em geral. Os efeitos desse processo vêm sendo indicados em vários estudos sobre a crise atual do sindicalismo e da esquerda, em suas mais diversas linhas<sup>5</sup>.

No caso do Brasil que, diferentemente de outros países, viveu esse cenário mais tardiamente, a redefinição das formas de atuação sindical foi mais dura e mais sentida naqueles setores que, desde a virada dos anos 1970 para os 80, propugnavam por práticas mais combativas e radicais de ação. Com tais práticas, esses setores, que conformaram o chamado *novo sindicalismo*, pretendiam romper não apenas com as posições então correntes no sindicalismo e na esquerda nacional, mas também, e sobretudo, com aquelas que julgavam caracterizar o passado de sua classe.

Tendo completado, em 2017, quase quatro décadas de existência, o *novo sindicalismo* atua hoje de modo bem peculiar, incorporando proposições aparentemente bastante distintas daquelas defendidas em seus primórdios e promovendo alterações discursivas que parecem indicar a busca por uma outra identidade.

Além das alterações do *novo sindicalismo*, também saltam às vistas de todos aqueles que se dedicam a entender a história da esquerda no Brasil, as transformações ocorridas no

---

<sup>5</sup> A literatura, a esse respeito, tem crescido rapidamente dentro e fora do Brasil. No caso de autores brasileiros, ver, entre outros, ANTUNES (1999, 2015, 2000) e ALVES (2000).

interior do Partido dos Trabalhadores, sobretudo a partir do momento em que assume a Presidência da República. Quem, por diferentes motivos, acompanha o percurso da agremiação fundada em fevereiro de 1980 no Colégio Sion<sup>6</sup>, em São Paulo, percebe, dia a dia, que antigas práticas já não vigoram, cedendo lugar a condutas inusitadas pelos critérios de antes. Estudiosos acostumados aos vaivéns da política brasileira, com frequência, assinalam o contraste entre o passado e o presente do partido, o que provoca em muitos de seus simpatizantes uma desconfortante surpresa.

Para autores como Mauro Iasi (2006) e Eurelino Coelho (2005), a atuação do PT no cenário político, desde meados dos anos de 1990, representa uma espécie de “abandono” das raízes ideológicas do partido – fincadas nos movimentos populares e urbanos da década de 1970-80 e, principalmente, no movimento sindical surgido em meados de 1970, no ABCD paulista, de onde emergiu o *novo sindicalismo* – e caracteriza uma guinada da ala majoritária liderada pelo grupo de Lula para o campo do compromisso com as classes dominantes e do conchavo com as tradições mais clientelistas brasileiras. O PT se afastava de qualquer expectativa da negação de classe para se consolidar como a esquerda da colaboração de classe. Segundo Iasi, aquilo que chegou ao governo em 2003 não era mais o mesmo partido fundado há mais de 20 anos.

Mesmo ardorosos defensores da atual forma, e que não vão concordar com a tese da morte, preferindo identificar nos sinais de apodrecimento tons saudáveis de maturidade, são obrigados a confessar que o PT mudou muito. (IASI, 2006, p. 359)

Para James Petras (2005) e Cyro Garcia (2008), tais mudanças começaram a se processar quando, ao final dos anos de 1980, a ala eleitoral socialdemocrata do Partido tornou-se mais influente e o campo majoritário do PT, formado pelos grupos conhecidos como *Articulação* e *Democracia Radical* (DR), realizou um profundo movimento para enquadrar o partido num projeto de conciliação de classes. Segundo Garcia (2008),

Assistimos, nesse período, a uma série de modificações em suas formulações teórico-estratégicas ou bases programáticas, consolidando-se no

---

<sup>6</sup> Datado de 10 de fevereiro de 1980, o manifesto de fundação do PT teve como primeiros signatários, presentes à cerimônia de lançamento da legenda que ocorreu no auditório do Colégio Sion, na cidade de São Paulo, homens e mulheres cuja trajetória de vida figuravam como símbolos de luta e resistência, dentre os quais podemos citar: o militante e crítico de arte, Mário Pedrosa; o líder das Ligas Camponesas, Manoel da Conceição; o historiador Sérgio Buarque de Holanda; a atriz, militante e presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo, Leila Abramo; o militante de esquerda, Apolônio de Carvalho; e o professor Moacir Gadotti, em nome do educador Paulo Freire. Sobre isso ver mais em MENEGUELLO (1989), SECCO (2011), OZAÍ (1996).

interior do partido um projeto de reformas do capital. *A defesa da cidadania transformou-se no eixo do programa propositivo do PT e este abandonou as mais elementares medidas anti-imperialistas e anti-capitalistas, além de quaisquer resquícios de independência de classe.* (GARCIA, 2008, p. 153, grifo nosso)

A despeito da inflexão conservadora comandada pela direção petista, o triunfo eleitoral de Lula em 2002 despertou, como afirmamos acima, esperanças de mudanças que logo foram soterradas por uma série políticas que serviam não apenas para reforçar o enquadramento da economia nacional às exigências do capital transnacional, mas também para promover o aprofundamento da modernização conservadora iniciada durante o período da Ditadura de 1964 e intensificada pela política neoliberal dos anos seguintes por meio de um tipo de “desenvolvimento” que se fundamenta na exportação de commodities, no fortalecimento do agronegócio, na extração predatória de minérios de ferro e no aumento do consumo e da renda das classes populares alicerçado, principalmente, em políticas assistencialistas.

Afastando-se gradativamente de qualquer compromisso com a realização de reformas econômicas que combatessem a especulação financeira, incentivassem o processo produtivo e promovessem de forma prioritária as reformas na área social, o primeiro governo de Lula e o núcleo dirigente do PT submeteram-se à lógica da mesma política econômica desenvolvida por Fernando Collor e aprofundada no período Fernando Henrique Cardoso (FHC). Na avaliação de Sérgio Lessa (2003):

Ao assumir a Presidência, Lula, ao invés de tomar os primeiros passos para a reversão deste quadro, intensificou a política neoliberal de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Não apenas reafirmou todos os compromissos internacionais, como ainda ampliou o superávit primário dos 3,75% acordado com o FMI para 5,2%. Investiu em infraestrutura, educação, saúde e custeio dos órgãos públicos (como universidades, centros de pesquisa, órgãos de defesa do consumidor, hospitais, etc.) menos de 5% do previsto, retirando da economia estimados 6 bilhões de dólares americanos. Elevou a taxa de juros anual para 26,5% e os juros ao consumo estão em exorbitantes 110%, para uma inflação anual estimada para 7%. (LESSA, 2003, p. 1)

Com a posse de Lula em janeiro de 2003, o novo governo passou a argumentar que a “herança maldita” deixada por Fernando Henrique impossibilitava qualquer medida significativa e imediata nos marcos da política econômica vigente. O discurso governista

apontava para a necessidade de “colocar ordem na casa”, ou seja, somente depois de recolocar o Brasil no caminho da estabilidade econômica, as mudanças poderiam ser introduzidas.<sup>7</sup>

No entanto, o argumento inicial se transmutou em fundamento inquestionável do governo. Durante os quatro anos do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), os fundamentos saudáveis necessários a uma economia de mercado – leia-se, necessários à reprodução da lógica do capital financeiro – foram seguidos à risca, com uma disciplina, em alguns momentos, até maior que a do governo anterior.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi o responsável pela inserção do país no novo ciclo de internacionalização do capital regido pela fração financeira da burguesia mundial. A partir da implantação do Plano Real, ainda no governo de Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique conseguiu articular as diversas frações da burguesia brasileira, construindo a aliança política que lhe deu sustentação durante os dois mandatos. Essa composição política permitiu a aprovação de todas as reformas jurídico-institucionais necessárias à realização do projeto liderado pelo PSDB. Todo o processo das reformas, a própria concretização do Plano Real – e a respectiva estabilidade da moeda que o plano criou –, a diminuição do Estado brasileiro e a abertura econômico-financeira do mercado interno passaram a ser as marcas do governo do PSDB, que identificou o processo como sinônimo de modernidade.

Depois dos oito anos de governo Fernando Henrique, as certezas em relação à capacidade de seu partido continuar à frente do projeto da burguesia internamente instalada já não eram tão claras. Toda a fragilidade estrutural da economia brasileira frente aos fluxos do mercado internacional – principalmente em momentos de crise – vieram à tona. Ao final do governo de FHC, a dívida pública – metade da qual avaliada em dólares – tinha dobrado, e o déficit em conta de então era duas vezes a média da América Latina, as taxas de juros nominais estavam acima dos 20%, e a moeda havia perdido metade do seu valor na corrida eleitoral<sup>8</sup>. A Argentina havia declarado o maior calote da história, e aos olhos do mercado financeiro, o Brasil parecia à beira do mesmo precipício.

Para restaurar a confiança dos investidores, após assumir a presidência, Lula nomeou uma equipe econômica de inspiração liberal no Banco Central e permitiu a elevação das taxas de juros, ao mesmo tempo em que realizava cortes no investimento público com o objetivo de

---

<sup>7</sup> Para maior detalhamento ver: “Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de março de 2003”. In. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/10-mandato/2003/31-03-2003-discurso-do-pr-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social.pdf/view>. Acesso em 20/07/2017.

<sup>8</sup> Sobre essa questão ver mais detalhadamente ANDERSON, Perry (2011).

atingir um superávit primário maior do que o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) havia recomendado.

Em decorrência destas medidas, a vitória eleitoral do PT começou a tomar um rumo diferente daquele imaginado por Sader e Chauí. A história demonstra que tal vitória não representou a derrota do projeto neoliberal no Brasil, mas ao contrário, consolidou cada vez mais no país uma plataforma de valorização financeira internacional e com uma das taxas reais de juros mais elevadas do mundo. Não houve ruptura ou quebra de continuidade no processo de concentração monopólica e dependente iniciado no país sob a ditadura civil-militar de 1964. Nenhum processo político ou econômico desde o golpe foi capaz de barrar o avanço do capital financeiro no Brasil. De acordo com Fontes (2010),

Nem a chamada década perdida, nem a abertura de mercados promovida pelo governo Collor e seu aprofundamento sob o governo Fernando Henrique, assim como as duas fortes crises econômicas em 2000 e 2008, nem os governos petistas, reduziram o impulso concentrador do capital no país. Ao contrário, quanto mais dramática foi a crise social, mais parecem ter saído fortalecidos os setores mais concentrados. Sem negar o impacto econômico de tais crises, vale lembrar que elas atuaram como facilitadoras para massivas expropriações, em todos os setores da vida social (terras, águas, direitos laborais e outros, etc.). (FONTES, 2010, p. 304)

O exemplo dessa continuidade ficou visível quando os mais exigentes mentores do neoliberalismo na atualidade consideraram a intervenção política realizada por Lula e Dilma “como a mais eficiente forma de cumprir a exigência de desregulamentar a legislação impeditiva (em parte regulamentada em 1988) à aplicação deste receituário econômico” (op. cit.). Tal eficiência vinha, certamente, do talento desenvolvido pela Ala Majoritária do PT em fazer a mediação entre os interesses do grande capital transnacionalizado e a miséria resultante do padrão de acumulação imposto sobre a classe trabalhadora.

De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012), durante seus governos, Lula e Dilma seguiram à risca as recomendações do FMI e

[...] aprofundaram o neoliberalismo, transformando o Brasil num paraíso dos grandes negócios. Sob a consigna “tudo pelo capital, tudo para o capital”, aos endinheirados, o governo [ofereceu] vantagens tangíveis: megasuperávits primários, populismo cambial, juros estratosféricos, arrocho salarial, reforma da Previdência, gigantescos saldos comerciais, Lei de Falências, independência do Banco Central, ProUni, Parceria Público-Privada, liberdade para os transgênicos, cumplicidade com os “contratos espúrios” que [sangravam] o erário e o espólio da população, opção preferencial pelo *agrobusiness* [...]. (SAMPAIO, JR., 2012, p. 672)

A abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários foram pilares do modelo capitalista neoliberal dependente que se mantiveram ou foram aprofundados na gestão petista do Estado Nacional.

Para a classe trabalhadora, os preços dos produtos de consumo básico e o desemprego subiram enquanto o crescimento caiu pela metade. Mas, o mais amargo remédio para os trabalhadores foi o néctar mais doce para os que possuíam títulos da dívida pública: o fantasma do calote havia sido banido.

A partir do segundo mandato de Lula, verificou-se, em verdade, uma pequena clivagem nos rumos do modelo de desenvolvimento econômico. Capitaneado por uma política externa capital-imperialista secundária<sup>9</sup>, pela demanda chinesa por duas das exportações mais valiosas do Brasil, soja e minério de ferro, pelo aumento exorbitante no preço das commodities e por uma política artificial por parte do Federal Reserve System - FED, que criou um fluxo de importações de capital barato disponível para o Brasil, o país voltou a crescer.

Segundo Pinassi (2015b), nesse momento “verificou-se um relativo aumento da renda da população, certa diminuição da taxa de desemprego e uma expansão do consumo em função do crédito barato” (p. 05). Mas, com bem indica a autora, essa pequena clivagem não significou nenhuma alteração radical na lógica perversa do modelo de desenvolvimento que o *lulismo* implantava no país desde seu primeiro mandato. Ainda de acordo com Pinassi,

Entre 2002 e 2010, o Brasil registrou uma elevação de 146% no preço médio (em dólares) das exportações, enquanto as importações cresceram 85% no mesmo período. A receita, no ritmo dos demais países-membro do BRICS subia 7% ao ano. Tais fatores estimularam a compra de produtos industrializados da China, principalmente, com quem o Brasil estreitou acordos comerciais desde quando aquele país, em curva ascendente, se tornou o mais importante comprador da soja e do ferro brasileiros. Como dizem alguns: um “maná que veio do céu”.

A bonança dependente das exportações de commodities e da lógica creditícia criou a sensação de que todas aquelas positivities seriam definitivas. *O otimismo governista fez acreditar que “todos” ganhavam e que, com suas bases de apoio e sua forte aliança com setores da burguesia nacional, seria capaz de controlar internamente os abalos da crise internacional que, desde 2008, vem ensaiando um colapso generalizado.* (PINASSI, 2015b, p. 3, grifo nosso.)

---

<sup>9</sup> Sobre o conceito de capital-imperialismo ver: FONTES (2010), especialmente os capítulos I e II.

Mas para pesquisadores como Armando Boito Jr., tal mudança de rumo na política econômica do governo petista representava a guinada necessária para o estabelecimento de uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, na qual se buscava um novo modelo de crescimento econômico, denominado de “neodesenvolvimentismo”. Autores ligados a essa linha de pensamento acreditavam que com o desencadeamento do *lulismo* estava em curso um amplo processo de reestruturação política da sociedade brasileira, estabelecendo um conjunto de ações que, praticamente, significava a *reinvenção do nacional desenvolvimentismo*.

Assentados em pressupostos econômicos e sociais referenciados em Celso Furtado, os economistas dessa linha de pensamento entendiam que estava em elaboração uma política baseada no desenvolvimento econômico nacional, na equidade social e na busca incessante de construção de alternativas que proporcionassem a distribuição de renda aos segmentos mais pobres da sociedade brasileira. De acordo com esses teóricos, em uma sociedade assentada historicamente na mais perversa e desumana desigualdade social, a adoção de políticas públicas para a inclusão de milhares de pobres ao consumo representava grande avanço para a história política nacional.

Após décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, a diminuição do desemprego, a ligeira melhoria na distribuição de renda, a redução da pobreza extrema por meio de políticas focalizadas e a expansão do consumo que acompanhou a abundância de crédito, além da percepção de que o país atravessava incólume a crise mundial do período, possibilitaram, de fato, uma interpretação de que “o Brasil mergulhava em um período de desenvolvimento, cujo paralelo com o nacional-desenvolvimentismo do pós-Segunda Guerra justificava o neologismo” (BARBOSA, 2017, p. 57).

De acordo com as diferentes formulações neodesenvolvimentistas, o país estava – com o PT à frente da administração do Estado Nacional – criando uma via alternativa entre a financeirização, que caracteriza o neoliberalismo, e o nacionalismo associado ao desenvolvimentismo, recuperando a ênfase nas atividades produtivas em detrimento do rentismo, mas sem incorrer em inflação, populismo fiscal, nacionalismo e outros elementos que remetem ao nacional-desenvolvimentismo.

Plínio de Arruda Sampaio Jr., ao criticar tais teorias, assim caracterizou a questão:

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste [...] em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimento – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel

regulador do Estado, sensibilidade social. (SAMPAIO JR. apud BARBOSA, 2017, p. 57-8)

Para Boito Jr e Berringer (2013), numa perspectiva diferente da de Sampaio Jr., tal processo conciliatório de fato ocorreu no governo petista, principalmente durante a gestão de Lula, e se organizou da seguinte forma:

(i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. (BOITO Jr; BERRINGER, 2013, p. 32)

Independentemente do que teorizavam os neodesenvolvimentistas, o que se observou na prática da gestão petista Lula/Dilma foi uma política econômica conservadora, que aceitava os parâmetros macroeconômicos e o horizonte histórico proposto pelo neoliberalismo. Na realidade, a leve alteração nos caminhos do desenvolvimento se deveu, sobretudo, à combinação do momento econômico favorável com a consolidação de, para utilizarmos a expressão popularizada pelo cientista político André Singer (2016b), um “reformismo fraco” que alimentou essa relação social hegemônica. Ou seja, a combinação de crescimento econômico com políticas de estímulo ao consumo e ao crédito tornou-se muito sedutora para os trabalhadores brasileiros, em especial, se considerarmos que esse era um período de crise internacional, no qual predominava uma forte tendência ao aumento da desigualdade, o que desencadeou relativo crescimento do apoio popular ao governo.

Tal apoio sustentava-se em uma política de geração de emprego que parecia garantir a absorção de uma massa de trabalhadores pobres no consumo. Segundo Ruy Braga (2016), de fato, durante os governos de Lula, 2,1 milhões de empregos formais foram criados no país todos os anos. No entanto, desses 2,1 milhões, 2 milhões remuneravam até 1,5 salários mínimos e eram ligados ao setor de serviços pessoais ou à construção civil, o que demonstrava sérias dificuldades dessa política em oferecer empregos mais qualificados (BRAGA, 2016, p. 56-57).

Assim, desencadeava-se uma política que tornava mais precárias as relações de trabalho no Brasil, com o aumento da taxa de rotatividade, de flexibilização do emprego e com um elevado índice de acidentes de trabalho espalhados pelo país.

Sem qualquer intenção de recompor os direitos subtraídos à classe trabalhadora nos períodos anteriores ou de reverter o quadro das desregulações que a atingiram, o PT adotou a *realpolitik*, ou a *política de desenvolvimento possível* (na visão da esquerda de tipo petista) numa era de capitalismo neoliberal, e aprofundou no Brasil um modelo de desenvolvimento apoiado na descentralização da renda entre aqueles que vivem do trabalho e na precarização do labor.

Em função dos estragos causados pelo padrão de desenvolvimento neoliberal, do qual o próprio Lula foi signatário desde a primeira hora de governo, e visando a construir uma espécie de consenso social, desenvolveu-se no país uma série de programas de “alívio” social (as tais políticas compensatórias). A afirmação de Pinassi (2015b) nos parece bastante esclarecedora:

[...] coerentemente com o modelo de desenvolvimento inaugurado nos anos de 1970, os programas de crescimento dos anos 2000 continuaram ampliando enormemente o poder do capital financeiro, do agronegócio, da mineração, do setor energético e da construção civil. Fortaleceu-se a monocultura, a produção de commodities e de bens manufaturados para exportação. A ampliação e fortalecimento da Revolução Verde confirma o velho modelo agrícola, baseado na grande unidade produtora e forte impacto ambiental, racionalizado mediante larga utilização de tecnologias baseadas em máquinas, em sementes transgênicas auto-reprodutivas, no consumo campeão de insumos químicos e de veneno (um bilhão de litros por ano). Sob o controle das grandes transnacionais do setor, o modelo hegemônico pela commoditização domina o país gerindo e beneficiando-se do desmonte da mal sedimentada indústria de bens de produção, da reestruturação produtiva, do desemprego estrutural, do enfraquecimento das entidades sindicais e movimentos sociais expressivos, da incidência generalizada do trabalho informalizado, precarizado, escravizado, da superexploração do trabalho infantil e feminino. (PINASSI, 2015b, p. 07)

Neste sentido, o modelo de desenvolvimento implantado pelo PT, ainda de acordo com Maria Orlanda Pinassi (2015), zelava mais pelas necessidades do capital destrutivo e ampliava a tragédia da classe trabalhadora brasileira, realizando um movimento muito mais perverso do que aparentava.

Ao se referir aos dados do desenvolvimento econômico e social do período Márcio Pochmann (2007), indica:

[...] o Brasil caracteriza-se por construir um padrão extremamente concentrador de partição da renda e da riqueza. Os dados disponíveis e confiáveis indicam a persistência estrutural do jogo da distribuição pessoal da renda e da riqueza, mesmo quando ocorre o aparecimento de novos jogadores. Os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%. Independentemente dos padrões de desenvolvimento econômico pelos quais o Brasil passou, prevaleceu a estabilidade na desigualdade de repartição da renda e da riqueza entre seus habitantes. (POCHMANN, 2007, p. 56)

Para Pinassi (2015), além da tragédia econômica e social que se abatia sobre a classe operária brasileira em decorrência do modelo neoliberal de desenvolvimento capitaneado por todos os governos brasileiros desde 1989, o PT corroborava para a “consolidação de um deserto ideológico [...] preenchido pelo abstrato conceito de cidadania e por uma ampla gama de planos, projetos e programas de redução da miséria” que nada mais faziam do que trazer os setores organizados, ou não, das classes populares para as hostes do Estado institucionalizando-os, tutelando-os, controlando sua miséria e convertendo-a em virtude. (PINASSI, 2015, p. 05)

As chamadas políticas sociais desenvolvidas pelo PT, que tinham nas políticas compensatórias de renda seu principal esteio, reforçavam as fraturas sociais em vez de promoverem a tão falada inclusão. De acordo com a autora:

Os dados, no mínimo, contradizem a eficácia real das políticas compensatórias sobre a amplamente anunciada redução da pobreza e da desigualdade. Ao contrário, a desigualdade parece que vem aumentando e os resultados proclamados são falsos, pois medem apenas as rendas do trabalho que na verdade, melhoraram muito marginalmente, graças aos benefícios do INSS e não do Bolsa Família. Quem proclama isso é o insuspeito Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (PINASSI, 2010, p. 109)

Mas, ainda que os dados econômicos contrariassem os pronunciamentos oficiais do partido durante todo o tempo em que o PT esteve à frente da presidência da República, um fenômeno interessante se consolidou: o *lulismo*

Segundo Maria Orlada Pinassi (2010), o *lulismo* despontou como fenômeno político característico da América Latina num contexto histórico ora desenhado por uma transição democrática lenta, gradual e, fundamentalmente, consentida. Foi do interior da ordem que o fenômeno surgiu e se confirmou como liderança defensiva – é verdade, que a mais avançada possível – para uma classe trabalhadora tardia e precocemente debilitada pela dura repressão

do regime militar. Em duas décadas, o regime silenciou – em muitos casos, para sempre – as representações mais autenticamente populares e radicais.

Uma vez no poder, o *lulismo* atendeu democraticamente às necessidades do capital em sua crise estrutural e, democraticamente, desmontou cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora. Suas políticas sociais tinham caráter efêmero e assistencialista aos desempregados que ele ajuda a criar. No comando do Estado, o *lulismo* transformou-se no vetor político da vez a oferecer tanto os alicerces propícios à criação das carências formadoras de seu próprio público quanto os placebos requeridos para sua reprodução. Conforme demonstrou Francisco de Oliveira:

Com tais artifícios, parece ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de condottiere e de mito [...] Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. (OLIVEIRA, 2015, p. 24)

Em decorrência desse movimento, Maria Pinassi (2015) afirma que o PT no governo:

Calou [a] voz combativa [dos setores populares], tornou-os dependentes de políticas e de burocracias estatais. Os companheiros dos sindicatos, partidos e movimentos sociais são os novos parceiros; os trabalhadores se tornaram colaboradores e empreendedores fustigados pelo fetichismo da mercadoria (chinesa) e invadidos da lógica do inimigo. Sobretudo, afastaram-se da incômoda e perigosa consciência de classe. (PINASSI, 2015, p. 06)

Conforme disse Plínio de Arruda Sampaio Jr., “o PT ingressou na política colocando o povo nas ruas, e chegou ao poder tirando o povo das ruas”.

## **2. O modo petista de regulação do conflito social: a construção do consentimento passivo brasileiro.**

Se por um lado, a *nova esquerda petista* administrava a economia política do capital de modo bastante satisfatório aos ditames neoliberais, por outro implementava no Brasil, através do “consentimento passivo”, isto é, por meio da aceitação naturalizada de um existente tido e havido como inelutável, uma hegemonia caracterizada por Carlos Nelson Coutinho (alicerçado no pensamento de Antonio Gramsci) como “da pequena política” . (COUTINHO, 2015)

Desenvolvia-se assim, de acordo com Braga (2013) e Pinassi (2011), um “modo *lulista* de regulação do conflito social” no qual se realizava com maestria a mediação entre os interesses do grande capital e os produtos mais incontornáveis do padrão de acumulação imposto: desemprego estrutural, fome e destruição ambiental. Para Pinassi (2011), a gestão petista conseguia realizar sua plataforma política de modo bastante eficaz,

[...] sem provocar qualquer mudança substantiva no país historicamente marcado pela condição de colonialidade crônica, desigualdade social endêmica, debilidade – até aqui não-superada – de sua posição pífia no ranking do mercado de bens de produção, de sua inferioridade na geração de tecnologias, da estabilidade frágil e dependente da sua economia e política internas. (PINASSI, 2011, p. 108)

Mais do que consolidar uma política econômica assentada em valores neoliberais no Brasil, a *nova esquerda* de tipo petista foi responsável pelo revigoreamento da *contrarrevolução* brasileira, incluindo nela características típicas do momento histórico atual e reafirmando elementos da velha estrutura de dominação de classes no país. Nesse sentido, podemos afirmar que o PT administrou o Estado nacional através de formas puras e simples de “restauração” – para utilizar o conceito de Gramsci –, promovendo uma “combinação entre o velho e o novo” sem acolher parte das exigências que vinham de baixo, com preponderância do velho sobre o novo.

Ao assumir a presidência da República, a *nova esquerda petista* contribuiu de modo *sui generis* para os processos de “reformas modernizadoras”, típicos de nossa particularidade, que possibilitaram às classes hegemônicas de sempre uma apropriação atualizada da estrutura do aparelho de Estado, reafirmando-o como uma poderosa alavanca de concentração de capitais e como coordenador da modernização conservadora capitalista na era neoliberal.

Contudo, para promover tal contrarrevolução a *nova esquerda* não o fez por meio da força e sim por meio de um tipo de consentimento no qual as classes subalternas brasileiras foram “convidadas” a cooperar com o capital, promovendo aqui o que Antonio Gramsci (2002) denominou de *transformismo* como modalidade de desenvolvimento histórico, um processo que visa, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social.

De acordo com Carlos Nelson Coutinho (2015), é exatamente esse transformismo “que explica a conversão no Brasil de Lula, de importantes lideranças sindicais em gestores de fundos previdenciários públicos” e a submissão das lideranças dos movimentos sociais mais

críticos aos programas assistências de erradicação da fome e da pobreza. (COUTINHO, 2015, p. 39)

Falando esquematicamente, podemos dizer que o Brasil experimentou nos governos petistas Lula/Dilma uma repetição daquilo que sempre enfrentou ao longo de sua história: movimentos de restauração, que levaram ao predomínio e à consolidação da ordem do capital. Mais do que isso, a *nova esquerda* petista soube conduzir perfeitamente – para o capital – a determinação sistemática de nossa época, ou seja, da época da globalização ou mundialização do capital, caracterizada pelo predomínio de políticas neoliberais sem permitir que direitos sociais avançassem de alguma forma.

Enquanto esteve no comando do Planalto, o PT incentivou e fomentou políticas de assistência social costuradas, cada vez mais, por projetos de empreendedorismo urbano, promoção da “cultura do povo”, políticas participativas mediadas pela presença marcante de organizações neo e não governamentais e por programas sociais de valorização da cidadania civil.

Tais políticas sintetizam uma visão ideológica e política de administração do Estado na qual, ao mesmo tempo em que a vida econômica é deixada ao livre jogo do mercado, o conflito de interesses é também resolvido numa espécie de **mercado político**, em que os grupos com recursos organizativos obtêm resultados, enquanto os que não dispõem de tais recursos são excluídos, sem condições de obter influência real.

Ao se colocar como o *condottiere* do Estado nacional, o PT passou a realizar os movimentos de restauração através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas para esse **mercado político** institucionalizado em Secretarias, ONGs, etc., buscando excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social e ampliando a *hegemonia da pequena política*, como ressaltou Carlos Nelson Coutinho (2015).

Existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade, ou como meio para a conquista da emancipação humana (grande política), e passa a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples forma de administração do existente.

Nesse contexto, o discurso hegemônico reproduz as formulações ideologicamente orientadas que apontam para a inexistência de interesses de classes antagônicas, ou, de outra forma, coloca o Presidente da República acima e imune aos interesses particulares e aos conflitos sociais. Pelo contrário, este passa a ser o representante dos interesses do “povo da nação” como um todo, pois exerce a função de representante único e supremo. Subjaz a esse tipo de discurso, a concepção de que a “massa” carece de um líder, de um grande tutor para

orientá-la nos caminhos corretos rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Trata-se, antes de qualquer coisa, de garantir a ordem socialmente existente, pautada na propriedade privada dos meios de produção, e protegê-la de qualquer tipo de ameaça derivada da ampliação das lutas dos trabalhadores.<sup>10</sup>

As massas devem participar da política através do sufrágio, mas não podem estar organizadas através dos sindicatos ou partidos que ampliem e aprofundem o debate político, que envolvam grandes temas e projetos de interesse nacional, quiçá em polêmicas que pretendam superar o capitalismo. É a redução da discussão política ao mero “jogo institucional”, dos meandros parlamentares, da análise cotidiana das estruturas de governo e de todas as mazelas que a mesma reproduz. Trata-se do predomínio ou da hegemonia da pequena política sobre a grande política. Reproduz-se dessa forma o princípio liberal da “multidão criança”, onde os subalternos devem ser guiados politicamente devido à sua incapacidade de pensar as “grandes” questões políticas.

De acordo com Coutinho (2015), é precisamente através da exclusão da grande política que se apresenta a hegemonia na época neoliberal. Esse tipo de hegemonia baseia-se na construção de um consenso passivo no qual ocorre uma espécie de aceitação resignada do existente como algo “natural” por parte dos indivíduos e grupos sociais. Mais precisamente, ocorre uma transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em “senso comum das grandes massas, inclusive das classes subalternas”, possibilitando o pressuposto de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente. (p. 31)

Nesta direção, citando Coutinho:

A apatia e o desinteresse pela política torna-se (sic) um fenômeno de massa, considerado, entretanto, positivo para os teóricos que condenam o “excesso de demandas” como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social. Em situações “normais”, a direita já não precisa de coerção para dominar: impõe-se através do consenso passivo, expresso entre outras coisas em eleições (com taxas de abstenção cada vez maior), nas quais nada de substantivo está posto em questão. (op. cit., p. 32)

O governo petista apoiava-se em uma forma de hegemonia produzida por uma contrarrevolução, para usar o termo de Florestan Fernandes, que desmobilizava os

---

<sup>10</sup> Segundo Domenico Losurdo, a tarefa de “tutor da multidão criança” é a de garantir “[...] nas novas condições [...] a segurança da propriedade privada contra a intrusão de um poder político prevaricador, que nutre do *pathos* do *citoyen* e das reivindicações sociais das classes populares”. LOSURDO, 2004, p. 67.

movimentos sociais e, ao mesmo tempo, integrava-os à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização de bandeiras históricas desses movimentos.

As principais organizações da classe trabalhadora institucionalizaram o caráter defensivo de suas estratégias ao tomarem parte no governo Lula, e reproduziram no campo ideológico os preceitos liberais que indicam que a justiça social só poderá ser alcançada através da mais rigorosa observância às regras do jogo. Nesta direção, tais organizações pareceram abandonar definitivamente a luta de classes e, embebidos pela maré pós-moderna, elegeram formas alternativas de luta através das eufemisticamente denominadas “organizações sociais” (ONGs), como a forma mais acertada de lidar com os problemas da pobreza.

Tais grupos foram responsáveis, em meados das décadas de 1970-80, por uma modificação substantiva nas formas de organização e de lutas dos movimentos populares. Apoiadas, em sua maioria, em fontes de financiamento internacional, as ONGs não estavam coligadas a partidos políticos tradicionais e, também, não se vinculavam a projetos políticos de transformação revolucionária do mundo; ao contrário, defendiam demandas específicas associadas a lutas por reconhecimento, cidadania, combate à pobreza e à fome, preservação ambiental, etc. Do ponto de vista de sua sustentação, em sua maioria, as ONGs vinculavam-se a entidades ligadas às igrejas (cristãs) ou a entidades internacionais (DREIFUSS, 1986). Em escala infinitamente menor, algumas ONGs expressavam a tentativa da unificação de lutas anticapitalistas no cenário mundial. A filantropia internacional apoiava diretamente a construção de grande parcela de ONGs, assim como a grande maioria de seus projetos.

A relação entre as ONGs e a *nova esquerda petista* será retomada mais adiante neste trabalho. Parece importante ressaltar, neste momento, que essas organizações se constituíram como um instrumento valioso para desideologizar a luta – como se isso fosse possível, contribuindo com a forma naturalizada de compreensão das relações sociais proposta pelo ideário liberal e pela pequena política.

Aquelas entidades que, nos anos 1980, se colocavam como a promessa de renovação da política brasileira, dando lugar a instigantes experiências de auto-organização, pela base, e de formação de novos quadros foram sofrendo um forte processo de apassivamento via conversão mercantil-filantrópica em ONGs. De acordo com Virginia Fontes (2010), muitos dos antes combativos movimentos sociais ligados de algum modo ao PT ou à CUT se transformaram, no decorrer desse processo, em bem comportadas organizações não governamentais a serviço dos mais necessitados.

Saíram das ruas e foram para os gabinetes. Deixaram de ser parte integrante do movimento para se tornarem seus porta-vozes tecnicamente qualificados. Passaram de militantes a especialistas ou profissionais. Das passeatas e movimentos nas ruas em prol da conquista de novos direitos, foram para a corrida por recursos, projetos e editais. (FONTES, 2010, p. 297)

Para Fontes (2010), a “onguização” dos movimentos sociais produziu um feroz processo de “contenção e disciplinamento dos trabalhadores”, ao esterilizar e redirecionar qualquer expressão da luta social e agudizar as contradições no interior do próprio campo popular (op. cit., p. 299-300). Para a autora, tal processo, com sua agenda apassivadora, contribui, “não cabe dúvida, à introjeção da competição mercantil no âmbito do cotidiano, da subjetividade, dos espaços coletivos” (op. cit., p. 300). Com uma retórica profissionalizante, tecnicista e despolitizadora, a expansão do universo do Terceiro Setor desempenhou uma função decisiva na “diluição importante do significado do engajamento social e na ocultação da real dimensão da luta” (op. cit., p. 251). Cumpriu uma função crucial, ainda, na instalação da “cidadania da urgência e da miséria” – com a pobreza dissociada da totalidade social e dos fatores que a produzem – “convertendo as organizações populares em instâncias de ‘inclusão cidadã’, sob intensa atuação governamental e crescente direção empresarial”. (op. cit. p. 252)

Em termos gramscianos, as principais organizações da classe operária brasileira ao se institucionalizarem, transitaram de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa e, nesta mudança, passaram a utilizar elementos pós-modernos e liberais na construção de seus referenciais políticos.

Nesse sentido, o consentimento criado pela *nova esquerda petista* apoiava-se em uma forma de hegemonia da pequena política produzida por uma contrarrevolução, que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, os quais passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeiro globalizado.

### **3. O novo sindicalismo cutista e a concertação social: a centralidade da defesa da democracia**

Tal forma de consentimento pode ser percebida nitidamente quando analisamos a atuação política da Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante a gestão petista. Segundo

Fabio Luís Barbosa dos Santos (2017), as principais organizações sociais que resistiram ao avanço do neoliberalismo nos anos anteriores

[...] apoiavam agora um governo comprometido com o aprofundamento destas políticas. Na realidade, a relação de confiança construída ao longo dos anos entre o partido e as organizações sociais foi instrumentalizada para neutralizá-los, facilitando a faca neoliberal. (SANTOS, 2017, p. 51)

Mesmo antes do PT assumir a presidência em 2003, os movimentos sociais e sindicais brasileiros, em particular a CUT, encontravam-se diante de uma nova fase na qual flertavam com uma espécie de nova racionalidade técnica, um pragmatismo nas negociações, que levavam a uma diminuição do nível de conflituosidade com os empresários e o governo apontando, aparentemente, para um novo padrão de ação sindical, em que a confrontação começava a dar lugar à negociação, tendendo, em alguns casos, como na experiência das *Câmaras Setoriais* do setor automobilístico, para uma certa forma de parceria entre capital e trabalho.<sup>11</sup>

Essa forma de atuação dos movimentos sociais (que certamente não foi construída sem disputas internas e contradições entre diferentes grupos ou tendências presentes no interior de cada movimento social) associava-se, inegavelmente, a um conjunto de alterações desencadeadas pela economia política do capital atingindo fortemente o conjunto das forças produtivas herdadas do período fordista-taylorista e, também, a organização política do

---

<sup>11</sup> As primeiras experiências brasileiras de implementação das *Câmaras Setoriais* surgiram ainda durante o governo Sarney com o intuito de promover o controle de preços e salários e de reforçar a política econômica então implementada. Tratava-se, nessa primeira versão, de um fórum desprovido de qualquer poder decisório, cujo papel era simplesmente fornecer sugestões a um Executivo constituído à margem do sufrágio universal e sustentado por uma aliança conservadora, o que dificultou a formalização, a princípio, de um acordo com as lideranças da CUT. A segunda tentativa de implantação ocorreu por ocasião do descongelamento de preços durante o Plano Collor II. No entanto, mais uma vez a experiência fracassou, com as câmaras sendo esvaziadas ou reduzidas a um balcão de reclamações por reajuste de preços por parte do empresariado. Em dezembro de 1991, sindicatos, empresários e representantes do Estado brasileiro iniciaram uma nova experiência de negociação tripartite conhecida como “câmara setorial da indústria automobilística”, que gerou em 1992 e 1993 acordos nacionais inéditos. A abertura desregrada da economia ao mercado externo expôs o automóvel brasileiro à acirrada concorrência internacional, revelando a falta de competitividade do veículo nacional. Para tentar conter uma onda de fechamento e demissões, uma delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema – um dos mais importantes sindicatos filiados à CUT – reuniu-se, juntamente com dois deputados federais do PT, com o então ministro da Economia Márcilio Marques Moreira, que propôs a reativação da câmara setorial para que juntos, governo, empresários e trabalhadores, encontrassem uma solução para a retração da produção, das vendas e do nível de emprego no setor. A nova versão das câmaras setoriais atendia às exigências sindicais na medida em que o governo estava disposto a discutir a “modernização e reestruturação do complexo automotivo brasileiro”. Além disso, as câmaras passaram a ter poder decisório, o que daria aos trabalhadores a possibilidade de, pela primeira vez na história do Brasil, influir na formação da política industrial. Conforme caracterizado por Francisco de Oliveira à época: “essas novas relações sociais se caracterizariam pela passagem de uma relação conflitiva de anulação do outro para uma relação conflitiva de reconhecimento mútuo: antagonismo convergente”. Para uma análise crítica desse processo ver mais detalhadamente ALVES (2000).

proletariado brasileiro e mundial. Sobretudo após o início desse processo, marcado pela crise do “Socialismo Real”, os movimentos sociais e sindicais no Brasil e no mundo, ainda que não simultaneamente, passaram a incorporar às suas lutas uma agenda universalista de direitos e proteção social, exigindo a participação na gestão da coisa pública e possibilidades da construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar democracia e cidadania.

Trabalhos como de Iram Jácome Rodrigues (2011) e de Tumolo (2002) apontam que as mudanças nos rumos da CUT, isto é, uma ação de menos confronto e de mais negociação, já eram percebidas em decorrência das mudanças conjunturais provocadas pelas metamorfoses no mundo do trabalho desde o final dos anos 1980 e início dos 90. O próximo capítulo trata dessas alterações e de seus impactos sobre os sindicatos e a esquerda em geral. Convém destacar, entretanto, que o surgimento de um novo conjunto de meios técnicos de racionalização do trabalho sob o comando do capital<sup>12</sup>, a partir da era neoliberal no final dos anos 80, com seu impulso disruptivo sobre o mundo do trabalho, contribuiu para a instauração de aparentes mudanças estratégicas nas práticas sindicais do sindicalismo brasileiro. Para Alves (2000), nesse período, “ocorreu o desenvolvimento de estratégias sindicais propositivas de cariz neocorporativo no interior do sindicalismo da CUT, com claro esvaziamento da perspectiva classista” e se afirmou uma nova etapa de atuação estratégica do sindicato, que passou da confrontação à cooperação conflitiva. (ALVES, 2000, p. 275)

Desde 1988, a Central já vinha se alinhando a uma estratégia de participação em espaços institucionais, inaugurado com a Assembleia Constituinte, cujo objetivo era negociar com o capital. Segundo Roberto Vêras de Oliveira (2002), “a valorização dos espaços institucionais na agenda sindical relacionava-se, sobretudo, com a mudança política do país e do próprio sindicalismo na passagem dos anos 80 aos 90” (OLIVEIRA, 2002, p. 310). Para o autor, o *novo sindicalismo cutista*, após um período de enfrentamentos abertos com empresários e governos, “ao mesmo tempo em que viu garantidas as liberdades políticas básicas, foi conquistando **reconhecimento institucional** no novo arranjo jurídico-político, consumado com a Constituição de 1988” (op. cit., p. 311, grifo nosso).

---

<sup>12</sup> Utilizamos aqui o conceito desenvolvido por Terezinha Ferrari de “meios técnicos de racionalização do trabalho” para nos referirmos à denominada reestruturação produtiva e ao conjunto de técnicas objetivadas, tanto em conjunto de normas e procedimentos quanto em máquinas e instrumentos utilizados no processo de produção e valorização do capital. Tais meios técnicos de racionalização do trabalho sob o capital possuem não somente força de organização material da produção, mas também, atuam como condicionante ideológico nas consciências e no modo de vida cotidiano em geral, “participando ativamente da reprodução das relações sociais dominantes”. (FERRARI, p. 23, 2005)

Faz-se importante ressaltar que a CUT não nasceu uma central monolítica do ponto de vista político, formada apenas por grupos que compartilhavam das mesmas visões de mundo e dos mesmos projetos de sociedade. Ao contrário, a sua fundação ocorreu unindo as mais diversas tendências e grupos políticos que lutavam contra o regime e que almejavam a construção de um desenvolvimento econômico e social do país diferente do modelo adotado pelos militares. Nesse sentido, é possível falar que não havia um consenso interno na Central no que dizia respeito às concepções de sindicalismo, de socialismo e de democracia porque as diversas tendências e agrupamentos que a formavam esforçavam-se também para, mesmo que através de uma política de alianças internas, vencerem o debate interno e disputarem os rumos políticos da entidade.

É importante frisar que, durante boa parte das três décadas de existência da Central, as lutas internas foram, em grande medida, as responsáveis por sua dinâmica política, visto que tenha sido formada originalmente por uma variedade muito grande de coletivos políticos de esquerda, os quais se esforçavam para fornecerem a direção política da entidade. Os discursos e as práticas da Central assumiam determinados tons e intensidades de acordo com os resultados das contendas e das relações de poder que caracterizavam as suas disputas intestinas.

Ainda que correntes diversas do campo da esquerda fizessem parte da composição da entidade, as pelejas políticas dos primeiros anos acabaram cristalizando-se numa polarização de forças que dividiu a disputa pela direção da Central em dois grandes blocos: aquele capitaneado pela *Articulação Sindical* (com apoio das diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do Sindicato dos Petroleiros de Campinas) e o outro denominado *CUT pela Base* (Democracia Socialista, Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo, Partido Revolucionário Comunista, Fórum do Interior, Movimento por uma Tendência Marxista, dentre outros), que mais tarde passou a denominar-se *Alternativa Sindical Socialista*.

Vários pesquisadores que se debruçaram sobre a CUT têm concluído, sem muita variação, que o primeiro bloco tinha como característica a atuação mais pragmática, com visão reformista para as mudanças no capitalismo, rejeitando tanto a interpretação teórica marxista quanto as práticas das esquerdas marxistas, ao passo que o segundo era portador de um viés mais radical, comunista e trotskista. Adveio disso a classificação que a *Articulação Sindical* representava a “direita” da entidade e a “esquerda” seria representada pela tendência *CUT pela Base*. Antunes (2003) diz, por exemplo, que a *Articulação* é um agrupamento “mais sindicalista e com menor ênfase político-ideológica”, enquanto que a *CUT pela Base*, embora

menor, “assume um perfil político e ideológico de esquerda mais acentuado, de inspiração marcadamente socialista” (ANTUNES, 2003, p. 70). Essas tendências divergiam ideologicamente sobre concepções e práticas sindicais, conceito de socialismo e de democracia e, também, tinham estratégias políticas diferenciadas. Não obstante, a dinâmica interna começou a perder o vigor já nos idos de 1986, quando, no seu segundo Congresso Nacional (o II CONCUR), a *Articulação* passou a obter a maioria nos congressos.<sup>13</sup>

Dos espaços constituídos diretamente pela Constituição de 1988, ou como seu desdobramento, passou-se à participação em fóruns e comissões criados a partir da intensificação da reestruturação produtiva e de políticas do Estado no sentido de incentivar e orientar políticas industriais. A negociação sindical, que antes se restringia às campanhas anuais de negociação coletiva, expandiu-se tanto em direção às empresas (com a descentralização das negociações coletivas) como em direção aos fóruns institucionais.

Não se pode dizer, entretanto, que essa foi a orientação política da CUT desde o seu nascimento. É consenso entre analistas e militantes das mais diversas correntes ideológicas que foi o seu terceiro congresso (III CONCUR), realizado em 1988, que marcou essa inflexão ideológica na estratégia política da entidade. Para eles, esse evento significou uma guinada da Central para a aceitação da luta sindical no âmbito da democracia liberal e para a negociação dentro dos limites da legalidade, em detrimento da postura de confrontação que tinha sido a tônica do movimento até então. Sobre esse congresso, Leôncio Martins Rodrigues (1990) relata:

Ocorre que situação e oposição (ou oposições) expressam concepções políticas e ideológicas que implicam diferentes visões do papel do sindicalismo: uma, majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista (RODRIGUES, 1990, p. 23).

Em suma, o III CONCUR teve como marca distintiva a disputa de dois claros projetos políticos para o futuro da entidade que resultou na vitória de apenas um deles. De um lado, o projeto da “CUT-movimento”, de caráter mais acentuadamente radical, que queria fazer da CUT um movimento social em luta contra o capitalismo e, de outro, o da “CUT-organização”, que queria fazer da entidade uma estrutura verticalizada, administrativa e burocrática, enfim, uma “empresa sindical dotada de racionalidade” (RODRIGUES, 1991, p. 117). Embora de

---

<sup>13</sup> Para melhor detalhamento sobre essa questão ver: CORRÊA (2014).

maneira não tranquila e definitiva, esse último projeto saiu vencedor, capitaneado pela Articulação Sindical que pôde, por fim, dar a linha política preponderante na direção da Central nos anos subseqüentes, consolidando, a partir do IV CONCUR (realizado em 1991), uma nova modalidade de ação sindical. Para Rodrigues (1991),

O 3º CONCUR representou, com as mudanças estatutárias, o começo da transformação de uma concepção *movimentista* para uma visão mais *organizativa* da Central Única dos Trabalhadores. Em outras palavras, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o sindicalismo-CUT: a primeira da CUT-movimento; a segunda, da CUT-organização. Esta venceu. [...] Iniciava-se realmente a implantação da CUT como estrutura verticalizada, administrativa, enfim, como uma organização complexa e, neste sentido, burocrática. [...] Simbolicamente, esse encontro significou o fim da fase heroica de construção da CUT e tudo o que ela representava para uma parte da militância cutista. Abria-se, agora, um novo patamar, onde a construção do aparelho administrativo, institucional, se colocava na ordem do dia. E, em consonância com o processo de democratização do país, setores ponderáveis do sindicalismo-CUT começavam a vislumbrar a possibilidade das classes trabalhadoras influírem mais decisivamente na esfera política e, para isso, era necessário deixarem de dizer apenas **não** e também indicarem soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos do país. (RODRIGUES, 1991, p. 117)

Percebe-se, então, nesse período, que a direção cutista tende a se aproximar cada vez mais de uma perspectiva contratualista (mais propensa à negociação e mais afeita às regras institucionais) e elege a luta em defesa do emprego e dos direitos sociais como prioridade. Ao mesmo tempo, alia tal orientação à participação cada vez maior em espaços institucionais; à diversificação da agenda; à construção de alianças com outros movimentos sociais e organizações sociais; à ampliação e diversificação da ação internacional; à incorporação de programas de geração de trabalho e renda e de apoio ao cooperativismo (muitas vezes com financiamento público), sob a referência da “economia solidária”. Propõe-se (sob fortes controvérsias internas) como “sindicato cidadão”.

Os congressos realizados pela Central Sindical ao longo de sua existência deixam bem claras as contradições existentes no seio do movimento. Segundo Fabiana Scoleso (2016), ao longo da década de 1980, “os congressos da CUT apresentaram grandes discussões sobre as problemáticas nacionais, mas também deixaram claros os seus conflitos internos” (SCOLESO, 2016, p. 106).

Desde o surgimento da CUT, em 1983, até 1991, alguns importantes afastamentos ocorreram. Foi o caso da cisão que deu origem à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e, mais tarde, daquela que originou a Força Sindical. Mas, conforme demonstra Scoleso (2016),

foi, porém, no III Congresso da CUT, em 1988, que as diretrizes da entidade começaram a adquirir nova feição. As mudanças estatutárias restringiram o número de participantes e conduziram a entidade para uma representação mais burocrática, de estrutura verticalizada. Segundo a autora, “ela se transformava em um aparelho administrativo-institucional que objetivava a participação dos trabalhadores na busca pelas soluções de seus problemas pelo plano político” (op. cit., p. 107).

De 1988 a 1991, a CUT passou por intensa redefinição de seu papel no interior do movimento operário e sindical. O início desse processo aconteceu quando o então presidente da república, José Sarney, convocou as entidades de classe a participar do chamado *Pacto Social*, conforme indicado em 1988 em nota acima.

Já no IV CONCUR, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi em 1991, a CUT realizou um balanço político da sua atuação na década anterior, apontando suas lutas históricas sobre o não pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a luta pela jornada de trabalho de 40 horas semanais, pela liberdade sindical, entre outros. O principal aspecto desse Congresso, de acordo com Scoleso (2016), foi a luta pelo controle da Central, que acabou sendo camuflada pelos debates em torno das questões estatutárias e administrativas. Segundo a pesquisadora:

As divergências em torno dos rumos da CUT ficaram ainda mais definidas no aparecimento de dois grandes blocos divergentes: a Articulação, que já estava na direção da Central desde o Congresso de 1988, com Jair Meneguelli, e que compunha forças com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical; do outro lado estavam a Corrente Sindical Classista, a Convergência Socialista e a Força Socialista, assim como outros pequenos grupos. (op. cit., p. 110)

Para além das disputas internas que marcaram o encontro, a CUT produziu um documento intitulado “Bases para um compromisso”. Nele se afirmava a consolidação da centralidade na luta que se apresentava no seu caráter pluralista e democrático, conglomerando as diversas visões táticas e estratégicas com que se constituíram, defendendo, ainda, o direito à manifestação dessas diferenças. As orientações influíram diretamente nas formas de condução dos sindicatos filiados. Essas entidades passaram a ser as sessões menores que reproduziam as resoluções e os acordos cutistas firmados em 1991, levando a cabo o sindicalismo propositivo em cujas veias circulava muito mais o desejo da negociação do que uma prática reivindicativa de massas.

Em setembro de 1991, o IV Congresso da CUT decretaria de vez os rumos do sindicalismo na era neoliberal. Suas determinações marcariam a história do movimento sindical e alterariam significativamente as suas formas políticas e organizativas nos anos subsequentes. A “Noite da Vigília”, como foi chamado o protesto que ocorreu em dezembro do mesmo ano, marcou os novos procedimentos do Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, como uma forma diferenciada de se opor ao governo de Fernando Collor de Mello.

O ano de 91 encerrou, no ABC Paulista, as atividades grevistas de grande porte e as orientações das lideranças cutistas para a disseminação de um sindicalismo propositivo se transformaram na plataforma estratégica a ser seguida pelos sindicatos filiados. Ao Sindicato dos Metalúrgicos da região, principal membro da entidade, coube o papel de redefinir seus rumos e servir de exemplo para o desencadeamento das novas relações entre patrões e trabalhadores, entre capital e trabalho.

A perda da radicalidade da CUT e a acomodação à ordem institucional alterou significativamente a capacidade de organização e luta da classe trabalhadora. Seu enfraquecimento e vacilações ideológicas permitiram a construção de um sindicalismo propositivo que aderiu às prerrogativas da era neoliberal e construiu suas novas estratégias de luta dentro desta lógica destrutiva. Ao abandonar as formas políticas e organizacionais das décadas anteriores e ao assumir a negociação como principal estratégia, a CUT e os sindicatos filiados se afastaram das bases e abandonaram sua função educativa e mobilizadora.

Muito dessa nova organicidade assumida pela CUT advinha das mudanças que estavam acontecendo dentro do PT. Para Eurelino Coelho (2005), “a derrota nas eleições presidenciais de 1989 foi um golpe duro demais para a pretensão do partido, que agora precisaria se recompor em termos ideológicos, estratégicos e práticos” para enfrentar, dentro da ordem, “os desafios da mundialização do capital e da reconfiguração política que se dava no cenário brasileiro” (COELHO, 2005, p. 235). A ideia recorrente era: o cenário histórico mudou, o PT, a CUT e as entidades filiadas também precisavam mudar.

Entretanto, Florestan Fernandes, ao escrever sobre esse *transformismo* dos órgãos de defesa dos trabalhadores advertiu:

O PT saiu das eleições com a imposição de rever suas concepções e práticas políticas, diante da irradiação do socialismo, da luta de classes, das relações com os sindicatos e a CUT, com os trabalhadores da terra e do complexo industrial, comercial e de serviços, com os radicais da pequena burguesia e das classes médias, com o movimento negro, o movimento indigenista, o movimento das mulheres, o movimento ecológico, o movimento dos favelados etc. E é imperioso que corrija suas relações

recíprocas com a esquerda reformista e revolucionária. De outro lado, se não pode se ater às “alterações de cima para baixo”, também não pode ignorá-las, o que exige uma complicada estratégia no combate defensivo e ofensivo com as elites das classes dominantes (dos empresários e capitalistas aos militares). Mas cumpre não ignorar: **sem consciência social socialista não há reforma social nem revolução**. O PT vê-se impelido para a frente pelas forças sociais que ele representa, unifica e orienta para “ocupar o poder”. Isso é pouco, no entanto, porque deve se preparar para ir mais longe: conquistar o poder e solucionar a questão do estado. Em consequência, ultrapassou os imperativos políticos de seu ventre materno, o ABCD. **Precisa refundir os fundamentos da sua existência e propor-se em termos mais exigentes seus problemas de organização. Se não fizer isso, neste instante, perder-se-á como partido de massa, socialista e revolucionário. Oscilará de posição, convertendo-se em partido da ordem, de centro-esquerda, uma fatalidade brasileira.** (FERNANDES, 1991, p. 13-4, grifos nosso)

Evidencia-se pela advertência de Florestan que a *nova esquerda* petista/cutista vivia um impasse que uma vez não solucionado de modo crítico e radical, levaria as lutas das classes subalternas a uma trajetória de conciliação com o capital e não de ruptura. Uma vez que esse salto crítico não ocorreu, a CUT se transformou numa central de sindicatos e os trabalhadores ficaram cada vez mais ausentes das decisões sobre problemas que enfrentariam ao longo dos anos subsequentes.

Integrados à lógica neoliberal e aderindo também à institucionalidade petista, os novos parâmetros políticos cutistas abriram mão da radicalidade, das bases operárias e, progressivamente, foi definindo seu novo marco de atuação.

Com o PT no Planalto, o *sindicalismo CUT* adquiriu um perfil cada vez mais institucional e se orientou por uma nova institucionalidade que passou a prever espaços de participação com certa abertura nas organizações da sociedade, na forma de conselhos, comissões, fóruns. Através de tais espaços, o *sindicalismo CUT/PT* buscou influir em políticas públicas sociais, de desenvolvimento, industriais etc., inclusive no sentido de procurar complementar e/ou compensar as perdas ocasionadas pela reestruturação produtiva e por políticas neoliberais. Afirmava-se, nesse sentido, a prática politicista do PT e da CUT.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> O conceito “politicismo” foi desenvolvido por José Chasin para explicar a forma contemporânea de separação entre as esferas do político e do econômico. Segundo o autor, “[...] a reflexão contemporânea sobre a politicidade, o entendimento político e as formas de poder têm sido freqüentemente uma visitação ao aperfeiçoamento destas normas, visando a corrigir seus defeitos e, com isso, alcançar sua perfectibilidade, desconhecendo, assim, a razão das taras sociais: o sociometabolismo do capital. Há que reconhecer, no entanto, que por natureza, a política sendo a administração do domínio de uns sobre outros, jamais pode ser a sagração da santidade. A política, em seu traço essencial, é intrínseca à forma de sociabilidade do capital, uma vez que deita suas raízes na própria vida cotidiana, onde tudo está impregnado de seu contrário. Além disso, em quaisquer de suas particularidades, é sempre uma forma de dominação, ou seja, de negação da liberdade, da autonomia de uma parte dos homens. Nesse sentido, é uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam por seu meio ser efetivamente resolvidas. A política emerge em sua dimensão

O politicismo do PT e das lideranças sindicais aprisionaram os movimentos sindicais e operários no universo estritamente político, desconsiderando as clivagens sociais determinadas pela antítese estrutural entre capital e trabalho, causando a ausência da entificação de classe essencial no intercâmbio entre movimento sindical e operário. O politicismo atou nesse contexto como freio da luta de classes e protetor da estreiteza econômica e política da burguesia transnacional. Efetivamente, submeteu a luta e a contestação ao campo defensivo e reduziu o político ao campo do debate e do “aperfeiçoamento”. Portanto, atuou como freio antecipado, desarmando previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado ao qual se reduz a vida sob a controle do capital.

A perda da capacidade contestatória promovida pelo PT/CUT levou a uma prática cada vez mais próxima da política conduzida e controlada pela burguesia nacional, pelo capital internacional e submetido aos ditames da mundialização do capital.

A década de 2000, em especial após a eleição presidencial de Lula, foi realmente marcada por uma verdadeira reviravolta “transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado. Nesse período, Lula preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais<sup>15</sup>.

Além disso, posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Como demonstra Ruy Braga (2013), vários deles assumiram posições de grande prestígio em empresas estatais – como, por exemplo, Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas –, além de integrarem o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo Lula promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o

---

histórica como força social pervertida e usurpada. Dada sua negatividade na esfera social, a politicidade se assenta numa sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado; trata-se da política como autodeterminação na forma da alienação. Uma das características do politicismo reside no artifício de priorizar a esfera da política, seccionando-a da econômica, com o que anula o primado ontológico do complexo da produção e reprodução da existência material, a centralidade da atividade prática sensível no âmbito do ser social, confundindo-a como fator que permite operacionalizar os lances políticos separados e autonomizados do âmbito do metabolismo social do capital. Na posição politicista, que separa arbitrariamente o social do econômico, acaba por dissociar o agente ativo e sensível (o social) da própria atividade sensível (o econômico), o sujeito de seu próprio predicado, e só os religa pela mediação, tornada decisiva, da atividade extra-sensível (a política). Além disso, o politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais [...] Trata-se, está claro, de um passo ideológico de raiz liberal”. In. CHASIN, 2000b, p. 125.

<sup>15</sup> Para mais detalhes, ver Maria Celina D’Araújo, **A elite dirigente do governo Lula**. São Paulo: Editora FGV, 2007.

imposto sindical e transferindo anualmente cerca de R\$ 100 milhões para tais organizações. (BRAGA, 2013, p. 204)

Esse processo demonstrava claramente um deslocamento da ação sindical do campo do conflito aberto para a negociação e a participação institucional, afastando-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas e refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes ou à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Segundo Braga (2010):

[...] o vínculo orgânico “transformista” da alta burocracia sindical com os fundos de pensão poderia não ser suficiente para gerar uma “nova classe”, [como disse Francisco Oliveira em seu texto O Ornitórrinco], mas seguramente pavimentaria o caminho sem volta do “novo sindicalismo” na direção do regime de acumulação financeiro globalizado. Chamamos esse processo de “financeirização da burocracia sindical”. (BRAGA, 2010, In. <https://revistacult.uol.com.br/home/movimentos-sociais/>)

Leon Trotsky (1978), em 1940, ao analisar o processo de burocratização dos sindicatos mexicanos e norte-americanos, foi um dos primeiros autores marxistas a chamar a atenção para o fenômeno da integração das organizações sindicais ao poder do Estado. Ele insistia que uma das palavras de ordem mais importantes seria a luta pela “independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista”. O que significaria “lutar para transformar os sindicatos em organismos das grandes massas exploradas e não da aristocracia operária” (TROTSKY, 1978, p. 103).

No Brasil, mais recentemente, João Bernardo e Luciano Pereira (2008), demonstraram como as centrais sindicais têm se comportado na gestão dos fundos de pensão e na administração de enormes verbas disponibilizadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Avançando nessa mesma linha de pensamento, ao estudar os sindicatos brasileiros e estadunidenses, os autores apontam o processo de burocratização e a política de concertação social que vêm sendo implementada no bojo das relações entre capital e trabalho.

Diante desse caminho singular da história do sindicalismo brasileiro, é fundamental compreender que o sindicato que atuou durante os governos petistas não procurou uma via alternativa de enfrentamento com a burguesia: preferiu não contrapor e muitas vezes andou na mesma direção dos patrões rumo a acordos e a negociações coletivas de caráter bastante frágil. Ao adotar esse caminho, o *novo sindicalismo* cutista se institucionalizou e se afastou dos interesses reais da classe trabalhadora. Sua burocratização produziu um sindicalismo neocorporativista e um novo tipo de engajamento com o Estado, perpetrando permanências

estruturais e o dinamismo de uma lógica de um capitalismo incompleto e cada vez mais opressor.

Ao querer se apresentar no jogo partidário e burocratizado, principalmente a partir de década de 1990, dentro da instância da Câmara Setorial Automotiva, o sindicalismo até então combativo do ABC Paulista acabou subordinando-se e adotando estratégias de ação dentro do sistema, sobrevivendo, portanto, dentro da lógica limitadora, excludente e voraz do capital.

Não se pode afirmar, contudo, que a integração das organizações sindicais ao poder do Estado no Brasil seja um fenômeno dos anos 2000. Aqui, a circulação dos dirigentes sindicais na gestão da esfera pública ocorreu muito antes de se consolidar na *Era Lula*. Essa particularidade pode ser facilmente entendida se observar o desenvolvimento histórico dos sindicatos brasileiros e as características da ordem jurídica a que eles estão submetidos.

Entre nós, a estrutura sindical, em certo momento histórico, desenvolveu-se imbricada por uma “engenharia legal” originada em 1943 no governo de Getúlio Vargas, com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e sua longa vida mostra que encontrou grande receptividade entre os dirigentes sindicais. Os principais elementos desse modelo sindical, presente até hoje na legislação, como por exemplo, o imposto sindical garantido por lei e a unicidade sindical, fizeram com que os sindicatos se beneficiassem dos lucros da globalidade do capitalismo mesmo sem serem proprietários de empresas, na medida em que seus dirigentes se haviam tornado parte integrante da organização capitalista global.

Quando em 1983 a CUT se desenvolveu, tendo como bandeiras de luta principais a ruptura com o modelo corporativista herdado de Getúlio Vargas e a ampla liberdade de organização dos trabalhadores, desencadeou-se em vários setores da sociedade a expectativa de uma ruptura radical entre o *novo sindicalismo*, considerado autêntico, e o velho sindicalismo, caracterizado como uma organização a serviço da conciliação de classe e submetida à tutela estatal.

No entanto, de acordo com Bernardo e Pereira (2008) tal ruptura não ocorreu e, com o passar do tempo, à medida que as oposições sindicais cutistas foram assumindo o controle de mais e mais sindicatos, tornando-se a força hegemônica do movimento sindical brasileiro, passou-se a observar um paulatino desapego às propostas de ruptura com o sistema sindical vigente e uma clara adaptação às facilidades advindas do modelo que inicialmente combatiam, resultando num rápido processo de burocratização dos novos dirigentes. Ainda segundo Bernardo e Pereira:

Ano após ano, a maioria dos dirigentes cutistas foi deixando de lado as bandeiras históricas de luta, a ruptura com o modelo corporativista e a criação de um sindicalismo classista, passando a atuar como uma força política conservadora. [...] Nos últimos anos, a atuação dos sindicatos no Brasil, em especial das centrais sindicais e suas cúpulas dirigentes, tem consistido na defesa da ordem. (BERNARDO; PEREIRA, 2008, p. 31-2)

Tal defesa da ordem desencadeada pelo governo PT/CUT aprofundou, cada vez mais, a perda de sentido do movimento da classe trabalhadora no Brasil e limitou a ação politicamente motivada dos trabalhadores do campo e da cidade às regras da “legislação parlamentar de representação” e ao jogo das “sociedades democráticas”.

Não seria a primeira vez que um processo como este ocorreria na história social e política das classes subalternas e de seus partidos e sindicatos. Como afirma Hobsbawm (2000, p. 155), “a história social e política do trabalho na sociedade industrial sempre foi marcada por revoluções e contra revoluções, golpes e contra golpes, avanços e retrocessos”. O movimento operário já vivenciou movimentos contestatórios que acabaram, na curta duração, transformando-se em ações reformistas ou mesmo reacionárias.

Eurelino Coelho (2005) aponta em sua tese sobre a *nova esquerda brasileira* que a história dessa organização foi marcada por uma **profunda reviravolta teórica e programática**, por uma mudança radical em todas as dimensões do seu projeto político: conceitos, perspectivas de análise, propostas de atuação, formas de organização, práticas e sujeitos sociais a quem se dirige. Para o autor, “certamente seria mais adequado dizer que um novo projeto político tomou o lugar do anterior”, no itinerário ideológico dessa *nova esquerda* partidária e sindical a partir do momento em que se desencadeou a denominada **crise do marxismo** nos últimos trinta anos do século XX. De acordo com o autor,

[...] o que está sendo chamado aqui de crise do marxismo pode ser constatado sem dificuldades através de uma observação superficial das cenas política e intelectual internacionais nos trinta últimos anos do século XX. Um grande número de intelectuais e militantes de esquerda que se identificavam como marxistas, agindo em grupo ou individualmente, passaram a recusar o marxismo e, não raro, tornaram-se críticos contumazes das idéias e projetos que defendiam até um passado recentíssimo. Fazemos uma pequena lista de casos bem conhecidos, com o propósito de visualizar a extensão do fenômeno: Ernesto Laclau, autor de conhecidas análises marxistas sobre ideologia e populismo, tornou-se um dos mais competentes arautos do pós-marxismo radical-democrata. Agnes Heller, filósofa marxista estreitamente vinculada a Lukács, deslocou-se para a “condição política pós-moderna”, em suas próprias palavras. Pierre Fougereyrollas, filósofo ligado à IV Internacional, também aderiu ao pósmodernismo. Julia Kristeva, uma conhecida intelectual maoísta, assumiu o repertório de objeções místicas contra a razão. O Partido Comunista Italiano, que chegou a contar com mais

de dois milhões de filiados sob um programa socialista, abandonou o projeto político marxista para tornar-se Partido Democrático da Esquerda (PDS, na sigla em Italiano). Cada um dos casos mencionados exigiria uma análise própria, porque muitos foram os caminhos que levaram para longe do marxismo. Aparentemente, a única coisa que todos eles têm em comum é o que eles deixam para trás: sua identificação com o marxismo. (COELHO, 2005, p. 16)

Será esse o caso da *nova esquerda* brasileira? Será que ela realmente abandonou o marxismo em decorrência da propagada crise? Por que, em tão pouco tempo, o Partido dos Trabalhadores e o seu congênere sindical – a CUT – teriam se afastado de modo tão categórico de suas bases sociais e ideológicas surpreendendo a muitos militantes?

Trataremos destas questões em nosso próximo capítulo.

## II- Luta de classes e modernização conservadora no capitalismo tardio: a americanização da esquerda e a crise da ofensiva socialista

*“Eu rompi com a visão dogmática e determinista da história e, em consequência, rompi também com a idéia de que a mera contradição de interesses entre as classes terá como resultado uma revolução socialista”.*  
José Genuíno<sup>16</sup>

*“A conquista de democracia tornou-se, desde 1974, o leitmotiv da política brasileira”.* Francisco C. Weffort

Segundo José Chasin (2000), em verdade, a *história* só surpreende aos que de *história* nada entendem, ou porque a ignoram, ou porque a temem. Há ainda os que se recusam a compreendê-la e os que estão socialmente impedidos de fazê-lo.

Se os pormenores não são, de fato, previsíveis, dada a infinidade de fatores intervenientes, sempre conhecíveis de modo apenas aproximado; se os contornos, pois, só ganham corpo na própria hora em que se efetivam os processos, do mesmo modo que os eventos não são rigidamente programáveis, em seus dias e horas; por outro lado, ao contrário disto, as grandes linhas de tendências, a necessária ocorrência dos acontecimentos básicos são amplamente discerníveis, divisíveis mesmo no longo prazo. Basta admitir a existência da ciência da história e que haja disposição social para rigorosamente se submeter à sua lógica. (CHASIN, 2000, p. 79)

Na direção do que afirma Chasin e atenta aos movimentos dialéticos da história e à longa duração do tempo histórico, Maria Pinassi escreveu em 2015 – ano em que o Partido dos Trabalhadores completava 35 anos de intensa atividade política no Brasil e na América Latina, “parte dos quais, como referência progressista na região” – que três décadas e meia de existência já eram **“tempo suficiente para entendermos melhor o sentido histórico do Projeto PT”**, algo que envolveria **“bem mais do que a simples formação de uma instituição político-partidária com vistas a disputas parlamentares.”** (PINASSI, 2015, p. 01, grifos nosso).

---

<sup>16</sup> GENOÍNO, José. Repensando o Socialismo. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 24.

Segundo a autora, fazia-se indispensável para o “pensar e o agir revolucionários” que estes “deixassem de seguir o canto de sereia das instituições mediadoras da ordem” e começassem a compreender o PT como uma “organização consentida das massas rurais e urbanas, estando historicamente ancorado num *contexto de transição burguesa possível para o país que emergia da longa ditadura militar sem disposição de romper com sua tradição autocrática*”. (op. cit., grifos nosso)

A indicação feita por Pinassi em 2015 demonstra a necessidade de analisarmos de maneira radical o “sentido” do desenvolvimento da *nova esquerda de tipo petista*. Quando utilizamos o termo “sentido”, estamos nos referindo à acepção marxiana que o mesmo possui, ou seja, estamos propondo uma investigação das raízes, das características imanentes que esse processo histórico possui, incluindo seus desdobramentos e uma crítica radical das mediações reais – bem como de suas expressões teóricas – envolvidas no processo de reprodução sociometabólica da sociedade brasileira, com vistas a evidenciar sua formação histórica, sua lógica e suas contradições internas.

Lucien Febvre afirmou certa vez que a história é, ao mesmo tempo, a ciência do passado e do presente: é a forma pela qual o pesquisador atua na sua época, na sua sociedade, e ajuda a explicar o social no presente (e, por isso, auxilia na preparação do futuro). A história, neste sentido, passa a ser entendida como um movimento do *vir-a-ser* cotidiano, como um processo produzido socialmente por homens e mulheres, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo com suas posições nas relações de produção, na sociedade e no Estado, gerando, assim, eventos históricos que evidenciam como a produção, a sociedade e o Estado se preservam e se alteram (mutuamente) ao longo do tempo.

Entender a história como um processo, ou seja, compreende-la como produção da vida cotidiana no presente, leva-nos a lidar, simultaneamente, com fatos históricos que permitem descrever tanto o “superficial” como o “profundo” na cena histórica. Leva-nos a entender as alterações da sociedade e das superestruturas políticas, jurídicas, artísticas, científicas, religiosas etc., em conjunto, tanto em seu significado para os agentes (na esfera da consciência social e do pensamento inteligente) como em seus dinamismos históricos estruturais, que conformam o presente, mas também geram o futuro. Ou seja, leva-nos a compreender o “sentido” do processo histórico.

Assim, para uma adequada compreensão do “sentido histórico do Projeto PT” e da sua atuação como *condottiere* do Estado Nacional, faz-se necessário uma investigação sobre o que consideramos ser o resultante de um processo que avança e recua, que muda de feição a todo

o momento, assumindo múltiplas configurações, valorizando ou desvalorizando certos aspectos.

Entender o desenvolvimento da *nova esquerda* brasileira, o projeto PT-CUT, a sua incidência sobre o movimento operário e sindical brasileiro e a construção do consentimento passivo brasileiro implica em considerar a existência de um longo tempo heterogêneo, descontínuo e não linear. Implica perceber que o presente encontra-se permeado de passados e que esses tempos pretéritos se realizam através do agora.

Partindo dessa concepção, a análise radical da história da *nova esquerda* brasileira deve prospectar as profundezas da estrutura, daquele conjunto articulado de relações sociais historicamente definidas, no qual vários processos históricos foram desencadeados.

Realiza-se, assim, uma atividade similar à do geólogo, que expões as diferentes camadas que o tempo ajudou a sedimentar e faz emergir à realidade concreta uma série de memórias subterrâneas ou marginais sobre um processo pouco explorado.

O que estamos afirmando é que a história da *nova esquerda* brasileira hoje não é fruto apenas de um breve tempo histórico iniciado com as reorientações políticas decorrentes de fenômenos socioeconômicos como a introdução do neoliberalismo no Brasil, a partir dos anos de 1990, e o avanço do processo reestruturação produtiva, no qual o capital introduziu um novo conjunto de meios técnicos de racionalização do trabalho. Ela não seria apenas resultado de uma reviravolta teórica e programática que deslocou a esquerda para outra visão de mundo, antagônica à sua *Weltanschauung* (leitura de mundo) anterior.

Essa *nova esquerda* dever ser entendida também como amálgama de uma longa conjuntura histórica na qual se misturaram processos de curta duração com concretudes de longa duração; no qual processos como a crise do milagre brasileiro e a transição lenta, gradual e segura do regime militar (que desencadeou no país um descolamento da centralidade e importância da temática do desenvolvimento econômico para a questão da democracia) se somam aos programas de “modernização” da América Latina desencadeada pela classe dominante estadunidense em meados dos anos de 1950 e ao processo de contrarrevolução que visava desarticular o espectro comunista espalhado pelos países latino-americanos no período do pós-guerra, disseminando uma visão de mundo na qual a dissolução ideal da unidade contraditória entre indivíduo e sociedade se daria em nome de um comunitarismo solidário (marca registrada da formação histórica dos Estados Unidos).

Tratemos, então, dessa longa duração histórica pra compreendermos a *nova esquerda* brasileira sem mistificações.

## 1. As crises do final do século XX e o surgimento da *nova esquerda* mundial.

Estudar a história do Brasil hoje e entender as características que marcam a nossa chamada *nova esquerda* é uma tarefa que requer do pesquisador, como frisamos acima, um duplo esforço: analisar profundamente as determinações do presente e compreender as vicissitudes do passado que se impuseram, e ainda se impõem, para que a atualidade tenha precisamente as características que ela tem agora. Ou seja, entender a trajetória da *nova esquerda* no Brasil hoje é, ao mesmo tempo, desvendar o passado que nos trouxe até aqui.

Tal tarefa pode parecer fácil diante da quantidade e da qualidade de textos produzidos sobre a nossa particularidade e sobre a história dessa esquerda no país. Um fenômeno contemporâneo, entretanto, tem dificultado cada vez mais essa tarefa: a destruição do passado, ou melhor, a destruição dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas. É o que Hobsbawm, em sua obra *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, caracterizou como a “presentificação” que dissolve a memória histórica. Diz ele: “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”. (HOBSBAWM, 1999, p. 13)

Inegavelmente, na atualidade a dissociação entre fato e consciência tem sido uma marca terrivelmente profunda do conjunto de todos os processos sociais. Entre o que *é e vai sendo* e as formas manifestas de sua representação (filosofia, ciência, arte, ideologia etc.) estão postas mais do que simples diferenças ou grau naturais de aproximação; na contemporaneidade, tem-se produzido cada vez mais verdadeiras contraposições extremas, levando a uma vasta produção do falso, na qual a história aparece apenas para ser negada enquanto processualidade.

No campo das Ciências Sociais, a partir de meados dos anos de 1960, uma crescente investida filosófica do irracionalismo propugnou a “diluição” de toda ordem estabelecida, relativizando o mundo e suas respectivas formas de apreensão e conhecimento, identificando a pós-modernidade como o estabelecimento de uma nova ordem a ser compreendida pelas teorias científicas. O *novismo* passou, então, a ser critério e sinônimo de cientificidade e o futuro da humanidade vinculou-se, profeticamente, a um “admirável mundo novo”, cabendo aos cidadãos de boa-fé decifrá-lo para não serem devorados. Desenvolveram-se, então, uma série de estudos em que o *novo*, o *pós* e o *neo* tornaram-se os termos mais utilizados com o objetivo de provar que as grandes metanarrativas do passado, como o ideal de revolução e a luta de classes eram coisa do passado e que o marxismo deveria ser abandonado ou revisitado.

Para muitos autores ligados ao chamado pensamento pós-moderno, a crescente complexificação do capitalismo contemporâneo e a implosão do denominado “Socialismo Real” corroboraram, decisivamente, para um questionamento implacável do marxismo como teoria social e como práxis política. Sobretudo, a partir do final dos anos de 1960, uma série de autores começou a apontar para o fato de que as novas contradições sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo não poderiam ser explicadas a partir da categoria da luta de classe produzida pelo pensamento marxista. Segundo tais autores, as novas contradições do capitalismo, não situadas no nível das relações de produção, produziram outro “inimigo” contra o qual os movimentos sociais deveriam lutar. Esse “inimigo” não poderia mais ser definido em função da exploração e da categoria trabalho, mas sim da posse de certo poder derivado de uma organização social, a um só tempo, capitalista, sexista, patriarcal e racista (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 21).

Ou seja, a partir dessa nova leitura de mundo considerada pós-moderna, a luta na contemporaneidade não estava circunscrita ao conflito capital x trabalho, mas sim ao embate social entre os *novos movimentos sociais* do final do século XX e as formas autoritárias de poder.

No Brasil, pelo menos até metade dos anos 80, o pensamento sobre a crise do capital e o surgimento de novos sujeitos esteve marcado por uma visão esperançosa de que a crise da centralidade da categoria trabalho, para quem a assumia como tal, e a crise do papel tradicional do movimento operário, e junto com ele, o modelo soviético, o papel dos partidos políticos, teriam encontrado uma substituição adequada no surgimento dos chamados *novos movimentos sociais*.

Essa visão praticamente construía uma nova concepção de luta política na qual prevaleceriam os ideais de pluralismo e a introdução da questão de gênero e de raça, “oxigenando-se a luta de classes” e, para alguns, até substituindo-a pelos embates sociais, com todas as eventuais vantagens que isso teria, porque já não se carregaria o “ranço autoritário” do leninismo, da concepção de partido, da relação verticalista que os partidos teriam com os movimentos sociais, já que esses nasceriam de maneira pluralista, reivindicando a questão da autonomia, etc.

Porém, se considerarmos que toda crise das formas lógicas do pensamento e de luta são também, e concomitantemente, crises da totalidade do mundo, veremos que o momento no qual a *nova esquerda* se desenvolveu coincide com uma “crise estrutural” do sistema do

capital<sup>17</sup>, que deixou de ser um fenômeno intermitente para se converter no modo permanente de reprodução da sociedade burguesa. Todas as contradições sociais se intensificaram em escala planetária parecendo apontar para o fim do ciclo produtivo iniciado no pós-guerra, reafirmando a lógica imanente do modo de produção do capital que “ao aspirar constantemente superar seus limites [...], só pode fazê-lo recorrendo a meios que voltam a levantar contra ela estes mesmos limites, todavia com maior força”. (MARX, 1988, p. 248)

Mais particularmente entre os anos 1970-80, a economia capitalista internacional conheceu sua primeira recessão generalizada desde o final da Segunda Grande Guerra, sendo a única, até então, a atingir simultaneamente, todas as grandes potências imperialistas. Em meados dos anos 1970, a produção industrial e o Produto Nacional Bruto (PNB) de todos os grandes países imperialistas recuaram em relação aos anos anteriores e já se percebia nesse período, uma crescente taxa de recessão e desemprego nas principais economias centrais.

Nitidamente, o capital atravessava mais uma crise clássica de superprodução, nas formas definidas por Marx em *O Capital*, combinando traços gerais, referentes às contradições fundamentais do modo de produção capitalista, com traços particulares que resultam do momento histórico no qual a mesma se produzia, ou seja, a última metade do século XX.

István Mészáros (2002) produziu um estudo extenso e sofisticado sobre a questão no qual afirma que esse foi um período histórico quando a ordem *sociometabólica* do capital se defrontou com os seus limites absolutos. Diferentemente de momentos anteriores, em que havia e foram aproveitadas as possibilidades de deslocamento das contradições estruturais do capital, no período que se acentua a partir dos anos 1970, o desenvolvimento da reprodução *sociometabólica* do capital alcançou “*seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 216, grifo nosso).

A esse respeito, Mészáros advertiu que seria necessário clarificar as diferenças relevantes entre tipos ou modalidades de crise. Assim coloca o autor (2002):

---

<sup>17</sup> Empregar o termo crise para se referir a uma época histórica do capitalismo pode suscitar alguma confusão. Robert Brenner lembra, com humor, que os “marxistas têm fama de prever com exatidão todas as crises econômicas internacionais, menos a última” (BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? **Outubro**, nº 3, São Paulo, 1999, p. 7). O debate entre marxistas sobre a possibilidade de uma crise final do capitalismo (a teoria do colapso, ou *Zusammenbruchstheorie*) foi muito intenso desde os primeiros anos da Segunda Internacional e atravessou o século XX, embora perdesse muito do seu fôlego inicial no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Nas últimas décadas do século XX, no entanto, as crises econômicas capitalistas recrudesceram e propiciaram o retorno de variantes da teoria do colapso. Utilizaremos nesta tese o conceito de crise estrutural desenvolvida por István Mészáros, em **Para Além do Capital**, particularmente o capítulo “A Ativação dos Limites Absolutos do Capital”, e os seis outros que compõem a II Parte do livro citado- “Crise Estrutural do Sistema do Capital”.

Não é uma questão indiferente se uma crise na esfera social pode ser considerada uma crise periódica/conjuntural ou alguma coisa muito mais fundamental que isso. Pois, obviamente, a forma de lidar com uma crise fundamental não pode ser conceitualizada em termos de categorias de crise periódica ou conjuntural. Para antecipar um ponto principal da crise em questão [...] é o fato de que uma crise periódica ou conjuntural evolui e é mais ou menos resolvida com êxito num determinado enquadramento político, enquanto que a crise fundamental afeta aquele enquadramento em si mesmo na sua totalidade. [...] Em termos gerais, esta distinção não é simplesmente uma questão da aparente severidade dos tipos de crise contrastantes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 234)

Vejamos, resumidas de forma tão breve quanto possível, as características definidoras da crise estrutural apontada por Mézáros (2002):

- (1) o seu carácter é universal, em vez de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira, comercial, ou afetando apenas este ou aquele ramo específico da produção, ou que se aplica a este em vez daquele outro tipo de trabalho, com o seu alcance específico de habilidades ou graus de produtividade etc.);
- (2) o seu âmbito é verdadeiramente global (no sentido literal mais ameaçador do termo), em vez de confinado a um conjunto particular de países (como foram todas as grandes crises ocorridas no passado);
- (3) a sua escala temporal é prolongada, contínua – se preferirem, permanente – ao invés de limitada e cíclica, como acabaram por ser todas as anteriores crises do capital.
- (4) o seu modo de evolução pode ser chamado de rastejante – em contraste com as mais espetaculares e dramáticas erupções e colapsos do passado – enquanto se soma à condição de que mesmo as convulsões mais veementes ou violentas não podem ser excluídas relativamente no futuro; quer dizer, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “gestão da crise” e no mais ou menos temporário “deslocamento” das contradições em crescimento ficar sem vapor... (op. cit.)

Em contraposição a uma crise não-estrutural que afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e portanto não importa quão severa possa ser relativamente às partes afetadas, não pode colocar em perigo a sobrevivência continuada da estrutura global, a crise estrutural vivida pelo capital a partir dos anos 1970 afetava a totalidade do complexo social, em todas as suas relações com as suas partes constituintes ou sub-complexos, assim como outros complexos com os quais estivesse ligado, colocando em causa a própria existência do respectivo complexo global, postulando a sua transcendência e substituição por algum complexo alternativo. (MÉSZÁROS, 2002)

Num ensaio sobre as crises do capital nos últimos anos do século XX, Ernest Mandel (1990) também trabalha com a ideia de que tal modo de produção enfrentou, em meados dos

anos de 1960/70, uma grave crise que comprometeu todo o seu funcionamento. No texto, o autor afirma que,

[...] essas recessões, assim como os tímidos sintomas de recuperação que as sucederam e que deram ao período de 1974/85 um caráter claramente depressivo devem ser compreendidas como o ponto de convergência de cinco crises de tipo diferentes: 1) Uma crise clássica de superprodução, limitada, entretanto, uma vez mais em duração e profundidade por um *deficit financing* e uma expansão do crédito em grande escala, mas marcada por uma eficácia claramente decrescente dessas técnicas anticrise inflacionárias [...]. 2) A combinação da crise clássica de superprodução com a mudança brusca da onda longa que, desde o fim dos anos 60, cessou de mover-se em sentido expansivo [...]. 3) Uma nova fase de crise dos sistemas imperialistas [...]. 4) Uma crise social e política agravada nos países imperialistas, que resultou, por um lado, da conjunção entre a depressão econômica e um ciclo específico ascendente das lutas operárias, da combatividade e politização dos trabalhadores em vários países imperialistas e, por outro lado, das reações provocadas pelas tentativas da burguesia imperialista de impor aos trabalhadores o peso da crise e a redistribuição mundial da mais-valia. [...] 5) A conjunção dessas quatro crises com a profunda crise estrutural da sociedade burguesa de mais de um decênio acentuando a crise de todas as relações sociais burguesas e, mais particularmente, a crise das relações de produção capitalista. (MANDEL, 1990, p. 197)

Nesse período, na avaliação de Mandel (1990), percebia-se a nítida exacerbação das contradições entre a **produção** e o seu **controle**, a **produção** e o seu **consumo** e ainda, entre a **produção** e a **circulação de mercadorias** (seja nacional ou internacionalmente). Era o momento de maior exacerbação dos defeitos estruturais do capital, no qual ficava visível a fragmentação interna do sistema, oriunda, principalmente, da lógica produtiva e reprodutiva do mesmo. Ou seja, tratava-se de um tempo histórico no qual se vivenciava uma crise aguda de todas as *condições gerais de produção*<sup>18</sup>, provocando uma desestruturação significativa na lógica produtiva existente e na sua conseqüente forma de organização do trabalho. Estamos nos referindo à crise do *fordismo/taylorismo*<sup>19</sup> e à crise do que se convencionou chamar de “o compromisso fordista”.

---

<sup>18</sup> Utilizamos o termo *Condições Gerais de Produção* para me referir a todas as infraestruturas, não só materiais, mas ainda, sociais e culturais, indispensáveis para que o capitalismo exista e se expanda, e que vigoram num âmbito superior ao de cada capitalista particularmente considerado. Tal termo foi desenvolvido e melhor detalhado ver: BERNARDO (2000, p. 12)

<sup>19</sup> David Harvey explicou a crise do “modo de regulamentação fordista”, entre outras causas, pelas dificuldades oriundas das formas rígidas desencadeadas pelo processo de produção e acumulação do fordismo, que se pautavam em investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa (o que impedia, em muito, a flexibilidade de planejamento e presumia o crescimento estável em mercados de consumo invariantes) e em mercados, alocação e contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista) extremamente rígidos (o que impedia o aumento da extração da taxa de mais-valia relativa). (HARVEY, 2004)

Era um período crítico cujos traços mais evidentes poderiam ser descritos, sinteticamente, de acordo com Antunes (1999):

- 1) [pela] queda da taxa de lucro, dada, entre outros elementos causais, pelo aumento da força de trabalho, conquistados durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o *controle social da produção*;
- 2) [pelo] esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. [...];
- 3) [pela] hipertrofia da esfera financeira, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
- 4) [pela] maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- 5) [pela] crise do *welfare state* [...] e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e a sua transferência para o capital privado;
- 6) [pelo] incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e a força de trabalho entre tantos outros elementos *contingentes* que exprimiam esse quadro crítico. (ANTUNES, 1999, p. 30)

Inegavelmente, por ser estrutural, a *crise das condições gerais de produção*, produzida em meados dos anos de 1960/70 reverberou também sobre o proletariado e suas formas de organização e de luta políticas, uma vez que – como não poderia deixar de ser – trata-se de um sistema que se movimenta a partir de uma relação social entre classes. Essa reverberação não somente intensificou os conflitos entre o capital e o trabalho, acentuando a luta política no período correspondente, como também, produziu novas formas de mediações sociais que impuseram às classes dominantes a necessidade de desenvolver um novo conjunto de meios técnicos de racionalização do trabalho sob o capital que pudessem superar os limites do modelo de produção e consumo em larga escala e também destruir o “poder entrincheirado da classe trabalhadora” com bem frisou David Harvey em seu livro *Condição Pós-Moderna* (2004).

Estamos nos referindo a uma crise intensa da estrutura produtiva, da forma técnico-organizacional do trabalho, baseada no modelo de produção e de consumo em larga escala. Melhor ainda, trata-se da crise de desestruturação da lógica produtiva fordista-taylorista e da sua conseqüente forma de organização do trabalho sob o capital, geradora, na concepção de Alan Bihl (1998), de uma fratura no interior do compromisso fordista e de uma profunda crise

no seio do movimento operário e em suas representações de classe tradicionais. Nas palavras do autor:

[...] a crise do capitalismo ocidental em meados dos anos 1960/70, em sua própria dinâmica, assim como nas escolhas de política econômica às quais ele levou a classe dominante, [implicou] a ruptura do compromisso social do período pós-guerra. Ruptura sem dúvida, parcial, gradual, comedida, menos marcada pelos fatos que pelos discursos, mas nem por isso menos real e consumada. (BIHR, 1998, p. 79)

A consequência desta fratura foi a ruptura com o consenso sobre o *Welfare State*, resultando em uma ofensiva dos partidos de direita que adquiriram o poder por toda Europa, como o início em 70 do regime Thatcher na Grã-Bretanha.

Dada a crise estrutural do capital no nosso tempo, seria um milagre absoluto se ela não se manifestasse – e, de fato, num sentido profundo e amplamente abrangente – no domínio da política. Pois a política, segundo Mészáros (2002), “em conjunto com o seu enquadramento legal correspondente, ocupa uma posição vitalmente importante no sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 357). Isso se deve ao fato de o Estado Moderno ser a estrutura de comando político totalizadora do capital, exigida (enquanto a ordem reprodutiva agora estabelecida sobreviver) de forma a introduzir algum tipo de coesão (ou uma unidade de funcionamento eficaz) dentro da multiplicidade de constituintes centrífugos (o “microcosmos” produtivo e distributivo) do sistema do capital.

Essa ruptura do compromisso fordista ocorria porque os seus termos (distribuição dos ganhos de produtividade entre salários e lucro, crescimento dos salários reais, contratualização e legalização da relação salarial, garantias coletivas sobre a reprodução da força de trabalho etc.) – bases para a acumulação do capital no período pós-guerra – tornavam-se obstáculos à continuidade da mesma e precisavam ser retirados.

Tal ruptura atingia, em cheio, o movimento operário e suas entidades representativas socialdemocratas que, ao longo deste período adotaram estratégias reformistas de negociação e conciliação com o capital. Fazia-se necessário, agora, desenvolver novas formas de luta contra o capital e uma *nova esquerda* que começava a se desenvolver tentava fazer isso.

Além da crise estrutural do capital e o processo de reestruturação dos meios técnicos de racionalização do trabalho, outro processo histórico importante contribuiu para a crise do movimento operário e para a afirmação de uma *nova esquerda*. Também o mundo do auto-proclamado “socialismo real” viu eclodir, especialmente nos últimos três anos da década de 1980, uma desarticulação tanto dos sistemas sociopolíticos vigentes nos Estados que

compunham o chamado “campo socialista”<sup>20</sup> –, como também, dos padrões de relacionamento estabelecidos entre tais Estados. Tal crise ficou evidente quando, em novembro de 1989, o mundo todo assistiu à queda do Muro de Berlim, via imagens de televisão, transformando o acontecimento num espetáculo midiático, ainda hoje persistentemente empregado como metáfora para a crise geral dos regimes até então vigentes a leste do rio Elba.

A superexposição das imagens das multidões confraternizando na Porta de Brandemburgo na noite de nove de novembro de 1989 terminou por ofuscar outros eventos igualmente importantes daquele ano: 1) o violento conflito do Estado chinês com os estudantes na Praça Tiananmen em junho; 2) as eleições na Polônia, que levaram à formação, em setembro, de um governo de coalizão com o Partido Comunista Polonês e o Sindicato Solidariedade; 3) a abertura das fronteiras da Hungria com a Áustria, que permitiu a migração de milhares de alemães do leste para a República Federal e teve implicações diretas para a queda do Muro; 4) a posse do opositor Vaclav Havel na chefia do governo em Praga e a insurreição popular na Romênia contra o presidente Ceaucescu, em dezembro.

Esses acontecimentos não revelavam, por si só, a trama histórica que explica a eclosão quase simultânea do mundo do socialismo real, mas, vistos em conjunto, podem ser tomados como sintomas de uma transformação histórica relevante. Num texto escrito em outubro de 1990, após mencionar os perigos de “dar um diagnóstico instantâneo” para fatos históricos, Hobsbawm se refere assim ao ano de 1989: “(...) há momentos quando acontecimentos concentrados em um curto espaço de tempo, não importa como os interpretemos, são obviamente históricos e imediatamente reconhecidos como tal”. (HOBSBAWM, 1992, p. 93)

As derrotas acumuladas pela esquerda nos diversos países do sul europeu representaram um golpe desmoralizante para todos aqueles que esperavam um novo despertar do movimento operário quando, parte da direção político-cultural do movimento operário comunista, pretendendo evitar que os erros cometidos no passado fossem repetidos, iniciou um movimento de revisão de sua atuação e, também, do marxismo.

Ao analisar a importância deste processo histórico somado à crise estrutural do capital Livia Cotrim (2007) afirma:

O ainda recente desaparecimento da URSS e a reconversão de suas unidades nacionais, bem como dos demais países que constituíam o bloco pós-capitalista, ao capitalismo; o salto qualitativo no desenvolvimento das

---

<sup>20</sup> Estamos nos referindo aqui aos países que compunham o bloco europeu e que possuíam, à época, fortes estruturas urbano-industriais. Tal afirmação não se estendia nesse período às repúblicas de Cuba e Democrática Popular da Coreia, nem inteiramente para as repúblicas Popular da China e Socialista do Vietnã. Para melhor desenvolvimento desta questão ver: NETTO, 1993, p. 56.

forças produtivas nas últimas décadas, demonstrando que o capital continua capaz de o promover, ainda que sob formas cada vez mais contraditórias e desumanizadoras; a conseqüente transfiguração por que passa a classe trabalhadora, envolvendo a desapareição ou, ao menos, a redução e perda de importância de categorias profissionais que encarnavam, desde meados do século XIX, a vanguarda do trabalho, o proletariado, sem que as que passarão a corporificá-lo tenham se manifestado como tais – em outras palavras, a evidência final do fracasso do pós-capitalismo travestido de socialismo, a renovada capacidade do capital de promover a ampliação das forças produtivas materiais e espirituais, e o eclipse do sujeito revolucionário pela extinção do velho proletariado – perfazem o quadro histórico no qual foram também enterrados os instrumentos práticos e as concepções teóricas que caracterizaram as esquerdas, reais e nominais, ao longo do século XX. (COTRIM, 2007, p. 11)

Foi neste cenário de crises que o debate sobre a sociedade civil e a democracia voltou a ganhar folego. A discussão invadiu a Polônia em meados dos anos 1970 e, nesse sentido, parecia indissociável da crise e *débâcle* do socialismo real e do surgimento de movimentos populares como o *Solidariedade*. A sociedade civil tornou-se bandeira política de grupos dissidentes do Leste, os quais passaram a reivindicar liberdade de imprensa, de associação e reunião, participação no poder, pluralismo político e estado de direito, nos termos das democracias capitalistas. Tratar-se-ia de uma “revolução recuperativa”. (SANTOS, 2017, p. 67)

Indissociável desse quadro político complexo, o contexto teórico da redescoberta da ideia de sociedade civil colocava em xeque os ideais marxianos de revolução e emancipação humana. Tal discussão queria mesclar aspectos-chave da crítica marxiana da sociedade burguesa com

[...] reivindicações do Liberalismo relativamente aos direitos individuais, o realce de Hegel, Tocqueville e dos pluralistas de uma pluralidade de associações societárias e intermediações, a ênfase de Durkheim sobre a componente da solidariedade social e a defesa da esfera pública e da participação política destacadas por Habermas e Arendt. (COSTA, 1994, p. 40)

Tratar-se-ia da tentativa de delinear, em vista de uma superação do marxismo e com ele da ideia de totalidade, o esboço de uma teoria social pós-marxista.

Fato é que ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, especialmente a partir do último quarto do século XIX, a esquerda mundial vem sofrendo um gradativo processo de reformização. Não obstante o impulso revolucionário que a luta contra o capitalismo recebeu com a revolução soviética e cubana, esse processo se tornou cada vez mais amplo e intenso,

até assumir a forma atual da chamada via democrática para o socialismo, ou até abrir mão completamente da proposta de superação do capitalismo.

Segundo Tonet e Nascimento (2017):

Só o exame do processo histórico decorrido ao longo destes últimos cento e cinquenta [anos] pode nos ajudar a compreender essa complexa e contraditória situação. Certamente, uma compreensão mais detalhada e profunda desta situação mereceria inúmeros e alentados estudos. *Parece-nos, contudo, que existe, nesse processo, um fio que corre ao longo de todo ele e que podemos denominar: o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política.* (TONET; NASCIMENTO, 2017, p. 2, grifos nosso)

Indiscutivelmente, na linha do que afirmam Tonet e Nascimento, não podemos considerar a reformização da esquerda uma novidade ou uma particularidade da esquerda em nosso país. A estratégia da cidadania e da ampliação dos direitos para se alcançar a justiça social começou sua trajetória ao final dos anos 50 do século passado. A “reciclagem” do stalinismo por meio da adoção da chamada “via democrática”, a renúncia formal do objetivo socialista por parte da socialdemocracia alemã e a retomada do liberalismo-democrático, ancorado no pensamento de autores como Alexis de Tocqueville, estavam a vigorar dentro do movimento operário e da esquerda mundial desde o momento em que a URSS começa a sofrer um processo de reestruturação.

A afirmação da linha de atuação socialdemocrata no interior do movimento operário e de seus partidos trouxe consequências funestas para o projeto revolucionário de emancipação do trabalho. Em termos práticos, segundo Mészáros (2002), essa forma de conceber a política – oriunda da amálgama entre o voluntarismo político nascido da adversidade soviética para a transição socialista e da exacerbação do racionalismo científico da II Internacional – significou a “divisão catastrófica do movimento nos assim denominados ‘braço político’ e o ‘braço sindical’ do trabalho”,

[...] com a ilusão de que o “braço político” poderia servir ou representar, codificando legislativamente, os interesses da classe trabalhadora organizada nas empresas industriais capitalistas pelos sindicatos de cada ramo do “braço sindical”. Mas com o passar do tempo, tudo se deu exatamente ao contrário. O “braço político”, ao invés de assegurar seu mandato político em íntima colaboração com o “braço sindical”, usou as regras do jogo parlamentar para subordinar os sindicatos a ele e as determinações políticas decisivas ao capital impostas através do parlamento. Assim, em vez de fortalecer politicamente a força de luta do “braço sindical” nos seus confrontos com as empresas capitalistas, desse modo intensificando o potencial emancipador do

trabalho, o “braço político” limitou os sindicatos [...] a “disputas estritamente econômicas do trabalho”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 834)

Segundo Maria Pinassi e Silvia Adoue (2017), tal cisão provocou profundas fraturas no seio da luta pela emancipação humana. De acordo com as autoras:

De todos os ardis ideológicos forjados pela ordem burguesa para zelar por sua própria preservação, a suposta autonomia entre as esferas econômica e política se confirma como o mais eficiente e longo deles todos. Ainda hoje, passados 226 anos da promulgação da primeira Constituição Liberal da França (1791), a ilusória separação de sociedade civil e Estado, ponto determinante da economia política de Hegel, permanece exercendo enorme encantamento tanto sobre incautos como acautelados.

Entre estes últimos, incluímos os iniciados na cultura política que compõem os quadros das esquerdas, cujos programas, desde a segunda metade do século XIX, costumam vir infestados pelo que Marx definiu como “credulidade servil no Estado”. Dali em diante, e a despeito do agravamento social global, provocado pelas várias ofensivas imperialistas do sistema de reprodução social do capital, a crítica das armas foi paulatinamente deposta em benefício das saídas pacíficas pela “lei de bronze do salário” (Lassalle), pela via parlamentar e pelo Estado nacional. (PINASSI; ADOUE, 2017, p. 2-3)

A entrada dos anos 1970 foi acompanhada por fortes questionamentos à atuação dos partidos comunistas na Europa Ocidental. O Maio de 68 sacudiu suas convicções e atropelou análises há muito sedimentadas. Somado ao impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e às consequências do conflito sino-soviético tem-se uma amálgama de constrições que impôs às direções comunistas uma brutal crise política. Na França e na Itália,

[...] a radicalização das exigências econômicas do sindicalismo e de toda a estratégia esquerdista (o restabelecimento dos conselhos de trabalhadores) [intensificou] uma ameaça ao poderoso baluarte da organização comunista reformista – apesar da inversão de rumo depois de maio de 1968. (MARCUSE, 1973, p. 4 2)

Com o aprofundamento da crise estrutural do capital a partir do final dos anos 60, desenvolveu-se uma nova esquerda articulada e com objetivos definidos, resultando em movimentos de massa e em reivindicações mais claras que obtiveram alcance nacional nos países europeus-ocidentais e nos Estados Unidos. Refiro-nos ao movimento dos direitos civis, à resistência à guerra, ao movimento universitário e ao próprio movimento hippie. Tais ações apareciam articuladas a uma perspectiva abrangente, incidindo sobre termos mais genéricos

que envolviam as camadas médias urbanas: uma nova moralidade, a emancipação da sensibilidade, a liberdade “aqui e agora”, a própria revolução cultural. Os desdobramentos prático-políticos conhecidos foram as ocupações de prédios, a busca de unidade de ação, a articulação com o movimento negro, além das bases sociais feministas e ambientalistas.

Entre outras coisas, o que diferenciava tais lutas das antigas formas de atuação da esquerda era o fato de que elas não visavam a uma mudança no futuro (depois da tomada do poder), mas no presente; uma mudança que se manifestaria no cotidiano dos participantes, implicando uma transformação cultural (modo de se relacionar entre as pessoas e de pensar essa relação, a relação homem-mulher etc.) na qual seria valorizada a afetividade assim como a subjetividade; a autonomia em face de qualquer instância que se pretendesse superior – partidos, intelectuais, direções vindas de fora, vanguardas, igrejas. Tais lutas aparentemente se opunham a qualquer tipo de centralismo, cupulismo, dirigismo, praticando o que se convencionou chamar de uma democracia de base.

Essa nova postura vislumbrava a construção de novas relações cotidianas, ainda que no capitalismo, o que envolvia a ultrapassagem de valores morais, éticos e sensoriais. Isso trazia para a cena política a questão da estética, dos costumes, dos modos de vida. Introduzia, também, a concepção de que “a reformulação das necessidades morais impulsionaria novas relações entre os sexos, entre as gerações, entre homens e mulheres e natureza”. A emancipação passava a ser apropriada como satisfação dessas necessidades, “que são simultaneamente sensoriais, éticas e racionais” (MARCUSE, 1973, p. 25).

Diante do cenário de crises acima exposto e do surgimento de novos movimentos sociais, inegavelmente, abriu-se uma situação paradoxal ao pensamento e à política de esquerda: de um lado, esta sofria a desmobilização de uma experiência frustrada e o fogo cerrado da luta ideológica; de outro, vivenciava as contradições inerentes ao capital, desta feita, desencadeadas pelo patamar de desenvolvimento alcançado na última revolução técnico-científica. Ao invés de encarar as crises, afirmando a “atualidade histórica da ofensiva socialista”, como sugere Mészáros (2002), a opção foi renunciar ao marxismo. Uma vez que o socialismo fora derrotado hegemonicamente, na visão dessa *nova esquerda*, desapareceria, também, a alternativa ao capitalismo.

As discussões passariam a girar, agora, em torno da ideia de “até que ponto, e de que maneira, o capitalismo deveria ser governado e regulado”. Tornavam-se prioritárias para essa *nova esquerda*, a “revalorização da política dos grupos marginais”; a ação conjunta e complementar entre governo e “movimentos sociais, grupos de pressão unidirecionados,

ONG's e outras associações de cidadãos” com o governo tendo por função “conciliar as reivindicações divergentes de grupos de interesse especial”. (GIDDENS, 2000, p. 53,62)

O saldo teórico-político dessas novas tendências imprimiu marcas na esquerda que repercutiram ao longo das últimas décadas, com impactos diferentes nos partidos políticos, em seus contextos nacionais específicos.

O sentimento de derrota que tomou conta da esquerda comunista com o fim da URSS e do “socialismo real” proporcionou todo tipo de escapismo e de busca por falsas saídas intelectuais. Além de um profundo revisionismo teórico-político, longe de se configurar como uma autêntica autocrítica, parte da esquerda se refugiou em alternativas cada vez mais reformistas.

Desapareceu, para essa esquerda renovada pós-marxista e pós-moderna, a necessidade de superação do sistema do capital. Para ela, todas as desigualdades não passariam de “disfunções do sistema”; elas não decorreriam mais do antagonismo entre as classes sociais. As desigualdades inerentes ao capital e suas conseqüentes crises deveriam ser tratadas como passageiras e controláveis, já que, como demonstra Anthony Giddens (2000) “não se segue [...] que tais tendências [as crises] estão fadadas a continuar ou a se agravar. A inovação tecnológica é imponderável, e é possível que em algum ponto a tendência à maior desigualdade possa se inverter” (op. cit., p.115).

No fundo, estava sendo gestada uma esquerda em consonância ideológica com os ideais da direita. Uma esquerda defensora da ideia de uma “responsabilidade privada” perante os problemas sociais, que apontava o mercado e a livre iniciativa como os salvaguardas do funcionamento “racional e eficiente” do sistema. Segundo James Petras (2000), era uma esquerda que em muito se aproximava da reordenação teórica do neoliberalismo. Segundo o estudioso, as teses que falavam sobre

[...] “os excluídos”, “os indefesos” e “a extrema pobreza” sem jamais passar de seus sintomas superficiais para analisar o sistema social que produz estas condições, [...] despolitizaram setores da população, ignoraram seus compromissos frente as atividades do setor público e se valeram de líderes sociais potenciais para a realização de projetos econômicos pequenos. (PETRAS, 2000, p. 2)

Raramente assumido pelos agentes que o propagam com a designação doutrinária que o tornou reconhecido, o neoliberalismo penetrou e se consolidou inclusive nas cidadelas antes mais inexpugnáveis ao imperialismo do capital. Menos perceptível, porque muito mais sutil, e

muito menos criticada, porque geralmente vista por seu lado positivo, a mesma disseminação ocorreu com as ideias da pós-modernidade e da *nova esquerda* e seu antiuniversalismo.

Originárias do Ocidente tanto quanto o Iluminismo por elas denunciado, as teorias pós-modernas são hoje em dia estudadas em quase todo o planeta, na Europa como nas Américas, na Índia como na Eslovênia, na Sérvia como na Austrália, nos centros de estudos de Berkeley como nas universidades de Pequim (ou Beijing, como se diz agora). Entendê-las faz-se fundamental neste momento, porque elas são, inegavelmente, o arcabouço ideológico no qual se sustentará a *nova esquerda*.

Não poderemos, dados os objetivos de nossa tese, fazer uma discussão aprofundada sobre tal ideologia e seus principais autores. Explicar a pós-modernidade nos levaria a uma profunda reflexão sobre as formas do desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Limitar-nos-emos, então, a demonstrar como a teoria pós-moderna e os autores do pós-marxismo foram importantes na construção ideológica da *nova esquerda* em meados dos anos 1960.

É preciso ressaltar que tal ideologia só se tornou possível porque particularmente a partir de 1968, os antigos “atores” das lutas universalistas passaram a encarar separadamente **cultura** e **economia**. E, como quase tudo o que tem ocorrido na experiência histórica do mundo desde o século XVIII, para o bem e para o mal, essa separação metodológica, intelectualmente engendrada no pensamento europeu, traduziu-se em práticas consistentes primeiro nos Estados Unidos e de lá se espalhou por todos os continentes, num processo de *americanização* muito pouco analisado, o qual chamaremos de a *americanização de movimentos sociais*.

## **2. Culturalismo, pós-modernidade e americanização da esquerda: A Guerra Fria cultural e os Centros de pesquisa.**

Enquanto na esfera da economia, o neoliberalismo desenvolveu-se como o receituário para “salvar” o capitalismo de sua crise estrutural do final do século XX, a pós-modernidade – ou pós-modernismo, no dizer de grandes críticos como Fredric Jameson e Terry Eagleton – desencadeou-se como a ideologia de afirmação da lógica cultural da diferença e da superação do dogmatismo marxista que, na leitura pós-moderna, sempre subordinou as formas culturais às estruturas econômicas.

Segundo Perry Anderson (1999), o termo pós-modernismo surgiu uma geração antes do seu aparecimento na Inglaterra ou nos Estados Unidos.

Foi [...] Frederico Onís, quem imprimiu o termo *postmodernism*. Usou-o para descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo: a busca de refúgio contra o seu formidável desafio lírico num perfeccionismo do detalhe e do humor irônico, em surdina, cuja principal característica foi a nova expressão autêntica que concedeu às mulheres. (ANDERSON, 1999, p. 9-10)

Tratava-se de um estilo estético no qual as ideias oriundas da modernidade, ou mesmo dos movimentos artísticos renascentistas que precederam a racionalidade, pareciam não mais dar conta do alcance que determinados artistas da época pretendiam. A ideia pós-moderna criada por Onís não teve grande impacto imediato, aparecendo no cenário intelectual apenas vinte anos mais tarde, significando mais uma categoria de época do que um estilo estético.

Assim iniciada, ao longo do século XX, a ideia filosófica “pós” ganhou expressão e maior significado, passando a compor os discursos de variados intelectuais progressistas como Michel Foucault<sup>21</sup>. Entretanto, foi Arnold Toynbee, ainda segundo Anderson (1999) quem utilizou o termo pela primeira vez nas Ciências Sociais com o objetivo de auxiliar na esquematização e reflexão sobre as formas da sociedade ocidental a partir do pós-guerra. Para Toynbee, fazia-se necessária a revisão de todos os paradigmas que davam sustentação a sociedade ocidental no século XX, a começar pelas forças do nacionalismo e do industrialismo, uma vez que, em decorrência da circulação de capitais produtivos, cada vez mais internacionalizada, havia sido alterado o poder nacional do industrialismo. (op. cit. p. 14)

O momento decisivo no campo das Ciências Sociais para a consolidação do conceito de pós-modernidade foi o lançamento, em 1979, do livro *La condition postmodern* (A condição pós-moderna) de Jean-François Lyotard, no qual se defendia a ideia de que tal termo ligava-se ao surgimento de uma sociedade pós-industrial – teorizada por Daniel Bell e Alain Touraine (entre outros) – na qual o conhecimento tornara-se a principal força econômica de produção numa corrente desviada dos Estados nacionais. Segundo Lyotard, a sociedade a partir do final dos anos de 1950 tinha se transformado numa rede de comunicações linguísticas, flexíveis e temporárias, compostas por uma multiplicidade de jogos diferentes, cujas regras não poderiam ser medidas pelo conflito dualista de teorias como o marxismo e sua categoria da luta de classes.

---

<sup>21</sup> Mesmo reconhecendo que Foucault não tenha assumido um rótulo “pós-moderno”, devo citá-lo aqui como um pensador significativo desse grupo. De fato, parece não haver uma classificação epistemológica para Foucault, mas suas ideias nasceram da crítica à racionalidade moderna. Para maiores detalhes, ver EAGLETON (2011).

A questão central para este autor é a da fundamentação da legitimidade dos discursos, particularmente dos discursos científicos, no contexto de uma sociedade na qual os vínculos entre os indivíduos já não seriam modernos. Isso quer dizer que eles já não poderiam ser sociologicamente representados pelo funcionalismo ou pelo marxismo, os dois grandes modelos modernos de representação do vínculo social, mas apenas através de jogos de linguagem, que posicionam os indivíduos como remetentes, destinatários ou referentes. Os diferentes jogos de linguagem possuiriam suas próprias regras, que não poderiam ser traduzidas de um jogo para outro (o que é reconhecido como válido no âmbito da ciência, digamos, pode não ter nenhuma validade ou não fazer qualquer sentido para a religião).

O procedimento tradicional de legitimação da ciência, segundo Lyotard, era a de uma remessa a jogos de linguagem externos à própria ciência. A natureza do discurso científico, denotativa, não admitiria no seu interior a estrutura do relato, que dispensaria a apresentação de provas. No entanto, paradoxalmente, é aos relatos que a ciência teria de recorrer para justificar a sua própria existência, a validade dos investimentos aplicados no desenvolvimento das pesquisas e das instituições acadêmicas:

O saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer ao outro saber, o relato, que é para ele o não saber, sem o que é obrigado a se pressupor a si mesmo e cai assim no que ele condena, a petição de princípio, o preconceito. (LYOTARD, 2002, p. 53)

Os dois tipos básicos de relatos de legitimação da ciência seriam, para Lyotard: uma narrativa política, desenvolvida a partir da Revolução Francesa, e outra filosófica, na qual Hegel é a referência central. A primeira é a narrativa da emancipação, “tem por sujeito a humanidade como herói da liberdade”, e nela a ciência se justifica na medida em que colabora para o contínuo progresso rumo à libertação da escravidão e da opressão. A segunda é de natureza especulativa, nasce da função reflexiva do saber filosófico que avoca para si a prerrogativa de

[...] dizer o que é o Estado e o que é a sociedade. Mas não pode desempenhar este papel senão mudando de patamar, [...] deixando de ser o conhecimento positivo do seu referente [...] e vindo a ser também o saber destes saberes, isto é, especulativo. Sob o nome de Vida, de Espírito, é a si mesmo que nomeia. (op. cit., p. 62-3)

Em ambos os casos, a fonte de legitimação seria uma narrativa, um jogo de linguagem diferente e não traduzível para a linguagem científica. **O que caracterizaria a condição pós-**

**moderna seria a perda de credibilidade dos grandes relatos legitimadores, tanto o especulativo quanto o de emancipação.** Este é o ponto nodal da tese, mas o autor não se preocupa em explicar a gênese desse fenômeno.

Os jogos de linguagem proliferariam sem controle externo e sem que haja meios de estabelecer uma linguagem universal, ou metalinguagem, que proporcionasse um ponto de vista superior. Cada jogo é irreduzível, intraduzível:

Não se poderia assim julgar nem sobre a existência nem sobre o valor do narrativo a partir do científico, nem o inverso: os critérios pertinentes não são os mesmos para um e outro. Há, apenas, que se admirar com estas variedades de espécies discursivas, como se faz com as espécies vegetais e animais. Lamentar-se sobre a ‘perda do sentido’ na pós-modernidade seria deplorar que o saber não seja mais principalmente narrativo. É uma inseqüência. (op. cit., p. 49)

Assim sendo, de acordo com Perry Anderson (1999), com *A Condição pós-moderna* Lyotard anunciou o eclipse total de todas as narrativas grandiosas. Mas aquela cuja morte ele procurava garantir acima de tudo era, claro, a do socialismo clássico (ANDERSON, 1999, p. 39).

Na verdade, o que estamos afirmando é que o desenvolvimento do pós-modernismo sintetizava o espírito intelectual de uma época o qual se combatia a ideia de emancipação humana e a esperança iluminista de que o progresso do esclarecimento proporcionaria a resolução dos principais problemas da humanidade. O sentimento pós-moderno era de que **as utopias precisam ser rebaixadas ou eliminadas**, porque progresso, ao invés de bem-estar, é responsável por novas e devastadoras tragédias. O futuro não seria alcançado por explosão, mas por implosão. **Em política, a emancipação era um conceito em decomposição e deveria ser substituído por práticas liberadoras dentro das regras do jogo da democracia formal.**

Entretanto, se foi com Lyotard que o termo pós-moderno ganhou mais notoriedade na universidade, foi com a *nova esquerda* inglesa desenvolvida a partir dos anos finais de 1950 e os movimentos de luta por reconhecimento, desencadeados nos Estados Unidos em meados dos anos de 1960, que as críticas às metanarrativas da modernidade chegaram aos movimentos sociais.

Decepcionados com o regime soviético, até então a principal liderança e referência do comunismo mundial, em virtude da divulgação em 1957 do famoso relatório de Nikita Krushev, no qual se denunciava os crimes do stalinismo, alguns membros dissidentes do

Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB) procuraram desenvolver uma abordagem mais humanista e revisada do marxismo, como uma alternativa à ortodoxia defendida pelos soviéticos e imposta aos países sob a influência de Moscou. Nascia, assim, uma *new left* na Inglaterra que produziu importantes críticas ao marxismo vulgar e ao dogmatismo stalinista.

Segundo Maria Elisa Cevasco (2003), o CPGB sempre foi um partido de intelectuais proeminentes, com ramificações importantes nas universidades tradicionais britânicas. Era parte integrante de “uma florescente cultura de esquerda que nos anos 1930, os anos da Grande Depressão e da ascensão do fascismo, pela primeira vez na história, dominava a vida intelectual inglesa.” Foi no interior do CPGB que se criou o “grupo de historiadores que iria reescrever a história da Grã Bretanha e projetar a historiografia como uma das mais instigantes contribuições desse país às ciências humanas” (CEVASCO, 2003, p. 81). O objetivo de tal grupo, formado por autores como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e E.P. Thompson, era contribuir de forma criativa para a teoria marxista e buscar ligação de seus trabalhos de historiadores com a prática política.

Parte do esforço do grupo era dirigido a escrever a história do ponto de vista do povo, revivendo as tradições de radicalismos que haviam, ao longo do tempo, desafiado a ordem estabelecida. Seu enfoque iria expandir a ênfase tradicional da historiografia marxista em história econômica para abarcar não só de que viviam as pessoas, mas como também sua mentalidade, seus hábitos, suas esperanças, sua cultura, abrindo espaço para um marxismo cultural riquíssimo que iria marcar as primeiras produções dos estudos culturais. (CEVASCO, 2003, p. 82)

Entretanto, a crise de 1956 veio colocar um ponto final nessa cultura comunista dentro do CPGB e abrir espaço para a continuação de sua contribuição intelectual no interior de uma *nova esquerda*, que não se alinhava automaticamente a Moscou.

No ano seguinte ao surgimento da *nova esquerda* na Inglaterra, desenvolve-se uma *nova esquerda* na França e, em 1960, o sociólogo estadunidense C. Wright Mills ajudaria a popularizar a expressão nos Estados Unidos em sua *Letter to the New Left* (Carta à Nova Esquerda), texto no qual afirma ser necessário um novo tipo de movimento de esquerda, que não mais se prendesse tão somente, como era tradicional, ao operariado e às questões econômicas, e abordasse os novos problemas que ganharam expressão entre os intelectuais dos anos 1950, como a alienação dos indivíduos na sociedade de massas.

Segundo Souza (2009), ao longo da década, especialmente a partir de 1968 e até os primeiros anos da década de 1970, a expressão ganharia circulação mundial, passando a

designar uma vasta gama internacional de movimentos os mais variados, independentes entre si e, não raro, simultâneos, que, no entanto, possuíam algumas características comuns:

- 1) ***Oposição à dominação radical, política e patriarcal, bem como à exploração econômica:*** os movimentos da *nova esquerda*, tal como Mills propusera, iam além do combate à desigualdade e à exploração no âmbito econômico, de classe; eles se caracterizavam por um antiautoritarismo que se manifestava também na cultura e na crítica à burocratização dos mais diversos setores sociais. Isso incluía, por exemplo, desde a defesa dos direitos das minorias étnicas, como os negros nos Estados Unidos, até a crítica ao sexismo da sociedade patriarcal, que embasaria a ascensão das feministas, já nos últimos anos da década. Para esses grupos fazia-se fundamental a afirmação da liberdade individual e da primazia da justiça social como o fundamento moral da nova esquerda, representando uma afirmação filosófica da subjetividade contra o materialismo objetivista do marxismo soviético;
- 2) ***Conceito de liberdade não apenas como liberdade da privação material, mas também como liberdade para criar novos seres humanos:*** a *nova esquerda* não nascia como uma organização política para promover críticas à exploração econômica, mas às formas de opressão em outros âmbitos, como o político e o cultural e/ou psicológico (embora questões econômicas possam ter sido posteriormente incorporadas).
- 3) ***A extensão do processo democrático e a extensão dos direitos do indivíduo:*** dentro dos movimentos, princípios estritos de democracia eram a regra, e a democracia participativa de baixo para cima definia o processo de interação desde as maiores assembleias até os menores comitês;
- 4) ***Uma base “revolucionária” ampla:*** a nova esquerda, preocupada com a ideia de liberdade e de libertação dos mais diversos grupos, refutava à análise tradicional do proletariado como o agente da transformação da sociedade. Em vez disso, enfocava os grupos postos à margem da sociedade, ao mesmo tempo em que parte significativa de seus militantes provinha da classe média, sobretudo dos estudantes universitários e;
- 5) ***A ênfase na ação direta:*** as ações valorizadas pela *nova esquerda* não eram mais as antigas greves trabalhistas (embora, em alguns casos, como na França em 1968, elas pudessem ter um papel), mas atos geralmente caracterizados pela ocupação de espaços públicos, por meio de piquetes e tomada de prédios públicos, cuja amplitude se tornou

maior, sobretudo, a partir dos anos finais da década de 1960. (SOUZA, 2009, p. 17-19)

As características acima elencadas por Rodrigo Farias de Souza (2009) levaram a *nova esquerda*, de uma forma geral, a determinadas tensões e conflitos em relação à esquerda marxista, uma vez que esta colocava ênfase na organização dos trabalhadores como “método” de transformação da sociedade e aquela trabalhava com a ideia de “novos personagens entrando em cena”. Para a *nova esquerda*, lutas contra a segregação racial e a alienação, por exemplo, eram muito mais próximas e urgentes do que a luta do operariado pela transformação do capitalismo em socialismo.

Afirmavam-se as lutas sociais com objetivos identitários, nas quais a “cultura do povo” e uma vigorosa valorização do cotidiano eram cada vez mais enfatizadas em contraposição à ideia de “racionalidade” organizativa de partidos e movimentos comunistas. Desenvolvia-se uma intelectualidade pós-marxista que afirmava cada vez mais uma visão de mundo na qual **a transformação social viria de um novo padrão sociocultural produzido por uma sociabilidade diária germinada nas novas lutas culturalistas e nos novos movimentos sociais em luta por reconhecimento** e não por meio de uma revolução socialista de tomada do poder.

Embora cada qual tenha sua própria teoria da modernidade, tais autores compartilham mais ou menos o mesmo argumento central. Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações coletivas.

Em *La voix et le regard* (1978) e, com mais precisão, em *O retorno do ator* (1983), Alain Touraine distingue dois padrões de sociedade, aos quais corresponderiam dois tipos de movimento. A sociedade industrial teria por fulcro a indústria e o trabalho industrial e nela vigeria a divisão entre o plano da produção, regido pela técnica, e o da reprodução, o reino da cultura. Os conflitos produtivos predominariam e os atores das mobilizações seriam os trabalhadores industriais. Isto é, o movimento operário teria sido a forma típica de conflito da sociedade industrial, correspondente ao processo de industrialização europeia.

Após os anos 1960, teria se configurado um novo padrão de sociedade, que Touraine, inicialmente, chama de “sociedade programada” e depois de “sociedade pós-industrial”, na qual a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade.

Os conflitos do trabalho teriam se diluído, processados pelas instituições democráticas, como expansão de direitos, e pelas instituições capitalistas, como aumento de salários.

A dominação teria se tornado eminentemente cultural, feita por meio do controle da informação por uma tecnocracia. Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas: “o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte” (TOURAINÉ, 1989b, p.13).

As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os novos sujeitos não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição. Seus exemplos principais são os movimentos feminista e ambientalista.

Esses novos movimentos sociais não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, “no nível dos próprios problemas sociais”, seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. (op. cit.)

Para autores como Alain Touraine (1989) tais movimentos nasciam justamente porque a sociedade desse período via desaparecer, diante dos seus olhos, simultaneamente o “sagrado e o tradicional”. Os movimentos eram novos porque nasciam no bojo de uma nova sociedade, mais informacional e massificada, onde a mobilização, cada vez mais generalizada entre as populações do mundo, enfraquecia o papel dos intermediários. Segundo o autor:

A ideia difundida pelo leninismo e de maneira muito mais extrema pela maioria dos movimentos nacionalistas e revolucionários do Terceiro Mundo, de que as reivindicações sociais precisam ser assumidas por um partido político para saírem da dependência em que se encontram, [parecia] já muito em atraso com relação à prática das [atuais] sociedades industrializadas. (TOURAINÉ, 1989, p. 8)

Segundo Jürgen Habermas (1995), as mudanças sociais produzidas no mundo pós-guerra teriam sido provocadas pelos esforços deliberados e intencionais de agentes racionais que se deram conta, individual ou coletivamente, da necessidade de enfrentar as novas

demandas sociais com “novas instituições políticas”, nas quais se desenvolviam “novas concepções deliberativas de democracia” cujo fundamento encontrar-se-ia no “equilíbrio de interesses”, enquanto uma “forma de compromisso”, possível somente mediante uma “disponibilidade para a cooperação”. Os prováveis conflitos seriam superados por meio da construção de um “consenso de fundo baseado no fato de que os cidadãos partilham de uma mesma cultura” e empreendem ações orientadas para o entendimento. (HABERMAS, 1995, p. 44-46)

Seria necessária a construção alternativa de um projeto que eliminasse a separação entre as “iniciativas autônomas dos cidadãos” e o mercado; uma relação completamente transformada “entre as esferas públicas autônomas auto-organizadas, de um lado, e os domínios de ação regidos pelo dinheiro e pelo poder administrativo, de outro lado”. (HABERMAS, 1987, p. 108)

Este projeto alternativo teorizado por Habermas não era apenas um arrazoado de ideias desconectadas de qualquer base material. O autor alemão falava, na verdade, de um novo tipo de esquerda que surgia neste longo contexto de transformações e crises, e que era constituído por grupos organizados da sociedade civil, em sua maioria apoiados em fontes de financiamento internacional, entidades ligadas às igrejas (cristãs) e a setores diretamente empresariais, fortemente internacionalizados. Estamos falando das Organizações Não Governamentais (ONGs) que começam a aparecer no cenário mundial a partir do final dos anos de 1970 e no Brasil, na década de 1980.

A *nova esquerda*, influenciada pelos ideais de revisão do marxismo e de crítica aos projetos políticos de emancipação contidos nas obras de autores como C. Wright Mills, Jean Lojkine, Manuel Castells, André Gorz, Alain Touraine, lutava pela construção de uma “esfera da liberdade” na qual os indivíduos se realizariam plenamente, como “o lugar onde é possível criar sentido para aquilo que, em si mesmo, nenhum sentido possui”<sup>22</sup>. É evidente que este ser humano pensado “na esfera da liberdade” só poderia ser o indivíduo idealizado como ser dotado da capacidade plena de fazer escolhas. Encontramos aqui, pois, **o indivíduo concebido segundo a visão liberal**.

A ideia de transição ao socialismo, quando ainda aparecia nesses grupos, não estava mais relacionada à expectativa de uma crise deflagrada pela contradição entre as relações de produção e as forças produtivas, tanto mais porque, para eles, o capitalismo das quatro décadas finais do século XX teria provado ser capaz de lidar com ambas simultaneamente.

---

<sup>22</sup> ROLIM, Marcos. Reflexões Críticas sobre o Marxismo. In: FRANCO, Augusto de (org.). **O PT e o Marxismo**. Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1991, p. 31.

Quanto ao agente subjetivo interpelado pelo novo projeto, a mudança de perspectiva tornava-se ainda mais drástica. Para essa nova esquerda, de acordo com Coelho (2005):

Os trabalhadores teriam perdido a sua condição de classe revolucionária, seja por terem dificuldades de elaborar a sua própria identidade face às modificações na esfera produtiva, seja porque, lutando em defesa exclusiva de seus interesses de classe, não estariam à altura de conceber o projeto de uma sociedade nova, sem classes. A própria ideia de uma sociedade nova passou a se confundir, cada vez mais, com alguma forma de “capitalismo organizado”, no qual o socialismo ou ficaria relegado a um longo prazo sem conexão visível com o presente ou simplesmente desapareceria do projeto. (COELHO, 2005, p. 359)

Uma vez abandonado o critério de classe como balizador da ação política, não há mais qualquer sujeito político cuja condição de classe represente algum tipo de prioridade, e a política da *nova esquerda* passa a ser pautada, então, pela resolução democrática dos conflitos, incluindo aí o abandono da perspectiva de eliminação do adversário. Segundo Coelho,

A [*nova esquerda* estava] de tal modo convertida à visão liberal de democracia que lhe pareceu óbvio [...] recusar a ditadura do proletariado com argumentos que dizem respeito somente às formas políticas e que silenciam quanto ao conteúdo de classe que se expressa nessas formas. Uma vez que a política passa a ser compreendida não mais como dominação de classe, mas como regramento do convívio entre sujeitos cujas diferenças servem para situá-los em posição de equivalência, não faz mais sentido privilegiar a classe subalterna como destinatária do discurso político da esquerda. (op. cit., p. 359-60)

O debate acerca da democracia havia evoluído para um terreno muito distante daquele dos tempos da II e da III Internacional. Se, antes, tratava-se da destruição do Estado burguês e, portanto, de sua forma superior, da democracia, agora a luta pelo socialismo era substituída pela busca da democracia levada às suas últimas consequências, como se a extensão da igualdade formal e política entre todos fosse a *conditio sine qua non* de uma sociedade igualitária. Exceto os cada vez mais raros defensores do “socialismo real”, a questão decisiva da transição ao socialismo estava centrada na questão democrática: sem as liberdades democráticas, sem os mecanismos institucionais da ordem democrática, o socialismo teria se mostrado inviável.

Com isso, passou-se a um outro patamar. Se, nos anos de 1920-30, a democracia era rejeitada *in limine* como burguesa; após 1980, na maré crescente da crise estrutural, o debate acerca da democracia regredia aos fundamentos do liberalismo clássico *aggiornado* aos novos

tempos: o neoliberalismo econômico e a Terceira Via na política darão o tom dos debates por alguns bons anos.

György Lukács, em *Ontologia do ser social*, afirma que as visões de mundo, ou as ideologias, exatamente porque refletem dialeticamente a existência histórica das classes sociais, contêm sempre elementos de caráter político na forma de representações e concepções dos conflitos e das relações de poder que são constitutivos da relação do grupo com a totalidade social na qual ele se inscreve. (LUKÁCS, 2013, pp. 468-69)

Segundo o autor:

A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o se ser-propriadamente-social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em uma sociedade. [...] de modo inseparável desse fato, a ideologia é um meio de luta social, que caracteriza toda sociedade, pelo menos as da “pré-história” da humanidade. (op. cit., p. 465)

Mas enquanto alguma ideia permanece o produto do pensamento ou a alienação de um indivíduo, por mais que seja dotado de valor ou desvalor, ela não pode ser considerada ideologia. Nem mesmo uma difusão social relativamente mais ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente em ideologia. Segundo Lukács:

Para que isso aconteça, é necessária uma função determinada com muita precisão, a qual Marx descreve de modo a fazer uma diferenciação precisa entre as revoluções materiais das condições econômicas de produção e “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma ideológicas, nas quais os homens se conscientizam desse conflito e o enfrentam até solucioná-lo”. (op. cit., p.464)

Enquanto permanecem como representações difusas, porém, mesmo sendo já uma forma de conhecimento efetivo da realidade política do grupo, esses elementos não configuram um projeto, posto que lhe faltam um componente essencial, o caráter intencional e sistemático. Tornam-se projeto a partir do momento em que exprimem uma perspectiva consciente de mediação entre teoria e prática, entre uma concepção de mundo e um plano de ação sobre ou com o mundo, que procura estruturar-se adequando meios a fins.

Partindo, então da reflexão lukácsiana, afirmamos aqui que a visão de mundo defendida pela *nova esquerda* faz parte de um projeto político que parece guardar bastante proximidade com uma visão de mundo arraigada na formação histórica dos Estados Unidos, na qual a dissolução ideal da unidade contraditória entre indivíduo e sociedade se daria em nome de um comunitarismo solidário, como dissemos no início do capítulo.

E essa visão de mundo identificada com a formação histórica estadunidense tornou-se um projeto político de alcance mundial justamente a partir de meados da década de 1960, por meio do que ficou conhecido como a *Guerra Fria cultural*.

Recentemente, ainda em 2017, a *Agência Central de Inteligência* dos Estados Unidos (CIA) tornou público um documento de trabalho no qual ficou evidenciado o desenvolvimento de uma política específica do Estado estadunidense para incentivar e disseminar as ideias dos intelectuais progressistas e da *nova esquerda*, sobretudo, francesa. O documento, intitulado *France: defection of the leftist intellectuals*<sup>23</sup>, descreve, detalhadamente, como a agência agiu para arregimentar e influenciar intelectuais, particularmente os vinculados à *Revista Annales* e a *École des Hautes Études* e àqueles que se vinculavam ao pensamento de Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan.

Ainda que o documento se refira aos intelectuais franceses, fato é que o projeto político foi desenvolvido em diversos países do mundo e tinha por objetivo gerar um ambiente intelectual anti-marxista a partir do crescimento da influência de intelectuais pós-marxistas e críticos ao Partido Comunista Francês (PCF). (ROSS, 1996, p. 58)

Muito do que apresenta o documento, produzido em 1985 com o intuito de fazer um balanço sobre as ações realizadas pela *Agência* durante os anos de 1960 na guerra contra o comunismo, não é novo. Por exemplo, o caso do Congresso de Liberdade Cultural (CCF) foi profundamente estudado por Frances Stonor Saunders (2008) em seu livro *Quem pagou a conta? A Cia na Guerra Fria da cultura*. Na obra, Saunders aponta para o fato de que muitos destacados intelectuais, como o poeta Stephen Spender, os historiadores Trevor-Roper e Benedetto Croce e o escritor Franz Borkenau foram incluídos, de certo modo, nas estratégias e ações do projeto. Também existem estudos sobre a promoção de Mostras de Arte “despolitizada” para artistas como Jackson Pollock, Willem de Koonig e Mark Rothko com o objetivo de fazer uma contraposição a artistas comunistas como Diego Rivera e Pablo Picasso. (op. cit.)

---

<sup>23</sup> Material disponível em <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP86S00588R000300380001-5.PDF>. Acesso em 12/03/2017.

Tal documento nos ajuda, entretanto, a estabelecer uma relação política entre o avanço de uma *nova esquerda* intelectual e a cristalização de uma visão de mundo pautada nos valores da democracia, do comunitarismo, da identidade e da liberdade em meados dos anos 50-60.

Tais ideias se desenvolveram a partir de uma série de intelectuais desiludidos com a esquerda stalinista e são consideradas pela CIA, como demonstra o documento citado acima, “muito mais efetivos na guerra cultural do que as teorias dos intelectuais conservadores da direita como Raymond Aron”.<sup>24</sup> De acordo com o documento, isso ocorria por que:

[...] os intelectuais conservadores haviam perdido seu prestígio em decorrência de seu apoio ao fascismo. Em contrapartida, os assim denominados intelectuais democráticos, com suas críticas à URSS e ao comunismo, eram muito mais úteis e, sobretudo, efetivos.<sup>25</sup>

A partir dessa consideração, os autores do documento fazem um relato bastante eloquente sobre a historiografia e a antropologia deste período. De acordo com o relato:

Entre os historiadores franceses do pós-guerra, a influente Escola vinculada a Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel tem avassalado os historiadores marxistas tradicionais. A *Escola de Annales*, como é conhecida devido à sua principal publicação, tem modificado a investigação histórica francesa, principalmente ao desafiar primeiro e rechaçar depois as teorias marxistas do desenvolvimento histórico. Ainda que muitos de seus expoentes pretendam ficar dentro “da tradição marxista”, na realidade, eles só utilizam o marxismo como um ponto de partida crítico [...] para concluir que as noções marxistas sobre a estrutura do passado [...] são simplistas e inválidas. No campo da antropologia, a influência da *Escola Estruturalista* vinculada a Claude Lévi Strauss, Foucault e outros, tem cumprido essencialmente a mesma função. [...] acreditamos ser possível que essa demolição da influência marxista nas Ciências Sociais perdesse como uma contribuição profunda tanto na França como na Europa Ocidental.<sup>26</sup>

Sabe-se ainda que, além da divulgação e incentivo a tais teorias, o Estado estadunidense e determinadas instituições privadas como a *Fundação Ford* e a *Fundação Rockefeller* financiaram diversas pesquisas e publicações associadas aos intelectuais pós-marxistas nas décadas de 50, 60 e 70. No próximo capítulo deste trabalho abordaremos mais esse assunto ao discutirmos o processo de americanização dos sindicatos na América Latina e, mais particularmente, no Brasil. Entretanto, faz-se importante ressaltar que na Guerra Fria

<sup>24</sup> Ver *France: defection of the leftist intellectuals*, 1985, p. 06-7 e seguintes (tradução nossa).

<sup>25</sup> Op. cit., p. 07-08.

<sup>26</sup> Op. cit., p. 14.

cultural desenvolvida pelos EUA, envolveram-se não só as forças do Estado, como também, as organizações privadas.

Não estamos afirmando aqui que tais intelectuais da *nova esquerda*, ao receberem algum tipo de financiamento, público ou privado, tenham se transformado em agentes da CIA, apenas ressaltamos que com a ajuda financeira estadunidense para o desenvolvimento de Departamentos, Institutos de pesquisa, congressos, seminários, revistas e publicações, a *nova esquerda* e sua intelectualidade pós-marxista teve muito mais condições de disseminar e difundir suas ideologias. Por exemplo, segundo Thomas Wardell Braden, diretor da Seção de Organizações Internacionais da CIA em meados dos anos 1950, a Agência comprou milhares de exemplares das obras de Hannah Arendt, Milovan Djilas e Isaiah Berlin com o objetivo de promover suas teorias. (ROSS, 1996, 165)

Outros exemplos são os financiamentos obtidos pela VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*, que abrigava Lucien Febvre e Fernand Braudel, através da *Fundação Rockefeller* em 1947 e, mais tarde, da *Fundação Ford*. Tal financiamento possibilitou a conversão do Instituto em *École Pratique des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, com habilitação para outorgar títulos acadêmicos. Segundo Ross (1996):

Na década de 1950 e 1960, Braudel, Le Roy Ladurie e outros intelectuais da VI Seção criaram o que Braudel denominou de “uma história em que as mudanças são quase imperceptíveis [...] uma história na qual as mudanças são lentas e se repetem constantemente em ciclos recorrentes”. Seus inimigos mais formidáveis estavam em frente, na Universidade Sorbonne: uma longa linhagem de historiadores marxistas da Revolução Francesa Georges Lefebvre e Albert Soboul. O que estava em jogo era a substituição dos estudos da história dos movimentos sociais e das mudanças abruptas ou transformações históricas pelos estudos das estruturas. **Nesse sentido, o que se combatia mesmo era a ideia de revolução.** Esses historiadores marxistas enfrentavam colegas modernizados, com excesso de recurso e muito bem equipados com computadores e fotocopiadoras. (ROSS, 1996, p. 189, tradução e grifo nosso)

Ao mesmo tempo em que a Guerra Fria cultural buscava apoiar e financiar intelectuais que desacreditavam o marxismo enquanto teoria, também procurava desencadear uma série de ações vinculadas com o objetivo de:

1. Fracionar a esquerda cultural em diversos movimentos através do que se denominava “política de identidade”. Nesse sentido, as reivindicações de classe, o conceito em si, e a luta de classes como motor da história se diluíam em uma quantidade grande de diversos movimentos sem que nenhum aceitasse a categoria marxiana de classes sociais. Os intelectuais

- da nova esquerda se opunham a qualquer projeto de unidade da esquerda;
2. Desviar a atenção do capitalismo (e dos Estados Unidos) como o causador dos problemas do mundo e de transferir tais críticas aos problemas do consumo e da falta de democracia na URSS. O anti-sovietismo se converteu em algo legítimo, modificado na base da legitimidade do trabalho intelectual.
  3. Impossibilita r a mobilização das elites intelectuais em oposição às políticas imperiais estadunidenses por meio do fortalecimento do clima antimarxista e de antisovietismo.
  4. Negar o marxismo como pensamento científico.<sup>27</sup>

Verdade é que não podemos analisar a história como se ela fosse um amontoado de ações que, ao se concretizarem, nada mais são do que o resultado objetivo de intencionalidades pré-determinadas. A teoria segundo a qual os homens fazem sua própria história, mas em condições previamente dadas, contém o fundamento da concepção marxiana que nos leva a compreender os fatos históricos como fruto da imanência, por um lado, e da objetividade, por outro. À primeira vista, o princípio da imanência implica o fato da teleologia, ao passo que o princípio da objetividade implica a causalidade. Segundo Agnes Heller “os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo deste modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados”. Mas essa distinção seria verdadeira tão somente se “circunstância” e “homem” fossem entidades separadas. (HELLER, 1972, p. 1).

De acordo com a autora, na verdade, essas “circunstâncias determinadas” nas quais os homens formulam finalidades, são relações e situações sócio-humanas, as próprias relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. Por isso, não se deve jamais entender “a circunstância” como totalidade de objetos mortos, nem mesmo meios de produção; a “circunstância” é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, é um complexo que contém inúmeras posições teleológicas e, por isso, resultante objetiva de tais posições teleológicas. Ou seja, as próprias circunstâncias são produto dialético das teleologias humanas. (op. cit. p. 2)

Diante disso, devemos analisar o projeto político ideológico da *nova esquerda*, que se desenvolveu em meados dos anos de 1960/70, como produto de uma série de circunstâncias históricas que vão da crise estrutural do capital e da esquerda soviética à tentativa de *americanização da esquerda* através da formulação de projetos de disseminação da ideologia

---

<sup>27</sup> Op. cit., p. 17.

estadunidense via políticas de desenvolvimento econômico e cultural, que envolveram uma série de atores e de recursos.

Tal projeto tentava reproduzir o modelo de desenvolvimento estadunidense caracterizado pela

[...] presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas em que a organização política e a representação dos interesses se dão, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não programáticos, e através de agrupamentos profissionais estritamente corporativos. (COUTINHO, 2015, p. 41)

No caso do “modelo estadunidense” de disputa política e da representação de interesses, segundo Carlos Nelson Coutinho (2015), constata-se que são poucos os trabalhadores que se sindicalizam; os sindicatos representam somente os interesses de grupos relativamente restritos. Mas, quando esses grupos são fortes, quando representam ramos decisivos da economia, certamente obtêm resultados, ou seja, ganhos materiais para os seus filiados. Trata-se, portanto, de um padrão de organização sindical por vezes eficiente, mas estreitamente corporativo. Quanto à representação política, ela se centra em torno de partidos sem definição ideológica, que, na prática, atuam como frentes inorgânicas de múltiplos lobbies, isto é, de grupos corporativos. Falta a esses partidos uma base social mais ou menos homogênea e um projeto de sociedade que vá além da simples administração do existente. Conforme descreve Coutinho (2015)

Naturalmente, há diferenças históricas e políticas entre o Partido Democrata e o Partido Republicano nos Estados Unidos; mas, independentemente de qual deles está no governo, as políticas postas em prática não mudam muito, já que ambos têm o mesmo projeto de sociedade. Portanto, não são partidos criados para fazer o que Gramsci chamou de “grande política”, mas se limitam a administrar o existente, a fazer “pequena política”. **Esse modelo ‘norte-americano’ é, sem dúvida, o mais adequado à conservação do capitalismo, por causa das praticamente insuperáveis dificuldades que apresenta para a constituição de uma proposta hegemônica alternativa àquela dominante.** (op. cit., p. 43, grifos nosso)

Para Coutinho (2015), nesta “via americana”, ao mesmo tempo em que a vida econômica é deixada ao livre jogo do mercado, o conflito de interesses é também resolvido numa espécie de mercado político, no qual os grupos com recursos organizativos obtêm resultados, enquanto os que não dispõem de tais recursos são excluídos, sem condições de obter influência real.

Quando comparamos a caracterização feita por Carlos Nelson Coutinho desse modelo de disputa política e da representação de interesses típicos dos Estados Unidos ao ideário da *nova esquerda* criada em final dos anos 1960, percebemos algumas semelhanças, sobretudo no que se refere à ideia de negociação e de organização da sociedade civil.

Foi tal esquerda, erguida a partir das circunstâncias acima descritas, com maior impulso a partir dos 1980, que se afastou definitivamente do questionamento à natureza econômica do capital (a propriedade dos meios de produção) e partiu para questionamentos de ordem política, ética e cultural. Daí que as alternativas, e os programas políticos dos partidos, transitaram para uma perspectiva cada vez mais institucional e no campo da *pequena política*, como indicada por Coutinho (2015).

Na Europa e nos EUA (e na América Latina também), cada vez mais, a esquerda passou a enxergar na disputa eleitoral um fim em si mesmo. A questão do “assalto ao poder” passou a se resumir em conquistar lugares nos parlamentos e nos executivos. Daí é que a questão da ética na política começa a predominar, fazendo com que as esquerdas buscassem se diferenciar das classes dominantes, por meio da valorização da probidade na gestão da coisa pública. Ou seja, a esquerda passou a ser identificada, preponderantemente, não pelo confronto com a propriedade privada dos meios de produção, mas pela diferença ética com que trata o bem público quando chega ao poder, ou seja, pela boa gestão à frente da máquina estatal capitalista. Nesse sentido, a esquerda entrava cada vez mais no beco sem saída do politicismo.

Passemos, agora, a entender como essas circunstâncias influenciaram o desenvolvimento da *nova esquerda* no Brasil.

### **3. O desenvolvimento de uma *nova esquerda* brasileira e o início do labirinto.**

Quando a ideia do Partido dos Trabalhadores (PT) foi lançada em fins de 1978, o contexto histórico no Brasil e no mundo combinava algumas variantes bastante significativas: além do esgotamento da expansão industrial e da acumulação bonapartista no país, base do ressurgimento da luta pela redemocratização, emergia simultaneamente no mundo as inviabilidades socioeconômicas do “socialismo real” e as primeiras fraturas no *Welfare State*, atingindo prática e teoricamente o movimento comunista internacional e a social democracia europeia, como demonstramos anteriormente.

Era um cenário fértil para o desenvolvimento da crítica ao velho, fosse ele o “velho ideal socialista”, construído a partir das experiências do século XX, ou o “velho milagre

econômico” brasileiro, fruto da política adotada pela ditadura civil-militar que subjugou o trabalhador brasileiro às privações do arrocho salarial. Segundo Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 1975:

O momento da história que estamos vivendo apresenta-se, apesar dos desmentidos em contrário, como dos mais negros para os destinos individuais e coletivos do ser humano. De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, *escravizado pelas ideologias marxistas, tolhidos nos seus mais mezinhos ideais de liberdade*, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico explorado por outros homens, privado da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, jungidos ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas, mas implacáveis, equiparados às máquinas e ferramentas. (LULA apud RAINHO, 1980, p. 187, grifo nosso)

Imprevisto (pelo menos aparentemente) pela fração governante e condutora do processo de abertura, e ausente do leque de propostas de oposição, então representada, sobretudo, pelo amplo MDB, o PT configurava uma possível novidade no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979 e acenava para o desenvolvimento de uma *nova força de esquerda* na sociedade brasileira, que surgia para realizar um acerto de contas com os erros do passado.

Em verdade, quando o PT começou a ser organizado, não foram poucas as vozes (intelectuais ou não) a anunciar o despontar de uma nova fase na história da luta de classes no país. Mais do que um novo partido, o PT foi apresentado como o primeiro partido na história brasileira no qual os trabalhadores seriam verdadeiramente os protagonistas. Tratar-se-ia de uma organização nascida da “vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massas de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da [...] ordem econômica, social e política” do país. (PEDROSA, 1980, p. 79)

Emir Sader (1988) indica que o PT foi “o primeiro partido de massas criado realmente de baixo para cima, a partir do ressurgimento de uma série de lutas populares” capitaneadas pelos trabalhadores das empresas metalúrgicas do ABC paulista em 1978, e desencadeada, principalmente, por grupos populares, os mais diversos, que irromperam na cena pública nacional a partir dos anos de 1970 “reivindicando direitos”, a começar pelo primeiro: “o direito de reivindicar direitos”. (SADER, 1988, p. 36)

Hoje já se podem notar as insuficiências dessa visão, bem como as razões pelas quais ela foi desenvolvida. Uma série de trabalhos como os de Marco Aurélio Santana (2001) e

Antonio Luigi Negro (2004) contribuíram para mostrar como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, também se caracterizou como um partido de massas uma vez que nasceu fora dos meios políticos tradicionais (do parlamento); foi fundado por trabalhadores; era bastante pedagógico; organizado em células de base; nacionalmente centralizado e controlava rigorosamente a filiação de seus membros, não conseguindo, entretanto, encontrar uma forma legal de inserção na vida política (diferentemente do que ocorreu com o PT). Segundo Lincoln Secco (2011) tais novas pesquisas historiográficas possuem o mérito de nos ajudar a reconhecer que o PCB se não foi, esteve muito próximo de ser um verdadeiro partido de massas num de seus curtos períodos de legalidade (1945-1947), chegando a ter mais de cinquenta mil militantes. De acordo com o autor:

O Partido estava inserido em associações de moradores, organizava concursos de beleza, fazia campanhas eleitorais em centro espíritas, atuava em escolas de samba e lojas maçônicas e dirigia sindicatos que muitas vezes desobedeciam a linguagem moderada do partido e estimulavam greve. Sua imprensa era diária e muito superior à do PT em toda a sua história, contando com uma estrutura profissionalizada e distribuída por muitos Estados, mesmo depois da cassação do seu registro; e tinha a Editorial Vitória que lançou 57 mil obras. (SECCO, 2011, p.31-2)

Todavia, a visão sobre o PT sacramentada nos anos de 1980 não deve ser considerada irrelevante. Apenas o modelo, uma vez elaborado, precisa retornar à história concreta.

Assim, quando se considerou o partido como uma síntese de uma *nova esquerda* fazia-se com o objetivo de promover uma espécie de acerto de contas com a esquerda brasileira de tradição marxista-leninista, sobretudo, o antigo PCB. Nesse sentido, o PT parecia surgir, segundo Berbel (1991), como uma “síntese possível” entre os elementos de ruptura e continuidade, entre o *novo* e o *velho*. Um *historicamente novo* que procuraria romper com a “inexistência”<sup>28</sup>, neste período, de um partido “dos de baixo” que pudesse efetivamente atuar, de modo simultâneo: “na criação de uma democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima” e na abertura da ordem existente para “as reformas sociais de interesse específico [dos] trabalhadores e [do] oprimido”. (FERNANDES, 1991, p. 03)

Nesta direção, tratava-se de um *novo partido* de esquerda que romperia com a estratégia política adotada pela esquerda brasileira tradicional – de realizar alianças de classes

---

<sup>28</sup> Essa inexistência decorria, contudo, entre outros fatores, do golpe militar de 1964 que deferiu um duro ataque em toda a estrutura organizacional comunista pré-golpe. Segundo Antunes (2015), “a prisão de nomes importantes e a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas desbarataram atividades que levariam bastante tempo para serem recompostas” (ANTUNES, 2015, p. 90).

e manipular as massas com o objetivo de promover a *revolução por etapas* de forma “pacífica” e “gradual”<sup>29</sup> – e priorizaria uma forma de organização autônoma dos trabalhadores, na qual o jogo eleitoral e parlamentar serviria como estratégia para transformar o Estado num aparelho de hegemonia das massas e de suas demandas. Ou seja, era uma forma de organização partidária *moderna* que nascia fora da órbita do comunismo soviético, portanto do PCB; afastava-se do que se chamava de “populismo” e negava também, oficialmente, a herança socialdemocrata. Era uma *nova esquerda policlassista* que auxiliaria na construção de um projeto civilizador da *sociedade civil* brasileira, conquistando nela um espaço político efetivo para os trabalhadores.

A partir dessa descrição dos objetivos de fundação do PT, podemos perceber certas semelhanças em relação ao processo de renovação das esquerdas ocorrido em meados dos

---

<sup>29</sup> As primeiras tentativas de elaboração desse “modelo de revolução brasileira” datam já dos primeiros anos de existência do PCB, mais particularmente, de meados do ano de 1924, sendo estas, influenciadas, posteriormente, por diferentes momentos históricos, e por diversas determinações do movimento comunista internacional. Nem sempre o modelo de revolução brasileira proposto pelo PCB foi pautado pela ideia de *etapismo pacifista*. Um traço comum, entretanto, identifica os vários momentos pelo qual passou a “teoria da revolução brasileira” desenvolvida pelo PCB, com suas constantes rupturas e continuidades. Esse traço era a “bandeira” da luta antifeudal e anti-imperialista, indicando a crença — pelo menos até o ano de 1958 — de que o Brasil estaria num período de transição do feudalismo para o capitalismo, dominado por grandes latifundiários aliados aos interesses imperialistas e, contra os quais, deveriam ser canalizadas as forças progressistas do país. Nesta direção, ao estabelecer as bases da “teoria da revolução brasileira”, os teóricos do PCB estavam partindo do pressuposto de que, a humanidade em geral e cada país em particular — o Brasil naturalmente aí incluído — deveriam passar por “estágios sucessivos” (feudalismo, capitalismo) até atingir, finalmente, o socialismo, e em certa medida, partia-se da ideia que a “evolução histórica” ocorria apenas através de etapas de desenvolvimento, desencadeando posteriormente, as possibilidades para o socialismo. O “modelo” desenvolvido pelo Partidão fazia crer que as condições econômicas, sociais e políticas brasileiras até o final dos anos 50 não permitiam, ainda, transformações de tipo socialistas, dado o fato de que as forças produtivas nacionais estariam no estágio de desenvolvimento pré-capitalista (feudal), cabendo, pois, fazê-lo avançar para o socialismo passo a passo, por etapas. Neste sentido, a industrialização capitalista representava uma meta prioritária, o primeiro passo, em vista dos efeitos propulsores e transformadores que deveriam exercer junto à sociedade brasileira, tais como a autodeterminação nacional, o rompimento da dependência econômica com o imperialismo, a canalização de todas as energias da nação para o desenvolvimento das forças produtivas, a democratização da vida política, a melhoria do nível de vida da população trabalhadora, e demais transformações progressistas que preparariam o terreno para o socialismo. Ao longo dos anos de 1945-54, o PCB efetivamente defendeu um “modelo” de desenvolvimento político e econômico que implicava na consolidação e no crescimento do capitalismo nacional. Entretanto, os acontecimentos políticos que se verificaram após o ano de 1954, no Brasil e no mundo, modificaram parcialmente o diagnóstico da situação política e econômica da sociedade. O fundamental da “nova” análise, resumida na *Declaração de Março de 1958*, estava no fato desta considerar que o desenvolvimento das forças produtivas — até então desconsiderado pelas análises anteriores, segundo a Declaração — já tinha feito surgir no país uma burguesia “nacional e progressista”, em contradição com o imperialismo, além de aumentar o contingente do proletariado urbano e rural. Segundo essa concepção, o imperialismo continuava sendo o principal “inimigo” à modernização das nações periféricas, enquanto, o Estado Nacional, surgido depois de 1945, passava a ser visto como um forte aliado das forças mais progressistas. O papel da burguesia nacional foi revisto e o setor estatal passou a ser considerado como forte aliado na luta contra o imperialismo. Na visão do PCB, a expansão das empresas estatais e a nacionalização de empresas estrangeiras seriam dois processos combinados que favoreceriam a emancipação econômica e política nacional. Assim, pouco a pouco, criar-se-iam as bases econômicas em condições de realizar a transição para o socialismo, não pelo caminho das armas, mas pelo gradualismo e pela via pacífica. Este pensamento, que se tornou quase unanimidade nos setores pecebistas do período (sendo reafirmado até o início dos anos de 1990), considerava o etapismo revolucionário como um caminho inequívoco para a transformação social do país, e a via democrático-parlamentar a maneira para iniciar esta transição. Para mais detalhamento desta questão ver MAZZEO (1999)

anos 1960 na Europa e, também, nos Estados Unidos. Aqui, assim como lá, procurou-se construir uma esquerda crítica ao socialismo soviético e com ampla base social, desvinculada da estreiteza do velho partido de operários.

Segundo Mario Pedrosa (1980), grande intelectual brasileiro e um dos fundadores do PT, a ideia do Partido dos Trabalhadores foi estimulada pelo avanço e pelo fortalecimento de um novo e amplo movimento social que, mais tarde,

[...] estendeu-se da fábrica aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base, dos movimentos contra a carestia às associações de moradores, do movimento estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros como os que [lutaram] pelos direitos das populações indígenas. (PEDROSA, 1980, p. 64)

O partido foi caracterizado por Pedrosa (1980) como resultado do avanço das lutas populares que no enfrentamento contra os mecanismos de repressão chegaram à conclusão de que era necessária a constituição de uma organização partidária própria. Para ele, o partido nascia da “decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não resolvia os seus problemas, pois só existia para beneficiar uma minoria de privilegiados” (op. cit., 78). Tratava-se de uma aparente “síntese superadora” que nascia da conjunção das novas lutas sociais brasileiras, ou seja, de um “partido novo” que se organizava como o “resultado da convergência de várias forças políticas articuladas em torno da ideia de fundação de um partido popular” (MENEGUELO, 1989, p.66).

De acordo com sua tese fundadora, o PT era uma organização política que possuía um forte vínculo com as bases e o espontaneísmo dos movimentos que lhe dava sustentação, rompendo assim, com a tradição da esquerda pecebista de fazer movimento sindical e luta política “exclusivamente” pelas cúpulas.

Conforme documento produzido no seu 1º Encontro Nacional em 1981:

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massa, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil, é um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda operária. (Disponível em <https://www.fpabramo.org.br/csbh/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes>)

Para Gadotti (1989), o Partido dos Trabalhadores não surgia de nenhuma das experiências históricas do passado. “Nem comunista, em que pese a importância inegável dos Partidos Comunistas de 1922 e 1962, muito menos trabalhista [PTB], quando um partido foi ‘doador’ aos trabalhadores em troca de votos e prestígio” (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p.18-19). Para o autor,

[como] o PT surgiu de um momento político novo e de uma experiência política, de profunda resistência, assim como de uma original *ruptura histórica com a antiga e viciada política paternalista sobre a classe trabalhadora, o PT sente que se tornou o primeiro partido nacional a assumir-se publicamente – uma posição que não tem receio algum de sustentar – como o primeiro canal legítimo de representação política de uma classe social*. E isto não é “invenção dos petistas” que querem reivindicar lugar para o PT na História. O PT já é História, já é futuro desde o seu nascedouro. Porque, para existir, o PT passou por uma fase de “depuração política”, o que custou e ainda custa muito caro aos trabalhadores e seu partido. Portanto, mesmo com uma história muito recente, o PT, não nos é excusado dizer, é fruto da luta de classes no Brasil em sua fase de amadurecimento, que inclusive não acabou. (op. cit., p. 25, grifos nosso)

Nesse sentido, o PT seria a expressão mais pura da sociedade civil na sua luta contra o autoritarismo de um Estado dominado pelos militares e de uma sociedade capitalista. Era um partido que surgia assentado nas lutas fabris dos trabalhadores e nos movimentos sociais das cidades e do campo, estando orgânica e ativamente apoiado nos setores populares da sociedade brasileira.

Essa afirmação encerra, contudo, apenas meia-verdade e faz crer que o partido surgiu única e exclusivamente dos pobres, dos dominados, das massas de trabalhadores, enfim, de todos os que estavam colocados à margem das instâncias de poder. Na realidade, não foi bem assim. Segundo Leôncio Martins Rodrigues (2009):

O PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima. Por outro lado, o PT de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por lideranças operárias, se quisermos, mas por diretores dos sindicatos oficiais, quer dizer, por organizações com certo poder de pressão e mobilização de massas. (RODRIGUES, 2009, p. 3)

As greves que ocorreram entre os anos de 1978 e 1979 foram, de fato, fundamentais na edificação do PT. Já no ano de 1978, começou a ser aventada a necessidade de organizar

um partido que representasse esse novo setor do proletariado urbano ligado ao *novo sindicalismo*, tendência forjada na região do ABCD paulista.

Geralmente, os estudos que tentaram descrever as bases sociais do PT, deixaram em primeiro plano o seu lado sindical. Pouca atenção foi dada às organizações católicas que tiveram um papel decisivo na viabilização do partido em todo o País, ajudando na formação dos diretórios e, posteriormente, atuando ativamente nas eleições em favor dos candidatos petistas (MENEGUELLO, 1989, p. 69). O apoio da Igreja e de suas organizações (embora não de modo oficial) manifestou-se desde os primeiros momentos de formação do partido. Ela teria sido estimulada, observa Rachel Meneguello, “pela ideia anteriormente existente na própria Igreja de viabilizar a construção de um partido de trabalhadores – um PT cristão” (op. cit.).

Esta ideia, sem dúvida, refletia uma orientação progressista que setores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) esboçavam, fundamentada na Teologia da Libertação, mas também demonstrava o avanço no Brasil de um conjunto de forças ideológicas que, baseadas em valores cristãos, defendiam o desenvolvimento de *novas organizações de esquerda* que fossem **democráticas, modernas, populares e, sobretudo, anticomunistas**.

Destacar esse aspecto da história da fundação do PT faz-se extremamente relevante uma vez que, por meio dele, podemos observar que uma parcela significativa das correntes internas do novo partido estavam, desde sua origem, vinculadas a projetos de *reformismo ético* propostos por setores da Igreja Católica e a um tipo de ideologia muito próxima daquela defendida pela *nova esquerda* pós-marxista e americanizada, na qual o campo do conflito de classes vai sendo substituído pela ideia de luta pelo reconhecimento e ocupação dos espaços públicos pelos agentes em disputas, ou seja, o “empoderamento” dos movimentos sociais.

Além dos líderes comunitários ligados às Comunidades Eclesiais de Base e vinculados à Teologia da Libertação, fato é que outros “sujeitos políticos” encamparam a ideia de organização de um partido popular, fazendo com que as propostas nascidas no chão da fábrica suplantassem as bases sindicais rapidamente: parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição consentida ao regime militar –; intelectuais ligados à esquerda marxista; membros de organizações da esquerda clandestina, emergidas em fins da década de 1960 e início da década de 70, como a Ação Popular (AP), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Liberdade e Luta (LIBELU), a Política Operária (POLOP), entre outras; e militantes de movimentos populares urbanos enxergavam

na construção do PT a possibilidade de participar mais ativamente do processo político institucional. (MENEGUELLO, 1989, p. 63)

Em decorrência dessa diversidade de posições ideológica, os planos iniciais de construção do partido demoraram um pouco para deslanchar em razão de divergências existentes tanto no interior das próprias lideranças sindicais combativas, como em razão da atuação de outras organizações mais de esquerda que atuavam no meio operário. De um lado, havia as lideranças sindicais ligadas ao PCB, ao PC do B e ao MDB, que não viam com bons olhos a constituição de um partido rival; de outro lado, havia a pressão dos pequenos grupos que pretendiam dar ao novo partido uma feição mais revolucionária do que gostariam Lula e outros sindicalistas. Não se chegando a um acordo, a facção liderada por Lula seguiu em frente, separando-se dos sindicalistas que mais tarde viriam a dominar a tendência chamada *Unidade Sindical*, influenciada pelos comunistas. A tendência que tinha Lula como o principal líder aproximou-se então dos setores mais radicais, entre os quais destacam-se as oposições sindicais, que tinham muitas vinculações com a Igreja através da Pastoral Operária e eram muito críticas com relação à estrutura sindical corporativa.

Na verdade, embora houvesse consenso com relação à criação do novo partido, as divergências eram muitas porque Lula e outros dirigentes sindicais, assim como os setores vinculados à Igreja e ao MDB, não estavam de acordo com relação à criação de um partido de tipo marxista e/ou leninista. Segundo o então dirigente sindical:

O partido dos trabalhadores que nós acreditamos é um partido neutro, com ampla liberdade, com amplo pluralismo ideológico, um programa aberto, um partido de massas que tenha como fim primeiro abrir um espaço político ao trabalhador (LULA APUD OLIVEIRA, 1988, p. 141).

Vemos pela fala de Lula que desde o início do PT, sua luta não era pela criação de um partido classista e revolucionário, mas sim por um partido plural, que pudesse aglutinar diversos setores da sociedade civil, como ocorre nas formas típicas de representação e luta nos Estados Unidos.

Desde o início, os sindicalistas que fizeram parte da fundação do PT não desejavam que o partido incorporasse um programa revolucionário, de superação do capital. Quando questionado sobre qual tipo de socialismo o PT lutava, Lula, à época, assim respondeu:

Então, a que se propõe o PT? Por que muita gente questiona o PT por não ter uma definição socialista muito objetiva? Porque para mim não está claro ainda, e mesmo no nível da experiência de outros países, qual o

tipo de socialismo perfeito que atende aos nossos interesses. Eu não ousaria dizer que seria o cubano, o polonês, o soviético, o chinês ou albanês. *Eu tenderia a dizer que o PT se propõe a reunir a classe trabalhadora para ela decidir que tipo de socialismo ela quer.* E, quando digo que o PT é a vanguarda, é porque nenhum conseguiu fazer o que o PT fez: filiou mais de 200 mil no Brasil (RAGO FILHO, 1982, p. 49, grifos nossos).

De acordo com essa leitura de mundo, para que as classes trabalhadoras pudessem realizar a construção do “seu socialismo”, fazia-se necessário a criação de uma organização político-partidária ampla e aberta a todos aqueles comprometidos com as causas dos trabalhadores e com o desenvolvimento de uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas, cuja direção e programa fossem decididos em suas bases.

Por isso era visto, por parte da intelectualidade brasileira, como absoluta novidade; “uma construção inédita na história [do país] e, a rigor, poucas vezes vista na história mundial”, como expressou Francisco de Oliveira em introdução feita à primeira coletânea de documentos políticos do PT, publicada em 1980 (PEDROSA, op. cit., p. 9). Nesse sentido era o partido de

TODOS OS TRABALHADORES comprometidos com o sonho (porque não?) de uma sociedade no mínimo mais justa e igualitária: operários, camponeses, estudantes, jovens, velhos, padres, comerciantes, mulheres, donas de casa, artistas, professores, médicos... Partido da classe trabalhadora. Não só do operariado urbano. (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 16)

Nesse período, segundo aponta Coelho (2005), havia vários projetos de partido em discussão. A disputa pela hegemonia no interior do PT era concebida como o “cenário interno” da guerra de posição, enquanto a luta travada pelo PT no plano nacional seria o “cenário externo”. No plano interno, a disputa deveria desembocar em um dos dois desfechos possíveis para o PT: “ou a sua fixação como partido socialista revolucionário, partido-todo, ou a sua cristalização como partido reformista, partido-parte”. O fato de que o resultado histórico tenha sido, afinal, o PT tal como ele se configurou, “foi a consequência dos embates que se travaram entre as forças que se envolveram na disputa”. (COELHO, 2005, p. 47)

No entanto, parte importante dos estudos sobre a origem do PT termina por reproduzir um tipo de “mito fundacional”, uma narrativa linear sobre um advento, com seus heróis. A formulação mais “pura” deste mito talvez seja a de Lula, numa entrevista que ficou famosa entre os estudiosos do PT:

Realmente eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. [...] [descobrimos] que não basta passar por cima da legislação de exceção e fazer greve. Que não bastava quebrar a lei do arrocho, porque só isso iria solucionar o problema dos trabalhadores. Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores: PT. (Entrevista de Lula ao ABCD Jornal, dezembro de 1979)

Marta Harnecker (1994), em seu livro de depoimentos de militantes sobre a história do PT, centraliza na pessoa de Lula as iniciativas decisivas para a criação do PT e considera que as demais forças que vieram a compor o PT são “os que chegaram” atendendo à convocatória. (HARNECKER, 1994, p. 37)

Concordando com o que sugere Coelho (2005), afirmamos aqui que um mito não é necessariamente um discurso falso, no sentido de uma falsificação de fatos ou eventos. No caso do discurso de Lula, não há falsidade, neste sentido preciso. O que ele diz corresponde, de modo bastante fiel, ao modo como ele próprio concebeu a ideia de propor a construção de um novo partido. Mas esse discurso, verdadeiro em seus próprios termos, quando tomado como explicação para a gênese histórica de uma formação política em cuja construção estiveram empenhados outros sujeitos, com outros projetos, “corre um sério risco: o de substituir a história real das tensões que constituíram o PT pela versão do protagonista vencedor”. (COELHO, 2005, p. 41)

A história do PT<sup>30</sup>, rica em tensões, foi, assim, deslocada por um discurso heroico e unilateral. Esse discurso sobre a fundação do PT cumpriu um papel importante nas disputas internas do próprio partido ao atribuir a um grupo, especificamente, a legitimidade decorrente do ato de fundação. Não por acaso, o grupo de sindicalistas ligados a Lula e ao *novo sindicalismo* constitui o núcleo inicial da tendência majoritária que, posteriormente, seria denominada *Articulação*. O “mito fundador” seria, ao longo da existência do PT, muitas vezes transformado em argumento desta tendência para caracterizar teses adversárias como **não autenticamente petistas**. De acordo com Coelho (2005), para o “grupo do Lula”, “[...], as disputas com as demais tendências nem sempre eram vistas como embates entre visões

---

<sup>30</sup> Além das obras já citadas de Meneguello, Harnecker e Berbel, sobre a formação do PT ver OZAÍ, Antonio. **Partido de Massa e Partido de Quadros: a social democracia e o PT**. São Paulo, CPV, 1996; OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis, Vozes, 1988; GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. **Pra Que PT**. São Paulo, Cortez, 1989; POSADAS, J. **Brasil: do Golpe de 64 à Formação do PT**. São Paulo, Ciência, Cultura e Política, 1990. AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A Estrela Partida ao Meio**. São Paulo, Entrelinhas, 1995. PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista. A trajetória do PT no Pará**. São Paulo, Boitempo, 1996. PONT, Raul. **Da Crítica do Populismo à Construção do PT**. Porto Alegre, Seriema, 1985.

políticas diferentes no PT, mas como a defesa do PT autêntico contra a interferência de forças políticas estranhas”. (op. cit. p. 71).

Nem todos os que participaram das discussões sobre o novo partido optaram por ingressar no PT; alguns defendiam projetos que, à medida em que corria o processo, se tornaram incompatíveis com a versão que ia se tornando hegemônica. Outros, como a corrente *Organização Socialista Internacionalista (OSI)*<sup>31</sup> decidiram ficar de fora da fundação do PT e, alguns meses depois, mudaram sua posição.

O processo de disputa pelo projeto de partido era, simultaneamente, o processo de disputa pela hegemonia no interior da nova organização. O núcleo inicial do que mais tarde seria a *Articulação* só se tornou a tendência hegemônica porque se saiu vencedor nesses embates. Sua arma mais poderosa nos confrontos foi sempre o número de militantes, mas não foi única. Havia o peso da figura de Lula, identificado como o grande líder das greves metalúrgicas. E também, como parte das disputas para se tornar hegemônico, esse grupo incorporou, muitas vezes, aspectos parciais dos projetos concorrentes. Essa perspectiva inicia uma interpretação histórica bastante diferente das narrativas baseadas no “mito fundador”.

Não convém aos objetivos desta tese examinar minuciosamente a atuação de cada um dos “atores políticos” no interior do PT. Cabe, porém, ressaltar que em comum a todos estes grupos, entretanto, estava: 1) a crítica aos modelos de esquerda que predominavam no Brasil no período pré-1964, sobretudo o aliancismo do PCB e o nacional-desenvolvimentismo trabalhista do PTB e, também, 2) uma cultura de esquerda que entende partido separado de sindicato, no pior sentido dessa equação, cabendo ao partido desenvolver sua atividade, sobretudo no âmbito parlamentar e, ao sindicato, travar uma relação com a patronal.

Além desses itens elencado, podemos dizer que também havia proximidade ideológica entre as tendências que compunham o PT em relação à negação comum do regime ditatorial e a valorização, também partilhada, da democracia enquanto via para sua superação. Contudo, tanto o imperativo de superação do *status quo* quanto o objetivo de conformação de uma democracia de tipo novo repousavam em fundamentos radicalmente diferentes e delimitavam horizontes também antagônicos.

Mas, inegavelmente as “proximidades” ideológicas perduraram enquanto não houve priorização de uma das visões particulares que coabitavam a organização em tela. A partir do momento em que a práxis política exigiu uma atuação determinada, se não houve superação

---

<sup>31</sup> Grupo ligado à 4ª Internacional, atuava no movimento estudantil através da organização *Liberdade e Luta* (Libelu). Ingressou no PT após a fundação. Depois de uma tentativa frustrada de “entrismo” na *Articulação*, em meados dos anos 80, sofreu defecções importantes de militantes que incorporaram-se à corrente majoritária.

do substrato antagônico das convergências (o que não significa superação dos antagonismos como um todo, mas a criação de novos) houve necessariamente a negação de determinadas tendências em favor de outras.

Em decorrência de uma ideia de *democracia radical* existente no interior do partido, que pressupunha uma ruptura com a esquerda tradicional, as correntes majoritárias no interior do PT procuravam afirmá-lo como uma organização plural, aglutinadora de diversas correntes ideológicas, que lutava em defesa de uma democracia interna e **rejeitava qualquer concepção pronta da ideologia do partido, preferindo caminhar lenta, mas seguramente, na construção do projeto do partido com a sua própria luta e organização**. Desenvolvia-se, então, como um partido típico da *nova esquerda americanizada* acima descrita que entendia “a política como atividade própria das massas” – que desejavam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade – e, por isso, não tinha claramente definido o eixo principal de sua esfera política e ideológica, o qual, acreditava, deveria “brotar” da própria ação espontânea das massas.

Essa atualização, porém, vinha envolta em ambiguidade, pois o partido só poderia ser construído respeitando a legislação e disputando eleições, exigências cuja chancela o tempo se encarregaria de lhe impor. Na prática, quando algumas das correntes internas lutavam para alçar o PT à condição de partido legal, cumpriam as exigências da legislação autoritária do período e colocavam em risco tal autonomia das massas. Ao tentar justificar essa ambiguidade, Weffort escreveu:

Tentava-se construir uma nova concepção de política, mas essa tentativa só podia ocorrer nas condições definidas pelas concepções políticas dos grupos dominantes. Nestas circunstâncias, a política, como tal, aparecia para muitos, ao mesmo tempo, como atração e como repulsa. Muitas vezes, éramos tentados a falar da política dos grupos dominantes como se falássemos de um lugar situado fora da política. Evidentemente, tentamos sempre (e tivemos êxito nisso) falar de uma política “dos de baixo”, razão última da existência do PT. Mas, com frequência, essa política “dos de baixo” era, na verdade, muito mais a perspectiva dos movimentos sociais — em especial o sindical que dava origem ao PT — do que a do partido que, aliás, de fato, o PT ainda não havia chegado a ser. (WEFFORT, 1989, p. 45)

Ao olharmos bem de perto os fundamentos ideológicos de uma parcela significativa da *nova esquerda petista* podemos afirmar que ela, de certo modo, já nasceu despojada da ideia da revolução social e orientou (desde o início) suas ações para a busca da perfectibilização do capital e da política. É uma esquerda que, na maior parte de sua trajetória, atuou no universo

da conciliação com capital e não apresentou uma proposta para além deste universo em nenhum momento da sua trajetória de política e de lutas.

Assim, ao contrário do que afirma Coelho (2005), defensor da tese de que o PT de hoje é resultado de uma profunda **reviravolta teórica e programática no interior das tendências majoritárias que compunham tal organização**, afirmamos aqui que o bloco (quase sempre) majoritário no interior da *nova esquerda petista e cutista* esteve, ao longo de sua trajetória, mais próximo ideológica e politicamente da *nova esquerda* desenvolvida no início dos anos 1960, do que das esquerdas comunistas clássicas.

Ao fazermos tal afirmação não estamos, de modo algum, considerando que todos os setores, grupos ou tendências que se ligaram a essa *nova esquerda* e ao *novo sindicalismo* fizeram parte desta orientação político-ideológica. Segundo posição de Mauro Iasi (2006), com a qual concordamos em parte, “uma das características marcantes dos documentos prévios à fundação do PT é o seu caráter anticapitalista” (IASI, 2006, p. 371). O caráter anticapitalista expresso nos primeiros documentos do PT se explica, em parte, pelo fato de que muitos grupos ligados à sua fundação estavam lutando pela revolução socialista, mas também, pela força com a qual se defrontavam os trabalhadores neste momento histórico<sup>32</sup>.

Quando afirmamos que uma parcela dessa *nova esquerda* já nasceu despojada da ideia da revolução social não estamos desconsiderando a diversidade de projetos e ideais existentes no interior do novo partido e nem as disputas e contradições existentes no interior desse movimento. Estamos, na verdade, nos referindo especialmente aos ideais políticos do bloco conhecido atualmente como campo majoritário do Partido dos Trabalhadores – a *Articulação* e do coletivo que, organizado inicialmente como *Partido Comunista Revolucionário* (PRC)<sup>33</sup>, passou a denominar-se *Nova Esquerda* em 1989 e, após 1992, *Democracia Radical* (DR) – e a tendência *Articulação Sindical* no interior da CUT.

---

<sup>32</sup> Devemos lembrar que estamos falando de um contexto no qual se desenvolvem as greves no ABC paulista e em outras partes do país, assim como a intensificação de um movimento geral contra a ditadura e a abertura controlada que esperavam realizar os militares.

<sup>33</sup> Segundo Coelho (2005), nenhuma outra organização de esquerda no Brasil experimentou “uma mudança tão radical e em tão pouco tempo em suas orientações políticas como o PRC” (COELHO, 2005, p. 258). A maioria dos intelectuais que, em 1984, organizaram-se para construir o partido de vanguarda cuja missão era dirigir o proletariado na revolução socialista assumiria, na década de 1990, o papel de elaborar e difundir as mais duras e agudas críticas ao marxismo. Em agosto de 1989 foi realizado o III Congresso do PRC, convocado desde janeiro de 1987. Entre a convocação e a realização do evento, a crise do PRC se aprofundou a ponto de mudar de qualidade. De acordo com Coelho (2005), “[a] resposta para os impasses, aprovada pela grande maioria dos delegados ao congresso, foi a dissolução do partido” (op. cit., p. 259). Extinto o PRC, os militantes agora deveriam se organizar como tendência no interior do PT. Mas havia divergências importantes entre os revolucionários comunistas, o que resultou na organização não de uma, mas de duas correntes. Ainda de acordo com Eurelino Coelho: “A maior delas, denominada Nova Esquerda, realizou importantes experiências de elaboração programática sobre bases teóricas completamente distintas das que vigoravam na fase do PRC” (op. cit.). Foi a partir deste momento que essa corrente revelou os contornos pós-modernos do seu novo projeto

De certo modo, tal bloco político sempre esteve afastado dos ideais marxianos e, de acordo com Eurelino Coelho (2005), tal afastamento se evidenciou ainda mais em final dos anos de 1980 quando foi apresentado no 1º Encontro Nacional do PT um Manifesto redigido por vários integrantes desse bloco no qual se afirmava a ideia de que a obra marxiana conteria “tensões não equacionadas teoricamente de onde derivam ambigüidades significativas”<sup>34</sup>.

Seria este o caso da questão da “humanidade-sujeito”, concebida pelos fundadores do marxismo ora como quem “faz a história”, ora como um “ator seguindo, ‘em última instância’, o que lhe prescreve um roteiro estabelecido pelas contradições econômicas”. Esta ambigüidade se projetaria sobre toda a obra marxiana e dos seus seguidores: “À luta de classes como ‘motor da história’ agrega-se, então, uma dramaturgia da necessidade concebida como anterior à práxis concreta dos homens concretos”. A uma classe se atribuiu uma “missão histórica”, e “todo o seu movimento será como que um deslocamento espontâneo para tornar-se aquilo que já seria por definição: uma classe cuja razão de ser é a Revolução”. O problema é que as disposições políticas do proletariado não teriam confirmado a teoria. Então, “frente à realidade tantas vezes demonstrável de uma classe operária resistente às proclamações revolucionárias, opôs-se, logicamente, a referência necessária de um representante autorizado de seus interesses: o partido do proletariado”. (COELHO, 2005, p. 279)

A crítica desse bloco político ao que considerava como “a concepção marxista da história” não se detinha nesse ponto. Incorporava, parcialmente, argumentos da crítica frankfurtiana à razão instrumental. Nesse mesmo manifesto, tal grupo assim caracteriza as categorias marxianas de *processo histórico*, *progresso social* e *emancipação humana*:

O marxismo clássico [assumiu], inteiramente, no lado do determinismo econômico, uma noção de progresso centrado no critério do desenvolvimento das forças produtivas. [Reduziu], assim, o conceito de Razão à razão instrumental, ao domínio do Homem sobre a natureza e imagina a própria Revolução como o resultado da contradição aberta entre este desenvolvimento e as relações sociais de produção. Há, então, determinadas “leis” que regulam a história como em um “processo natural”. Mais do que isso: tais leis são apenas – como sustentou Engels – uma parte da “dialética da natureza” e do necessário processo de complexificação e diferenciação da matéria. Do 1º átomo de carbono ao Comunismo haveria, por decorrência, uma racionalidade objetiva capaz de ser cada vez mais “apropriada” pela ciência. Se a história fosse mesmo tal como figurada por

---

político. A corrente Nova Esquerda era composta por militantes que mais tarde assumiram um papel decisivo dentro do PT como José Genoíno, Tarso Genro, Ozéas Duarte, Aldo Fornazieri, Marcos Rolim e José Eduardo Utzig, entre outros. Após o 8º Encontro Nacional do PT (1993) o grupo, agora denominado Democracia Radical, aproximou-se definitivamente da Articulação e passou a compor o chamado campo majoritário do PT. (op. cit., p. 250-60)

<sup>34</sup> *Manifesto por uma Nova Esquerda*. In. Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), fundo DPP, caixa 11, Apud COELHO, 2005, p. 278.

estas concepções, seria um mundo no qual a liberdade seria impossível, e seria muito mais irracional do que se não tivesse nenhuma racionalidade. (*Manifesto por uma Nova Esquerda*. In. Arquivo Edgard Leuenroth [UNICAMP], fundo DPP, caixa 11, Apud COELHO, 2005, p. 278)

Os autores do Manifesto propõem pensar, ao contrário, uma história que incorporasse a indeterminação e o acaso como manifestações objetivas. Após citar, textualmente, a conhecida alegoria de Walter Benjamin sobre o quadro **Angelus Novus**, de Paul Klee, eles afirmam que, “em verdade, não temos, nem teremos jamais, a certeza na frente e História na mão”. Compreender o homem seria “assumir sua tempestade que não surge de um dinamismo inscrito na história, mas se realiza nela como um resultado de suas relações intersubjetivas com base em normas sujeitas a revisão”. (op. cit., p. 279)

O mesmo grupo que escrevera o Manifesto no Encontro já abordara temas que revelavam o distanciamento que mantinham de ideais marxianos, como os de emancipação humana e revolução socialista radical. Afirmavam eles em relação ao socialismo:

Sobre o socialismo, trata-se, em primeiro lugar, de desenvolver uma nova concepção, e não de reformar a velha. A velha via o socialismo como transição para uma sociedade supostamente perfeita, uma “sociedade absoluta” que, no final das contas, não seria uma sociedade para homens reais, de carne e osso, [...], mas para um ser mítico, o “homem novo” comunista, ser angelical. Esta busca da “sociedade absoluta” implicaria, forçosamente, no recurso a meios absolutistas, no caso, a ditadura do proletariado. Ora, foi exatamente essa a concepção que entrou em colapso no Leste Europeu e na União Soviética. Pretender recuperá-la, ainda que reformada, numa tentativa vã de compatibilizá-la com democracia e emancipação humana, seria um propósito reacionário e vão. (*Desafios ao I Congresso do PT*. Pré-tese da Nova Esquerda. Jornal do Congresso, junho de 1991, p. 57, Apud COELHO, 2005, p. 296)

Neste sentido, continuam os críticos,

[...] na questão da via de construção do socialismo é preciso adotar claramente a opção por uma estratégia democrática de construção do socialismo; [é preciso optar] pela via da efetivação crescente das conquistas democráticas, da luta social e da disputa política. O programa global de reformas radicais a ser implementado pode gerar momentos de ruptura, mas não na perspectiva da esquerda tradicional: não a idéia de ruptura tal como a concebe a ortodoxia marxista, isto é, como destruição do Estado. **O problema básico da sociedade brasileira consiste na promoção da cidadania; na elevação à vida civilizada da grande maioria da sociedade.** (*Desafios ao I Congresso do PT*. Pré-tese da Nova Esquerda. Jornal do Congresso, junho de 1991, p. 57, Apud COELHO, 2005, p. 296, grifo nosso)

Podemos perceber uma clara aproximação dessa crítica com os ideais difundidos pela *nova esquerda americanizada* sobre “democracia como forma de convivência regrada entre os diferentes e com espaço público de resolução de conflitos”. Tratava-se agora de lutar não pelo socialismo, mas sim por uma “hegemonia popular sob a democracia”. Segundo Francisco Weffort, um dos maiores ideólogos do PT e um intelectual muito próximo da tendência *Articulação*:

Chamar as modernas democracias europeias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por conseguinte, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. (WEFFORT, 1984, p. 38)

Neste sentido, o PT deveria ser um partido que “visasse à melhoria de vida para o povo brasileiro” e se “[...] apoderar do poder político e implantar o **governo dos trabalhadores**, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial **democracia direta**”.<sup>35</sup>

É interessante notar que, no texto escrito em 1979, no qual o PT faz sua declaração de princípios optou-se por não declarar a perspectiva de socialismo, enfatizando em seu lugar a concepção de liberdades democráticas, melhores condições de vida e de trabalho e a questão nacional. Nessa perspectiva, ao invés de abordar o socialismo, o partido mencionava a luta “por um governo dos trabalhadores”.

Autores como Iasi (2005) e Coelho (2005) afirmam que a opção em colocar ou não a palavra socialismo no documento foi polêmica, pois se temia que os trabalhadores entendessem socialismo como sinônimo de antidemocracia. Além dessa questão, a própria composição heterogênea do partido estimulava essa falta de esclarecimento, pois resultava na pretensão dos diversos setores de encontrar no PT um partido que se adequasse as suas concepções.

Antes de considerarmos tais afirmações falsas, acreditamos que elas nos revelam apenas uma parte da questão. De fato, a composição heterogênea do PT dificultava o desenvolvimento de uma leitura única sobre os processos de transição e a luta pelo socialismo. A abordagem que o partido dá à questão do socialismo nos seus primeiros anos de existência não apenas expressa a falta de um programa de transformação social que conduza à

---

<sup>35</sup> Ver *Carta de Princípios*, 1979, p. 50, grifos nosso.

ação revolucionária do partido na sociedade, como “demonstra a falta de clareza e indefinição do partido quanto ao que se entendia por socialismo”. (OZAÍ, 1996, p. 57)

Além disso, correntes importantes no interior do PT como a *Articulação* e o que mais tarde seria a *Democracia Radical* (apoiado por setores da Igreja e da intelectualidade progressista) embasaram sua visão de socialismo nas críticas realizadas às experiências socialistas internacionais e nas revisões do pensamento marxista proposto por intelectuais pós-marxistas, como demonstramos acima. Tais tendências orientaram suas ações, desde as primeiras horas de desenvolvimento do partido, para promover “uma crítica do patrimônio da luta socialista internacional na busca de novos parâmetros para a sua continuidade e renovação”.<sup>36</sup>

Tal leitura “arejada” de socialismo (considerada pelas correntes citadas como leitura do *petismo autêntico*) aproximava cada vez mais esta parcela do partido à *nova esquerda americanizada*, afastando-a da luta pela emancipação humana. Era uma visão de mundo que valorizava os aspectos de socialização do poder político (Estado, democracia, cidadania etc.), propondo uma *via democrática* para a construção de uma sociedade igualitária, e mais tarde, abandonando completamente a proposta de superação do capitalismo. Uma leitura de mundo que deslocava a luta da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

Esvaziada de conteúdo, ou seja, deslocada do protagonismo da revolução, a discussão sobre o socialismo no interior do PT satisfazia, no entanto, a exigência de manter os vínculos com o discurso original de alguns setores do partido, isto é, “ajudava a preservar a unidade interna do campo majoritário, condição para assegurar a maioria dentro do partido que se criava” (COELHO, 2005, p. 251).

#### 4. A nova esquerda no labirinto das ideias

Essas ideologias “arejadas”, representadas por autores como C. Wright Mills, Manuel Castells e Alain Touraine; Claude Lefort e Castoriadis, que versavam sobre a emergência da pluralidade de novos sujeitos políticos, constituídos na tessitura de novos espaços sociais no cotidiano da vida coletiva, compareceram no discurso de diversos setores que compuseram as bases sociais do PT e da CUT, dentre eles: a Igreja Católica, especialmente seus setores progressistas ligados à Teologia da Libertação; o ecumenismo, particularmente aquele de perfil secular ligado à ética do compromisso social; agrupamentos de esquerda, então

---

<sup>36</sup> *Manifesto por uma Nova Esquerda*. In. Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), fundo DPP, caixa 11, Apud COELHO, 2005, p. 217.

dilacerados pela ditadura e desencantados com as fórmulas “violentas de ação transformadora”; e **segmentos da intelectualidade acadêmica, principalmente os que fundaram centros independentes de pesquisa em resposta ao expurgo da universidade, impetrado pela ditadura civil-militar.**

Tais centros de pesquisa, como o *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento* (Cebrap), criado em 1969 e, principalmente, o *Centro de Estudo de Cultura Contemporânea* (Cedec), uma espécie de dissidência do Cebrap, criado em 1976, tiveram destacado papel na elaboração da ideologia da *nova esquerda* entre os anos de 1970/90, não só no Brasil, mas em toda a América Latina<sup>37</sup>.

Importantes ideólogos do PT, como Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, José Álvaro Moisés, Eder Sader, Marilena Chauí e Paul Singer, estiveram vinculados a estes Centros de pesquisa que foram criados com o objetivo de aglutinar os intelectuais expulsos das universidades brasileiras pela ditadura civil-militar, sobretudo paulista, e de desenvolver um espaço institucional novo que pudesse **contribuir para a construção de um novo ator político com base nos movimentos sociais e no sindicalismo autônomo da tutela do Estado que se desenvolveu no ABC.**

A relação entre tais intelectuais e os membros da *Articulação* e da *Democracia Radical* levava para dentro do PT um conjunto de ideologias nas quais se afirmavam a necessidade de construir um programa partidário que defendesse, concretamente, os novos anseios sociais e políticos do período, destacando-se as novas demandas sociais populares urbanas cujos *atores* lutavam por mais acesso a bens e serviços públicos e pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais considerados modernos, como, igualdade racial, de gênero, de sexo, qualidade de vida, preservação do meio ambiente, direitos humanos etc. (SADER, 1988, p. 199)

---

<sup>37</sup> Segundo Milton Lahuerta (2001), o Cebrap começaria a funcionar com uma equipe composta por quinze pesquisadores e com verbas fornecidas por organismos de fomento a pesquisa internacionais (a princípio a Fundação Ford, nos primeiros três anos e meio, e depois o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e nacionais (como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Além disso, faria assessorias e consultorias técnicas para órgãos públicos e para instituições da sociedade civil (LAHUERTA, 2001, p. 62). Já o Cedec, criado em 1976 após a saída de Francisco Weffort do Cebrap, ao longo de sua história, o Cedec contou com apoio de agências internacionais como: Fundação Ford, IDRC (International Development Research Centre), FES (Fundação Friedrich Ebert), IAF (Inter-American Foundation), e *Fundação Konrad Adenauer*. No Brasil, teve o apoio de agências de financiamento e órgãos governamentais como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), vários Ministérios, a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) e Secretarias estaduais e municipais.

Essas demandas novas, que precisariam ser contempladas pelo programa de um *novo partido*, desenvolveram-se, de acordo com Sader (1988), em decorrência de um novo cenário histórico-social, de uma nova conjuntura na qual os conflitos sociais não poderiam, e nem deveriam mais ser resumidos à esfera exclusiva da produção e reprodução da força de trabalho. Os novos movimentos sociais que apareciam e precisavam ser ouvidos por um partido de novo tipo, “eram resultantes de uma nova sociedade, cortada por uma profunda crise nos paradigmas tradicionais de organização e explicação do mundo” (op. cit., p. 201). Esses movimentos diferenciavam-se dos movimentos tradicionais por apresentarem

[...] sujeitos novos organizando-se em meio a uma crise das instituições clássicas dentre elas, a Igreja, os sindicatos tradicionais e a esquerda estalinista, que não seriam mais os centros organizadores da luta, mas sim universalidades em fase de reelaboração”. (op. cit.)

Segundo Lahuerta (2001):

O tema da criação de um “novo sujeito” que representasse os subalternos e fosse expressivo de uma classe operária autônoma e imune às tradições majoritárias entre a esquerda e o sindicalismo foi forte na cultura intelectual de São Paulo e esteve na concepção que deu vida ao PT. (LAHUERTA, p. 87)

Nesse aspecto, os trabalhos de Weffort sobre “o sindicalismo populista”<sup>38</sup> e sobre o conceito de “populismo” são seminais, constituindo-se como uma espécie de suma teórica e justificativa antecipada da necessidade histórica desse *novo sujeito*, radical “porque expressivo de uma sociedade crescentemente ocidentalizada e cada vez mais imune às suas origens patrimoniais e à promiscuidade da tutela do Estado paternalista”. (op. cit., p. 88)

Não faremos aqui uma análise *radical* sobre o conceito de populismo, dado não ser este o objeto central de nossa tese. Tal estudo, apesar de extremamente relevante, demandaria uma série de aprofundamentos impossíveis de serem realizados dentro dos limites de nosso tema. Entretanto, para os objetivos de nosso trabalho faz-se fundante destacar que tal teoria esteve presente na construção da crítica à esquerda pecebista, desenvolvida nos pós-64, e também alicerçou parte dos fundamentos ideológicos da *nova esquerda* brasileira.

---

<sup>38</sup> Mais diretamente influenciado por uma perspectiva marxista “arejada”, o cientista político Francisco C. Weffort forneceria uma das explicações do populismo mais conhecidas para o caso do Brasil Sobre esse assunto consultar WEFFORT, F. **Participação e conflito: Contagem e Osasco** (1968). São Paulo: Cebrap, 1972; WEFFORT, F. **Sindicatos e política**. 1972. Tese (Livre Docência) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Como se sabe, a heterogeneidade social, ideológica e política que subjaz esta *nova esquerda* não permite a sua identificação com uma perspectiva teórica unitária. Da mesma maneira, deve-se ressaltar que a teoria do populismo é composta por intervenções diversas, entre as quais exploraremos apenas uma contribuição, a de Francisco C. Weffort. Tendo em vista estas duas ressalvas, iremos argumentar neste item que existem determinadas matrizes ideológicas amplas que deram coerência ao projeto petista em seus princípios, isto é, permitiram que os diferentes segmentos reunidos em seu interior compusessem um todo articulado (ainda que contraditório).

A teoria do populismo passou a ganhar importância nos meios político-acadêmicos a partir do Golpe Civil-Militar de 1964. Naquele contexto, ela pretendia desempenhar um caráter de proposição crítica aos caminhos tomados pela esquerda brasileira no pré-64, principalmente à política de alianças desenvolvida pelo PCB. Os “críticos do populismo”, dentre os quais destacamos Weffort, apontavam que a principal consequência daquele tipo de estratégia da esquerda comprometeu decisivamente a – suposta – independência da classe trabalhadora, pois esta passou a apoiar a fração nacional do capital industrial e, ao fazê-lo, abandonou as bandeiras revolucionárias. Ou seja, defendiam o resgate da radicalidade operária, que abriu mão de uma concepção de classe, para apoiar a “política de massas” da burguesia industrial crescente.

Como especificidade, o populismo apontava para uma forma de dominação que se estruturava no contexto de um “vazio de poder”, onde nenhuma classe conseguiu efetivar sua hegemonia, em decorrência da crise da “hegemonia oligárquica” e do contexto liberal do pré-1930. Mas ao mesmo tempo em que apontava para o “vazio de poder”, indicava que esse seria um período de fortalecimento do executivo, em que o Estado passou a atuar como principal impulsionador da atividade econômico-industrial do país.

No interior das análises sobre o populismo o significado do Estado neste período no Brasil “é dado pela ausência de um projeto classista”, sendo ele forte justamente por ser “o espelhamento da inexistência deste projeto”. Nesse quadro, sua ação passou a ser uma sucessão de respostas tópicas às pressões das várias frações das classes em transação. Em outras palavras, a questão da classe e da luta de classes, numa suposta crise de hegemonia, subordinou-se ao aparente jogo de pressões imediatas. A afirmação da autonomia do Estado é sustentada pela destruição dos mecanismos parlamentares de intermediação das relações elite/estado, e o corporativismo é o instrumento de manutenção do compromisso.

Em um de seus primeiros trabalhos, Weffort afirma que as massas populares se comportaram como um “parceiro-fantasma” do Estado corporativista ao longo do período

1930-1964, pois sua intervenção na política era sempre uma possibilidade, mas que nunca teria chegado a se concretizar. Segundo o autor, em todos os momentos decisivos, os rumos políticos do país eram decididos entre os quadros da elite, os quais apenas empregavam a possibilidade da ação das massas como blefe. Sendo assim, as classes trabalhadoras ou subalternas se colocavam para os teóricos do populismo, de modo geral, sob o signo da ausência de auto-organização ou “consciência de classe”, o que as tornaria heterônomas e disponíveis à incorporação “pelo alto” (WEFFORT, 2003, p. 13).

Entretanto, conforme demonstrou Antunes (1990), o nosso capitalismo, por sua particularidade, necessitou, para que as condições mínimas de uma acumulação industrial endógena se realizassem, “de um robustecimento do Estado, capaz de operar uma simbiose entre os interesses agrários, exportadores ou não, e os interesses industriais emergentes” (op. cit., p. 74). Esse robustecimento em todos os níveis do aparelho de estatal impôs uma limitação da prática política autônoma e independente do movimento operário em quase toda a América Latina e no Brasil.

Tal traço autocrático não deve ser considerado, entretanto, um “desvio” momentâneo ou uma “opção pessoal” de algum líder político autoritário no controle do Estado burguês na América Latina. A autocracia burguesa é a condição *sine qua non* sob a qual as formas políticas se desenvolvem entre nós uma vez que as classes dominantes latino-americanas (ontologicamente débeis) não conseguiram construir uma hegemonia inspirada por modelos liberais de Estado. Ao contrário, a forma *reacionária* de transição dos países periféricos não permitiu qualquer espaço de efetiva participação das classes populares e marcou uma exclusão absoluta das mesmas na direção econômica, política ou social do país. A inexistência de uma transição burguesa clássica em nosso continente e, em particular no Brasil, acarretou “a carência das formas liberal-democráticas, onde a presença popular pudesse encontrar canais de expressão e participação” (ANTUNES, 1990, p.73).

Operando simplesmente com universais, que supõe de extração marxista, e querendo ser, de início, a consciência teórica da imanente radicalidade operária, a teoria do populismo não reconheceu tal particularidade indicada por Ricardo Antunes e ficou às voltas com a anomalia do quadro brasileiro.

Para tal teoria, se a burguesia industrial, por sua fraqueza, teve de admitir o condomínio do poder, um poder afinal que era um “vácuo político”, e mesmo assim a radicalidade proletária não se manifestou, tinha de ser porque estava em curso uma grande artimanha.

Segundo José Chasin (2000b),

[...] de fato, para a teoria do populismo, o partido e o líder populistas eram o feiticeiro nefasto, que executou a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes. Isto é, no quadro das hegemonias impossíveis, deveria ser as massas as responsáveis pela sustentação do status quo dominante. (CHASIN, 2000b, p. 165)

Para as análises do populismo, na ausência de um projeto “de cima”, as relações difusas entre os líderes populistas e a massa desempenharam um papel fundamental para manter o regime instaurado a partir de 1930, pois seriam responsáveis pelo consenso necessário para equilibrar a ação repressiva do Estado e ocultar as formas de dominação. Nessa concepção, os líderes populistas preenchem o espaço deixado pelas organizações independentes, impedindo a reorganização “de baixo” e servindo de canal entre classes dominantes e dominadas - em outros termos, os líderes populistas são os autores do “ardil” da burguesia. Sua presença aprofunda a “perda de memória histórica”. Graças a seu papel, alguns líderes se tornam politicamente importantes e ocupam a posição de árbitros do compromisso entre as classes dominantes, que aceitam a arbitragem graças ao impasse em que vivem.

Mas o êxito do ardil só teria ocorrido graças à disposição da esquerda em se aliar às classes dominantes e ao estado. A forma dual do movimento operário, principalmente após o suicídio de Getúlio Vargas, teria sido a forma adequada para buscar um ponto de convergência entre a influência de Vargas e a da esquerda. Esta experiência possibilitou a aliança esquerda-populismo; através das “organizações paralelas”, a esquerda teria dinamizado o sindicalismo oficial, de modo que a ação do operariado se manteria nos limites da subordinação aos interesses do governo e do Estado, diminuindo suas possibilidades de autonomia e independência.

Para Weffort (2003), os sindicatos oficiais, além de instrumentos de dominação, deslocavam sua ação das reivindicações econômicas para uma luta política que não beneficiava o operariado, ao contrário, “eliminava a possibilidade de constituição de sua solidariedade corporativa, primeiro passo para a organização política independente e aquisição da consciência de classe” (WEFFORT, p. 49). Esta distorção do papel dos sindicatos ajudaria no controle das reivindicações econômicas dos trabalhadores para evitar a desestabilização das alianças estabelecidas.

Segundo José Chasin (2000b), ao criticar a teoria do populismo:

Seu diagnóstico é, desde logo, claro e taxativo: não apenas as massas, despreparadas em sua inexperiência, mas a própria esquerda foi

aprisionada pelo ardil do populismo, tornando-se incapaz de converter a política de massas em política de classes. Ou seja, não ofereceu uma formulação alternativa ao populismo, em consonância com o potencial revolucionário, que supostamente estava contido no quadro histórico-estrutural. Numa palavra, o que é reclamado, não sem razão, é o caminho próprio da esquerda, mas na desrazão do mero pressuposto genérico de que a revolução é possível. (CHASIN, 200b, pp. 89-90)

Para a teoria do populismo, a possibilidade de autonomia e independência esteve estruturalmente presente ao longo do pré-64, dada a crise de hegemonia da classe dominante, mas a esquerda não soube concretizá-la, encaminhando-se para uma estratégia de aliança com a burguesia nacionalista.<sup>39</sup>

Partido das críticas feitas por Weffort à esquerda pecebista e stalinista, surge uma série de teorias que vão falar da importância da construção de uma *nova esquerda* não autoritária, que fosse capaz de representar efetivamente as classes populares, sem manipulá-las ou conduzi-las a pactos com as elites. Não é fácil expor em termos resumidos – dadas as diferenças entre os autores e suas teorias – as ideias deste conjunto de ideologias da nova esquerda democrática. Como, porém, nosso objetivo não é o de fazer uma crítica detalhada dessas posições, nos limitaremos a indicar algumas ideias centrais.

Tal “esquerda teria que ser democrática e capaz de enxergar a sociedade civil como o verdadeiro e legítimo espaço da política, relegando ao passado, a velha confiança que a tradição conferia ao Estado” (WEFFORT, 1989, p. 32). Segundo Marilena Chauí, tal aperfeiçoamento da sociedade civil levaria, por sua vez, a instauração de uma sociedade democrático-cidadã, estando lançados os fundamentos de uma sociabilidade indefinidamente aperfeiçoável, ainda que fossem necessárias profundas mudanças no seu interior (CHAUÍ, 2013, p. 431). Diz da autora:

Dizemos que uma sociedade [...] é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes de República, respeito à vontade da maioria e das minorias, [ela] institui algo mais profundo, que é

---

<sup>39</sup> Antes de continuarmos, gostaríamos de indicar, na linha da crítica feita por José Chasin (2000b), dois equívocos importantes de tal escola: o primeiro diz respeito a presunção de que diante da debilidade política da fração industrial, esta elabora uma “grande artimanha” para, ao mesmo tempo, obter o apoio das “massas”, mantendo-a sob seu controle e anulando, portanto, a “radicalidade imanente” a este grupo social; o segundo diz respeito ao suposto caráter natural, portanto espontâneo, da rebeldia do proletariado. Segundo Chasin (2000b), as formulações do populismo não levaram em consideração que a rebeldia, como forma de construção permanente e consciente-prática da crítica ao capital, é resultado de um processo de educação de classe, de superação da consciência em si, simultaneamente à construção da consciência para si do proletariado. Assim, na tentativa de apontar os equívocos – que de fato existiram – da esquerda brasileira, os teóricos do populismo tomaram como referência a “insatisfação” imediata da classe trabalhadora como necessariamente – e não potencialmente – revolucionária, e ao assim fazê-lo, desprezaram o poder concreto da ideologia hegemônica. (CHASIN, 2000b, p. 124)

condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos [...]. A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e a criação de novos direitos. (op. cit., p. 433)

E conclui:

A democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo. Com efeito, pela criação de novos direitos e pela existência de contrapoderes sociais, a sociedade democrática não está fixada numa forma para sempre determinada, ou seja, não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) de alterar-se pela própria práxis. (op. cit., p. 434)

Para que essa *nova esquerda* democrática se caracterizasse como tal seria necessário instituir a luta principal no campo dos direitos de reconhecimento, representação e negociação dos trabalhadores como classe, cujas alternativas institucionais de controle e de consenso teriam que se dar sobre uma outra figuração da vida popular e de sua presença. Seria uma esquerda que enxergaria nas

[...] revoltas fabris localizadas, nas pequenas greves que se [repunham] intermitentemente, mas teimosamente, em cada empresa e nas incipientes, mas reais, tentativas de organização operária no chão da fábrica [adquiririam] simultaneamente dois aspectos fundamentais: elas se tornariam realmente incontroláveis em sua repetição exasperada; e elas tematizariam e revelariam, na prática, uma sociedade onde a ausência de direitos tornaria implausível o projeto de modernidade. Ou seja, cada revolta seria o ato, renovado, onde os trabalhadores tomariam posse do seu lugar positivo diante de uma ordem social que não os acolhe. (PAOLI, s.d., pp. 48-9)

Tratava-se de uma *nova esquerda* que apostaria na organização espontânea dos movimentos sociais; que, portanto, não dirigiria os trabalhadores e seus processos políticos de fora, mas sim, organizaria a sociedade civil em busca de um “lugar positivo para todos”.

As posições apresentadas acima, além de terem adquirido enorme importância teórica no meio intelectual, atingiram o público mais amplo formado pelo movimento estudantil, setores ilustrados da sociedade e por membros do *novo sindicalismo*, que mais tarde, deram corpo aos grupos sociais que comporiam parte das tendências majoritárias no interior do PT.

O encontro entre uma intelectualidade portadora de uma interpretação do Brasil que pretendia romper com as tradições consideradas nacionais populistas e um movimento que, em sua recusa ao velho sindicalismo e ao comunismo, estava apto a realizar uma ruptura com

o “velho marxismo”, parece, então, situar-se diante das mesmas circunstâncias que levaram ao desenvolvimento da *nova esquerda*, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

A necessidade de um *novo sujeito* idealizado, puro, sem máculas corporativistas excessivas, destituído de ranços pelegos e distante do paternalismo estatal aparentemente decorria da dinâmica dos fatos e não da consciência dos atores. Mas não é possível compreendê-lo adequadamente sem relacioná-lo com uma interpretação sobre o Brasil que se vinha desenvolvendo acerca do sindicalismo e da esquerda, pelo menos desde os anos cinquenta. Passemos a trabalhar mais de perto essa questão.

### III. Tentativa de americanização do sindicalismo no Brasil: a história e sua longa duração

*Cada povo que nasce ou que cresce no Novo Mundo, nasce e cresce, pois, de certo modo para proveito dos anglo-americanos. (Alexis de Tocqueville)*

*En todos los sindicatos los comunistas tratan de ganar puestos clave, principalmente en los que operan en sectores vitales para la economía nacional. Si fracassan sus esfuerzos por gobernar las industrias más importantes, su atención se vuelve hacia fábricas y vías de distribución. Los comunistas planean y ejecutan sus operaciones con cuidado tan meticuloso que con frecuencia obtienen un éxito desproporcionado con respecto del número de personas que han intervenido.<sup>40</sup>*

Uma importante questão que sempre confrontou os estudiosos do trabalho e da esquerda na América Latina diz respeito às relações existentes entre sindicatos, Estado e potências estrangeiras. Alguns cientistas sociais argumentaram que a relativa autonomia dos sindicatos latinoamericanos perante os Estados Nacionais afetou decisivamente a força da democracia na região<sup>41</sup>. Eles também afirmaram que a capacidade da América Latina em controlar seu próprio destino, em parte, foi moldada pela influência de potências estrangeiras – particularmente os Estados Unidos – sobre instituições sociais tais como os sindicatos.

Desde o final dos anos 1960, estudiosos voltaram suas atenções à análise do desenvolvimento da política trabalhista dos Estados Unidos na região<sup>42</sup>. Mas, segundo Clifford Andrew Welch (2009), “a atual transformação da economia mundial tornou o estudo do trabalho nas relações internacionais ainda mais pertinente”. Nesse contexto, muitos estudos recentes sobre o envolvimento dos Estados Unidos com sindicatos latino-americanos têm

<sup>40</sup> BOTTOMLEY, Arthur. Uso y Abuso de los sindicatos, apud: MARCONDES, J.V. Freitas (org.). **Primeiras Atividades do ICT**. São Paulo, ICT, 1964, p. 6.

<sup>41</sup> HALL, Michael e GARCIA, Marco Aurélio. “Urban Labour”. In CONNIF, Michael e McCANN, Frank. (Orgs.). **Modern Brazil**. Lincoln, University of Nebraska Press, 1989; EPSTEIN, Edward C. (Org.). **Labour autonomy and the State in Latin America**. Boston, Unwin Hyman, 1989; COHEN, Yousef. **The manipulation of consent: The state and working-class consciousness in Brazil**. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1989; COLLIER, Ruth Berins e COLLIER, David. **Shaping the political arena: critical junctures, the labour movement, and regime dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

<sup>42</sup> SPALDIN G. JUNIOR, H. A. “Solidarity Forever? Latin American Unions and the International Labor Network”. **Latin American Research Review**, 24, nº 2, 1989, pp. 253-265.

abordado a América Central e o México, enquanto apenas alguns enfatizam a América do Sul<sup>43</sup>.

Neste capítulo, faremos um estudo breve sobre a história do envolvimento dos Estados Unidos com os sindicatos brasileiros com o objetivo de compreender até que ponto tal relação ganhou relevo e auxiliou na construção de determinadas circunstâncias que, no encontro com outras, mais tarde sedimentariam o caminho para o desenvolvimento de um *novo tipo de sindicalismo* e de uma *nova esquerda* no Brasil.

Importante frisar, neste momento, que tal processo não ocorreu sem conflitos ou reviravoltas inesperadas em relação ao objetivo inicial. Não compartilhamos aqui a tese de que os sindicatos e os trabalhadores brasileiros foram receptores passivos da propaganda anticomunista e dos projetos de *americanização* das suas entidades de classe. Como assinalou Barbara Weinstein:

[...] muito da literatura sobre relações entre Estados Unidos e América Latina tem sido escrita de cima para baixo, da perspectiva norte-americana, com os latino-americanos sendo geralmente retratados como vítimas passivas e infelizes das políticas dos Estados Unidos. (WEINSTEIN, apud RODEGHERO, 2007, p. 13)

Ao contrário, sabemos que esse processo transcorreu com muita luta e resistência por parte dos trabalhadores em toda a América Latina, o que provocou derrotas significativas para a implementação de tal modelo de sindicalismo. Entretanto, ainda que tal projeto como um todo tenha sido combatido pelos agentes em luta, parte de suas ações práticas e ideológicas produziram efeito (na longa duração histórica) sobre um setor importante do movimento sindical brasileiro: os denominados *sindicalistas autênticos*.

Com o objetivo de melhor compreender esse processo de luta pela hegemonia, passemos a uma breve caracterização dos Estados Unidos e de sua particularidade histórica para, na sequência, compreendermos os programas de “ajuda externa” que visavam à consolidação da economia política estadunidense como pólo dinâmico do capital e da *americanização* dos sindicatos na América Latina.

---

<sup>43</sup> SPALDIN G. JUNIOR, H. A. “Unions Look South” e “AIFLD Amok”. *NACLA Report on the Americas*, 22, nº 3, 1988 (maio-jun.), pp. 14-27; FRUNDT, Henry J. *Refreshing pauses: Coca Cola and human rights in Guatemala*. New York, Praeger, 1987; CANTOR, Daniel e SCHOR, Juliet. *Tunnel vision, labor, the world economy, and Central America*. Boston, South End, 1987; WELCH, Cliff; PEREIRA, Anthony W. (Orgs). “Labor and the free market in the Americas”. *Latin American Perspectives*, 22, nº 1 (Inverno), 1995.

## 1. A construção da hegemonia estadunidense: breves apontamentos históricos

A história do “Novo Mundo” sempre foi peculiarmente rica em lições de imperialismo e nela os Estados Unidos tiveram, indiscutivelmente, um papel central. País de características singulares no continente, o desenvolvimento dos EUA como nação provém do mesmo processo histórico que originou a formação do capitalismo como modo de produção mundial, a saber, as transformações econômicas e sociais pelas quais a Europa passou em meados dos séculos XV e XIX e que invadiram todos os cantos do planeta.

Contudo, a evolução dessa nação se difere, em partes, da evolução das nações europeias. Seu povo foi, inicialmente, formado por colonos, depois por rebeldes; e mais tarde, por uma mistura de todos os povos da Europa. Fruto de uma processualidade expansionista, a sociedade estadunidense caracterizou-se por possuir um processo de colonização híbrido: nas colônias do Norte do território, prevalecia a policultura, um dinâmico mercado interno com relações de trabalho pautadas na liberdade do assalariamento e na ênfase ao empreendimento privado; enquanto nas colônias do Sul, sustentada pelo trabalho escravo, predominava a *plantation*, cuja produção monocultural – no caso, o algodão – era basicamente exportada para a metrópole inglesa. (FERRARI, 2013, p. 69)

Já nos primeiros anos de colonização, as 13 colônias se desenvolveram de formas díspares. Enquanto o norte e o centro baseavam-se nas pequenas e médias propriedades e no trabalho livre executado geralmente pelo próprio proprietário e sua família, o sul se alicerçou no latifúndio e no trabalho de escravos africanos, priorizando a exportação de produtos agrários como tabaco, anil e algodão para a Inglaterra, e importando produtos manufaturados.

Essas contradições levaram a sociedade estadunidense a um processo de lutas internas e conflitos indissociáveis nos quais, a única saída, seria a superação de um interesse pelo outro. Desencadeou-se, assim, a Revolução Americana (1776-1783) processo de transformação radical que marcou o início de uma revolução burguesa clássica nos Estados Unidos.

Porém, segundo Aptheker (1969), embora a Revolução, sem dúvida, tenha sido uma guerra popular de efeitos profundos, estes foram limitados uma vez que as forças revolucionárias foram levadas a um “compromisso com as forças da antiga sociedade escravista” (APTHEKER, 1969, pp.16-17), o qual foi rompido na Guerra da Secessão (1861-1865), quando o norte vitorioso, buscando expandir o mercado consumidor interno para sua crescente indústria, por meio da generalização do trabalho livre assalariado, ocupou o sul e

findou a escravidão (Rodrigues, 2000). A vitória do norte assegurou a generalização das relações capitalistas nos EUA e impulsionou um notável surto de desenvolvimento (HARVEY, 2013), pavimentando o caminho para que, no alvorecer do século XX, com o capitalismo entrando em sua fase monopolista imperialista, o país apresentasse incontrovertida influência global materializada em seus trustes, como os bancos de *Morgan* e *Rockefeller*, a gigantesca indústria elétrica *General Electric* e o conglomerado petrolífero *Standard Oil Company*.

A guerra civil radical teve como resultado, então, o livre desenvolvimento de forças produtivas capitalistas nos EUA, varrendo quaisquer obstáculos criados pelas formas anteriores de colonização. Isso também possibilitou o desenvolvimento de outro horizonte de dominação imperialista, alterando relativamente, segundo Ferrari (2015) o eixo econômico capitalista da Europa para os Estados Unidos em fins da Guerra Civil no último quartel do século XIX (p. 78).

A radicalidade da guerra possibilitou, além da definição de um espaço produtivo baseado na maquinaria e, posteriormente, na grande indústria, o surgimento de novas ideias acerca da expansão estadunidense para além das fronteiras nacionais já que, desde os últimos anos do século XIX, setores de classe investidoras – particularmente interessadas em atividades de guerra, capitalistas da indústria de alimentos e representantes políticos defenderam uma política e uma ação imperialistas sobre o vizinho Estado nacional do México, sobre a América Central e sobre os países do Pacífico. Segundo Ferrari (2015),

[...] esgotadas as terras virgens habitadas pelos nativos, novos limites espaciais mais fundamentais teriam de ser conquistados para a manutenção da expansão de uma forma personalizada de imperialismo, diferente dos países europeus. (p. 79)

Assim, na América do Norte, de forma singular, as coordenadas originárias do império eram coetâneas da nação. Elas se assentavam, como demonstrou Perry Anderson (2015), na combinação de uma economia de colonização livre de quaisquer resíduos ou impedimentos feudais do Velho Mundo e de um território continental protegido por dois oceanos, produzindo “a forma mais pura de capitalismo nascente, no maior Estado-nação de toda a Terra” (ANDERSON, 2015, p. 13). O moderno capitalismo estadunidense emergia tensionado por interpelações de um mercado supranacional e buscava lançar suas teias para agregar cada canto da Terra a um único, imenso e entrelaçado organismo voltado à produção e à circulação

de suas mercadorias, desencadeando um “novo tipo de imperialismo”, bastante diferenciado do europeu.

Como demonstrou Harvey (2004), o imperialismo estadunidense nascia de uma sociedade capitalista de novo tipo, com características bem peculiares que faziam dela uma nação *sui generis*. A citação a seguir é longa, porém bastante esclarecedora sobre a particularidade da via americana.

Alimentado por um notável surto de desenvolvimento [...] depois da Guerra Civil, o país se tornava tecnológica e economicamente dominante com relação ao resto do mundo. Sua forma de governo, não afetada pelo ônus de resíduos feudais ou aristocráticos do tipo encontrado na Europa, refletia em larga medida os interesses de classe corporativos e industriais, tendo sido desde a independência burguês até a medula (como está formalizado em sua Constituição). Internamente, o poder político dedicava-se ao individualismo e se opunha profundamente a toda ameaça aos direitos inalienáveis à propriedade privada e à taxa de lucros. Tratava-se de uma sociedade de imigrante multiétnica que tornava impossível o nacionalismo étnico do tipo presente na Europa e no Japão. Também havia nele de excepcional a posse de espaço abundante para a expansão interna, espaço no âmbito do qual tanto a lógica do poder capitalista como a lógica do poder político podiam dispor de margem de manobra. (HARVEY, 2004, p. 46)

E, no que tange ao novo imperialismo desencadeado por esse modelo de desenvolvimento, Harvey (2004) destaca:

A partir do final do século XIX, os Estados Unidos aprenderam gradualmente a mascarar o caráter explícito das conquistas e ocupações territoriais sob a capa de uma universalização não espacial de seus próprios valores, enterrada numa retórica que acabaria por culminar [...] no que veio a ser conhecido como “globalização”. [Em decorrência da particularidade da via americana de desenvolvimento] viram-se, portanto, forçados a elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência [dos países que conseguiram romper com o jugo colonial, sobretudo na América do Sul], os dominasse por meio de alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta. (op. cit., p. 47)

Mas essa “vocação expansionista” não era um atributo exclusivo dos Estados Unidos. Apesar da acentuada particularidade, a via americana de desenvolvimento do capitalismo revelava, em seu tempo, leis econômicas que iriam determinar o movimento de moderniza o de toda a sociedade burguesa e em toda a sua extensão.

Olhando a sociedade estadunidense no período de sua constitui o percebemos que ela própria   o resultado do desenvolvimento de uma complexa organiza o histórica da

produção, que resultou no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Possuidora de leis próprias, a sociedade do capital precisou para funcionar colocar em ação: 1) uma especial divisão social do trabalho; 2) atos universais de troca, em movimento ininterrupto de renovação; e 3) incorporação de um valor abstrato ao produto (preço) passível de quantificação no circuito das trocas (monetarização da economia).

A lógica e a história do surgimento, organização, funcionamento, sistematização e desenvolvimento do capitalismo vieram sempre tratadas referencialmente a uma totalidade que se efetivou e se conformou num patamar inter/supranacionalizado de materialidade. As leis desse processo se constituíram, desde suas origens, num único e orgânico movimento (em espiral) de *mundialização progressiva*. E esse processo fez o capitalismo organizar-se como um espaço mundial desencadeado pela criação-recriação de sucessivas formas de divisão internacional de trabalho, por meio das quais as forças produtivas capitalistas foram se construindo/reconstruindo em nível mundial e subordinando tudo à sua lógica.

Modificando radical e gradativamente as economias pré-capitalistas, o capitalismo vinculou todos os povos do mundo a um sistema de “vasos comunicantes” e tornou todas as sociedades interdependentes, apesar e/ou em consequência da diversidade de suas formas particulares de progresso e civilização, ao mesmo tempo em que gerou o Estado-nação, forma historicamente imprescindível sob a qual a “burguesia passou da defesa nacional a posições de ofensiva, da autoproteção e da concentração da própria nacionalidade à política de usurpação e dominação de outras nacionalidades” (BANDEIRA, 2011, p. 38).

Ao expandir-se para outras regiões, o processo de acumulação do capital eliminou progressivamente todos os demais modos de produção, as formações pré-capitalistas, economias naturais e economias simples de mercado, transformando tudo em excedente econômico, em fonte de meios de produção e reservatório de força de trabalho. Impulsionado pelas mais diversas formas e por diferentes movimentos locais, o capitalismo promoveu um processo acumulativo em cada localidade do globo no qual acoplou massas de braços e de instrumentos de trabalho preexistente sob sua hegemonia. O processo que criou a relação capitalista foi o mesmo a separar o trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho; um processo que operou ao mesmo tempo duas transformações: os meios sociais de subsistência foram convertidos em capital, e os produtores imediatos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1988, p. 267)

Em um sentido mais amplo, esse movimento ocorreu em todas as localidades onde o capital conseguiu subsumir o homem e a natureza à sua lógica, demonstrando que o expansionismo era uma característica inerente à economia capitalista mundial, com efeitos

transnacionais largos e profundos, incorporando, progressivamente, territórios e grupos sociais nessa economia de acumulação privada.

Nascia desse processo, uma totalidade histórica que se formatou paulatinamente pela ampliação da escala das trocas e do volume da produção para além das necessidades internas e localizadas das comunidades e nações. Segundo Marx, a necessidade de assegurar a seus produtos a desobstrução à sua realização impeliu a burguesia a invadir o mundo inteiro, “estabelecer-se em toda parte, criar vínculos em todos os lados” (MARX, 1999, p. 35)

Tal frenesi de circulação de mercadorias, típico da dinâmica social inerente à moderna sociedade de mercado, impôs um desenvolvimento permanente e contínuo das forças produtivas e da divisão do trabalho efetivamente dimensionada sobre o mundo. Quanto mais o mercado mundial se expandia, mais (dialeticamente) se desencadeavam novas bases tecnológicas e padrões diferenciados de relações de produção. Primeiro a manufatura, mais tarde, o sistema de máquinas e a construção da grande indústria, capaz de promover um salto qualitativo no movimento de produção e acumulação de capital e nas formas de dominação e de exploração existentes até então.

Com a grande indústria, inaugura-se um outro ciclo de expansão das economias nacionais e mundial, pautado no inédito padrão de acumulação – qualitativamente diverso daquele que presidira a época do mercantilismo (capitalismo comercial) – e que ora passa a estar ancorado nas novas possibilidades de desenvolvimento do *capital produtivo*, abertas com as conquistas científicos-tecnológicas. (MELLO, 1999, p.111)

A expansão da indústria pesada (ferro, aço, carvão, cobre, petróleo e alumínio), em meados do século XIX, tornou a globalização essencial para o crescimento econômico dos países centrais. Sobretudo depois de 1840, graças às conquistas da Química Orgânica e do Eletromagnetismo, as transformações se fazem sentir em todos os setores da economia, abrindo oportunidades inéditas de exploração de campos produtivos até então desconhecidos.

O novo padrão de acumulação inaugurado por essa Revolução Industrial resultou em novos escalonamentos e na diversificação da produção, com ampliação das fontes fornecedoras de matérias-primas e expansão dos mercados de consumo – seja para bens não-duráveis como para bens duráveis, incluindo os bens de produção. Com isso, dado o nível da acumulação de capital alcançado ao longo de todo esse período histórico, redimensionou-se *pari passu* a escala da própria unidade empresarial, emergindo pela primeira vez na história, uma economia composta por *oligopólios*.

O desenvolvimento da máquina e de outras tecnologias avançadas no campo da indústria, transporte e comunicação, tornou possível e necessária uma rápida expansão no dimensionamento da unidade de produção. A pequena propriedade capitalista ou de parceria, que caracterizava os estágios anteriores de desenvolvimento, cedeu lugar à corporação, uma forma organizacional que permitiu uma ilimitada concentração e centralização do capital, e que, ao mesmo tempo, deu origem e estimulou uma superestrutura financeira de bancos extremamente sofisticada, mercado de ações, companhias holding, etc.

Nesse período, cada capitalista singular, originalmente proprietário dos meios de produção, precisava extrair, cada vez mais, mais-valor dos trabalhadores, empurrado pela concorrência. E o fez ampliando/diversificando o processo produtivo, aumentando o tempo de trabalho e intensificando sua produtividade. Para ampliar a escala de sua produção, precisava aguardar um ciclo (ou vários ciclos de venda de suas mercadorias e, portanto, de realização de seu lucro), reunindo recursos até conseguir expandir o processo produtivo ou diversificar sua base produtiva. Precisava, pois, reservar parcela de seus lucros e aguardar que atingissem uma proporção suficiente para a nova inversão. Dentro dessa espiral, o capital financeiro cumpriu um papel central, uma vez que forneceu o crédito necessário para acelerar o processo produtivo, através do adiantamento de dinheiro que iria converter-se em capital. De entesouradores usurários, os bancos se converteram em coadjuvantes da exploração capitalista. Tornaram-se simultaneamente intermediários (ou depositários) para os grandes proprietários capitalistas e proprietários de capital monetário. Igualmente dependiam, pois, de uma parte do mais-valor (o lucro) produzido.

A união entre o capital industrial e o capital bancário converteu-se em um dos fatores mais importantes no estímulo ao desenvolvimento de novas formas de organização empresarial. Trustes, cartéis, sindicatos de empresas e consórcios de bancos constituíram-se e trataram de estabelecer o monopólio ou a reserva de mercado, a fim de sustentar internamente os preços dos produtos, ao mesmo tempo em que se lançavam no comércio de exportação.

A partir desse momento, os poderes político e militar tornaram-se decisivos para a concorrência econômica, que não se limitou apenas às “forças do mercado”, mas foi auxiliada, de forma decisiva, por um tipo de Estado-nação que, cada vez mais, defendeu as condições gerais as quais, ao permitirem a expansão do capital, legitimaram e legalizaram uma forma de ser, gerindo uma sociabilidade adequada, educando-a, além de coagir renitentes pela violência, aberta ou discreta, todos aqueles que, de algum modo, procurassem barrar o “progresso do capital”. Segundo Moniz Bandeira:

[...] O capitalismo, ao mesmo tempo que assumia caráter financeiro e gerava formas monopolísticas de organização empresarial, necessitou de Estados poderosos para garantir o mercado nacional, mediante proteção, e para conquistar mercados no exterior, transformando todas as regiões do mundo em zonas de investimento. (BANDEIRA, 2014: p. 39-40)

A diminuição dos lucros das empresas, por conta da crise que atingiu o sistema por volta de 1873 a 1895, bem como o aumento da concorrência entre grupos econômicos e países alavancou o desenvolvimento das economias mais industrializadas por meio da criação de novos mercados, tanto consumidor como fornecedor de matérias-primas.

A esse tempo, os Estados Unidos transformaram-se numa forte potência industrial, saltando do quinto lugar, que em 1840 ocupavam no ranking das potências industriais, para o quarto, em 1860, para o segundo, em 1870, e para o primeiro em 1895.

Um fator decisivo para esse crescimento foi, sem dúvida, a conformação territorial alcançada por meios da expansão para o Oeste e da guerra mexicano-americana, através de um avanço interno de caráter civilizacional, culminando no enfrentamento militar e na anexação de territórios vizinhos. A magnitude do espaço econômico, ao facilitar a extraordinária especialização dos estabelecimentos industriais, havia possibilitado que o país, sob um regime protecionista, como demonstrado acima, rapidamente se desenvolvesse e, em alguns decênios, tornasse-se uma potência econômica, antes mesmo de emergir como potência política e militar.

Além da expansão territorial, outro fator fundamental para o desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos foi a vitória do norte industrial sobre o sul agrário na violenta e radical Guerra de Secessão, o que possibilitou ao país um forte impulso às forças produtivas hegemonicamente industriais.

De acordo com Bandeira (2014),

[...] Em 1856, fabricantes americanos estavam fazendo querosene a partir de carvão importado da Escócia, a um custo de US\$20 a US\$25 a tonelada, e buscavam especialistas como Benjamin Silliman Jr. para analisar petróleo, na esperança de que dali pudessem obter algum suprimento. [...] Entre o fim da Guerra de Secessão (1860 – 1864) e o final do século XIX, período que Mark Twain chamou de *Gilded Age*, sua produção de aço, carvão, maquinaria e manufaturas, madeira e ouro aumentou de tal maneira que produziu profundas transformações em sua estrutura econômica, em meio aos mais violentos choques entre trabalhadores e empresários da história do capitalismo. (BANDEIRA, 2014, p. 42-43)

O enriquecimento material dos Estados Unidos exacerbou seu expansionismo e a sua belicosidade, e as características imperiais assumiram uma dimensão fundamental na construção da sociedade e do Estado estadunidense. Aos privilégios objetivos de uma economia e de uma geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legados subjetivos, um de cultura e outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; e a crença (oriunda da Guerra de Independência) de uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna (ANDERSON, 2015, p.13).

O sentido de missão, o mito da excepcionalidade e a necessidade histórica de “salvar o mundo” foram, desde muito cedo, enfatizados nos EUA de modo a justificar a dominação e a construir consenso, sobretudo internamente. Ideais como o da “responsabilidade mundial” e o de “guardiões da liberdade” estiveram presentes desde as primeiras iniciativas do imperialismo norte-americano com a Doutrina Monroe (1823)<sup>44</sup>, justificando intervenções militares e dominação econômica no Caribe e na América Central.

E, em decorrência do crescimento econômico e territorial desse período, a tendência ao messianismo nacional, a ideia de povo eleito por Deus, que o judaísmo legou aos puritanos e que os estadunidenses herdaram do processo de colonização, atualizou-se, americanizou-se e assumiu o nome de *destino manifesto*<sup>45</sup>.

Paralelamente ao poderio material de produção recrudesciu nessa sociedade um ideário romântico de que a “vanguarda das nações deveria, por direito, pertencer aos americanos”. Com o *destino manifesto*, acreditava-se que “Deus havia predestinado, assim a humanidade esperava, um papel grandioso aos americanos, e eles percebiam coisas grandiosas

---

<sup>44</sup> Enunciada por James Monroe no discurso que dirigiu ao Congresso no dia 02 de dezembro de 1823, fincava-se sobre três fortes pilares: a não criação de novas colônias europeias nas Américas; a não intervenção nos assuntos internos dos países americanos; e a não intervenção dos EUA em conflitos relacionados aos países europeus. A Doutrina estabelecia a posição dos EUA contra o colonialismo europeu, especialmente contra a Santa Aliança e a própria Grã-Bretanha, dando continuidade a uma política isolacionista em relação ao Velho Mundo referenciada já em George Washington e Thomas Jefferson.

<sup>45</sup> O primeiro a utilizar o termo foi o jornalista nova-iorquino John L. O’Sullivan, na revista *Democratic Review*, no ensaio intitulado “*Annexation*”, de agosto de 1845 (texto disponível no sítio: <http://web.grinnell.edu/courses/HIS/f01/HIS202-01/Documents/OSullivan.html>) no qual defendia a anexação do Texas pelos EUA: “Nosso destino manifesto atribuído pela Providência Divina para cobrir o continente para o livre desenvolvimento de nossa raça que se multiplica aos milhões anualmente”. O termo aparece ainda no discurso de Thomaz Jefferson enquanto presidente, no sentido de que o destino manifesto dos EUA, como “ordem natural das coisas” era o de estender-se a todo o continente americano. O Destino Manifesto expressa a crença de que os EUA teriam sido predestinados por Deus a liderar o mundo e que, portanto, a sua expansão seria, além do cumprimento desse desígnio divino, uma tarefa manifesta e inevitável. Tornou-se doutrina política durante a segunda metade da década de 1840, incluindo a compra de Gasden e do Alaska no expansionismo que tinha como direção o norte. Caiu em desuso em 1850 e foi retomada em 1880 para legitimar, dessa vez, o expansionismo para além das fronteiras do EUA.

em suas almas”.<sup>46</sup> Tratava-se de um conjunto de ideias baseadas na moral puritana, em que a “liberdade” e o “bem-estar material” apareciam como valores fundamentais e inexoráveis a todos os povos, cabendo aos Estados Unidos e ao seu povo, o “alto destino” de promover estes valores em todos os cantos do planeta e, em particular, na parte da América atrasada e bárbara. Conforme afirmou Francisco Lizcano Fernández:

Este sera el “alto destino” por el que se consideran, según su propia concepción, como los hermanos mayores de la humanidad. Por supuesto este “tutelaje”, que esconde sus intereses concretos y materiales, justifica el uso de las tácticas más dispares frente a los pueblos inmaturos que aún no tienen conciencia de su humanidad. (FERNÁNDEZ apud KIERNAN, 2005, p. 56)

Indubitavelmente, tal concepção derivava do tipo particular de desenvolvimento capitalista pelo qual a sociedade estadunidense passou. Em decorrência de sua particularidade, as aspirações dessa sociedade nunca se limitaram as suas próprias fronteiras, mas abarcaram todos os destinos humanos. Tal convicção também fortalecia a ideia de que essa República poderia transformar qualquer país, habitado por qualquer tipo de população, em algo semelhante a si mesmo simplesmente estendendo sobre ele o “mágico charme” de suas instituições políticas. Em outras palavras, o “resto” da humanidade era considerado apenas uma matéria-prima passiva, barro a ser moldado pelas mãos do oleiro.

Após o impulso conseguido pela expansão para o Oeste e pela vitória da burguesia industrial sobre o capital agrário na Guerra Civil, iniciou-se nos Estados Unidos um processo longo e particular de desenvolvimento no qual foi inaugurado um novo padrão de relações de acumulação. Esse novo padrão possuía como principais características, segundo Virgínia Fontes (2010): o esmagamento da concorrência pelos monopólios; a formação de uma oligarquia plutocrática todo-poderosa; a destruição da democracia, substituída por uma fachada representativa; a corrupção das organizações sindicais pelo grande patronato; a existência de massas crescentes de trabalhadores sem direitos; a generalização da barbárie e uma configuração paramilitar da vida social. (FONTES, 2010, p. 101)

Esse modelo de desenvolvimento se transformaria na ponta da renovação do capitalismo a partir do início do século XX trazendo consigo uma série de horrores contidos nas entranhas da monopolização e da racionalização cada vez maior da vida (humana e da natureza) em função do capital.

---

<sup>46</sup> HERMAN, Melville apud KIERNAN (2005).

## 2. A reconstrução da Europa no pós-guerra e busca pela universalização do *American Way of Life*

Mobilizando suas fontes no Departamento Nacional do Trabalho (DNT), na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), na grande imprensa e no Serviço Social da Indústria (SESI), o cônsul estadunidense em São Paulo, Richard Butrick, queria averiguar a presença comunista no Pacto de Unidade Intersindical (PUI), no início do governo JK. Ao concluir seu levantamento, Butrick produz um relatório no qual atestava ser um “erro perigoso” não reconhecer a força de tão importante intersindical. O cônsul via na política adotada pelo PUI – apontar delegados nas fábricas – a brecha pela qual se abria um “canal para a indicação de um *pessoal novo* como delegado”, a ser incorporado na frente do “movimento organizado atuante”. Segundo Butrick, era urgente a criação das “*lideranças competentes e esclarecidas*” – e, claro, favoráveis aos EUA – que pudessem impedir o avanço do controle dos comunistas sobre os sindicatos. Para ele, um projeto “realmente magnífico e interessante” neste sentido já estava em curso, desencadeado pelo “serviço de inteligência” do SESI. (NEGRO, 2004, p.162-63)

\*\*\*

Em fevereiro de 1967, logo após sua posse como senador biônico pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o coronel Jarbas Passarinho foi nomeado pelo general-presidente, Costa e Silva, para o Ministério do Trabalho. Cerca de três meses depois de sua posse o então ministro encontrou-se com o assessor político do Consulado Geral dos Estados Unidos da América (CGEUA) Melvyn Levitsky e parceiros da Aliança para o Progresso<sup>47</sup>. Na ocasião, o coronel ressaltou a facilidade com que os assuntos trabalhistas podiam ser resolvidos tendo-se à mão instrumentos como os atos institucionais. Mencionando sua experiência de combate ao comunismo no governo do Pará, o novo ministro diz saber ser

---

<sup>47</sup> A “Aliança para o Progresso” foi um programa de ajuda externa estadunidense, direcionado para a América Latina, idealizado nos primórdios da administração J. F. Kennedy (1961-63) e implantado nos anos subsequentes, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político do continente. Esse projeto tinha como base três elementos, percebidos como interdependentes: o crescimento econômico, as mudanças sociais estruturais e a democratização política dos países latino-americanos. Mas não se pode negar que a Aliança foi, primariamente, uma resposta ao desafio soviético e particularmente à revolução cubana. Voltaremos a essa questão em outro momento da tese. Para mais detalhamento desse tema ver: RIBEIRO (2006).

desgastante continuar com os métodos da Operação Limpeza<sup>48</sup>; era hora de se dirigir à classe trabalhadora com outros “pacotes” em mãos. Jarbas ouviu ainda de seus parceiros de encontro que o governo não podia – e não devia – continuar agindo de modo repressivo. Antes, precisava criar *sindicatos democráticos e responsáveis*. Nenhuma relação, esclareceram eles, com o paternalismo da era anterior. Para tal, Passarinho afirma que entre os seus maiores problemas, estava a dificuldade em desenvolver:

[...] *líderes sindicais autênticos* – não para a compra de apoio político como rezava a tradição anterior, mas sim *para liderar o movimento operário responsabilmente e com objetivos legítimos*. (NEGRO, 2004, p. 279, grifos nossos)

\*\*\*\*

Os acontecimentos aqui narrados foram extraídos do livro de Antonio Luigi Negro, *Linhas de Montagem*<sup>49</sup> e apesar de aparentemente isolados, revelam um aspecto importante da luta de classes no Brasil. Eles fazem parte de um projeto histórico posto em prática pela concretude das relações sociais do capitalismo no mundo pós-guerra e visavam ampliar a dominação estadunidense nos países da periferia do sistema entre os anos de 1950-80, particularmente na América Latina.

Apesar de profundamente estudado, esse período da história do capital e do mundo do trabalho ainda apresenta dimensões pouco exploradas e que apenas recentemente começaram a ser destrinchadas pelas ciências sociais e pela historiografia em geral. Inegavelmente, os estudos dedicados ao período da Guerra Fria revelaram várias dimensões do conflito entre Estados Unidos e URSS. Além de explorar os episódios políticos específicos do conflito, também descreveram o confronto entre a economia de mercado e a planificação socialista e as principais tensões bélicas da “corrida armamentista”. Entretanto, ainda são escassas, além de relativamente recentes, as pesquisas históricas orientadas em decifrar o papel do sindicalismo

---

<sup>48</sup> O projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longeva esteve presente desde os primeiros momentos do Golpe Militar brasileiro ocorrido entre março e junho de 1964. Nesse projeto desenvolveram-se inúmeras demissões, exonerações, cassações, prisões, torturas e mortes em nome da conservação da democracia, da contenção do perigo do comunismo e da manutenção da segurança nacional. O Ato Institucional promulgado pela Junta Militar, no início de abril de 1964, propiciou ao presidente Castelo Branco plenos poderes de ação, anulando a legislação vigente por dois meses. Desta maneira, com um sistema repressivo agora legítimo, ou legitimado como Lei, o Brasil passou a encaminhar-se para um período agudo, crítico, de repressão declarada, exacerbada, onde, arregimentava o exercício de uma “operação limpeza”, no intuito lógico de banir o comunismo, ou qualquer ação que diametralmente se relacionasse a ele.

<sup>49</sup> NEGRO, Antonio Luigi. 2004, p. 279

estadunidense em grande parte da América Latina durante os anos de 1960-70 e 80, por meio das atividades realizadas pelo *Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre* (IADESIL) e do *Instituto Cultural do Trabalho* (ICT), entidades financiadas pelo governo estadunidense, pela *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) e grandes corporações norte-americanas.

De acordo com Larissa Corrêa, no Brasil essas ações ocorreram em três momentos: 1) de 1945 a 1964, fase marcada pelos primeiros contatos da AFL-CIO com o sindicalismo brasileiro, visando ao afastamento das lideranças sindicais vinculadas aos partidos de esquerda e à divulgação do sindicalismo norte-americano no país; 2) de 1964 a 1967, período marcado pela concentração de investimentos e pelo desenvolvimento das atividades do IADESIL, impulsionados pelo golpe civil-militar e; 3) os anos posteriores, de 1967 a 1978, identificados pelo desgaste das relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos. (CORRÊA, 2013, p. 17)

Tais ações tinham por objetivo desenvolver projetos sociais e educativos na área do mundo do trabalho, incluindo os programas de intercâmbio para os Estados Unidos, como estratégias para implantação do chamado sindicalismo “livre e democrático” e a contenção do comunismo na América Latina.

Segundo Juan Alberto Bozza (2009):

[...] La sistematicidad con que se planificaron sus acciones, la magnitud de los recursos materiales y humanos insumidos, la perdurabilidad de sus programas y el dilatado ámbito internacional en el que se desplegaron confirman la pertinencia del término guerra fría cultural. (BOZZA, 2009, p. 50)

Os objetivos principais dessa “guerra fria cultural”, iniciada ainda em finais dos anos de 1940, começo dos 1950, sob influência também da Guerra da Coreia<sup>50</sup>, consistiam basicamente em: a) desencadear uma luta contra o avanço do comunismo no continente latino americano; b) enfatizar o papel social do capital, negando a existência de antagonismos de classe nos países latino-americanos e ao mesmo tempo destacar os Estados Unidos como um exemplo das recompensas que o sistema poderia conferir às classes subalternas e ao trabalho organizado; c) *promover o desenvolvimento de um modelo de “sindicalismo democrático”, “de negociação”, desmantelando um tipo de sindicalismo de viés comunista e nacionalista*

---

<sup>50</sup> A Guerra da Coreia (1950-1953) foi a motivadora de uma crescente preocupação anticomunista que conferiu a Guerra Fria ares de prioridade (ao menos da perspectiva da opinião pública norte-americana) legitimando, naquele momento, as ações políticas dos Estados Unidos, empenhados em disputar o mundo com a União Soviética.

*existente no continente* e d) acelerar a criação de uma política cultural e acadêmica identificada com a ideologia e o padrão científico construídos pela sociedade estadunidense.

Para que tais objetivos fossem alcançados uma série de propagandistas estadunidenses e especialistas dos setores de informação foram encarregados de promover os valores da democracia por meio da divulgação da vida e dos hábitos de um idealizado povo norte-americano. Esse trabalho de difusão do *American way of life* fazia parte da ofensiva ideológica estadunidense contra o comunismo. As propagandas carregadas de apelos sobre a “liberdade” e a “igualdade” tinham o papel de expor claramente as diferenças entre os governos democráticos e comunistas. Em tempos de Guerra Fria, era preciso transmitir as vantagens do sistema democrático americano no país e no mundo. Os idealizadores da propaganda estadunidenses consideravam a liberdade o mais atraente elemento da democracia em contraposição ao suposto “escravismo” dos países comunistas.

O desenvolvimento desse projeto estava intimamente associado a uma série de transformações estruturais ocorridas na economia capitalista mundial e no movimento internacional do capital a partir do final dos anos 1940, marcando o término das relações sociais típicas do período do imperialismo clássico e o nascimento de novos termos de troca entre os capitais metropolitanos e periféricos. Esse período foi caracterizado por Florestan Fernandes (1973) como a “etapa de introdução do Novo Imperialismo sob a hegemonia dos Estados Unidos”, no qual o padrão de dominação externa nos países da periferia do sistema (sobretudo na América Latina) passou a ser controlado pela empresa corporativa e, portanto, pelo capital monopolista, gerando formas mais modernas de poder nas quais fatores econômicos de dominação foram sendo, cada vez mais, adensados pelas formas políticas e culturais (ideológicas) de hegemonia. Nas palavras do autor:

A nova forma de imperialismo não é apenas um produto de fatores econômicos. No centro do processo está a grande empresa corporativa e, portanto, o capitalismo monopolista. Por isso, as mudanças das organizações, das funções e do poder financeiro das empresas capitalistas foram produzidas por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração, e pelos efeitos múltiplos e cumulativos da concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial. Esses são processos históricos, de natureza sócio-econômica e sócio-cultural. Mas a influência dinâmica decisiva foi política. (FERNANDES, 1973, p. 20-21)

Tal forma de expansão do capitalismo acentuou as características iminentes do modo de produção do capital e ampliou (de forma cada vez mais aprimorada) a exploração do mais-

valor e o disciplinamento da população dos países periféricos, convertendo-a massivamente em força de trabalho disponível para o capital e incorporada ao mundo mercantil.

Entrávamos num período histórico marcado pela ampliação da hegemonia do capital monopolista sobre o mundo, através do controle dos mercados globais e da afirmação dos Estados Unidos como um “Império Mundial sem colônias”, como uma nação imperialista que preferia Estados-satélites ou protetorados a colônias formais. Tratava-se da expansão de um tipo de imperialismo que consistia em estruturar Estados tecnicamente independentes seguindo, na essência, os comandos de Washington e a lógica da forma da organização produtiva da empresa soberana corporativa. Tal movimento já havia sido caracterizado por Marx que descreveu, no século XIX, o desenvolvimento do Estado-Nação e do comércio mundial.

Quanto mais se estendem, no curso desse desenvolvimento, as esferas separadas, que atuam umas sobre as outras, e quanto mais o isolamento original das nacionalidades separadas é destruído pelo modo avançado de produção, pelo intercâmbio e pela divisão natural do trabalho entre as diversas nações emergentes que daí resulta, mais a história se torna história do mundo. Assim, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que priva de pão milhares de trabalhadores na Índia e na China, e derruba toda forma de existência desses impérios, esta invenção se torna um fato histórico mundial. [...] Disto resulta que a transformação da história em história do mundo não é absolutamente mero ato abstrato de parte da “autoconsciência”, do espírito do mundo, ou de qualquer outro espectro metafísico, mas um ato bastante material e empiricamente verificável, ato cuja prova cada indivíduo fornece enquanto vai e vem, come, bebe e se veste. Na história decorrida até o presente certamente também é da mesma forma um fato empírico que, com a ampliação de sua atividade em atividade histórica mundial, os indivíduos isolados se tornam cada vez mais escravizados de uma força alheia a si [...], força que se torna cada vez mais enorme e, no final, termina sendo o mercado mundial. (MARX, apud MÉSZÁROS, 2002, p. 208)

É importante salientar que o que ocorria nesse período nada mais era do que uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não apenas nos espaços produtivos e sim, por meio da criação de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuravam diluir as lutas de classes, expressavam e evidenciavam sua difusão e generalização no conjunto da vida social.

Em *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*, René Dreifuss (1986) aborda as diversas formas da classe dominante fazer política e se relacionar com o poder, desde as mais explícitas, como o financiamento de campanha de candidatos, até as mais sofisticadas e profundas, como a articulação política

suprapartidária em organizações privadas transnacionais. Seu esforço está em desvendar como os setores dominantes se organizam e atuam na arena política, explicitando as íntimas relações entre poder econômico e poder político, de modo a que possamos entender como “uma classe traduz suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares ampliados) em capacidades político-organizacionais” (DREYFUSS, 1986, p. 21).

Ancorado no pensamento político de Gramsci, Dreifuss dedica-se nesse livro especialmente ao estudo dos organismos privados transnacionais, criados pela classe dominante dos países centrais, entendendo-os como sustentáculos ideológico-políticos da dominação. Tais organismos consistiriam em institutos de pesquisa, fundações, clubes de empresários e agências de planejamento e consultoria, visando conquistar, salvaguardar e consolidar sua posição, seus privilégios na sociedade e no campo internacional. O investimento em espaços políticos privados dessa natureza, aliado ao controle dos meios de produção, asseguraria a consecução dos objetivos e interesses dos grupos dominantes, expressos através da implementação de políticas públicas e do uso dos aparatos de força do Estado em benefício desse setor. Tal processo de direção política e ideológica, conjugado à coerção econômica e à autoridade sobre a violência legítima, foi nomeado por Gramsci como construção de hegemonia. (op. cit., p. 145)

A relação de hegemonia é um processo em permanente construção, uma relação social complexa e dinâmica, convivendo o tempo todo com resistências e antagonismos de variadas dimensões. Nesse sentido, os espaços ou os canais através dos quais a hegemonia ou a dominação são construídas tornam-se espaços de conflito, espaços de luta (op. cit., p. 166). As instituições públicas, ou seja, a ossatura material do Estado, os aparelhos de hegemonia, os partidos e a política, de uma forma geral, configuram espaços de disputa por excelência. Os organismos privados contribuem por tornar a ação política mais eficaz, propiciando os instrumentos (informação, análise, articulação e formulação de diretrizes) para uma melhor organização e operacionalização dos anseios de uma classe na forma de um projeto de sociedade. Não por acaso, boa parte desses organismos se constituem em centros de pesquisa, de estudos estratégicos, fundações, clubes e associações que financiam e estimulam pesquisas. O poder de uma classe é igualmente exercido através de sua ação política, implementada e planejada estrategicamente nesses espaços privados de hegemonia. Como podemos perceber, projetos, campanha e a política de uma forma mais abrangente ultrapassam a organização político-partidária, incluindo também os organismos privados

A utilização desses espaços privados de hegemonia sempre foi uma prática na estratégia de expansão do Império estadunidense, como demonstraremos em outro momento, e se mostrou extremamente articulada no período de afirmação da ideologia de uma *nova esquerda* em fins dos anos 1960. Os centros de pesquisa, de estudos estratégicos e fundações envolvidas que financiavam e estimulavam as pesquisas pós-marxistas foram fundamentais, como demonstramos no capítulo anterior, para o avanço da *nova esquerda*, inclusive no Brasil.

Mas tal prática já existia muito antes da década de 60. No limiar do século XX, a economia capitalista mundial encontrava-se em vias de enfrentar uma grave crise. A crise mundial de 1929 – que mergulhou o capitalismo na maior depressão de sua história até aquele momento – abalou seriamente os alicerces da economia liberal clássica e, para garantir a sobrevivência do sistema, fazia-se necessário renovar não só a estrutura produtiva deste sistema, mas também, a economia política, com novos instrumentais de interpretação e de intervenção, capazes de solucionar as contradições mais permanentes da acumulação, tais como: a anarquia da produção, a queda da taxa de lucros, a superprodução de mercadorias, o desemprego, as oscilações do mercado e outras perturbações que afligiam crescentemente a burguesia, como o avanço das forças revolucionárias pelo mundo.

Essa crise lançava novas bases para a forma da reprodução ampliada do capital e os países metropolitanos viram-se obrigados – em busca da resolução de seu problema de demanda, gerada pela crise financeira e produtiva do período – a incentivar, mesmo que ainda timidamente, a industrialização dos países periféricos, que até então, caracterizavam-se como fornecedores de produtos primários.

A existência, nesse período, de uma economia socialista relativamente bem sucedida e expansiva, dotada pelo menos de padrões equivalentes de tecnologia, organização burocrática, produtividade, crescimento acelerado e internacionalização, como a União Soviética, compeliu as nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia para uma defesa agressiva do capitalismo privado.

A ideia de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado originava-se da real concretude histórica do pós-guerra na qual os países beligerantes, com exceção dos Estados Unidos, “havia se tornado um campo de ruínas habitado pelo que pareciam aos americanos, povos famintos, desesperados e provavelmente propensos à radicalização” (HOBSBAWM, 1999, p. 228), mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimento pelo qual os EUA e o mundo

“iriam ser salvos”. Além disso, o sistema internacional anterior à Segunda Guerra havia desmoronado, deixando os EUA em uma situação “desconfortável” diante de uma URSS enormemente fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não europeu, cujo futuro político parecia bastante incerto.

Segundo Muniz Bandeira, a intenção real dos EUA no pós-guerra seria aproveitar a destruição das principais nações industrializadas da Europa, em especial da Alemanha, e consolidar sua hegemonia no mercado mundial. De acordo com o autor:

O plano do secretário do Tesouro, Henry Morgenthau Jr., consistia no desmembramento da Alemanha, em torná-la uma nação predominantemente agropastoril, destruindo sua indústria pesada e internacionalizando o Ruhr e a áreas adjacentes. [...] Os militares americanos estavam determinados a tomar tal iniciativa e mais ainda os empresários, que não queriam enfrentar um poderoso competidor no mercado mundial. (BANDEIRA, 2014, p. 145)

Porém, a possibilidade de que a União Soviética ocupasse esse *vacuum* de poder deixado pela Alemanha na Europa Ocidental fez com que os EUA recuassem e desenvolvessem um “plano de recuperação” econômica dos países europeus a partir do qual a “ameaça revolucionária” poderia ser superada via desenvolvimento econômico. Nesse contexto, foi anunciado, em 1947, o *Plano Marshall*, concebido pelo secretário de Estado estadunidense, George Marshall, com o objetivo de desenvolver uma política de estabilização dos países da parte Ocidental da Europa, em especial a França, a Itália e a Alemanha. Segundo Dias (1999):

Para impedir que a chamada experiência socialista conseguisse ampliar sua esfera de influência era necessário antecipar-se a ela. Os Estados Unidos acabaram por reconstruir os países capitalistas derrotados através do Plano Marshall, com capitais a fundo perdido, permitindo aos ex-inimigos – agora aliados – subtrair-se a qualquer possibilidade de serem submetidos por forças sociais comandadas pelos comunistas, ex-aliados, agora inimigos. Face à alternativa russa, fortíssima no imaginário dos trabalhadores, os capitalistas de todo o mundo uniram-se. De adversários da véspera à aliados do momento: tudo valia contra o espectro vermelho. Não foi o bastante. Tudo isto concomitantemente ao desenvolvimento do taylor-fordismo. (DIAS, 1999, p.110)

Dentre os objetivos principais do *Plano* estavam: 1) a expansão do comércio internacional; 2) a garantia da estabilidade financeira interna da Europa e 3) o desenvolvimento de uma cooperação econômica. De forma mais específica, ele previa a concessão de empréstimos a juros baixos aos governos europeus, para que os mesmos

adquirissem mercadorias dos Estados Unidos. Uma vez “beneficiados pelos empréstimos”, os países europeus deveriam, em contrapartida, abrir suas economias aos investimentos estadunidenses. Assim, além de permitir a manutenção do nível de produção conseguido com a guerra, tal ação serviria como estímulo aos negócios privados e ao crescimento econômico dos EUA. Nesse tocante, as grandes empresas exportadoras estadunidense davam suporte à massiva ajuda fornecida aos europeus, com vistas a estimular reformas financeiras e investimentos econômicos internacionais.

Segundo Bandeira (2014), na perspectiva dos EUA, dentre os objetivos da política *Marshall*, os mais importantes eram a recuperação da atividade econômica europeia e a retomada das trocas comerciais com os Estados Unidos. Almejava-se, acima de tudo, consolidar o capitalismo na Europa Ocidental via oferecimento não somente de dinheiro, mas também de maquinaria, matéria-prima e peritos em tecnologia estadunidense.

Os norte-americanos pretendiam mostrar que a sociedade orientada pelos princípios da democracia e do livre mercado era, incontestavelmente, a melhor opção à crise do pós-guerra e, com isso, consolidar um centro de poder alternativo à União Soviética no continente europeu.

Nessa luta dos Estados Unidos para que o “modelo capitalista” prevalecesse, o projeto desenvolvido configurava-se uma grande vantagem, pois ele não era apresentado como um instrumento contra a União Soviética, mas como uma forma de ajuda aos países europeus. Assim é possível observar, por meio de uma passagem do discurso proferido por George Marshall ao apresentar o Plano, que as diretrizes propostas não eram imbuídas de confronto aos soviéticos ou exclusão de qualquer país da Europa, mas da “boa vontade dos EUA em ajudar os povos deste continente, que passavam por forte crise”. Segundo Marshall:

[...] Nossa política não é dirigida contra algum país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos. Seu propósito deve ser o renascimento de uma economia de trabalho no mundo, de forma a permitir a emergência de condições político-sociais em que instituições livres possam existir. Tal assistência, estou convencido, não deve estar em uma base errada enquanto varias crises se desenvolvem. Toda assistência que este Governo puder render no futuro deveria prover uma cura, ao invés de mero paliativo. Todo o governo que estiver disposto a ajudar na tarefa de recuperação encontrará total cooperação, tenho certeza, por parte do governo dos Estados Unidos. (MARSHALL, apud RIBEIRO, 2006, p. 234, tradução nossa).

O *Plano Marshall*, portanto, possibilitava a expansão e a consolidação da hegemonia estadunidense na Europa, além de construir uma “boa imagem” do país no sistema internacional, uma vez que apresentava o *Plano* como um programa de ajuda humanitária e de

reconstrução dos países da Europa. Por meio dele foi possível, igualmente, atender aos objetivos do capital privado estadunidense e, ao mesmo tempo, combater o avanço do poder soviético sobre uma parcela da Europa.

De acordo com Ricardo Alaggio Ribeiro (2006) a recuperação europeia sob a tutela estadunidense mostrou-se rapidamente um completo sucesso e um exemplo para empreendimentos futuros. Segundo o autor,

[...] ele ajudou a modernizar os sistemas orçamentários [europeus], a encorajar a difusão do planejamento, a racionalizar a produção, a desenvolver padrões corporativos de poder público-privado e ainda difundiu a convicção de que o crescimento econômico era a forma de combater as divisões sociais. (RIBEIRO, 2006, p. 38)

E continua,

[além dos objetivos econômicos], também os políticos foram alcançados: o enfoque anticomunista foi um sucesso, os sentimentos pró-americanos aumentaram [e] a estabilidade e a democracia firmaram-se em meio à afirmação das lideranças europeias de centro e centro-esquerda. (op., cit.)

A espetacular expansão econômica do período pós-guerra produzia, então, um cenário favorável para ideia de que não haveria outra saída “bem sucedida” para o fim das contradições sociais além da “ocidentalização” ou “modernização” das sociedades periféricas. Era o momento ideal para propagandar o sonho dourado de Frederick Winslaw Taylor, fundador do “gerenciamento científico”, de eliminar os conflitos sociais nos seguintes termos:

Sob o gerenciamento científico, a grande revolução que ocorre na atitude mental das duas partes é que ambos os lados deixam de ver a divisão do excedente como a questão mais importante e juntos voltam sua atenção para o aumento do tamanho do excedente até que este se torne tão grande que seja desnecessário disputar o modo como ele será dividido. Percebem que quando param de puxar o fardo em direções opostas e passam a empurrá-lo ombro a ombro na mesma direção, o tamanho do excedente criado por seus esforços conjuntos é realmente espantoso. Ambos compreendem que quando substituem o antagonismo e a disputa pela cooperação amigável e a ajuda mútua, em conjunto são capazes de tornar esse excedente tão incrivelmente maior do que era no passado, que há um amplo espaço para um grande aumento nos salários dos trabalhadores e um aumento igualmente grande nos lucros do fabricante. (TAYLOR, apud MÉSZÁROS, 1996, p. 87)

De modo geral, tratava-se de um momento histórico no qual se acreditava que sob o domínio da “autoridade da ciência”, do “gerenciamento científico” e do “desenvolvimento

tecnológico”, a vida humana trilharia o inevitável caminho do “progresso” e da “modernização” em todos os lugares do planeta, “levando a sociedade rumo ao fim do flagelo geral da pobreza” (GALBRAITH, apud MÉSZÁROS, 1998, p. 264).

Mas como seguir de modo inequívoco no trilho da “modernização” e do “desenvolvimento” e traçar os passos das nações desenvolvidas e industrializadas rumo à “sociedade da abundância”? Como vencer o “fantasma do comunismo” que rondava também os países da periferia do sistema, sobretudo após as revoluções e lutas de independência por quase toda a América Latina em meados dos anos de 1950?

Os Estados Unidos tinham uma elaborada receita também para a América Latina. Passemos a compreendê-la.

### **3. A Teoria da Modernização e a Aliança para o Progresso: a luta pela hegemonia estadunidense na América Latina e o “medo” do comunismo.**

Findada a reconstrução da Europa do período pós-guerra, os capitais mundiais voltaram-se para as economias periféricas, vendo nestas uma nova forma de expansão de seu sistema central. Desenvolveu-se um novo “aperto” imperialista. Os capitais da guerra, agora recompostos, voltaram-se para a América Latina como feras vorazes sobre a presa adormecida. O sistema mundial alterou-se de produtores de matérias-primas/ produtores de manufaturados para produtores de manufaturas de bens de consumo/ produtores de manufaturas de bens de produção. O capital recriou suas bases e os dois polos do sistema – centro e periferia – integraram-se de maneira desigual numa nítida reafirmação da ordem estrutural que as mantinha. Segundo Ernest Mandel (1985)

Nos países subdesenvolvidos, a ênfase dos investimentos estrangeiros deslocou-se da pura produção de matérias-primas para a fabricação de bens de consumo. Movimentos anti-imperialistas locais levaram as colônias e semicolônias a adotarem medidas destinadas a dificultar a transferência de lucros e dividendos para as metrópoles. As burguesias colônias tentaram, não sem sucesso, aumentar uma proporção de mais-valia produzida pelos operários e camponeses pobres, em detrimento da proporção tomada pelas empresas e Estados imperialistas. A transição realizada pelo imperialismo, do controle direto para o controle indireto dos países subdesenvolvidos, com a generalização da independência política, possibilitou às classes governantes nativas financiarem ao menos uma parte dos custos indiretos da produção de mais-valia que antes tinham de ser cobertos pelo sobreproduto não capitalista apropriado por elas, a partir da própria mais-valia – em outras palavras, alguns desses custos foram transferidos para o capital imperialismo. (MANDEL, 1985, p. 245)

Em decorrência desse processo, desenvolveu-se uma nova fase do capitalismo na qual as grandes corporações econômicas (as estadunidenses na dianteira) se transnacionalizaram, uma vez que os capitalistas nacionais haviam aprendido que a internacionalização não podia se dar através da expansão dos Estados, das Nações, mas deveria ocorrer através do próprio capital, sem a marca das Nações. Era um período em que os grandes grupos econômicos, fora e acima dos governos e do poder político dos Estados, instrumentalizavam-se para exercer influência decisiva nos rumos da economia e da sociedade, em âmbito mundial, subordinando o poder político à função de executor ou facilitador de suas estratégias e de seus interesses cada vez mais amplos e abrangentes. Era uma época na qual a estratégia mundial das principais empresas multinacionais incluía um interesse incontestável em dominar os ilimitados mercados internos das semicolônias, mesmo que fosse apenas para assegurar o controle futuro desses mercados. Recorrendo mais uma vez a Mandel (1985),

Esse processo [tendia] a privar a chamada burguesia “nacional” de sua preponderância na indústria manufatureira, onde a *joint venture*, combinando o capital nativo e estrangeiro, privado e público, [tornava-se] um dos traços mais importantes do capitalismo tardio, ou da fase neocolonialista do imperialismo. (op. cit., p. 246)

Esses anos de expansionismo pós-guerra, sobretudo, a partir de 1950 e meados de 1960 transformaram-se, inegavelmente, num período de afirmação do “Império americano” sobre o “resto do mundo”. Segundo David Harvey (2004), nesse breve tempo histórico, os Estados Unidos se apresentaram como o principal defensor da liberdade (entendida em termos de livre mercado) e dos direitos à propriedade privada, procurando proporcionar proteção econômica e militar às classes proprietárias ou às elites políticas/militares onde quer que elas se encontrassem. Em troca, essas classes e elites se comprometeriam a fomentar uma política pró-americana em todos os países onde estivessem (HARVEY, 2004, p. 51). O objetivo era construir, no âmbito do “mundo livre” uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, mas que tivesse como carro chefe as empresas, os bancos e o comércio estadunidense. Para tanto, era necessário criar, internacionalmente, um clima político favorável à expansão dos investimentos das corporações norte-americanas, proporcionando-lhes melhores condições de segurança e proteção.

A todas as formas de penetração estadunidense na vida de seus vizinhos latino-americanos – fosse ela de **ordem política**, mediante a imposição ou apoio de sangrentas ditaduras ou regimes impopulares; de **ordem econômica**, mediante a exportação massiva de

capital imperial; ou de **orden militar**, através de rigoroso treinamento das forças policiais, pela exportação de armas e apetrechos de guerra (quase sempre obsoletos) e por significativo aporte financeiro – a todas essas formas de penetração somou-se aquela que tinha por objetivo infiltrar-se nas fileiras do movimento operário por meio de táticas de financiamento e de educação. De acordo com Romero (1972):

La táctica há sido encontrada y a ella se destinan grandes cantidades de dinero provenientes, em una u otra forma, del gobierno norteamericano. Se trató, en un principio, de un acercamiento del sindicalismo norteamericano con el latinoamericano, so pretexto de proporcionarse ayuda “mutua”; una vez triunfantes esos intentos, se ha procedido a una massiva campaña de “educación” de los líderes para conformales una mentalidad e unas actitudes totalmente favorables ao american way of life y al sistema de “libre empresa”, incluída la exploratación que del nuestro países hace el capital norteamericano. (ROMERO, 1972, p. 552)

Para autores com Jorge Basurto Romero (1972), em suas tentativas de subordinação e de exploração dos países latino-americanos, “os Estados Unidos nunca se esqueceram de um ponto chave: os trabalhadores, cujo potencial revolucionário chegou a constituir um perigo aos olhos do governo e dos monopólios desse país”, (op. cit., p. 551).

Inegavelmente, em toda a América Latina, o movimento operário teve que, desde sua origem, realizar a tarefa central de lutar simultaneamente por sua existência e pelo desenvolvimento de uma democracia política, haja vista que sem democracia política seria impossível produzir as condições que levariam adiante a luta dos trabalhadores, suas reivindicações e seu direito à greve e à organização. De acordo com Julio Godio:

El movimiento sindical necesitó aproximadamente casi 30 ó 40 años desde su gestación, a finales del siglo [XIX], para lograr algo básico para los trabajadores: asegurar posibilidades de organización. Fueran esfuerzos duros; el movimiento obrero se abrió paso em América Latina cuando em ella había gobiernos autoritarios de signo oligárquico o democracias puramente formales que no reconocían a las organizaciones de trabajadores e tampoco a los partidos políticos populares. (GODIO, apud ROMERO, 1972, p. 558)

Marcados desde o início por uma intensa exploração de sua força de trabalho, os trabalhadores latino-americanos se reuniram inicialmente em torno de associações operárias, como as sociedades de socorro e auxílio mútuo e as uniões operárias; posteriormente, foram organizados os primeiros sindicatos por categorias profissionais como alfaiates, padeiros, carpinteiros, tecelões, gráficos, metalúrgicos, ferroviários, portuários, entre outras. Este sindicalismo foi, em suas origens, anarcossindicalista ou socialista, formado em grande parte

por imigrantes europeus que vinham a essas terras com as ideias do movimento operário anarquista de seu continente e com a concepção de que a ação sindical estava associada a lutas mais sociais, com pautas predominantemente economicista e não a uma ação política da tomada do poder pela via revolucionária. Essa concepção não era, contudo, um patrimônio exclusivo do sindicalismo latino-americano; ela também esteve presente na Europa, onde a luta do movimento sindical anarquista associou-se à luta por conquistas mais imediatas dos trabalhadores e não à revolução pela via da tomada de poder.

Não estamos tentando, com tal afirmação, estabelecer um vínculo imediato e mecânico entre a ideologia sindical europeia e latino-americana. Existe um *traço particular* na constituição da classe trabalhadora e do capitalismo em nosso continente que em muito a difere da dos países de capitalismo central. Tais países vivenciaram uma transição que levou séculos, um longo processo de formas de organização do trabalho que principiou com o artesanato, avançou para a manufatura e, posteriormente, para a grande indústria. Na América Latina, este trânsito foi muito mais rápido, pois em vários países “saltou-se quase que diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para as novas formas de trabalho assalariado industrial” (ANTUNES, 2015, p. 19). Ou seja, as experiências de trabalho artesanal e mesmo manufatureiro foram muito distintas daquelas vivenciadas na Europa, o que fez com que nossa experiência de organização e lutas do trabalho tivesse determinadas particularidades.

Segundo Ricardo Antunes (2015), foi neste cenário que germinaram as influências anarquistas (ou anarcossindicalistas), socialistas e também comunistas no sindicalismo latino-americano. De acordo com o autor:

No Chile, em 1920, o Partido Operário Socialista (POS) iniciou sua conversão em Partido Comunista, incorporado à Terceira Internacional (Internacional Comunista) em 1928. Em 1921, também sob influência da Revolução Russa, foi fundado o Partido Comunista Argentino. Em alguns casos, como o brasileiro, o Partido Comunista, conhecido como PCB, foi criado em 1922, tendo em sua origem forte influência do movimento anarquista, uma vez que a quase totalidade de suas principais lideranças havia sido forjada nas batalhas anarcossindicalistas. No Peru, sob a liderança de José Carlo Mariátegui – o mais expressivo e original marxista latino-americano de sua geração –, deu-se a criação do Partido Socialista, em 1928. Com a morte de Mariátegui, este estreitou laços com a Terceira Internacional e, desde 1930, passou a ser chamado de Partido Comunista Peruano (PCP). (op. cit., p. 20)

Depois de um ciclo importante de lutas sobre a influência anarcossindicalista (especialmente do fim do século XIX ao início do XX),<sup>51</sup> pouco a pouco a presença comunista foi se ampliando e o movimento operário viu crescer uma luta política que visava à destruição do capitalismo.

Não seria possível, dentro dos limites dessa tese, aprofundarmos na rica história do desenvolvimento dos PCs latino-americanos, suas lutas e contradições ao longo do tempo. Sobre tal tema existe uma vastíssima bibliografia e uma infinidade extraordinária de documentos sobre os quais não poderíamos nos debruçar devido aos limitados objetivos deste trabalho. Faz-se importante frisar, entretanto, que foi nesse contexto de expansão urbano-industrial, principalmente após os anos de 1930, que o mundo do trabalho começou a se estruturar enquanto força política de perfil partidário, encontrando na estrutura social latino-americana, predominantemente oligárquica, excludente, autocrática e, em muitos casos, ditatorial, uma enorme barreira para a expansão de suas lutas.

O ano de 1953 foi bastante importante para a luta dos trabalhadores no Brasil. Nele ocorreram duas experiências grevistas particularmente significativas para o sindicalismo brasileiro. Em março, a chamada greve dos 300 mil, que agitou São Paulo não apenas pelo grande número de manifestantes, como principalmente por ter dado origem a um Comando Intersindical, do qual nasceu uma organização à margem da estrutura sindical corporativa, o **Pacto de Unidade Intersindical** (PUI) formado com base em duas correntes políticas: os comunistas ligados ao PCB e os trabalhistas ligados ao antigo PTB. E em junho, a greve dos marítimos, diretamente relacionada à chegada de Jango ao Ministério do Trabalho.

Se, por um lado, essas greves inauguraram uma estratégia de negociação entre governo e sindicatos, por outro, desencadearam o temor de muitos de que o “espectro do comunismo” poderia promover uma revolução de caráter operário no país.

Foi neste contexto de intensificação das lutas sociais no Brasil e em quase toda a América Latina que a “Ideologia Desenvolvimentista da Modernização”, começou a ser utilizada como estratégia de afirmação da hegemonia econômica e política dos EUA sob o chamado Terceiro Mundo e de combate ao movimento comunista internacional.

---

<sup>51</sup> Apesar de jovem, a classe operária latino-americana realizou em fins do século XIX e início do XX uma onda fundamental de movimentos e greves que foram fundamentais para melhoria das condições de vida da classe trabalhadora à época. No Brasil, por exemplo, tivemos as greves de 1917-1919 que paralisaram as cidades do Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo.

Tal ideologia, financiada e apoiada inicialmente pela política que ficou conhecida como “Doutrina Truman”<sup>52</sup>, buscava ajudar financeiramente os países pobres – particularmente os latino-americanos – que decidissem travar uma luta contra o avanço do comunismo e teorizar sobre quais seriam as possibilidades abertas pelo desenvolvimento econômico.

A “Teoria da modernização”, desenvolvida principalmente por cientistas sociais estadunidenses, foi uma área de estudo que consolidou seus argumentos baseando-se na teoria econômica e nos avanços da teoria social e da psicologia comportamental, a partir das quais se desenvolveram abordagens que dividiram entre si, um conjunto de pressupostos e premissas. Uma delas, a que deu o nome à escola, era a que acreditava que o “Terceiro Mundo” iria experimentar a mesma sequência de crescimento econômico, estabilidade social e democratização pela qual haviam passado as sociedades do ocidente industrializado, tornando-se, por sua vez, “modernas”. Segundo Ribeiro (2006),

Autores que recentemente pensaram a teoria da modernização a colocam dentro de um vasto arco de pensadores e influências que remontam ao iluminismo europeu. Segundo esses autores, o iluminismo teria trazido uma visão positiva do progresso da humanidade e um novo senso de racionalidade e eficiência, aos quais somou-se uma nova concepção de identidade nacional norte-americana forjada no século XIX, nomeadamente, a doutrina do “Destino Manifesto”, que defendia a ideia de que o mundo inteiro poderia ser transformado e melhorado com a disseminação dos valores americanos. Quando a aventura colonial europeia começou a fracassar, em meio às dúvidas quanto ao valor da missão civilizadora, os EUA fortaleceram a sua convicção de que eles sabiam melhor como reformar sociedades abaladas pela pobreza e a penúria de recursos. No período entre guerras, o exemplo de uma América industrializada, democrática, próspera e estável, foi visto como sendo o modelo ideal para as sociedades menos afortunadas. (RIBEIRO, 2006, p. 55)

O fato é que, no final dos anos 50 e no começo dos 60, essa teoria pontificou sobre grande parte da ciência social estadunidense. Seus principais pensadores chegaram aos mais altos degraus da profissão e aos cobiçados cargos dentro da burocracia estatal dos Estados Unidos.

Em relação aos precursores da “teoria da modernização”, todos os relatos contemporâneos são unânimes em afirmar a importância de Talcott Parsons e do seu grupo de colaboradores, trabalhando no *Department of Social Relations* (DSR) de Harvard, instituto criado em 1946, logo após o interregno da guerra. (MÉSZÁROS, 1996, p. 94-117)

---

<sup>52</sup> Doutrina Truman é o nome dado a uma política externa implantada durante o governo Truman e direcionada ao bloco de países capitalistas no período pré-Guerra Fria. Tal doutrina tinha como objetivo impedir a expansão do socialismo, especialmente em nações capitalistas consideradas frágeis.

Decisivamente influenciado por Weber, de quem fez uma leitura peculiar, Parsons procurou, naqueles anos no departamento, construir uma teoria geral das ciências sociais, fundamentada na ideia de um “sistema social”, no qual a ação humana seria determinada através de “padrões” e “papéis”, buscando construir um equilíbrio e uma adaptação. (op. cit., p. 104)

Uma obra coletiva do DSR conhecida como *Toward a General Theory of Action*, estabeleceu os parâmetros para o estudo do mundo pós-colonial. Nela, seus autores desenvolveram as famosas “variáveis-padrões”, que funcionavam como uma espécie de categorias analíticas constituídas por pares dicotômicos de valores culturais, sendo uma categoria àquela que tratava do moderno, e outra àquela que se referia ao tradicional.

Deste modo, valores como universalismo, realização e especificidade (*universalism, achievement, specificity*) foram apresentados como modernos, e particularismo, atribuição e difusão (*particularism, ascription, diffuseness*) considerados tradicionais. Para que o desenvolvimento pudesse se dar, de acordo com a “teoria do desenvolvimento”, fazia-se necessário, então, o deslocamento histórico dos últimos em favor dos primeiros.

É importante notar que esta forma de explicação do mundo partiu da adoção de uma perspectiva econômico-cultural para explicar a “cura para o subdesenvolvimento”, (embora alguns teóricos, como Rostow, evitassem esse tipo de abordagem), o que levou ao desenvolvimento de uma estratégia para lidar com as questões urgentes da maioria carente que colocava diante dos países pobres a “miragem de uma possível aproximação do modelo ideal do ‘alto consumo de massa’ norte-americano” (MÉSZÁROS, 1996, p. 110). Assim,

[...] a tarefa de superar o “subdesenvolvimento” no “terceiro mundo” foi definida como simples “modernização” e convergência com os valores do “norte democrático”: “até que a era do alto consumo de massa se [tornasse] universal”. Ao mesmo tempo, a alternativa socialista foi descrita, com “objetividade científica”, como uma “espécie de doença que pode acometer uma sociedade em transição se ela não conseguir organizar efetivamente aqueles elementos em seu interior que estão preparados para enfrentar a tarefa da modernização”. (op. cit.)

Através do trabalho dos colaboradores do DSR, permanentes ou temporários, tal como Edward Shils, forjou-se dentro da teoria o consenso de que o desenvolvimento e a mudança social levariam a um só destino: a modernidade. O “processo de modernização” acarretava uma transformação do tradicional – visto como um monólito de baixa produtividade, estagnação tecnológica e superstição etc. – na direção do moderno e isso se daria em um movimento inelutável, sem considerações de tempo e espaço. Entretanto, para que essas

transformações ocorressem pelo menos dois fatores fundamentais deveriam convergir: o desenvolvimento de elites modernas, que diligentes, dirigiriam suas nações ao graal da modernidade e a difusão tecnológica, a qual operaria como um grande nivelador cultural e político. Outro pressuposto importante, desenvolvido no ambiente do DSR, era a ideia de que uma elite moderna necessitava, também, de uma classe operária moderna, capaz de compreender as tarefas da modernização e do desenvolvimento e assim, ajudar a levar adiante a inevitável superação do “subdesenvolvimento”.

Outro autor fundamental para o desenvolvimento da “Teoria da Modernização” foi Walter Whitman Rostow, para quem os “países do Terceiro Mundo” estariam vivendo um momento de perigosa incerteza, no qual havia a possibilidade de uma revolução que não seria realizada pelos “famintos crônicos”, “destituídos” e “sem-tetos”. Conforme Leacock (1990), na concepção de Rostow,

As revoluções provavelmente ocorreriam quando as condições de vida das pessoas melhorassem de algum modo, mas não rápido o suficiente, quando as expectativas sobre a vida crescessem mas não fossem alcançadas. Isto era exatamente o que estava acontecendo com as nações subdesenvolvidas. Elas estavam sendo varridas por uma “revolução de expectativas crescentes”. As expectativas eram por desenvolvimento econômico rápido, educação e melhorias políticas e sociais. Se não fosse demonstrado a essas pessoas o caminho para atingir tudo isso democraticamente, então elas poderiam renunciar às instituições democráticas e buscar mudanças através da violência. As nações subdesenvolvidas poderiam degenerar em focos de problemas crônicos, lugares em constante ebulição. Ainda pior para os Estados Unidos, elas poderiam voltar-se para o comunismo. (LEACOCK, 1990, p. 62-63)

Para o “teórico da modernização”, o único país que poderia liderar esse novo projeto civilizatório no mundo era os Estados Unidos. De acordo com ele, a nação mais próspera do novo mundo já havia completado o processo de modernização, transformando-se desta forma, no padrão a ser alcançado.

O “paradigma da modernização” em Rostow foi definido em seu famoso livro *As etapas do crescimento econômico*, cujo sugestivo subtítulo *Um manifesto não-comunista* já é um indicativo de suas credenciais ideológicas. Na obra, Rostow teoriza sobre as condições que considerava necessárias para se alcançar o que ele denominou como o “patamar mais acabado de desenvolvimento”. Seu modelo de “crescimento” era estruturado em etapas, de acordo com uma escala crescente, em cujas bases estavam as “sociedades subdesenvolvidas”

e no topo, “as desenvolvidas”<sup>53</sup>. De acordo com Rostow, a América Latina estaria na terceira fase, a de “decolagem econômica”, e tinha um enorme potencial para chegar à “fase da maturidade”, desde que um significativo “auxílio ao desenvolvimento” fosse destinado, por iniciativa dos Estados Unidos, para esses países. (ROSTOW apud RIBEIRO, 2006, p. 145)

A partir dessas ideias, para muitos autores da escola, ou influenciados por ela, *modernização* tornou-se, então, sinônimo de *americanização*.

Para Florestan Fernandes (1976), o fim da Segunda Grande Guerra delimitou o início de uma nova era na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrolou-se em todos os continentes, pois onde não havia revoluções socialistas vitoriosas, existiam fortes movimentos socialistas ascendentes. Segundo Fernandes,

Os fatos cruciais, nessa evolução, são a revolução iugoslava, o advento das democracias populares, a revolução chinesa e a revolução cubana. Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do “mundo socialista” e novas transições para o socialismo. (FERNANDES, 1976, p.253)

Foi diante desse quadro global que se iniciou a transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas. Mas devido às condições particulares da história mundial e dos países latino-americanos, tal transferência teve que assumir um caráter mais amplamente político do que meramente econômico. Como demonstra Fernandes (1976), a implantação, a posterior irradiação e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas só poderiam ser efetivadas em nações com ampla estabilidade política. Sem “estabilidade política” não haveria “cooperação econômica”; essa era a nova norma ideal do comportamento econômico “racional”, que se impunha de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos “Governos pró-capitalistas das nações periféricas” que colocassem “a casa

---

<sup>53</sup> Na primeira etapa dessa escala evolutiva estavam as sociedades tradicionais, cuja atividade econômica se caracterizava pela subsistência. A segunda etapa, considerada condição necessária para a chamada “decolagem econômica”, equivaleria a uma fase de transição. Nela, encontravam-se sociedades marcadas por uma especialização mais refinada do trabalho, gerando excedentes para o comércio. Já as sociedades pertencentes à terceira gradação, chamada de “etapa de decolagem econômica”, conheceriam um incremento da atividade industrial, contando com grande quantidade de mão-de-obra urbana. A quarta etapa, conhecida como o “estágio da maturidade” era aplicada às nações cuja economia fosse diversificada graças a inovações tecnológicas, produzindo uma grande quantidade de bens e serviços. A quinta e última etapa, a “era do consumo de massa”, representava o grau de “desenvolvimento” econômico alcançado pelos países mais “estáveis” econômica e politicamente, como os Estados Unidos, as nações da Europa Central e o Japão.

em ordem”, para poderem contar com a viabilidade do “desenvolvimento por associação”. (op. cit., p. 254)

Munidos da “ideologia da modernização”, o governo das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas ao capital monopolista desencadearam, então, simultaneamente (às vezes de maneira coordenada), vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares etc., com o objetivo de elevar ao poder (de decisão e controle) as burguesias e os governos pró-capitalistas das nações periféricas. Segundo Florestan Fernandes (1976):

A função de tais projetos [era] diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visavam era a súbita elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e dos Governos pró-capitalistas das nações periféricas. Desse modo, [eram] logradas as condições de estabilidade política almejadas, que serviriam para reprimir os protestos contra as iniquidades econômicas, sociais e políticas, inerentes à transição para o capitalismo monopolista (inevitáveis e chocantes nas condições predominantes nos “países pobres”), tanto quanto para conjurar o “perigo comunista”. (op. cit.)

No conjunto, tais projetos sob a tutela dos Estados Unidos, visavam introduzir aqui o lema de “*desenvolvimento com segurança*” – na lapidar formulação sintética estadunidense. Acreditava-se que através de um “esforço conjunto e de uma cooperação mútua”, até o final do ano de 1970, seria possível reduzir as taxas de analfabetismo da população adulta latino-americana e o déficit habitacional pela metade – garantindo-se a infraestrutura básica dessas moradias –, realizar as reformas agrária e tributária, aumentar o comércio entre os países do continente (através da diminuição das barreiras tarifárias), estimular o desenvolvimento da indústria e da iniciativa privada e aumentar o intercâmbio cultural entre os Estados Unidos e os países da América Latina. Seria por meio dessa via democrática, pacífica e de crescimento autossustentado que os países latino-americanos poderiam se livrar das condições de pobreza e de instabilidade social.

Inspirado pela ideia de que os EUA tinham uma enorme capacidade técnica disponível e que a tecnologia, não somente o capital, também era importante, por aumentar os níveis de produtividade e padrões de vida, o Presidente Truman lançou, em 1949, um programa de assistência técnica aos países latino-americanos intitulado *International Cooperation Administration* (ICA). Através desse programa foram financiados projetos de interesse do

governo norte-americano em várias áreas do mundo, sempre com a justificativa de ajudar os países pobres na busca pela superação do “subdesenvolvimento”.

No Brasil, as ações do ICA ficaram conhecidas como os programas do **Ponto IV** e na década de 1950 a ICA custeou, principalmente, atividades de treinamento para produtores rurais, ensino técnico e formação de professores do nível elementar. O programa recebeu esse título porque remetia ao discurso de posse de Truman em janeiro de 1949, no qual o presidente delineava a política externa de seu mandato em torno de quatro pontos. Em relação ao quarto ponto, ele afirmava que:

Devemos pôr em execução um novo programa audaz, para que os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial sejam colocados à disposição do melhoramento e crescimento das regiões subdesenvolvidas [...]. Acredito que temos de colocar à disposição dos povos amantes da paz os benefícios de nosso acervo de conhecimento técnico, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações de uma vida melhor. (TRUMAN apud RIBEIRO, 2006, p. 39)

Como bem demonstra Ribeiro (2006), este discurso representava o fim da quase exclusiva ênfase americana na reconstrução europeia e asiática no âmbito da política de assistência ao estrangeiro e iniciava uma intensa política de investimento externo e de assistência técnica aos países da América Latina. (op. cit., p. 40)

No cenário do pós-guerra, a concorrência soviética tornou a questão da ajuda ainda mais crucial. O exemplo da rápida industrialização da URSS estava na mente de todos e, no que tange ao mundo em rápida descolonização, sua posição anticolonial parecia mais efetiva e verdadeira. Assim, a posição estadunidense não poderia ser considerada como bem consolidada nesse campo de batalha. Os “teóricos da modernização” e toda a burocracia do Estado americano perceberam tal fraqueza e, durante a guerra da Coreia, entendeu-se que agora o Terceiro Mundo, ou uma parte dele, era a principal frente da guerra fria.

Toda a questão cubana traria enormes consequências para a América Latina. Embora formuladores de política externa estadunidense, como o secretário de Estado de John Kennedy e de Lyndon Johnson, Dean Rusk, vissem a crise dos mísseis como um momento de virada, no sentido de que demandava o início de conversações em direção a uma distensão das relações conflitivas da Guerra Fria, persistia nos gabinetes governamentais – segundo Fico (2008) – uma postura de paranoia e vigilância, que seria

[...] o traço marcante da nova política para a América Latina, baseada no fortalecimento dos militares da região, vistos como bastiões contra quaisquer

sonhos revolucionários, e na política de ajuda econômica, sobretudo com pretexto para a construção de uma imagem mais positiva dos Estados Unidos e para a ampliação de sua capacidade de influir. (FICO, 2008, p. 25)

Embora os objetivos propalados pelas “teorias da modernização” enfatizassem avanços sociais e educacionais, havia lugar de destaque nesse campo discursivo para políticas de segurança: era preciso dotar os países atrasados de forças repressivas modernas, capazes de fazer frente às ações do comunismo. Se a modernização econômico-social não fosse suficiente para conter a revolução – e de acordo com alguns teóricos o próprio avanço das ações modernizadoras, paradoxalmente, intensificaria as tensões sociais e o risco subversivo –, as forças militares e policiais deveriam estar preparadas. Por isso havia os programas de treinamento para policiais e militares dos países atrasados, bem como a venda de equipamentos e o envio de assessores para treinar as forças repressivas. O próprio John F. Kennedy empenhou-se na criação do programa policial da USAID<sup>54</sup>, usando seu poder para pressionar funcionários da agência que resistiam à ideia de se envolver com treinamento de forças de segurança.

Ou seja, em resposta à Revolução Cubana e ao perigo que ela representava em termos de expansão do comunismo, Washington lançou amplo programa de ação, que passava por ações de fomento à “modernização”, como foi demonstrado acima, mas, também, pelo financiamento e treinamento de forças de segurança, tanto militares como policiais.

Mas antes de lançar mão das práticas de intervenção militares, como mais tarde viria a ocorrer em grande parte da América Latina, as forças econômicas privadas e estatais estadunidense desencadearam um programa que ficou conhecido como *Aliança para o Progresso*. Esse programa possuía importantes influências das concepções desenvolvidas pela

---

<sup>54</sup> A sigla USAID (United States Agency for International Development) é bem conhecida no Brasil, sobretudo por causa do impacto dos protestos antiditoriais de fins da década de 1960. Naqueles anos, a expressão foi popularizada pelos grupos que conduziram manifestações de rua contra o governo militar, liderados principalmente por estudantes. Eles clamavam contra os acordos relacionados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC-USAID), firmados pelo governo com o propósito de usar assessoria norte-americana na reforma do ensino superior. Os acordos MEC-USAID tornaram-se o principal símbolo do aumento da presença americana no Brasil após o golpe militar de 1964 e, por isso, forneceram argumento importante nas manifestações anti-imperialistas e antiamericanas. No entanto, a atuação na área educacional foi apenas a parte mais visível da presença da USAID no Brasil. Os acordos MEC-USAID ganharam maior notoriedade por envolverem tema sensível aos setores estudantis, o grupo social mais radicalizado naqueles anos. Além de projetos educacionais (que envolveram não apenas o ensino superior, mas também o médio e o fundamental, bem como a publicação de livros), a agência do governo norte-americano financiou programas voltados para outras áreas, entre outras: pesquisa científica, segurança pública, agricultura, habitação popular, formação de mercado de capitais e obras de infraestrutura. A United States Agency for International Development (USAID) surgiu em 1961 para dar continuidade, em escala ampliada, ao trabalho da ICA (International Cooperation Administration), que desde 1954 vinha financiando projetos de interesse do governo norte-americano em várias áreas do mundo, sempre com a justificativa de ajudar os países pobres. Sobre isso ver mais: RIBEIRO, 2006.

“Teoria da Modernização” e tinha como ponto-chave dessa política – até mesmo em sua dimensão publicitária – um programa de apoio, de assistência técnica e financeira aos governos “civis e democraticamente eleitos” que estivessem dispostos a fomentar o desenvolvimento nacional e a empreender reformas, sobretudo nas áreas da saúde, educação, moradia e colonização de terras, de modo a eliminar (ou pelo menos reduzir) as zonas de pobreza e miséria, onde as péssimas condições de vida, a fome e o analfabetismo poderiam funcionar como aliados do comunismo.

De acordo com o discurso de lançamento do programa, proferido por Kennedy em 1961, no Salão Leste da Casa Branca:

[...] se formos bem sucedidos, se nosso empenho for arrojado o suficiente e determinado o suficiente, então o final desta década será marcado pelo início de uma nova era na experiência americana. Os padrões de vida de cada família americana estarão no auge, a educação básica estará disponível para todos, a fome será uma experiência esquecida, a necessidade de ajuda externa maciça terá passado, muitas nações terão entrado em um período de crescimento auto-sustentável (sic) e mesmo que ainda haja muito a fazer, cada república americana será a mestra de sua própria revolução [...]. (KENNEDY, apud FICO, 2008, p.27)

O objetivo era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina, com a meta de fomentar a “modernização” na esperança de que isso esvaziasse o apelo da Revolução Comunista. Na ótica das “teorias da modernização”, a revolução comunista representava ameaça maior nas áreas atrasadas, em que a pobreza e a desigualdade extremas serviam de estímulo ao questionamento radical da ordem social e política. Seu diagnóstico: se os países atrasados pudessem seguir a trilha da “modernização”, com desenvolvimento econômico, melhoria dos indicadores sociais e estabilidade política, os defensores da revolução perderiam poder de convencimento. Tudo isso com o aparente objetivo de dar à América Latina um padrão de desenvolvimento técnico-científico que fosse capaz de estimular o progresso na região.

Refletindo posteriormente, logo após sua saída do governo, Robert McNamara, secretário da Defesa norte-americano no período de 1961-1968, afirmava que:

Sendo a pobreza [na América Latina] a semente da revolução violenta, o crescimento econômico da região se impunha como um requisito de segurança que interessava aos Estados Unidos e, daí a necessidade conjugada tanto da doutrina militar da contra-ingerência, quanto da Aliança para o Progresso. (MCNAMARA, apud FICO, 2008: p. 26)

Acreditava-se, nesse período, que a segurança do padrão de desenvolvimento e da sociedade estadunidense dependia cada vez mais não só de uma superioridade no campo militar, mas também da preservação de uma ordem política pautada no crescimento econômico, da melhoria dos indicadores sociais básicos e da redução da desigualdade econômica pelo mundo. Segundo Robert MacNamara declarou em 1968, ao assumir a presidência do Banco Mundial, “a pobreza e a injustiça social poderiam colocar em perigo a segurança dos Estados Unidos tanto quanto qualquer ameaça militar” (op. cit., p, 32) e, por isso, seria necessário, mais do que nunca, desenvolver um programa de “assalto à pobreza” que não fosse exclusivamente dedicado ao crescimento econômico, mas sim associado ao desenvolvimento social.

Fruto, então, da aliança entre governo estadunidense, Departamento do Estado, USAID, AFL-CIO e demais órgãos e empresas norte-americanas, o programa *Aliança para o Progresso* intencionava direcionar as nações vizinhas para o caminho da “prosperidade, da liberdade e da autoconfiança”, como diria o embaixador norte-americano Lincoln Gordon ao se referir aos objetivos do programa (FICO, 2008, p. 28). Essas palavras representavam princípios considerados fundamentais para a criação de um bloco hegemônico no qual valores como “liberdade” e “dignidade” pudessem ser compartilhados, garantindo ao mesmo tempo o desenvolvimento das nações capitalistas pertencentes a esse bloco e a hegemonia de poder da sociedade estadunidense sobre as demais nações.

Segundo Bandeira (2011), a *Aliança para o Progresso* defendia a reforma tributária, a reforma agrária e a estabilização dos preços dos principais produtos de exportação, ao mesmo tempo em que visava estimular as empresas privadas dos Estados Unidos a investirem mais nos países da América Latina e a mergulharem sem suas economias, associadas aos capitais nacionais latino-americanos.

Lincoln Gordon, porta-voz do programa, não escondia os benefícios econômicos que poderiam ser logrados por meio da cooperação entre governos, já que “nós sabemos que vizinhos prósperos podem se tornar bons parceiros comerciais”. Segundo ele, a *Aliança para o Progresso* havia sido estabelecida com base no princípio de que somente as instituições democráticas poderiam satisfazer as aspirações do homem livre, incluindo trabalho, casa e propriedade, saúde e escola. Para os idealizadores da política norte-americana, a “liberdade” só poderia ser conquistada dentro de um regime político “democrático”.

Tratava-se, então, da “revolução pacífica” teorizada por Rostow, com intuito de promover reformas estruturais visando consolidar a hegemonia do capital monopolista estadunidense no continente latino americano. Inclusive, o próprio autor, no início do mês de

março de 1961, enviou um memorando ao presidente Kennedy reiterando a certeza de que as propostas da força tarefa criada pela *Aliança* tinha tudo para dar certo. De acordo com Ribeiro (2006),

Rostow argumentava que a partir de uma massiva transferência de assistência financeira externa (*foreign aid*) os Estados Unidos poderiam conduzir 80% da população “subdesenvolvida” latino-americana em direção a um “crescimento auto-sustentado (sic)”. (RIBEIRO, 2006, p. 15)

Importante frisar nesse instante que tal “revolução pacífica” não foi exatamente uma novidade na história social e política do Brasil. À semelhança de outros países da América Latina, nossa formação se deu sempre numa articulação profunda entre processos históricos simultâneos de modernização e conversação, como demonstramos no capítulo anterior.

Deste modo, quando os Estados Unidos tentou introduzir aqui um padrão externo de dominação em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas (muitas nas esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maioria no campo das indústrias leve e pesada), tal processo só poderia representar uma “revolução” no campo da técnica e da ciência da produção e uma contrarrevolução no campo político, ideológico e social.

Visando repetir o sucesso econômico do Plano Marhsall em solo europeu, onde ajudou a modernizar os sistemas orçamentários, a encorajar a difusão do planejamento, a racionalizar a produção, a desenvolver padrões corporativos de poder público-privado e ainda, a difundir a convicção de que o crescimento econômico era a melhor forma de combater as divisões sociais, como demonstramos anteriormente, a *Aliança para o Progresso* visava recriar aqui as condições ideais para o livre desenvolvimento do capital monopolista, desenvolvendo na região um novo estilo de organização, de produção e marketing, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno da economia dependente pelos interesses externos (FERNANDES, 1981). Tratava-se de promover uma revolução nos padrões de produção e de desenvolvimento interno para introduzir o *americanismo-fordismo* entre nós.

Porém, tal revolução econômica só poderia ser alcançada em associação a uma contrarrevolução política e ideológica na qual fosse possível combater o avanço das ideias comunistas pelo continente, disseminar os sentimentos pró-americano e **fortalecer a estabilidade e os ideais democráticos em meio a afirmação de “lideranças modernas” de centro e centro-esquerda.**

Para tal, utilizava-se não somente dos recursos financeiros disponíveis, injetando dinheiro na periferia do sistema e incentivando empresas estadunidenses a realizarem

operações no continente latino americano, mas também lançava mão de intervenções científicas, abrindo um novo campo para a produção intelectual e acadêmica, em compasso com as novas realidades estratégicas, que envolviam a questão da modernização das sociedades em desenvolvimento. Segundo Ribeiro (2006),

O dinheiro então fluiu para uma série de instituições que focaram no Terceiro Mundo como o seu principal objeto de pesquisa. Os pesquisadores dentro da emergente área de conhecimento souberam aproveitar bem a nova onda e se firmaram dentro do debate em torno dos rumos que a política externa americana deveria tomar. Passou a haver uma próxima relação entre o Estado e uma série de centros de pesquisa, departamentos de universidades, fundações e “think tanks”, relação esta que, deliberadamente, selecionou os campos de pesquisa que deveriam florescer e aqueles que deixariam de ter apoio. (RIBEIRO, 2006, p. 56)

#### **4. A revolução passiva e o papel da Ciência e da Teologia na americanização da via colonial.**

É nesta direção que devemos compreender, então, os projetos de “colaboração científica” que foram estabelecidos entre os Estados Unidos e a América Latina nos anos do pós-guerra. Segundo Sergio Miceli (1990), tais projetos consistiam na formação e treinamento acadêmico de uma geração de administradores e economistas que voltassem suas atividades em geral “à pesquisa em economia atrelada aos processos de expansão industrial e agrícola.” (MICELI, 1990, p. 40)

Tratava-se de um programa amplo de ação envolvendo universidades, instituições de formação não acadêmicas (todas devidamente controladas pela ideologia norte-americana), agências como a *Central Intelligence Agency* (CIA), a *U.S Agency for International Development* (Usaid), e organizações como a *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO), a *American Institute for Free Labor Development* (AIFLD) e a Fundação Ford, que naquele período, em encontro com diplomatas latino-americanos em Washington, apresentou um memorando no qual expunha suas ideias para o futuro programa a ser implantado na América Latina a partir daquele ano. De acordo com Miceli (1990), tratava-se de patrocinar

[...] a criação de uma instituição interamericana voltada para o desenvolvimento econômico, centrada no treinamento de técnicos e especialistas nos campos da Engenharia, Agronomia, Economia, Administração pública e de empresas. Buscava-se, mais do que tudo, o

desenvolvimento de uma comunidade acadêmica no campo das Ciências Sociais. (1993, p.38-39)

E mais adiante, tratava-se de:

[...] incentivar a construção institucional de programas de pós-graduação e de centros de pesquisa, dentro e fora das universidades; financiar o treinamento no exterior de cientistas competentes e futuras lideranças profissionais; subsidiar a introdução de disciplinas até então praticamente ausentes do mercado intelectual interno, mormente Economia, Demografia e Ciência Política; incentivar a adoção de uma nova divisão do trabalho científico com assimilação de novas técnicas como a do *survey*, com a formulação e execução de projetos de envergadura, com a incorporação de técnicas e métodos quantitativos; bancar o desenvolvimento de uma cultura acadêmica científica lastreada em padrões internacionais de desempenho e ancorada numa profissionalização das atividades e carreiras intelectuais; em suma estimular a criação de uma verdadeira comunidade profissional fundada em padrões críticos e competitivos. (idem, p.60)

O interesse intelectual pela realidade latino americana não se inicia, contudo, nesse período. O grupo pioneiro de *scholars* latino-americanistas foram os historiadores fundadores da *Hispanic American Historical Review*, já em 1918; e o ingresso dos Estados Unidos na guerra em 1941 suscitou uma série de programas de intercâmbio com diversos países latino-americanos. Sob a chancelaria do Departamento de Estado, esses programas operavam com recursos governamentais e também contavam com fundos repassados pela Fundação Rockefeller, tendo-se constituído uma coordenadoria dos “negócios interamericanos” e um comitê para relações científicas e culturais (MICELI, 1990: p.12). Esse perfil de operação revelava, desde logo, os contornos da armação institucional na qual iria se enquadrar uma parcela significativa das iniciativas estadunidenses voltadas para o intercâmbio científico e acadêmico com interlocutores latino-americanos.

A revolução cubana de 1959 foi o fator determinante, entretanto, para toda uma reorientação da política externa estadunidense para a América Latina, a começar pela *Aliança Para o Progresso*, como caracterizamos anteriormente, tendo prosseguimento através da criação de um programa de bolsas individuais para treinamento avançado em ciências sociais e humanidades (Brasil e América Hispânica) e das iniciativas que culminariam em 1966 na criação da Associação de Estudos Latino-Americanos (*Latin American Studies Association – LASA*). De acordo com Micelli (1990),

[...] a disponibilidade de fundos federais para a montagem de centros de pós-graduação em estudos latino-americanos acabou viabilizando programas

luso-brasileiros em Wisconsin/Madison e Nova York (1959-1960), a que se seguiram outros congêneres pelo país. (MICELLI, 1990, p. 13)

Foi nesse período, então, que ocorreu a montagem de uma série de centros de pós-graduação voltados para estudos sobre o continente, como os de *Wisconsin, Yale, Columbia, City University de New York, Vanberbilt, Berkeley, Stanford e Austin* (para citar os mais importantes) e o direcionamento de grandes investimentos, sobretudo de grupos como a Fundação Ford, para múltiplas pesquisas nos países latino-americanos.

Segundo Miceli (1993), no Brasil o projeto consistia na formação e treinamento de acadêmicos que voltassem suas atividades em geral à pesquisa nas diversas áreas das Ciências Sociais – antropologia, sociologia, ciência política e, sobretudo, história – para explicar a história política, econômica e social do país, e conhecer mais o perfil da nossa nação (MICELI, 1993, p. 40).

Mas, na visão de Eric Hobsbawm (2005), tratava-se, no fundo, de desencadear políticas práticas – ancoradas pela apreensão abstrata da realidade através de pesquisas acadêmicas ou não acadêmicas – que desmantelassem “um tipo de movimento operário em inúmeros países, e substituí-lo por outros.” (HOBSBAWM, 2005, p. 30). Para ele, em artigo publicado na década de 1980, intitulado “História operária e ideologia”, a produção historiográfica dos movimentos operários sempre foi carregada de ideologias. A história operária na Europa, por exemplo, foi por tradição um tema altamente politizado, “e durante muito tempo foi feita em grande parte fora das universidades” por pesquisadores simpatizantes e/ou militantes do movimento comunista e operário de variadas origens. Mas no que se refere aos países periféricos, afirma:

A maior exceção consiste na historiografia dos partidos comunistas e dos movimentos operários do Terceiro mundo, que gerou uma enorme quantidade de pesquisas anticomunistas, em sua maioria realizadas ou financiadas pelos Estados Unidos, do período da guerra fria em diante. (HOBSBAWM, 2005, p. 16)

Essa observação de Hobsbawm (2005) não nos autoriza a afirmar que todas as produções historiográficas ou sociológicas do período tenham sido realizadas do modo acima descrito. A partir dessa importante revelação e dos dados oferecidos por Miceli (1993), entretanto, ao investigar o papel da Fundação Ford no Brasil, podemos concluir que particularmente, nos Estados Unidos, nas décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial, financiavam-se estudos, de viés anticomunista, ocupados em descrever e analisar a dinâmica

das lutas operárias, dos partidos políticos e da organização e estrutura das classes subalternas e da indústria na periferia do sistema capitalista.

Esse fenômeno foi descrito por Paula Beilgueman (2003) num ensaio intitulado “Cultura acadêmica nacional e brazilianismo”. Segundo a autora, o termo brazilianismo surgiu para caracterizar exatamente este movimento descrito por Hobsbawm (2005), que tomou forma em fins dos anos 1950 e, principalmente, a partir dos 60. Paralelamente às transformações sociais que aqui ocorriam, estruturavam-se nas universidades estadunidenses, sob os auspícios das fundações, centros destinados a um acompanhamento da situação brasileira através de pesquisas, nos quais inclusive se discutia a melhor estratégia em termos de ingerência (BEILGUEMAN, 2003, p. 199). Na visão da autora, em alguns casos, a escolha do tema dessas pesquisas era até incompreensível, mas apenas na aparência, visto que sua função eram a de levantar dados sobre a luta de classes no Brasil.

Assim, por exemplo:

[...] um pesquisador *doublé de manager* de mineradora e ligado à CIA até por laços familiares dedicava-se a levantar com estranha minúcia a antiga história da esquerda brasileira, reabrindo feridas, repisando divergências e querelas, enfatizando aspectos que, embora tivessem acontecido, não constituem evidentemente a essência do projeto getulista – mas que, entretanto, com tal focalização se buscava desqualificar. (BEIGUELMAN, 2003, p. 201)

Contudo, o marco decisivo na história das relações científicas e intelectuais entre os Estados Unidos e os países latino-americanos foi a decisão político-institucional tomada por dirigentes da Fundação Ford de se envolverem com estudiosos, cientistas e centro de estudos e pesquisa da região. A partir do final da década de 1950, processou-se uma atuação profunda da Fundação tanto nos Estados Unidos, subvencionando universidades atuantes no campo das relações internacionais (*International Training and Research Program*) e apoiando os estudos latino-americanos através dos subsídios às diversas organizações com programas e atividades voltadas para a América Latina (entre as quais a LASA, o SSRC, o *Intitute of International Education/IEE* etc.), como diretamente nos próprios países latino-americanos através do financiamento de projetos, instituições, lideranças científicas e culturais.

Segundo Vianna (1997), a área de Ciências Sociais foi uma daquelas merecedoras de apoio prioritário, podendo-se afirmar que o montante de recursos aplicados pela Fundação Ford nos países latino-americanos em geral e, em particular no Brasil, consistiu o maior e

mais importante fluxo financeiro externo, em condições de influenciar de maneira decisiva o processo de expansão e consolidação das Ciências Sociais no Brasil. (VIANNA, 1997, p. 202)

Infelizmente, tanto Paula Beiguelman (2003) quanto Eric Hobsbawm (2005) não avançaram em seus textos na detecção dos resultados obtidos pelas intervenções *científicas* promovidas pelos estudos financiados pelo *status quo* imperialista estadunidense, principalmente no imediato pós Segunda Guerra, mas é sabido que tais estudos ajudaram na implantação de uma política de combate ao movimento operário brasileiro de orientação comunista e trabalhista, denominado nacional-reformista, e no desenvolvimento de uma política cultural baseada na ideologia estadunidense que influenciaria uma parte dos intelectuais e cientistas brasileiros e também uma parcela de nossas classes subalternas. Voltaremos a essas questões ao longo desta tese. Por hora, faz-se importante destacar que foi através dos estudos financiados por essa política que as atividades sócio-ideológicas como as do complexo IPES/IBAD começaram a ser implantadas ao longo dos anos 1960-70 no Brasil.

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram criados oficialmente 29 de novembro de 1961, alguns poucos dias antes da renúncia de Jânio Quadros ao cargo da presidência. Tal complexo alinhava-se ao programa de “modernização” para a América Latina, vindo dos Estados Unidos e articulava-se em torno das forças acima descritas, com o objetivo de defender os interesses das multinacionais e do capital monopolista aqui instalados desde a década de 1950. Segundo René Dreifuss (1981) a formação de grupos de ação como o IPES/IBAD ocorreu no Brasil por que:

Os interesses multinacionais e associados consideravam outras formas de representação de interesses além do controle da administração paralela ou do uso de *lobbying* sobre o Executivo [brasileiro]. Eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica. (DREIFUSS, 1981, p. 101-02)

Diante da agitação social e política que o Brasil viveu nos primeiros anos da década de 1960, o complexo IPES/IBAD se lançou numa campanha voltada à contenção da mobilização popular e à desorganização da consciência e militância de classe que trabalhadores aos poucos adquiriram. A ação entre as classes trabalhadoras se desenvolveu através de meios ideológicos e políticos, englobando esquemas de assistência, propaganda e manipulação clientelista.

As atividades realizadas por esse grupo pretendiam neutralizar o impacto do bloco comunista e trabalhista no Brasil através de ações comunitárias e de esquemas de assistência e

filantropia social. O objetivo desses esquemas de assistência social era desenvolver “ilhas de contentamento” entre as classes trabalhadoras que serviriam para retardar a consciência e a solidariedade ideológica de classe em torno da organização política das classes subalternas.

Segundo René Dreifuss (1981), tal ação ideológica desenvolvia-se,

[...] através de campanhas de alfabetização, de treinamento de líderes sindicais, do estabelecimento de escola de doutrinação política para setores empresariais e populares e da projeção de um modelo imitativo de desenvolvimento, basicamente moldado no dos Estados Unidos, cuja imagem era refletida nas ações da Aliança para o Progresso. (DREIFUSS, 1981, p. 307)

Auxiliado política e financeiramente pelo programa *Aliança para o Progresso*, o complexo IPES/IBAD realizava uma ação visando modificar e interferir no conteúdo das relações trabalhistas no Brasil e, ao mesmo tempo, satisfazer os desejos das classes dominantes estadunidenses em moldar o sindicalismo latino-americano aos ditames das grandes corporações.

Uma parte fundamental desta “revolução pacífica” consistia, então, em formar uma classe operária moderna na América Latina, que se adaptasse pacificamente tanto ao processo de trabalho das corporações fordistas (que se inseriam no continente), quanto ao movimento de organização e barganha das relações trabalhistas, próprios do trabalhismo estadunidense.

Para atingir o esperado desenvolvimento econômico e social, o projeto ideológico de modernização acreditava ser preciso reestruturar (ou reinventar) os sindicatos “fracos”, especialmente aqueles que se diziam encontrar-se sob o jugo dos “regimes demagógicos nacionais-populistas”. Em outras palavras, o objetivo era criar sindicatos “independentes, responsáveis e democráticos”, capazes de desencadear um verdadeiro sindicalismo de “concertação”. Para tanto, seria necessário focar em ações que pudessem solucionar, na visão das classes dirigentes e ideológicas estadunidenses, os principais problemas sindicais dos países latino-americanos, a saber: 1) a grave situação econômica e social característica dos países subdesenvolvidos; 2) as minorias que julgavam ser possível conservar a perturbadora situação econômica e social; 3) as “minorias” comunistas, que ofereciam soluções falsas de natureza violenta e totalitária; e, por fim, 4) a necessidade de alcançar uma justa e imparcial cooperação entre os países ricos e os países pobres.

Para Dreifuss (1981), as atividades sócio-ideológicas do complexo IPES/IBAD enfatizavam a “função social do capital”. Nesse sentido, as propagandas em geral veiculadas por meio de panfletos, livretos e filmes, amplamente divulgadas nas bibliotecas públicas de

todo o país, planejavam difundir a ideia de que era possível aos trabalhadores desfrutarem dos supostos benefícios do capitalismo. Para isso, era importante destacar a possibilidade de participação nos lucros dos empregados, a propriedade social indireta e corresponsabilidade administrativa. Tal ação teria dois objetivos: “melhorar a imagem pública da empresa privada, equipará-la com a democracia, e retardar um violento levante até que se pudesse desenvolver uma ação política apropriada”. Era preciso convencer os trabalhadores de que apenas as demandas econômicas deveriam ser encaminhadas, deixando de lado os questionamentos do sistema político e social. (op. cit., p. 310)

Preocupados com a imagem dos empresários no Brasil perante os setores médios e populares, o IPES, desde sua fundação em 1962, encarregava-se da mudança na mentalidade dos grupos empresariais, julgada necessária e urgente para atingir o equilíbrio nas relações sociais. Para Gilberto Huber, um jovem empresário ipesiano do ramo da publicidade, os empregadores não deveriam se limitar aos seus negócios. Era imperativo que eles adquirissem uma visão global da economia e que se dispusessem a trabalhar nos setores onde havia maior necessidade. Os empregadores deveriam ser responsáveis pela aceleração do desenvolvimento econômico. Aqueles não comprometidos “agiam como egoístas e pouco inteligentes”, pois “as deficiências geradoras dos problemas econômicos e tensões sociais se refletiam negativamente nos seus próprios negócios”.<sup>55</sup>

Nos anos de 1964 e 1965, o IPES se responsabilizou pela chamada “reforma empresarial”. Entre as suas principais funções, estava a promoção da educação do empresariado brasileiro. Cursos e seminários eram oferecidos periodicamente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O instituto dizia lutar para “levar a empresa privada a ocupar o seu lugar na vanguarda do progresso nacional”. Para tanto, apostava nos cursos de atualidades voltados para empresários, debates, grupos de estudo para compreensão de problemas específicos, publicações e conferências, além dos encontros com “homens do governo”. (WELCH, 2009, p. 190)

Segundo Corrêa (2013), outros alunos e colaboradores do IPES, entre eles Alberto Venâncio Filho, Fernando da Silva Sá, Aurélio Ribeiro Viegas e Sebastião Ribeiro da Luz, em um artigo conjunto publicado no periódico ipesiano, falaram sobre a importância da chamada “comunidade de trabalho”. Esta deveria ter como base a Doutrina Social da Igreja expressa nas três encíclicas papais, *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Mater et Magistra*, como fundamento do que eles chamavam “a nova concepção da empresa”. Para

---

<sup>55</sup> Boletim informativo do IPES, n. 13, agosto de 1963, ano II, p. 11. Arquivo Nacional, IPES, caixa 35, pacote QI, apud CORRÊA, 2013, p. 81.

tanto, deveriam ser debatidos os temas da participação dos lucros, assim como o direito à participação da propriedade e o modelo de cogestão empresarial. (CORRÊA, 2013, p. 83)

Percebe-se que a influência da Doutrina Social católica no IPES era bastante forte. Tendo como fundamento o pensamento do “Solidarismo Cristão”, largamente divulgado no Brasil pelo padre Fernando Bastos Ávila, os autores entendiam que a participação nos lucros, prevista na Constituição de 1946, art.157, inciso IV, atribuía ao operário o direito de participar do bem comum criado por todos. Já a participação na propriedade significava a democratização do capital. De modo geral, ela daria acesso a um maior número de pessoas à propriedade dos títulos que representam o capital social das empresas. (op. cit., p. 89)

Padre Ávila apresentava o “Solidarismo Cristão” ou “Solidarismo Comunitário” como uma alternativa de desenvolvimento para o país, uma “terceira via” entre o socialismo e o capitalismo selvagem, que fugisse do dilema que ele considerava absoluto e irreduzível imposto pela Guerra Fria, sem se deixar levar pelo “socialismo totalitário, anticristão e antidemocrático”.<sup>56</sup> Segundo ele, não havia motivos para que o Brasil se enquadrasse em um esquema bipolar, descolado da realidade dos fatos.

De acordo com Larissa Corrêa (2013), a obra de autoria do Padre Ávila havia causado impacto nos meios sindical, estudantil e político e foi bastante divulgada por personalidades políticas como Franco Montoro, Afonso Camargo, José Richa, membros e simpatizantes do Partido Democrata Cristão (PDC) e também pelo ministro do Trabalho Jarbas Passarinho (1967-1969).<sup>57</sup> Suas ideias foram abraçadas por muitos como uma opção para aqueles que estavam engajados na política estudantil e partidária e que rejeitavam a ideologia socialista pelo fato de ela ser incompatível com o cristianismo (op. cit., p. 84). Como demonstrou a autora:

Ao analisar a ideologia socialista, Ávila apontou o antagonismo entre o caráter social da produção e o caráter individual da apropriação dos meios de produção ou de seus resultados. Em resposta a esse antagonismo, o autor citou exemplos alternativos como forma de participação dos indivíduos nas propriedades privadas, entre eles a criação de sociedades anônimas em que os próprios operários poderiam ser acionistas, ou a formação de associações cooperativas como um modelo alternativo de gestão, assim como a existência de conselhos de empresa. (op. cit.)

<sup>56</sup> In. ÁVILA, Pe. Fernando Bastos de. *Solidarismo*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1965, p. 14.

<sup>57</sup> Em um artigo publicado no O Estado de São Paulo, intitulado “Nostalgia e revolta”, de 20 de setembro de 2005, página 2, Passarinho declarou-se um admirador da Doutrina Social da Igreja, especialmente da *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, e da *Mater et Magistra* de João XXIII. Além das encíclicas, Passarinho teria se inspirado em um livro de autoria do padre Fernando Bastos de Ávila, de 1963, que ele considerou altamente didático e convincente. Trata-se da publicação de autoria do padre Fernando Bastos Ávila, *Neocapitalismo, socialismo, solidarismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

Além de grupos ligados à ala conservadora da Igreja Católica, outros agrupamentos de militantes cristãos mais progressistas foram importantes na trajetória de construção de um *novo sindicalismo*. No ABC paulista, mais especificamente, desde 1954, havia uma história de lutas com destacada participação de militantes cristãos e de setores da hierarquia da Igreja a partir da criação da Diocese de Santo André em 13 de agosto daquele ano.

Nessa região, os trabalhadores podiam sempre contar com o apoio de bispos como Dom Jorge Marcos de Oliveira, destacada figura na disseminação da “Doutrina Social” da Igreja que pretendiam transmitir aos operários do ABC uma visão cristã de reconhecimento de todas as pessoas como “filhos de Deus” com uma série de direitos: direito ao trabalho, a uma justa remuneração, direito à distribuição de vantagens decorrentes do trabalho, direito à saúde, à medicação, à alimentação, à moradia, ao transporte, à constituição da família etc. Segundo Martins (1994), “na realidade, a Igreja em Santo André reivindicada, para o trabalhador, **os direitos de cidadão**”. (MARTINS, 1994, p. 68, grifo nosso).

Tal divulgação da “Doutrina Social” da Igreja parecia ser algo de fundamental importância num região onde, desde o final dos anos de 1940, havia uma forte presença dos comunistas, chegando estes a eleger, no pleito de 1947, treze vereadores, um prefeito e um vice-prefeito, todos operários ligados ao PCB. A ideia era fazer da Igreja uma instituição sempre junto aos trabalhadores para que “a ascensão das classes trabalhadoras se [fizesse] por princípios cristãos”<sup>58</sup>. Neste sentido, a Igreja precisava ir ao encontro dos operários, “pois do contrário *as forças da oposição se aproveitarão dos homens e os levarão por onde indicarem*”<sup>59</sup>.

Como se vê, eram convergentes os ideais estadunidenses e de alguns grupos católicos brasileiros. Ainda que a aliança não tenha sido direta, a cooperação entre eles seria fundamental para o desenvolvimento de um projeto de reformulação das relações trabalhistas, identificado com o anticomunismo e com os valores democráticos. Como observou Manfredi (2002), na década de 1960 predominava a orientação da militância operária católica voltada para a construção de um sistema capitalista social que visava à progressiva transformação da empresa em comunidade de trabalho ou cooperativa. (MANFREDI, 2002, p. 95)

## **5. Internacionalismo trabalhista: o envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros**

---

<sup>58</sup> Depoimento de D. Jorge Marcos para a Revista *Manchete*, apud MARTINS, 1994, p. 72.

<sup>59</sup> Op. cit., grifo nosso.

Embora alguns contatos esporádicos tenham acontecido antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o envolvimento dos Estados Unidos em assuntos sindicais brasileiros foi formalizado durante os anos do pós-guerra. Em meio à crescente onda de greves no Brasil, os primeiros anos da Guerra Fria se caracterizaram pela preocupação com o avanço comunista e pelo claro objetivo imperial de exportar os valores políticos e os estilos institucionais estadunidenses. Segundo Marco Aurélio Santana (2001), a conjuntura que vai de 1945 a 1964 pode ser considerada uma das mais importantes da história do movimento operário e sindical brasileiro. Para ele,

Apesar das variações ocorridas em seus diferentes períodos internos, ela foi marcada pela riqueza de experimentações relativas à organização dos trabalhadores, sua prática político-sindical, bem como em suas relações com agentes sociais externos: o Estado, os partidos políticos e os empregadores. (SANTANA, 2001, p. 39)

Justamente nesse período, em que se estabeleceu uma relação estrita entre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o movimento organizativo dos trabalhadores, os estrategistas estadunidenses, adeptos da teoria da modernização, acharam por bem ensinar aos brasileiros como gerir as relações trabalhistas com o objetivo de manter a produtividade, de promover a estabilidade e de afastar os agitadores comunistas. Segundo Corrêa (2013)

Em São Paulo, o cônsul norte-americano, em meados de 1945, preocupado com o alto número de greves e com a emergência de líderes sindicais ligados ao PCB e ao PTB, expunha a necessidade de elaboração de programas de intercâmbio sindical para os Estados Unidos a fim de conter o avanço do movimento sindical que ele próprio testemunhava. Adolf Berle, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil (1945-1946), concordou que algo deveria ser feito e rapidamente apresentou um projeto de divulgação do sindicalismo norte-americano no país. O programa, que tinha como objetivo “promover um melhor entendimento da política de regulamentação trabalhista e das condições de trabalho estadunidense e entre os trabalhadores brasileiros”, passou a investir na difusão de filmes, livros, boletins e exposições no país. Para Berle, o programa deveria enfatizar os esforços em alcançar a cooperação em vez de aprofundar os conflitos entre os trabalhadores e os industriais. (CORRÊA, 2013, p. 12)

O objetivo era promover uma espécie de contenção ao avanço das forças de esquerda, nem que, para isso, fosse necessário o recurso do “golpe de Estado”. Mas antes de apoiar ações violentas, os Estados Unidos elaboraram um projeto no qual o Departamento de Estado e alguns setores da burguesia estadunidense empenhavam-se em “americanizar” a cultura

sindical do Brasil como um meio para implantar no país o “sindicalismo autônomo”, ampliar a democracia do livre-mercado e, ao mesmo tempo, preparar o terreno para a entrada das grandes corporações e instituições financeiras dos Estados Unidos no país. De acordo com V. G. Kiernan (2005), “durante 1947-55 investimentos diretos de empresas norte-americanas no exterior alcançaram 6,3 bilhões de dólares, subindo para 15,8 bilhões durante o período 1956-64” (Kiernan, 2005: 314). E quanto mais o capital estadunidense se deslocava do comércio com outros países para investimento neles, mais aumentava a preocupação em garantir que tais países tivessem governos convenientes e classes operárias pacíficas.

Com o objetivo de garantir o desenvolvimento de uma classe operária colaboracionista organizou-se, então, ao longo dos anos de 1945, um projeto audacioso que envolvia importantes centrais sindicais estadunidenses, passava por uma política de isolamento dos sindicatos comunistas e nacionalistas no Brasil e desembocava numa tentativa de implantação de uma versão idealizada do sindicalismo norte-americano<sup>60</sup> entre os trabalhadores brasileiros.

Os primeiros passos na direção dessas metas envolviam criar uma federação nacional de trabalhadores no Brasil nos moldes da *American Federation of Labor* (AFL)<sup>61</sup> e do *Congress of Industrial Organizations* (CIO), e assegurar sua filiação a organizações internacionais patrocinadas pelos Estados Unidos. Além disso, as bases do projeto previam uma relação de colaboração entre a recém-fundida AFL-CIO<sup>62</sup> e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, que existiu até o final do século XX. (WELCH, 2009, p. 187)

---

<sup>60</sup>Há uma expressiva quantidade de livros publicados no Brasil, na década de 1950 e mais intensamente durante a primeira metade dos anos 1960, sobre a história e o funcionamento do movimento sindical estadunidense, entre eles: PETERSON, Florence. *Sindicatos operários norte-americanos. O que são e como funcionam*. Rio de Janeiro: Agir, 1953 (prefácio de Evaristo de Moraes Filho); HERLING, John. *História dos sindicatos nos EE.UU. Sua influência social, econômica e política*. Rio de Janeiro: Lidador, 1964; TAFT, Philip e SESSIONS, John A. *Sindicalismo e trabalhismo nos EUA*. Rio de Janeiro: Presença, 1968; BEIRNE, Joseph A. *Novos horizontes para o trabalhismo americano*. Rio de Janeiro: Lidador, 1964.

<sup>61</sup> Resultado da união de seis grandes organizações sindicais lideradas por Samuel Gompers e Adolph Strasser, a AFL surgiu, em 1886, com o propósito de reivindicar melhorias exclusivamente econômicas, por meio das negociações coletivas, e com uma orientação apartidária e pró-capitalista. A AFL procurava combater o desemprego entre os trabalhadores qualificados norte-americanos, discriminando os estrangeiros e operários sem especialização.

<sup>62</sup> Há uma extensa bibliografia em inglês sobre a atuação da AFL e do CIO desde o período de fundação das duas organizações. Para conhecer algumas das mais relevantes, utilizadas como material de referência desta tese ver: LICHTENSTEIN, Nelson. *State of the Union. A Century of American Labor*. Princeton: Princeton University Press, 2002; SCIPES, Kim. *AFL-CIO's Secret War against Developing Country Workers - Solidarity or Sabotage?*. Lanham, MD: Lexington Books, 2010; CAREW, Anthony. “The Politics of Productivity and the Politics of Anti-Communism: American and European Labour in the Cold War”. In.: *Intelligence and National Security*, vol. 18, n. 2, Summer 2003; ROMERO, Federico. *The United States and the European Trade Movement, 1944-1951*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992; HUGHES, Quenby Olmstead. *In the interest of democracy: the rise and fall of the early Cold War alliance between the American Federation of Labor and the Central Intelligence Agency*. Bern; Oxford: Peter Lang, 2011; GOETHEM, Geert Van. “Labor's Second Front: The Foreign Policy of the American and British Trade Union Movements during the Second World War”. In.: *Diplomatic History*, vol. 34, n. 4, pp. 663-680; ZIEGER, Robert. *American Workers, American Unions, 1920-1985*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

De acordo com Welch (2009), o cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, Cecil Cross, propôs, em agosto de 1945, que dirigentes sindicais brasileiros fossem enviados em excursão aos Estados Unidos. Muitos deles procuravam o cônsul para obter informações sobre as condições de trabalho nos Estados Unidos e Cross estava convencido que os efeitos dessas visitas seriam “tanto profundos quanto permanentes” no Brasil. Segundo o autor:

O aumento do número de greves no Estado de São Paulo e a crescente militância de muitos trabalhadores e dirigentes preocupavam o cônsul intensamente: “A situação do trabalho em São Paulo entrou num período de movimento e de reorientação e o tempo é um fator crucial”. (op. cit. p. 187)

Para Welch (2009), o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolph Berle Junior, concordou que algo deveria ser feito. Ele e sua equipe logo desenvolveram o projeto intitulado “Programa Informativo ao Trabalho Brasileiro”, que envolvia a utilização de filmes, livros, boletins de notícias e exposições com o intuito de promover entre os trabalhadores brasileiros uma melhor compreensão das condições de trabalho nos Estados Unidos. As ideias a serem propagadas deveriam ser seletivas. De acordo com Berle: “A ênfase deveria ser em unir as pessoas em soluções cooperativas e não na existência de conflitos entre os trabalhadores ou outros grupos socioeconômicos”. Para este fim, Berle sugeriu que o programa de propaganda destacasse a presença das vilas operárias, embora os próprios trabalhadores norte-americanos as considerassem “elemento de opressão”. (op. cit.)

O projeto começou a se desenvolver, contudo, a partir de 1946, logo após o adido trabalhista Edward Rowell assim retratar para as autoridades estadunidenses a situação brasileira no período:

O consenso entre os trabalhadores é que o PCB vem crescendo com força [...] e, a menos que haja uma mudança acentuada nas condições econômicas eles dominarão quaisquer eleições que disputarem, digamos, ainda por quatro ou seis anos. (ROWELL, apud WELCH, op. cit., p. 188)

Dadas essas pressões, em meados de 1946 o Departamento de Estado pediu ajuda da AFL, que por sua vez orientou as embaixadas na América Latina a fornecer “ajuda informal” a Serafino Romualdi<sup>63</sup>, representante interamericano indicado pela AFL, escalado para visitar a região no mês de junho daquele ano.

---

<sup>63</sup> Conhecido como um agente de negócios e do governo estadunidense, Romualdi declarava-se um socialista natural de Perúgia, que havia fugido da Itália fascista. Nos Estados Unidos, passou a atuar na *International*

Italiano emigrado, Romualdi era um fervoroso anticomunista e um forte sindicalista que vinha lutando desde 1943 para convencer a AFL a ter um papel direto nos sindicatos latino-americanos. Como agente do Escritório de Serviços Estratégicos (agência predecessora da CIA) em 1944 e 1945, Romualdi desenvolveu contatos com sindicalistas italianos no Brasil. Certo de que os Estados Unidos “definiam o ritmo de expansão industrial” na América do Sul, ele argumentava que dependia dos próprios sindicatos do hemisfério assegurar que essa expansão também elevasse o padrão de vida de todos os trabalhadores. (CORRÊA, 2013, p. 245)

Conforme demonstrou Welch (2009), a AFL concordou que seria importante “elevar os padrões do trabalho nos países da América do Sul, pois isso consolidaria uma base equiparável de comércio entre os dois continentes”. Mais tarde, o vice-presidente da AFL, George Meany, afirmou que

[...] dependia de a AFL ver se os trabalhadores da América Latina compreendiam nossa filosofia, o nosso desejo de criar uma sólida frente entre os trabalhadores do hemisfério Sul e evitar que essas pessoas ouvissem o balbuciar daqueles que recebiam ordens de Moscou. (MEANY apud WELCH, 2009, p. 189)

A viagem de Romualdi à América Latina lançou as bases da colaboração entre os estrategistas estadunidenses e os agentes da AFL, aspecto que caracterizaria o envolvimento dos Estados Unidos nas questões sindicais da região. Romualdi foi calorosamente recebido na embaixada norte-americana e, em São Paulo, Cecil Cross colocou-se à disposição do enviado, com a orientação de “colaborar com ele ao limite”.

Em 1947, na sequência do anúncio da famosa doutrina do presidente Harry Truman de combate do comunismo, a parceria entre a AFL e o Departamento do Estado se solidificou ainda mais.

Além do combate ao sindicalismo comunista, tal política estadunidense também visava combater o modelo corporativista de sindicato existente em grande parte da América Latina e instituir o que eles consideravam “sindicatos livres”. Deste modo, ao analisar o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro na Era Vargas, tal programa observava que

---

*Ladies Garment Workers Union (ILGWU)*. Seu trabalho chamou a atenção do Departamento do Estado em 1942, quando organizou a *Conferência dos Italianos Livres das Américas*, evento realizado em Montevideu, no Uruguai. Romualdi escreveu para jornais sindicais e foi membro da organização *Free Italy Committee*, que visava reunir as populações italianas estabelecidas no Brasil, Argentina e Uruguai para ficar ao lado dos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, Romualdi filiou-se à AFL e assumiu a responsabilidade pelo estabelecimento dos contatos com os países latino-americanos, tornando-se, mais tarde, o representante da AFL na América Latina, desenvolvendo papel fundamental no estabelecimento do IADESIL nesses países, durante a primeira metade da década de 1960.

[a] moderna estrutura dos sindicatos brasileiros havia sido estabelecida em grande parte durante o Estado Novo e criado um sistema corporativo imposto entre os anos 1937 e 1945, sob o comando do presidente Getúlio Vargas. Em 1943, as relações de trabalho corporativas foram codificadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual colocava a autoridade executiva nas mãos do Ministério do Trabalho. Sob esta estrutura, o Estado pôde desempenhar um enorme controle sobre os sindicatos, incluindo o poder de autorizar a criação de novas entidades, administrar a eleição de dirigentes, recolher e distribuir o imposto sindical e rearranjar sindicatos não filiados. (CORRÊA, 2013, p. 249)

Para as visões liberais norte-americanas sobre a relação entre Estado e trabalho, esse sistema era um pesadelo e, segundo informou Romualdi em relatório produzido para a AFL sobre o assunto, o controle do governo sobre os sindicatos era um dos aspectos que “contribuía para o caos político e o desastre econômico que flagelava o Brasil” e, por isso, seria necessário incitar os líderes sindicais brasileiros a libertar suas organizações de “todas as formas de controle e dominação do governo” (ROMUALDI, apud WELCH, 2009, p. 191). De acordo com Welch, finalmente, depois de várias reuniões com líderes sindicais, “Romualdi aconselhou os brasileiros a enviar alguns sindicalistas selecionados aos Estados Unidos para aprender as regras elementares do sindicalismo autônomo e a convidar especialistas da AFL para visitar o Brasil e ensinar suas regras”. (op. cit. p. 200)

Entretanto, como afirmamos no início deste tópico, apesar da política de intervenção desenvolvida pelas instituições estadunidenses nesse período, a luta dos trabalhadores no Brasil ganhava cada vez mais folego. Desde o fim dos combates da Segunda Guerra Mundial na Europa, as forças populares estavam mobilizadas para defender a permanência de Vargas no poder. Pressionado internamente, Vargas desenvolve uma engenharia política na qual propunha a passagem para o sistema democrático mantendo-se à frente do regime. Para tanto, buscando contrabalancear a correlação de forças que lhe era desfavorável, tenta aumentar seus laços com os setores mais à esquerda vinculados aos trabalhadores. Um elemento de peso nesse quadro era o recém-legalizado PCB que, orientado pela lógica de ação do comunismo internacional de “frente contra o fascismo”, se engaja, com outros setores, no movimento “queremista” (Campanha *Queremos Getúlio*). (SANTANA, 2001, p. 40)

Como resultado de tal Campanha, e com o objetivo de reiniciar sua luta por inserção no movimento sindical, o PBC organizou o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) em meados de 1945. Segundo Santana, embora não fosse uma organização oficial, “o MUT apoiou o sistema corporativista como um meio de defender a classe trabalhadora da classe burguesa e procurou reforçar isso em colaboração com o governo”. (op. cit., p.41)

Em janeiro de 1946, as lideranças do Movimento promoveram um congresso sindical em São Paulo que incentivou os trabalhadores a apoiar a formação de uma federação sindical nacional. Trabalhadores organizados de várias cidades responderam ao apelo, mas o governo colocou o MUT na ilegalidade em abril daquele ano e interveio para substituir os dirigentes dos sindicatos ligados ao PCB e ao Movimento.

As autoridades estadunidenses não apoiaram homogeneamente a repressão ao MUT. Rowell, o adido trabalhista no Rio de Janeiro, preocupado com o fato de que a atitude do governo pudesse simplesmente reforçar a força do PCB, enfatizou a necessidade de alternativas positivas. Na visão de Rowell, era preciso que,

[...] o governo e as classes produtivas encampassem um programa que resultasse em uma verdadeira melhoria da qualidade de vida das classes trabalhadoras e eliminasse os elementos que ainda se sentissem explorados. (ROWELL apud SANTANA, op. cit. 49)

Na verdade, as lutas sociais desencadeadas nesse período no Brasil demonstraram concretamente que a política de americanização dos sindicatos não seria uma tarefa simples. Seria necessário desenvolver uma nova estratégia, com o envolvimento de mais atores e mais organizações para que tal intuito pudesse ser concretizado. Nesse aspecto, a atuação da AFL-CIO e a implementação do programa *Aliança para o Progresso* foram decisivos.

De acordo com Larissa Corrêa,

Até o início dos anos 1960, os esforços da AFL (com o apoio do CIO) para travar relações sindicais podem ser resumidos à realização de visitas esporádicas de dirigentes sindicais, autoridades e especialistas norte-americanos ao Brasil, atividades de intercâmbio e em defesa da atuação da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT) no Rio de Janeiro. Com a Aliança para o Progresso, o programa de difusão do sistema de regulamentação trabalhista e das condições de trabalho norte-americanas tomou novo impulso. (CORRÊA, 2013, p. 12)

## **6. O envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros no contexto da Aliança para o Progresso.**

Desde o início do século XX, os dirigentes da AFL-CIO trabalharam em forte colaboração com governos e sindicalistas na América Latina para estender seu modelo sindical aos demais países e auxiliar nos objetivos da política externa dos Estados Unidos.

Tanto internamente quanto internacionalmente, a AFL desenvolvia uma estratégia sindical, conhecida como “*business unionism*” alicerçada em três eixos, sendo estes, segundo Pablo Pozzi (2007):

- 1) O desenvolvimento de um núcleo laboral privilegiado, que podia ser considerado uma moderna aristocracia do trabalho. A AFL procurou estabelecer suas bases entre os trabalhadores altamente qualificados e entre setores profissionais, e lutava para que eles consolidassem sua situação de privilégio frente ao governo e aos empregadores. Tal estratégia proporcionava, para os esses setores um nível de vida maior que a média dos trabalhadores, o que os transformava numa minoria defensora do *status quo*. Ao mesmo tempo, a AFL bloqueava todo esforço em organizar os trabalhadores semi ou não qualificados e promovia o sindicalismo por profissão em detrimento do sindicalismo por ramo da indústria;
- 2) Oposição ao ativismo sindical. A estratégia da política da AFL era a cooperação e não a confrontação, portanto, privilegiava os vínculos entre empresários e funcionários em detrimento do ativismo sindical que poderia gerar algum tipo de conflito;
- 3) Substituição do conceito de luta de classes pelo de harmonia entre trabalho e capital. A AFL considerava que a cooperação com os empresários era fundamental para se lograr aumentos na produção. O critério básico era que, se aumentasse a produção, então os trabalhadores receberiam aumentos salariais correspondentes, sem perdas no lucro que receberia o capital. (POZZI, 2007, p.01-2, tradução do texto original em espanhol)

Os sindicatos “livres” filiados à AFL-CIO eram os mais receptivos à política econômica dos Estados Unidos, simpáticos também à noção de “sindicalismo de negócios”. De acordo com Pozzi (2007), essa ideologia estruturava todas as ações práticas da maior central sindical de trabalhadores nos Estados Unidos, prevalecendo a concepção de que deveria haver um relacionamento harmônico entre trabalhadores, proprietários e governo. Trabalho e capital não deveriam necessariamente ser vistos como oponentes, mas como parceiros no desenvolvimento econômico e social. E era esse o conceito que a AFL-CIO queria exportar durante o período da Guerra Fria.

A história oficial da origem da política internacional da AFL-CIO para a América Latina teria começado em 1958, quando os olhos de Joseph Beirne, presidente da *Communications Workers of America* (CWA), depararam-se pela primeira vez com a pobreza dos povos andinos. Depois de testemunhar uma criança de seis anos de idade devorar um punhado de raízes retiradas do pasto, Beirne, que participava de uma convenção sindical internacional no Peru, sentiu que precisava tomar uma atitude para ajudar os mais de 14 milhões de trabalhadores latino-americanos. O sindicalista estadunidense observou então que

a negociação coletiva era ignorada na maioria das indústrias, as condições de trabalho eram estabelecidas por parlamentares e os sindicatos provocavam motins, espalhando o caos na sociedade. Havia um número pequeno de dirigentes treinados e dedicados aos seus sindicatos em tempo integral, e os procedimentos democráticos para as reivindicações trabalhistas – considerados a espinha dorsal do sindicalismo norte-americano – eram praticamente desconhecidos.<sup>64</sup>

Assim teria nascido o *Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre* (IADESIL)<sup>65</sup>, como um esforço solidário da AFL-CIO em educar os sindicalistas, a fim de promover os métodos sindicais democráticos, o crescimento econômico e a reforma política em toda a América Latina.

Essa história oficial foi narrada pela *Reader's Digest* de outubro de 1966, uma das revistas norte-americanas mais consumidas durante a Guerra Fria. O periódico ainda convidava o leitor a acompanhar as aventuras de Justo Canaviri, um sindicalista boliviano de 32 anos, graduado no IADESIL em La Paz, responsável por liderar um grupo de dirigentes em uma vila localizada no altiplano andino. Todos os dias, Justo tinha a missão de conduzir encontros com cerca de 30 trabalhadores rurais de diferentes fazendas para lhes ensinar os princípios do sindicalismo democrático e das eleições “livres”. Segundo Corrêa (2013),

[...] quando retornou da viagem, Beirne teria convidado 16 dirigentes sindicais latino-americanos para fazerem um treinamento de três meses no centro de capacitação localizado no *Front Royal*, na Virgínia, Estados Unidos. Lá se concentrariam os cursos e seminários destinados à formação do “sindicalismo democrático”. De volta aos seus países de origem, os sindicalistas latino-americanos foram assistidos financeiramente por um período de nove meses pelo *Post, Telegraph and Telephone Workers International* (PTTWI). Muitos desses alunos teriam se tornado líderes e desenvolvido um importante papel no movimento sindical da América Latina. (CORRÊA, 2013, p. 36)

Sabemos, entretanto que o desenvolvimento do IADESIL surgiu de uma decisão do Conselho Executivo da AFL-CIO e da política de Estado do presidente Kennedy em financiar um programa em 1960-61, com apoio da Universidade de Chicago, para **elaborar um estudo sobre os movimentos sindicais na América Latina** e, na sequência, desenvolver um plano de ação mais amplo que pudesse oferecer formas de cooperação mais duradouras. Por meio da USAID e dos recursos captados pela *Aliança para o Progresso*, o Instituto Americano para o

<sup>64</sup> METHVIN, Eugene H. “Labor’s New Weapon for Democracy”. In.: *Reader's Digest*, out. 1966, pp. 21-28.

<sup>65</sup> Conhecido, também pela abreviação em inglês AIFLD (*American Institute for Free Labor Development*)

Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) ou, como ficou conhecido nos EUA, *American Institute for Free Labor Development* (AIFLD) se tornou o principal instrumento do governo estadunidense para fornecer assistência técnica, educação e treinamento aos sindicatos latino-americanos. O instituto foi lançado como uma entidade privada, sem fins lucrativos, dirigida por Serafino Romualdi que há quase duas décadas dedicava-se a combater o comunismo no movimento sindical internacional, como apontamos anteriormente.

O IADESIL, contando com o apoio da AFL-CIO, de grandes corporações norte-americanas e com 90% dos seus recursos oriundos de contratos governamentais<sup>66</sup>, desenvolveu um programa de intervenção que cobria toda a América Latina, mas dava especial atenção ao Brasil, tendo como objetivo principal, segundo James G. Green (2009) “preparar líderes sindicais e operários comuns promissores instruindo-os em práticas modernas de gestão trabalhista e acordos sindicais coletivos.” (Green, 2009, 63).

Ainda de acordo com Green (2009), “o currículo do instituto dava ênfase ao anticomunismo de preferência à militância sindical e à negociação de preferência à confrontação.” (op. cit.). O treinamento em práticas sindicais era a principal missão da entidade, promovendo a ideologia do “sindicato de negócios” e a harmonia de interesses entre o trabalho e o capital.

No Brasil, além da formação de líderes sindicais anticomunistas,

[...] a entidade participava de uma série de atividades como parte dos chamados “projetos de impacto”, que envolviam programas assistenciais, como a construção de conjuntos habitacionais de baixo custo, formação de cooperativas de crédito, assistência técnica na área de agricultura, fornecimento de medicamentos, viabilização de serviços comunitários, financiamento de encontros educacionais periódicos, nacionais e internacionais, além da publicação de livros e panfletos fartamente distribuídos nas bibliotecas sindicais. (CORRÊA, 2013, pp. 39-40)

É possível dizer que a entidade atuava, na verdade, como uma forte aliada do governo e do empresariado estadunidense, contribuindo para a expansão dos negócios e para a contensão do comunismo no país, buscando deixar a sociedade nacional mais estável e segura para os investimentos norte-americanos.

Imbuído da missão de espalhar as sementes do sindicalismo “livre e democrático”, o IADESIL era a primeira de outras organizações voltadas para o desenvolvimento da política

---

<sup>66</sup> Cerca de 60 grupos empresariais contribuíram para o orçamento do IADESIL nos anos iniciais. Entre seus membros estavam George Meany, presidente da AFL-CIO; Berent Friele, associado a Nelson Rockefeller e vice-presidente da *American International Association for Economic and Social Development*. Outro nome importante na direção do IADESIL era J. Peter Grace, diretor da W. R. Grace Company. (CORRÊA, 2013, p. 81)

internacional da AFL-CIO durante a Guerra Fria. No Brasil, além de bloquear a atuação das lideranças sindicais tidas como comunistas ou antiamericanas, o objetivo do IADESIL era promover a implantação do modelo contratualista de negociações coletivas por meio da atuação de uma federação nacional de trabalho, nos moldes da AFL, apoiada e patrocinada por organizações internacionais. As negociações diretas com os empregadores deveriam substituir, de modo gradativo, o já consolidado sistema corporativista de trabalho.

Com esse propósito, o IADESIL lançou um programa de educação no Brasil a fim de formar novas lideranças capazes de implantar e desenvolver o modelo sindical estadunidense. Como bem demonstrou Pozzi (2007), os trabalhos do IADESIL eram realizados por meio do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), instituição administrada por dirigentes brasileiros e estadunidenses, voltada à organização de cursos, palestras, visitas e intercâmbios entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos. Na prática, essas ações contavam com o apoio dos setores mais anticomunistas e conservadores do movimento sindical brasileiro. Segundo o autor,

A maior parte desses treinamentos era realizada em parceria com a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), que nos anos 1960 era dirigida por Arturo Jáuregui, que teria mantido estreito relacionamento com a Central de Inteligência Americana (CIA). Durante o auge da Guerra Fria, a entidade desenvolveu ações na área de educação operária em vários países da América Latina, tendo chegado, inclusive, a patrocinar uma escola de treinamento de lideranças para os sindicalistas latino-americanos na Universidade de Porto Rico, Costa Rica. Na República Dominicana, por exemplo, concedeu ajuda financeira e pessoal para o desenvolvimento do “sindicalismo livre” após a queda do governo ditatorial de Trujillo, em 1961 (na sequência, apoiou a deposição de Juan Domingo Bosch, que havia sido eleito democraticamente). No México, criou uma escola residencial para treinamento sindical a fim de abrigar trabalhadores do hemisfério Sul. Até o início da década de 1970, a ORIT manteve-se como a principal organização sindical das Américas, congregando entidades de classe de caráter nacional, provenientes do México, Honduras, El Salvador, Panamá, Colômbia, Venezuela, Peru, Uruguai, República Dominicana e Brasil, além de países de língua inglesa e holandesa na região do Caribe e outras centrais sindicais de menor porte organizadas na Guatemala, Costa Rica, Equador, Bolívia e Argentina. (POZZI, 2007, p. 10)

Entre as medidas de cooperação técnica estabelecida pela política internacional Brasil e Estados Unidos, o IADESIL/ICT assumiu a responsabilidade pelo treinamento dos dirigentes sindicais e expandiu as suas atividades. Estabeleceu ainda uma boa relação com o Ministério do Trabalho por meio do ministro Arnaldo Sussekind, tido como um entusiasta da proposta de lei de negociações coletivas. O ministro também investia na formação de novos

líderes sindicais, “capazes e honestos, com experiência democrática” e que não fossem “comunistas e nem bonecos dos empregadores”, tampouco dissessem ao Ministério como agir.

Para Clifford Andrew Welch (2009):

Mais do que selecionar candidatos para viajar para os cursos de formação da AIFLD em Washington, D.C., o ICT patrocinou uma série de estudos sobre movimento sindical brasileiro, lideranças e estrutura sob a direção de J. V. Freitas Marcondes, um sociólogo brasileiro formado na Universidade da Flórida. A atenção dos Estados Unidos estava também voltada para continuar o programa de formação de líderes sindicais, e em janeiro de 1963 a primeira turma de brasileiros chegou a Washington para uma estadia de seis meses sob a orientação do AIFLD. Tal como os projetos anteriores no âmbito do programa ORIT /Ponto IV, os 33 alunos do curso estudavam História do Trabalho dos Estados Unidos, economia, estruturas e técnicas para identificar e defender-se contra os comunistas e fascistas. (WELCH, 2009, p. 206)

Em 1964, dois anos após o estabelecimento do IADESIL no Brasil, a entidade fundou uma sede no Uruguai e depois na Argentina. Antes disso, já contava com sede na Venezuela e em Guiana, quando mobilizou esforços para desestabilizar o governo de Cheddi Jagan. Além desses países, Chile, México, República Dominicana, El Salvador, Equador, Bolívia, Peru, entre outros da América Latina e Central foram alvos da política internacional da AFL-CIO. Em 1963, George Meany declarou que 23% da renda das contribuições pagas à AFL-CIO era gasta em várias atividades internacionais. Uma das fontes de recursos financeiros vinha do Sindicato dos Trabalhadores Unidos da Indústria Automobilística (UAW), que destinava os juros e a renda de suas reservas de greve para um fundo de contribuição internacional, dedicado à defesa e à ampliação dos programas internacionais. (CORRÊA, 2013)

Além do IADESIL, outras organizações sindicais também vinculadas à ORIT se dedicavam a espalhar as sementes do “sindicalismo livre e democrático” pela América Latina, como o ITS (*International Trade Secretariats*), no Brasil chamados de Secretariados Profissionais Internacionais (SPIS) e o IFPCW (*International Federation of Petroleum and Chemical Workers*), entidades que se instalaram definitivamente no Brasil durante o governo de Castello Branco. Essas organizações, além de promoverem um modelo próprio de educação sindical, tinham como objetivo apoiar os projetos assistenciais voltados à classe trabalhadora, como a construção de casas populares e a formação de cooperativas.

Tratava-se, portanto, de uma vasta rede de entidades que se articulavam no seio da sociedade civil e do Estado para construir a hegemonia do *americanismo* entre os

trabalhadores latino-americanos. Isso demonstra que não é apenas no chão da fábrica que se define o perfil objetivo e subjetivo dos trabalhadores, mas na densa rede que torna socialmente cooperativos os trabalhadores e que, na linha indicada por Gramsci, podemos chamar de sociedade civil. Em Gramsci, a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge; ela responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir a luta de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. (GRAMSCI, 2004)

Com o objetivo claro de diluir a luta de classes, o IADESIL participava de uma série de atividades como parte dos chamados “projetos de impacto”, que envolviam programas assistenciais, como a construção de conjuntos habitacionais de baixo custo, formação de cooperativas de crédito, assistência técnica na área de agricultura, fornecimento de medicamentos, viabilização de serviços comunitários, financiamento de encontros educacionais periódicos (nacionais e internacionais), além da publicação de livros e panfletos fartamente distribuídos nas bibliotecas sindicais.

Para tornar o sistema trabalhista estadunidense um exemplo para outros países, a central sindical norte-americana valia-se dos mais variados recursos, como as exposições fotográficas sobre o mundo do trabalho nos Estados Unidos, documentários, programas de rádio, jornais e outras publicações que tinham o objetivo de divulgar o *american way of life* para a classe trabalhadora. Conforme aponta Corrêa (2013):

Entre as ações promovidas pela embaixada e com apoio dos demais órgãos norte-americanos, destaca-se a realização de uma grande exposição sobre o trabalho norte-americano nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, ocorrida no ano de 1966, financiada pela USAID. O evento, que recebeu um público de aproximadamente 165 mil e 80 mil pessoas nas respectivas cidades e contou com a participação especial dos líderes sindicais, foi bem avaliado pelos seus realizadores. As reações do público teriam sido bastante favoráveis, o que reforçou a importância desse tipo de técnica para disseminação dos ideais norte-americanos, conforme as palavras do adido trabalhista Herbert Baker. (CORRÊA, 2013, p. 230)

Ainda, de acordo com Corrêa, possivelmente, muitos trabalhadores brasileiros “conheceram ou ouviram falar sobre o sindicalismo estadunidense por meio desses recursos largamente utilizados para construir a imagem do trabalhador americano em todo o mundo”. (op. cit.)

O IADESIL atuava, assim, como um exemplo de “harmonização” de interesses entre capital e trabalho, reunindo a CIA, o Departamento do Estado, os industriais e a cúpula sindical norte-americana. A entidade se orgulhava de sua composição tripartite, agregando em seu conselho administrativo representantes do trabalho e empresários. Como observou Larissa Corrêa (2013),

Cerca de 60 grupos empresariais contribuíram para o orçamento do IADESIL nos seus anos iniciais. Entre os seus membros estavam George Meany, presidente da AFL-CIO, Serafino Romualdi, Berent Friele – conhecido como uma “raposa velha” em assuntos relacionados ao Brasil, associado a Nelson Rockefeller e vice-presidente da *American International Association for Economic and Social Development* –, Joseph Beirne, diretor-presidente da CWA e também colaborador da CIA nas operações realizadas pela PTTL, organização da qual ele atuava como secretário-tesoureiro, e William Doherty Jr., da mesma entidade sindical. Outro nome importante na direção do IADESIL era J. Peter Grace, diretor da W. R. Grace Company, um dos idealizadores e fundadores da entidade sindical, tido como homem de cobertura para as operações trabalhistas da CIA. Grace, conforme apurou Dreyfuss, era membro de destaque do Committee for Economic Development e chefe do influente Committee on the Alliance for Progress (COMAP), do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, com quem os líderes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) se relacionavam no período de conspiração do golpe de Estado. Não por acaso, Grace tinha profundo interesse em expandir os negócios na América Latina. (op. cit., p. 40)

A presença de tantos empresários no conselho administrativo do IADESIL demonstra a veracidade da tese defendida por Dreifuss (1981): o que estava em jogo, na verdade, eram os interesses das multinacionais estadunidenses e de seus associados, e seu projeto de alargamento da exploração do mais valor e de disciplinamento dos indivíduos massivamente transformados em força de trabalho disponível para o capital monopolista.

De acordo com Juan Alberto Bozza (2009), semelhante empreendimento só pôde ocorrer com o consentimento e a colaboração de empresários estadunidense que, além de oferecerem suporte econômico, integravam o conselho de administração da IADESIL. Como demonstrado por Bozza,

Las “donaciones” provenían de más de sesenta grandes empresas interesadas en difundir el concepto de moderno sindicalismo democrático, y para contribuir al desarrollo y estabilidad de América Latina. Entre las aportantes figuraban la *Fundación Rockefeller*, *ITT*, *Kennecott*, *Coca Cola*, *IBM*, *Pfizer International*, *Anaconda*, *United Fruit Company*, *Standard Oil*, *Shell Petroleum*, *Pan American World Airways*, *W. Grace and Co*; *United Corporation*, etc.; grupos transnacionales titulares de las mayores inversiones en América Latina durante la década del sesenta Peter Grace,

titular del gigante químico *W. R. Grace Corporation*, fue su presidente. (BOZZA, 2009, p. 10)

Nesse sentido, a participação dos empresários no IADESIL tinha o objetivo de estreitar o relacionamento com os trabalhadores locais no sentido de evitar revoltas, resistências e reivindicações trabalhistas, afastar o “perigo” da ideologia comunista, bem como utilizar a entidade sindical como um meio para localização de novas ofertas e possibilidades de investimentos, já que eles poderiam ter acesso aos relatórios mensais produzidos pelas embaixadas americanas sobre as conjunturas político-econômicas de cada país e usufruir da ampla rede de contatos criada pela entidade e viabilizada a sua posição dentro dos movimentos trabalhistas da América Latina, além da sua “sutil” rede de coleta de informações.

Mas não foi somente entre os trabalhadores urbanos que essa política de americanização se instalou. A partir de 1961, durante a intensificação da organização camponesa no Nordeste, os recém-criados IADESIL/ICT e os institutos IPES/IBAD reuniram esforços e finanças para frear o avanço das reformas nacionalistas e do movimento de esquerda em todo o Brasil, mas, principalmente, na região Nordeste, de modo especial em Pernambuco, Estado considerado pelo o complexo IPES/IBAD como “um barril de pólvora político e ideológico”, devido ao fortalecimento da liderança de Francisco Julião e das Ligas Camponesas. Entre as ações voltadas para aquela região, foi estimulada a fundação de sindicatos rurais organizados por setores conservadores da Igreja Católica, enquanto o PCB envidava esforços para promover a sindicalização dos trabalhadores no campo.

Segundo Clifford Andrew Welch (2010), o IADESIL, com o apoio da embaixada americana, da USAID e de outros órgãos norte-americanos, estabeleceu alianças com os padres da cidade do Recife e de outras localidades, como padre Celso, capuchinho de São Paulo, padre Velloso, do Rio de Janeiro e o reverendo padre Crespo, do Nordeste, todos também financiados pelo IPES.

Aqui percebemos novamente um vínculo da Igreja Católica com a construção dessa esquerda “autêntica e democrática”, nos moldes da esquerda proposta pelos Estados Unidos.

Entretanto, apesar do intenso trabalho desencadeado pelos Estados Unidos para formar “sindicalistas autênticos” no Brasil e alçá-los aos mais altos postos diretivos do movimento sindical nacional, entre 1954 e 1964 o PCB ampliou sua presença junto aos trabalhadores e mesmo com o partido vivendo as agruras da ilegalidade, os comunistas promoveram um amplo trabalho sindical que ia do interior das empresas, com a criação dos “conselhos

sindicais”, passando pela entidade sindical propriamente dita, até a criação das intersindicais que iriam viver seu apogeu ao longo desse período. Como uma das pesquisas do próprio ICT mostrou pouco antes do golpe de 1964, muitos líderes sindicais não se comoveram com a promessa da ideologia sindical dos Estados Unidos, mantiveram-se impassivelmente despreocupados com o comunismo e apoiados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

67

Segundo Marco Aurélio Santana (2001), “pode-se dizer que a vida sindical nesse período se desenvolveu de forma impressionante” e foi diante desse contexto que vários organismos intersindicais foram criados. De acordo com Santana:

Para que se tenha uma ideia do volume dessas entidades, poderíamos citar entre outras: a Comissão Permanente das Organizações Sindicais, que agrupava sindicatos do Distrito Federal; o Pacto da Unidade e Ação (PUA), que congregava ferroviários, portuários e estivadores de todo o Brasil; o Fórum Sindical de Debate (FSD) e o Pacto de Ação Conjunta (PAC) que esteve à frente da greve dos 700 mil em São Paulo. O coroamento de todo esse processo acontecerá na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que, de certa forma, condensa todas as questões expostas pelas outras entidades. (SANTANA, 2001, p. 134)

A política externa independente de João Goulart, combinada à forte influência comunista no movimento operário, bloqueou uma coordenação efetiva entre os Estados Unidos e os sindicatos brasileiros, mas quando os militares tomaram o poder, um “novo trabalhismo” – para citar a expressão do presidente Castelo Branco – devia erguer-se e substituir o “velho” (NEGRO, 2004, p. 230). Segundo os analistas da AFL-CIO e do IADESIL, estava mais do que na hora de começar a emergir no Brasil um sindicalismo que fosse favorável à iniciativa privada e que pudesse estabelecer uma livre negociação entre patrões e empregados, sem a intervenção do Estado e sem a interferência das ideologias radicais do comunismo.

Começou, portanto, uma grande pressão por parte da Embaixada estadunidense no Brasil, em meados de 1966, para que o país apresentasse um projeto de negociação coletiva ao Congresso e promovesse uma política para conter a queda do salário real dos trabalhadores.

---

<sup>67</sup> Perguntou-se a cerca de 80 presidentes de sindicatos se eles achavam uma central sindical como o CGT “necessária”: 44 responderam “sim”, 22 disseram “não” e 12 não responderam. Apenas cinco consideraram como necessária a União Sindical dos Trabalhadores [recentemente criada com o apoio dos Estados Unidos]. Quando se perguntou quais “forças” mais impediam o desenvolvimento econômico do Brasil, 18 dirigentes criticaram o “capitalismo retrógrado”, 14 a “ignorância e preguiça de trabalhadores”, 12 queixaram-se dos “políticos” e 11 jogaram a responsabilidade sobre o comunismo. Claramente, em 1964, o ponto de vista dos Estados Unidos ainda não tinha sido propagado com sucesso In. MARCONDES, J. V. Freitas. *Radiografia de liderança sindical paulista*. São Paulo, Instituto Cultural de Trabalho, 1964, p. 79-81.

Paralelamente, o IADESIL expandiu rapidamente seus programas de treinamento buscando ficar à frente das lideranças pró-comunistas e influenciar a reforma do movimento sindical brasileiro, a qual deveria ser iniciada logo após as intervenções nas entidades realizadas no pós-golpe. Segundo Antonio L. Negro (2004), “chegara a hora de os Estados Unidos, o novo Ministério do Trabalho e os militantes e dirigentes darem vida a um *sindicalismo autêntico*” (NEGRO, 2004, p. 236).

## 7. O IADESIL e o *sindicalismo autêntico*.

No dia 2 de abril de 1964, donas de casa, empresários, estudantes, membros dos setores conservadores da Igreja Católica, sindicalistas, entre outros, comemoravam nas ruas do Rio de Janeiro a deposição do presidente João Goulart na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.<sup>68</sup> Do escritório do IPES, empresários, radiantes, assistiam ao movimento nas ruas, satisfeitos com o sucesso obtido no combate ao comunismo. Para os ipesianos, a entidade representava um fórum adequado para o debate e decisões de seus interesses; “viam-se como o ‘governo privado’, que deveria apoiar o ‘governo público’, que eles próprios inspirariam e equipariam com seu pessoal”.<sup>69</sup> Assim, esperavam tomar para si a responsabilidade de determinação das diretrizes básicas do novo governo e influenciar na escolha das pessoas que deveriam ocupar os postos-chave na nova administração. Empresários e diretores de bancos privados passariam a ter participação direta nas questões políticas relacionadas ao sistema financeiro.

De acordo com relato de Dreyfuss (1981), na embaixada estadunidense no Rio de Janeiro e no Consulado Geral de São Paulo, os analistas norte-americanos registravam a suposta “incapacidade dos trabalhadores de reagirem a favor de Goulart”. Esperava-se que, com o golpe, em pouco tempo, estivessem eliminados os chamados “focos de infiltração dos comunistas”, assim como os supostos casos de corrupção nos sindicatos, tão alardeados pelos opositores de Goulart para justificar as intervenções nas entidades dirigidas pelo PCB e PTB. A nova conjuntura política também deveria favorecer diretamente a atuação dos dirigentes “autênticos” que, desde o início da década de 1960, ansiavam por essa oportunidade. (DREYFUSS, 1981, pp. 420-21 e 433)

Nesse período, conforme apontou Larissa Corrêa (2013):

---

<sup>68</sup> In. *Jornal A Noite*, 3 de janeiro de 1964, p. 2, apud CORRÊA, 2013.

<sup>69</sup> In. *O Estado de São Paulo*, 3 de abril de 1964, p. 7, apud op. cit.

Com a tomada do poder pelos militares e civis conservadores, [houve] uma explosão de cursos e seminários promovidos por um conjunto de entidades sindicais estrangeiras e nacionais, voltados para a formação e liderança sindical. (CORRÊA, 2013, p. 74)

Por meio da análise dessas atividades descritas pela autora podemos identificar o desenvolvimento de três projetos diferentes. O primeiro foi construído pelas entidades sindicais estrangeiras com apoio dos governos do Brasil e dos Estados Unidos, e dos sindicalistas brasileiros chamados de “democráticos” e “autênticos”. Paralelamente, percebemos o esforço dos empresários nacionais, ligados ao IPES, em desenvolver um programa de relações trabalhistas baseado nos princípios de um “neocapitalismo cristão”. Estes, aliados aos grupos católicos conservadores que atuavam no meio sindical, defendiam uma terceira via para harmonizar as relações entre capital e trabalho, baseada na prática do cooperativismo, participação na gestão e nos lucros da empresa. Do outro lado, a ação das multinacionais, mais especificamente das norte-americanas, que procuravam se instalar no país e aproveitar os largos benefícios oferecidos pela política externa brasileira pró-Estados Unidos, que facilitavam a exploração da mão de obra local.

Após o golpe civil-militar,

[...] o IADESIL anunciava o oferecimento de quatro bolsas de estudo para os sindicalistas brasileiros estudarem durante três meses nos Estados Unidos. Entre os escolhidos, Laurindo Marchezan, identificado como industriário do Rio Grande do Sul, e Ibrahim Antun Ruiz, do Sindicato dos Portuários de Santos, aceitaram o convite. E foi com satisfação que o periódico do ICT anunciou que muitos dos seus alunos foram nomeados interventores nos sindicatos mais importantes do país, entre eles Geraldo Eufrásio de Moura e João Theophilo de Souza, chamados para ocupar o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi das Cruzes, respectivamente. Na Guanabara, também foram nomeados Rômulo Marinho para a Federação dos Trabalhadores das Empresas de Telégrafos – que também passou a atuar como instrutor da organização internacional Post, Telegraph and Telephone Workers International (PTTI) – , e Armando Simões de Carvalho, na mesma categoria. (op. cit., pp. 75-6)

Segundo Corrêa (2013), os dois primeiros anos de atividades do IADESIL após a tomada do poder pelos militares representaram um período estratégico para a implantação do método de negociação coletiva estadunidense no Brasil. “Era um momento de captação de informações, identificação de problemas e avaliações sobre quais projetos deveriam ser implantados” (op. cit., p. 100). No plano de trabalho da entidade para o Brasil, a insuficiência da mão de obra qualificada aparecia como um dos maiores problemas. Outros estudos, como

o levantamento das características de cada confederação e federação sindical de trabalhadores, visavam assegurar que as organizações de esquerda, incluindo os comunistas presos, exilados e fugidos, não iriam mais representar uma ameaça ao novo governo. Com base nessas análises, para o ano de 1964, o IADESIL criava as justificativas para as suas atividades:

Recentemente o mundo ocidental se tornou angustiado com a situação de perigo no Nordeste do Brasil e viu com preocupação o aumento da influência comunista durante a presidência de João Goulart. Agora podemos respirar aliviados após a Revolução de abril. É a oportunidade para o Ocidente tomar medidas concretas que possam mostrar aos camponeses e trabalhadores do Brasil que nossas ações estão voltadas ao desenvolvimento das nações e que o processo democrático preenche essas necessidades. O programa do IADESIL é projetado para ter um papel chave no esforço do desenvolvimento econômico e político. Se isso acontecer, o movimento livre sindical, que irá resultar numa força poderosa, irá impulsionar o Brasil para o caminho da estabilidade e da democracia. Os funcionários do Departamento de Projetos Sociais irão fazer todos os esforços para ver o programa ser realizado de fato.<sup>70</sup>

Logo após o golpe, outras entidades sindicais internacionais também intensificaram as suas atividades no país, como os Secretariados Profissionais Internacionais (SPIS), a Federação Internacional dos Trabalhadores do Comércio e Trabalhadores de Escritório, conhecida pela sigla em inglês (IFCCTE), a Federação Internacional dos Trabalhadores de Petróleo e da Indústria Química (IFPCW) e a Federação Internacional dos Metalúrgicos (IMF). Além delas, havia a Federação Internacional dos Trabalhadores do Transporte (ITF), a Federação Interamericana dos Trabalhadores Jornalistas (IAFWNO) e a Federação Internacional dos Trabalhadores das Empresas de Telégrafos, Correios e Telefones (PTTI). Elas procuravam estabelecer relações com os sindicatos brasileiros, a fim de aumentar o número de entidades internacionais filiadas. Os SPIS, filiados à CIOSL, passaram a se preocupar com a América Latina no final da década de 1950. De acordo com Robert Alexander, duas organizações vinculadas ao SPIS tinham interesse especial em se estabelecer na América Latina: a IFPCW e a ITF, principalmente na Venezuela. (DREYFUSS, 1991, p. 459)

Mas, se com o golpe os EUA acalentavam esperanças de finalmente promover um processo de *americanização* dos sindicatos brasileiros, conforme observou Antonio Luigi

---

<sup>70</sup> *Country plan for Brazil - Social Projects Department*. Washigton, D.C, AIFLD, 1964, apud CORRÊA, 2013, p. 102. Estimava-se que o total da força de trabalho, segundo o Conselho Nacional de Economia, era de 23,1 milhões no ano de 1958.

Negro, por outro lado, o “ceticismo tomava conta do ânimo operário” (NEGRO, 2004, p. 258) que pouco a pouco, sofria com a perda de direitos trabalhistas importantes, subtraídos em prol do desenvolvimento econômico. O arrocho salarial, regulamentado pela lei 4.725, de 13 de julho de 1965, restringiu o poder normativo da Justiça do Trabalho, ou seja, o poder dessa justiça especial e autônoma de criar normas e condições de trabalho no âmbito das negociações dos dissídios coletivos.

Os reajustes salariais passaram a ser definidos de acordo com os índices de aumento do custo de vida definidos pelo governo federal e deveriam ser aplicados a todas as categorias de trabalhadores. Nesse sentido, a determinação dos reajustes se transformou, cada vez mais, em um “mero cálculo técnico, promovido não na mesa de negociações, mas por órgãos estatais impessoais e resistentes às pressões”. (op. cit., p. 259)

Além da política do arrocho, a contrarrevolução de 1964, na precisa caracterização feita por Florestan Fernandes (1975), trouxe consigo uma profunda repressão à esquerda, especialmente ao PCB e ao sindicalismo sob sua hegemonia. A maioria dos sindicatos ligados à CGT sofreu intervenção e tiveram seus dirigentes cassados e/ou presos.

Para se apoderarem do terreno subtraído aos cegetistas, as lideranças *democráticas* treinadas pelo IADESIL/ICT necessitavam agradar aos “donos do poder”, o que provocava um atrelamento ainda maior do movimento operário com o Estado. Nesse sentido, tais lideranças foram nomeadas como interventores dos sindicatos, embora não tenham conseguido implementar o *sindicalismo livre* como receitava a ideologia estadunidense.

Os interventores, ansiosos por reconhecimento e ascensão no meio sindical, esforçavam-se para convencer não apenas as suas categorias, mas também aqueles responsáveis por tê-los conduzido às diretorias dos sindicatos (empresários e autoridades políticas), de que era preciso obter acordos melhores do que os realizados até então pelas antigas lideranças cegetistas.

Para Negro (2004), “nem mesmo os ‘autênticos’ poderiam concordar com a nova política salarial. Com a ‘lei do arrocho’, os trabalhadores perdiam enorme poder de barganha nas negociações coletivas”. (op. cit., p. 262)

Iniciava-se, assim, um longo período de repressão dentro e fora das fábricas, de perda salarial e de alta rotatividade de mão de obra, situação provocada em grande parte pela desnacionalização das empresas privadas e por uma política econômica voltada ao fortalecimento da classe média e aos interesses estrangeiros, sobretudo ao dos Estados Unidos.

Tal cenário acirrava a luta de classes e o descontentamento dos trabalhadores e empurrava o movimento operário e sindical para uma árdua luta contra a política do arrocho. Entretanto, muitas lutas que eclodiam isoladamente em fábricas ou setores foram violentamente reprimidas pelos militares e não conseguiram alterar muito o quadro vigente.

De acordo com divisão feita por Negro (2004), como resultado desse cenário de lutas e contradições, os trabalhadores se reorganizaram segundo três alinhamentos básicos:

1) No primeiro encontramos os interventores, isto é, os dirigentes designados pelo Ministério do Trabalho para ocupar as cadeiras antes ocupadas pelos cassados. Nos sindicatos metalúrgicos, os interventores vieram do grupo treinado pelo IADESIL ao longo dos anos 1960, diversos deles batidos em eleições anteriores ao golpe.

2) Menos experientes, mas não ignotos dos confrontos com a CGT, surgem os *democráticos de segunda geração*, que eram ativistas de base instruídos pelo ICT nos cursos básicos de orientação sindical, ou em cursos para lideranças, enquanto duravam as intervenções. Segundo Negro (2004), foi neste período que o ICT intensificou sua programação de “seminários de orientação sindical” – particularmente em Santos e no ABC, áreas onde os comunistas eram mais fortes – e auxiliou no surgimento de um grupo de sindicalistas conhecidos como *democráticos de segunda geração*. Da primeira geração, ou do ambiente em que esta foi formada, esse segundo grupo herdou o desafio de encarnar um *sindicalismo autêntico*. Em 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (o primeiro dirigido pelos *democráticos de segunda geração*, o segundo, pelos interventores), protagonizaram a estruturação do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA).

3) Mesmo antes do retorno das eleições sindicais, os pecebistas, que antes do golpe já sofriam críticas, desentenderam-se e se dividiram. Surge assim, o terceiro alinhamento, que se constituiu com as chapas oposicionistas, depois chamadas de movimentos de oposição sindical. Composta com instáveis frentes entre velhos cegetistas e novos ativistas, “as oposições se pautaram pela contundência dos seus ataques à ditadura, agitando os encontros do MIA” (NEGRO, op. cit., p. 237). No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mesmo perseguidas e divididas, as oposições iriam se agrupar na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OMS-SP). Não lograram a mesma sorte em Santo André e São Bernardo, onde, “durante os anos 1960 e 1970, a *segunda geração dos democráticos* transmutou-se na corrente do sindicalismo autêntico, agora de fato uma tendência, e não apenas uma promessa do discurso anti-CGT” (op. cit.).

Quando os sindicatos que estavam sob intervenção puderam realizar eleições, muitos dos *democráticos de segunda geração* – com o apoio e as manobras das delegacias regionais do trabalho e do próprio Ministério do Trabalho – conquistaram os cargos mais importantes nas diretorias, principalmente dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André e São Bernardo (região do ABCD paulista), inaugurando-se, assim, a era dos *autênticos* dentro do sindicato.

Esses líderes sindicais foram classificados como *novos sujeitos*, sem máculas corporativistas excessivas, destituídos de ranços pelegos e distantes do paternalismo estatal. Eles foram caracterizados como *lideranças autênticas*, diferentes das anteriores porque não queriam se passar por trabalhadores sofridos, eram antes de tudo “trabalhadores que partilhavam o trabalho na produção, viviam com o mesmo salário, falavam com o mesmo sotaque, vestiam-se da mesma maneira, utilizando os mesmos valores e expressões” (MOISÉS, 1982, p. 34). Eram líderes que haviam sido forjados no interior das próprias empresas, principalmente entre os trabalhadores metalúrgicos, mas que “representavam diferentes atores sociais a partir de diferentes lugares” na luta contra o regime autoritário e a espoliação do capital. (op. cit.)

A partir desse momento os *autênticos* ganharam força e começaram a travar uma intensa luta, com o apoio dos Estados Unidos e de vários setores da Igreja Católica progressista e de seus militantes operários, para tentar construir realmente um *sindicalismo livre* e de negociação, que contasse com líderes nas fábricas para, entre outras coisas, enfrentar os patrões e, também, conter o assédio de forças esquerdistas, que continuavam retornando lentamente aos sindicatos através da ação clandestina das oposições sindicais ligadas a setores da esquerda dentro das fábricas. (SANTANA, 2001, p. 204)

Como resultado desse processo começa a ser construído um *novo sindicalismo*, movimento que só se desenvolverá plenamente em meados de 1977-78, principalmente no ABC paulista, tendo como principal linha política a luta pela livre negociação com as empresas metalúrgicas visando a pequenas concessões aos trabalhadores, ou seja, um modelo de organização sindical que, entre outras coisas, procurava promover uma espécie de pacificação reformista dos conflitos trabalhistas. Esse era um estilo sindical que, em muitos aspectos, “flertava com *business unionism model* estadunidense, não fossem por duas diferenças: a resistência do patronato brasileiro em negociar e a influência exercida dentro do sindicato por organizações comunistas”. (BRAGA, 2013, p. 166)

Desse grupo de sindicalistas emergem lideranças, sobretudo em São Bernardo do Campo, como Paulo Vidal e Lula, indivíduos que durante o período de maior radicalização

das lutas operárias no Brasil pós-64, em fim dos anos 1970, procuravam canalizar o ascenso das greves e as ações democráticas de rua para o marco da negociação de classe. Segundo Braga (2013), Paulo Vidal era um conhecido pelego sindical que, alçado à condição de presidente do sindicato de São Bernardo, durante a intervenção do Ministério do Trabalho logo após o golpe militar, passou a ser treinado pela embaixada estadunidense nos moldes do sindicalismo apolítico e técnico. De acordo com o autor,

Liderada por Vidal, a burocracia sindical de São Bernardo atravessou a retomada da atividade política nas bases operárias apoiada na “autenticidade sindical”, noção com a qual travara contato durante os cursos preparados pelo Ministério do Trabalho. [...] Vidal foi quem convidou o jovem Lula da Silva para integrar a chapa da diretoria ampliada [...]. Como Lula não fazia parte da diretoria efetiva que podia se desligar da produção para dedicar-se exclusivamente ao trabalho sindical, acabou participando de reuniões da oposição sindical. Percebendo o movimento de Lula, Vidal convidou-o, em 1971, a assumir na eleição do ano seguinte o departamento de previdência do sindicato. [...] A fim de tentar a sorte na política regional, Vidal deixou a presidência do sindicato em 1975, indicando Lula como seu sucessor, sem contudo, abrir mão de sua ascendência sobre a nova diretoria. (op. cit., p. 167)

Mas a particularidade brasileira mostrava-se bastante diferenciada da via estadunidense de desenvolvimento, na qual o modelo de *sindicalismo livre* e de negociação foi consolidado a partir da implementação da hegemonia do *americanismo-fordismo*. Por mais que se tentasse conter as lutas sociais em um universo de negociação, aqui elas brotavam diante da impossibilidade do diálogo e da “impotência dos trabalhadores em melhorarem seus salários e suas condições de trabalho por meio da negociação” (ANTUNES, 2015, p. 115).

Em documento produzido pelo Consulado Geral dos Estados Unidos em 1968 e citado por Antonio Luigi Negro (2004), sobre as agitações sociais que levaram às Greves de Contagem e Osasco, os adidos trabalhistas estadunidenses assim se posicionavam sobre a dificuldade de desenvolver um sindicalismo de negociação no Brasil e de garantir o “*desenvolvimento com segurança*”:

A greve do gato selvagem em Osasco podia ser diretamente extraída das páginas da história do trabalho nos Estados Unidos. Foi causada pela condição calamitosa de vida dos trabalhadores. Os elementos de extrema esquerda envolvidos na greve foram hábeis em tirar vantagem das frustrações dos trabalhadores, cujas demandas eram *perfeitamente compreensíveis* desde que se utilizassem da terminologia dos Estados Unidos, quer dizer, livre negociação entre capital e trabalho. **Vocabulário esse a faltar no universo mental da classe dominante brasileira e no governo, [onde] a má vontade em permitir o desenvolvimento de sindicatos livres e**

**democráticos torna-se um obstáculo para o exercício mais fundamental do sindicalismo.** (op. cit., p. 292, grifo nosso)

Ou seja, eram as próprias características do modelo de industrialização desenvolvido no Brasil, tais como o despotismo fabril, a alta rotatividade e as longas jornadas, somadas à repressão policial e ao arrocho salarial que alimentavam a inquietação operária, conduzindo a burocracia sindical ao confronto com as empresas e com os governos, e impedindo a implementação de um sindicalismo de negociação e de uma sociedade “segura” para o capital.

Outro elemento bastante criticado pelos formuladores da política sindical internacional estadunidense era o sistema corporativista de regulamentação do trabalho, identificado, na visão dele, com a ditadura de Getúlio Vargas e com a *Magistratura del Lavoro* da Itália fascista. Como bem observou Clifford Welch (2009) “para muitos liberais norte-americanos, o sistema corporativista de trabalho era um pesadelo” porque ele impedia a cooperação efetiva entre capital e trabalho e minava as ações dos trabalhadores, cooptados e manipulados pelo sistema (WELCH, 2009, p. 197). Os trabalhadores latino-americanos deveriam aprender a se organizarem num sistema baseado nos problemas específicos dos trabalhadores, como os reajustes salariais e as demandas por melhorias das condições de trabalho. Reivindicações que deveriam ser conquistadas por meio da negociação coletiva direta com o empregador e sem a interferência do Estado, livre das amarras impostas pela legislação corporativista.

Tais críticas ao sindicalismo corporativista foram realizadas de modo bastante similar pelos teóricos do populismo, como demonstramos no capítulo anterior, e também pelos *sindicalistas autênticos* que comporiam, mais tarde, a base sindical do PT e da CUT.

Uma vez que o Departamento de Estado estadunidense compreendeu a dificuldade em *americanizar* os sindicatos brasileiros com a ajuda de um Estado bonapartista, lentamente, começou a retirar seu apoio ao regime e a todo o momento deixava claro sua insatisfação. Segundo Negro, depois de avaliar em meados de 1970 que as tarefas da contrarrevolução tinham sido realizadas, para a

[...] superpotência, o governo da nação amiga errava ao penalizar o operariado com sacrifícios, arriscando-se a abrir terreno novamente para a oposição e para o delineamento de um sindicalismo anticapitalista. A revogação de projetos como a lei de negociação coletiva e os decretos subsequentes (que suprimiam o direito de greve) só fizeram deprimir os salários reais e **condenaram os sindicatos de negociação a não adquirirem relevância alguma.** (op. cit., p. 254, grifo nosso)

Tal colocação nos ajuda a entender, então, que o projeto desenvolvido desde meados dos anos 1950 em grande parte da América Latina tinha por objetivo muito mais *americanizar* o sindicalismo brasileiro do que bloquear o avanço comunista. Nesse sentido, a luta contra o comunismo não era um fim em si, mas um meio de estabelecer as bases para a implantação do chamado *sindicalismo livre* e da democracia do livre mercado.

Segundo Iasi (2006), além da particularidade do capitalismo no Brasil, a própria conjuntura histórica do início dos anos 1970 tornava praticamente impossível qualquer forma de contenção das lutas sociais uma vez que foram combinadas algumas variantes concretas muito significativas na construção de uma vivência coletiva de injustiças, de uma opressão particular e concreta: crise do modelo político e econômico da ditadura militar, emergência de inúmeras manifestações contra a ditadura (movimento contra o custo de vida, luta pela anistia etc.) e um cenário internacional de tensão (Revolução Sandinista e movimento guerrilheiro em El Salvador, início da crise no bloco de países do Leste Europeu, começando pela Polônia etc.). (IASI, 2006, p. 368)

Foi neste cenário que se deflagrou um ciclo de greves metalúrgicas entre 1978-80. Estudiosos do mundo do trabalho são praticamente unânimes em reconhecer estes eventos como um marco para a história do movimento operário brasileiro, e não faltam razões para essa conclusão. A ditadura militar havia reprimido violentamente as greves de Contagem e Osasco, em 1968, após o que se seguiram anos descritos por Leôncio Martins Rodrigues como de “calmaria” (RODRIGUES apud BOITO Jr, 1991). O termo, reconhecemos, não é o mais adequado para nomear um período em que as lideranças sindicais ligadas ao PCB e ao PTB haviam sido perseguidas e cassadas e durante o qual os operários não cessaram de desenvolver formas de luta e resistência no chão da fábrica.

Entretanto, as forças ditatoriais, civis e militares, internas e externas, conseguiram nesse período impedir o avanço das forças sindicais ligadas ao PCB e ao PTB utilizando várias estratégias de repressão, como demonstramos acima, mas o ressurgimento das greves a partir de 1978 marcou o reencontro do movimento sindical com a prática da reivindicação salarial como a forma mais importante de luta contra a exploração do trabalho. Foi, nas palavras de Ricardo Antunes (1988), o “reaparecimento pujante e coletivo de uma classe após anos de opressão e resistência”. O mero fato de haver greves, o seu simples ser, era um acontecimento político relevante num contexto em que o poder ditatorial trabalhava para interditar todas as expressões de conflito social. Ora, precisamente esta interdição – cuja forma jurídica era a legislação anti-greve – era frontalmente desafiada pelos trabalhadores mobilizados.

E a rebeldia dos trabalhadores não arranhou somente a proibição de greves. Na medida em que lutavam contra o arrocho, os grevistas questionavam simultaneamente a política salarial e a própria política econômica dos governos militares. Que este desafio não tenha sido subestimado pela ditadura fica evidenciado pelas medidas repressivas tomadas contra os grevistas – intervenção em sindicatos, prisão de lideranças, apreensão de material de propaganda, censura, interdição de espaços para reuniões e assembleias. No caso das greves dos metalúrgicos do ABC fica evidente que a repressão endureceu a cada nova investida dos trabalhadores, chegando ao ápice na greve de 1980, quando houve vários confrontos de rua entre grevistas e a polícia e quando quase toda a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo e Diadema, que liderava a mobilização, estava na cadeia.

Entretanto, a despeito de todo o aparato repressivo acionado contra os trabalhadores, dessa vez a repressão não conseguiu derrotar e imobilizar o movimento como em 1968. Em parte isso se deve ao fato de que as greves de 1978 não ficaram restritas aos metalúrgicos do ABC, e menos ainda as dos anos seguintes. E em parte a ascensão do movimento dos trabalhadores encontrará o regime militar repensando sua estratégia. O esgotamento do milagre brasileiro, catapultado pela alta internacional do petróleo e pelo fim do apoio estadunidense ao regime bonapartista, impuseram à ditadura uma mudança de rota. O processo de abertura política inicia-se de forma lenta, gradual e segura, mas o movimento dos trabalhadores traria mais complexidade ao quadro. Para Ruy Braga (2013),

A recessão econômica experimentada pelo capitalismo avançado, entre 1973-1979, atingiu a economia brasileira, deteriorando a capacidade do país de pagar encargos da dívida externa. Assim, em meados da década de 1970, o regime começou a emitir os primeiros sinais de distensão política, com a escolha de Ernesto Geisel para a Presidência da República. Além disso, a denúncia de manipulação dos índices inflacionários de 1973 a 1975 somou-se a insatisfação com a carestia, incentivando a campanha pela reposição salarial de 1977 e a eclosão do grande ciclo grevista do ABCD paulista. (BRAGA, 2013, p. 160)

As mobilizações metalúrgicas foram as que alcançaram maior visibilidade na imprensa e as que mereceram mais atenção por parte dos analistas. O fato de acontecerem no polo mais dinâmico da economia brasileira, no coração da acumulação capitalista, justifica plenamente o destaque que alcançaram. Mas, também em razão da sua grande visibilidade, as greves metalúrgicas funcionaram como estopim, abrindo caminho para mobilizações de vários outros

segmentos. Algumas outras categorias de trabalhadores fizeram greves já em 1978, e muitas mais nos anos posteriores.

De acordo com Eduardo Noronha (1991), em 1979 foram realizadas 246 greves, sendo que 18% delas foram de metalúrgicos. Do total de quase 21 milhões de jornadas de trabalho perdidas, 31% foram causadas por greves de metalúrgicos. O restante das greves (82%) e das jornadas perdidas (69%) foram obra da mobilização de outras categorias de trabalhadores (principalmente operários da construção civil, motoristas e cobradores, médicos e professores).

Portanto, se houve um severo desacato à legislação antigreve da ditadura, se houve um questionamento agudo da política salarial e, por consequência, da própria política econômica, esses atos rebeldes foram cometidos por vários setores da classe trabalhadora. Podemos falar que a “explosão de greves” daqueles anos expressou o esforço, afinal bem sucedido, dos trabalhadores para sair dos espaços mais restritos determinados pela ditadura e limitados basicamente à resistência. Isso mudava a configuração da luta de classes no país.

Empurrado pela pressão das lutas operárias e sociais no ABCD, a burocracia sindical de São Bernardo apoiou as reivindicações das bases trabalhadoras, mas, ao mesmo tempo, esforçou-se para construir uma imagem confiável perante as empresas. Os *sindicalistas autênticos* trabalhavam mais com a ideologia da concertação social do que com a do conflito de classes. Lula liderava a greve, mas tratava de conter seus radicalismos. Ao analisar a greve na Kubota-Tekko em Belo Horizonte, nesse período John Humphrey faz a seguinte colocação:

Os empresários devem ter ficado particularmente impressionados com a atuação do sindicato na Kubota-Tekko, depois das greves de maio. Quando os operários saíram em greve para um novo aumento depois que o acordo geral tinha sido assinado, o sindicato deixou claro que a fixação tinha sido assinada, e que eles teriam que voltar ao trabalho. [...] Em Belo Horizonte, quando a greve dos operários da construção civil ameaçou fugir ao controle, [...] **o grupo autêntico foi até os operários e restabeleceu a disciplina da greve.** Nas palavras de Lula: “Se o nosso sonho era que os trabalhadores fizessem greve para sair do sufoco e melhorar de vida, também não podemos permitir que os trabalhadores sejam vítimas de grupelhos. Nessas viagens – como a de Belo Horizonte – **a nossa preocupação é evitar radicalismo, garantir que a coisa seja pacífica**, para que não haja mais fechamentos” (entrevista em *Isto É*, 19/9/1979). Em Belo Horizonte isso significou a tranquilização de uma situação explosiva, que teria levado a uma revolta em larga escala. (HUMPHREY, 1982, p. 176, grifos nosso)

Ao analisarmos mais profundamente as greves de 78-79 e 80 veremos que a direção sindical dos *autênticos* não via com bons olhos o profundo processo de reorganização

clandestino da classe operária que foi se desenvolvendo nas fábricas durante a ditadura e deu origem a um extenso processo de militância e de organização das comissões de fábrica. Dessas comissões despontava uma militância mais combativa e composta por instáveis frentes entre velhos cegetistas e novos ativistas, que mais tarde ficaria conhecida como Oposição Sindical, conforme destacamos acima. O *sindicalismo autêntico* liderado por Lula, com suas raízes no sindicato de São Bernardo, no ABC, opunha-se às comissões de fábrica e “apresentava bastante resistência à representação no local de trabalho, receosa de que esta pudesse concorrer com o sindicalismo” (BRAGA, 2013, p. 147). Para Braga, não havia nenhuma novidade nesse tipo de posição, basta lembramos que:

[...] o poder burocrático [era] exercido por meio do controle político do aparato administrativo. Na tentativa de reproduzir esse controle, a burocracia sindical [foi] levada a suprimir a atividade independente dos trabalhadores. Essa postura do sindicato de São Bernardo durou até o momento em que eles perceberam a necessidade de acompanhar o radicalismo das assembleias. Entretanto, a decisão não era nada confortável. (op. cit., p. 174)

A ideia era realmente modificar o modelo sindical brasileiro, mas para colocá-lo nos moldes do *sindicato livre e de negociação*. O modelo das Oposições Sindicais e das comissões de fábrica parecia radical demais para tal intuito. Segundo Boito Jr.:

A diretoria daquele sindicato, na época presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, apresentava uma forte tendência ao isolamento na atividade reivindicativa, separando-se do restante do movimento sindical e procurando manter-se fora da luta política democrática. A diretoria do Sindicato de São Bernardo justificava a luta reivindicativa pela produtividade elevada das montadoras de automóveis, e o discurso de Lula naquela época estava marcado pelo economicismo e pelo obrerismo, estampando desconfiança quanto à participação dos trabalhadores na luta política e quanto à aliança dos operários com outros setores populares. São Bernardo reivindicava, antes e acima de tudo, *a livre negociação, entendendo por isso a não intromissão do governo no movimento sindical e na determinação dos salários*. (BOITO Jr., 1991, p. 24, grifo nosso)

Ainda, segundo o autor, a linha de ação sindical de confronto com a política salarial da ditadura nasceu após a tentativa abortada de prática sindical que, já na conjuntura do final dos anos 1970, apontava para o reformismo conciliatório. Nas palavras de Boito Jr:

Talvez possamos afirmar que a tendência ao neocorporativismo decorria da situação socioeconômica das bases sociais do novo sindicalismo, numa fase histórica em que as organizações revolucionárias e reformistas

radicais do movimento operário e popular tinham sido liquidadas ou isoladas politicamente pela ditadura militar. (BOITO Jr, 1991, p. 24)

Pressionada pelo descontentamento operário na base e pela ameaça de intervenção do Ministério do Trabalho na cúpula, entretanto, a direção sindical dos *autênticos* concluiu que modificações na estrutura dos sindicatos não poderiam ser alcançadas sem confronto aberto com a ditadura. Nesse sentido, eles compreenderam, assim como os adidos trabalhistas estadunidense haviam feito, que na dialética brasileira entre o atraso e a modernidade, não eram apenas os comunistas que mais estorvavam a *americanização das relações entre o capital e o trabalho*, mas sim os empresários e o Estado ditatorial.

A solução para o atraso seria, então, o fim da ditadura e a volta da democracia. Nas palavras de Lula em 1978:

Pretendemos levar ao povo algumas alternativas para a estrutura sindical brasileira. Precisamos também levar à estrutura política existente, porque é muito difícil modificar tudo de uma vez enquanto a conjuntura política vigente permanecer. As duas coisas estão interligadas. **Só vamos conseguir a estrutura sindical perfeita quando tivermos o modelo político perfeito. Uma democratização, espera-se, abrirá a possibilidade de reformas, porque o governo democrático é mais sensível às exigências dos operários, e as condições gerais de uma situação democrática permitem aos sindicatos e operários um grau muito maior de liberdade para se organizar e agir.** (LULA, apud HUMPHREY, 1980, p. 30, grifos nosso)

Tal colocação de Lula parece mais uma vez aproximar a visão de mundo do líder dos *autênticos*<sup>71</sup> à ideologia estadunidense de que a vida da classe operária melhoraria caso fosse construída uma sociedade democrática, com espaço para *sindicatos democráticos e responsáveis*. Uma colocação que refletia a influência do *business unionism*, do lema do “*desenvolvimento com segurança*” e que buscava criar um modelo de *americanização* das relações de trabalho no Brasil, só possível através da construção de uma sociedade liberal-democrática que, como afirmou Chauí (2013), “instituiu diretos”. Uma leitura de mundo que promovia no seio das lutas operárias um deslocamento da centralidade do trabalho em direção à centralidade da política.

---

<sup>71</sup> Inegavelmente, a trajetória histórica e política dos “personagens” do *sindicalismo autêntico* foi repleta de avanços e rupturas, proximidades e distanciamento, permanências e abandonos em relação aos processos práticos e ideológicos herdados da conjuntura histórica analisada no capítulo anterior. Entretanto, o que não podemos deixar de considerar é que tais processos teleológicos produziram causalidades imperativas que ajudaram a sedimentar o labirinto no qual a nova esquerda brasileira entrou e permanece até hoje.

Esse era o grande desafio para esse *sindicalismo autêntico*, que se supunha hábil em negociar salários e melhores condições de trabalho; desafiava-se, também, a estratégia de hegemonia estadunidense: como *americanizar as relações entre o capital e o trabalho* no Brasil num sistema laboral vertebrado pelo que chamaremos de *fordismo de via colonial*?

O caminho percorrido para completar tal desafio parece ter sido a construção daquilo que chamaremos, a partir das ideias de Florestan Fernandes, de *contrarrevolução petista*.

Dedicaremos nosso capítulo conclusivo ao detalhamento dessas questões.

#### **IV- A nova esquerda brasileira no labirinto: a americanização da via colonial e a contrarrevolução petista (conclusões aproximativas)**

Há pouco mais de cento e cinquenta anos, o capital e o trabalho travam uma luta encarniçada. Inúmeras foram as vicissitudes que essa luta sofreu. Muitas foram as vitórias que o trabalho alcançou sobre o capital. No entanto, sempre foram vitórias parciais. Nenhuma delas conseguiu por em xeque a lógica mais profunda do seu antagonista, de modo que cada uma dessas vitórias foi sempre assimilada pelo capital, para continuar a repor, sob novas formas, a exploração do homem pelo homem.

Segundo Ivo Tonet (2013), as consequências dessas sucessivas derrotas do trabalho, apesar de todas as vitórias parciais, foram gravíssimas. A principal delas, a nosso ver, foi que a classe trabalhadora acabou perdendo, cada vez mais, sua perspectiva revolucionária, de superação do capital, para dedicar-se à luta por melhorias tópicas. Os partidos de esquerda, que se diziam representantes dos interesses da classe trabalhadora e condutores da luta, foram se tornando, cada vez mais, partidos tipicamente burgueses, cujo objetivo não era mais a emancipação humana, mas a tomada de poder, na suposição de que, por intermédio dele, poderiam realizar as transformações sociais.

Para Tonet (2013),

Ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, especialmente a partir do último quartel do século XIX, a esquerda sofreu um gradativo processo de reformização. Não obstante o impulso revolucionário que a luta contra o capitalismo recebeu da revolução soviética, esse processo se tornou cada vez mais amplo e intenso, até assumir a forma atual da chamada “via democrática para o socialismo” ou até abrir mão completamente da proposta de superação do capitalismo. (TONET, 2013, p. 3)

Nas últimas décadas, a luta pela construção do mundo livre, justo e igualitário colocou-se em uma situação paradoxal e trágica. Em inúmeros países, dentre eles alguns latino-americanos, partidos que se proclamavam de esquerda assumiram o controle do Estado, prometendo combater o neoliberalismo e realizar profundas mudanças sociais. No entanto, o que se viu foi que a maior parte deles, inclusive o PT no Brasil, acabou contribuindo para impor mudanças que favoreceram o capital e vão contra os interesses das classes trabalhadoras.

Essa, porém, não é uma situação particular da sociedade brasileira. Como dissemos em outro momento desta tese, a atual crise que atravessa os partidos e os movimentos de esquerda

(sejam eles reformistas ou revolucionários) é parte de uma crise estrutural do próprio sistema do capital.

A crise na qual estamos mergulhados é tão profunda nas consequências e tão extensa no tempo, que se converteu em uma crise *sui generis*: ao invés de pulsos destrutivos como na crise de 1929, temos o que Mészáros denomina de um *continuum*. Passou a ser a forma de reprodução do sistema do capital na época da “produção destrutiva” (Mészáros, 1995), como frisamos em outro capítulo deste trabalho.

O nosso modo de vida, e a reprodução de nossa sociedade, incorporou a crise como se ela fosse um dado natural. O resultado dificilmente poderia ser outro: aos poucos nos tornamos insensíveis às suas consequências mais cruéis, à crescente periculosidade do sistema, à destruição voraz do planeta e ao embotamento da vida cotidiana de todos e de cada um de nós. Para Sergio Lessa (2006)

Indo há no mundo em que vivemos nada, rigorosamente nada, que não se encontre em uma profunda crise. Nenhum dos complexos sociais, da família ao clube de futebol, do emprego à culinária, da moda à religião, do Estado às individualidades, da produção de mais-valia ao gênero humano, do complexo da política à medicina – nenhum complexo social está isento de uma crise dos seus pressupostos fundantes. Desnecessário acrescentar que esta crise não comparece da mesma forma, com as mesmas mediações, intensidade e cronologia em todos os complexos sociais; em cada um deles operam as inúmeras determinações de suas particularidades e, também de modo peculiar ao desenvolvimento de cada um, se manifesta o caráter fundante do trabalho e o momento predominante exercido pela totalidade social. Essa desigualdade não deve velar, contudo, o fato fundamental da crise ser o pressuposto mais essencial da sociabilidade contemporânea. (LESSA, 2006, p. 5)

Conforme aponta Lessa (2006), um quadro como este apenas é possível porque vivemos no período *contrarrevolucionário* mais longo desde que as revoluções surgiram como fenômeno social – e isto não se deu há muito tempo.

A primeira revolução foi a Inglesa do Século XVII, mas a primeira que mostrou ao mundo do que exatamente se tratava foi a Grande Revolução Francesa, que se estendeu de 1789 a 1815. Foi apenas a partir dela que os homens reconheceram, em escala social, a história como o resultado de suas ações. E foi este fato, ao fim e ao cabo, lembremos, que possibilitou a Hegel a descoberta da história enquanto processo e, a Marx, a descoberta do homem enquanto o demiurgo de sua própria história. Desde a Revolução Francesa, não houve nenhum outro período no qual o capital se tornou tão hegemônico e tão plasmado à vida cotidiana como nos últimos trinta anos. Nunca antes a humanidade se comportou tão homoganeamente como se “não houvesse alternativa” ao capital. (op. cit., p. 1)

Um período *contrarrevolucionário* tão extenso quanto este que vivemos opera um efeito bastante desastroso para o desenvolvimento do ser social. Ele mascara as contradições e insere, tanto nos atos individuais quanto nos processos sociais, necessidades, possibilidades e alternativas centradas no indivíduo cindido do processo histórico mais global. Os processos valorativos são, nessa circunstância, permeados pelo individualismo, a ciência exerce sua função social em meio a nuvens de pré-conceitos e credices, a reflexão estética se dissolve pela falta de conteúdo; em uma palavra, a reprodução da sociedade e dos indivíduos se fixa na particularidade estreita e mesquinha da propriedade privada. É a efetivação plena da alienação entre o singular e o social, entre o indivíduo e o gênero humano que Marx, em *Sobre a questão judaica*, caracterizou tão precisamente como a cisão *citoyen/bourgeois* (MARX, 2017, p. 53).

Neste sentido, como resultado da crise estrutural, quase toda a segunda metade do século XX, com maior intensidade no seu final que no seu início, foi marcada por uma característica histórica importante: ideologicamente, a vida cotidiana se desdobrou muito mais sob o signo da colaboração de classes (quando não sob a ilusão do desaparecimento das classes sociais) do que sob o conflito entre o capital e o trabalho.

Foi neste cenário que a *nova esquerda americanizada* conseguiu consolidar uma relativa hegemonia em meio à vários novos movimentos sociais. A negação ideológica desencadeada por esse grupo em relação ao projeto de emancipação humana correspondeu, na prática, à apologia do presente, uma nova forma de “consciência feliz”, reconciliada e pacificada com o mundo tal como ele está.

O programa de ação dessa *nova esquerda* traduzia um universo de críticas parciais, fragmentadas e limitadas do existente, trazendo a tona um aparato conceitual cada vez mais frouxo e pouco delineado. Seu horizonte ideológico abandonava a amplitude e alcance da história do gênero humano e se reduzia aos problemas técnicos postos pelo gerenciamento cotidiano do aparelho do Estado ou a disputas por espaço nas organizações da sociedade civil com o objetivo de profissionalizar o movimento social.

A prática política desta *nova esquerda*, americanizada e pós-moderna, desde sua origem, como demonstramos anteriormente, procurou interceptar todas as forças contestatórias (que não deixaram de aflorar) e desviá-las para a fragmentação e o isolamento. A ação política reduziu-se à organização do dissenso consentido, e não mais à busca da produção de consensos revolucionários. Podemos afirmar que se tratou, também, de um

momento decisivo da *contrarrevolução*, no qual a esquerda cumpriu um papel bastante relevante.

A crise estrutural que atingiu todas as esferas da sociedade, aliado ao projeto imperialista estadunidense de hegemonia através do consentimento passivo<sup>72</sup> permitiu o desenvolvimento de certas ideologias que levaram à intelectualidade de esquerda a apresentar como “novo” aquilo que era apenas o mesmo, só que vestido com roupas feitas de retalhos velhos costurados aleatoriamente para parecer novo. Em outras palavras, um simulacro da velha concepção liberal de democracia apetrechada de “discursos”, “desconstruções” e “diferenças”. Neste caminho, Eurelino Coelho (2005) faz uma colocação bastante provocante:

O colapso da grande narrativa é um convite direto à coabitação entre várias pequenas narrativas. É claro que esta “coabitação” só se tornou possível porque o enfraquecimento, e de vez em quando desaparecimento, dos roteiros de classe levou a substituir a habitual compreensão do estado [sic] como uma mera agência de classe pela opção de “levar muito mais a sério o estado [sic] e acima de tudo todas as instituições democráticas”. [...] A celebração [...] da proliferação das “diferenças” e a proclamação da sua “irredutibilidade” a qualquer síntese ou identificação das suas determinações esconde, na verdade, um reducionismo inexorável. A única forma de lidar politicamente com o conjunto destas “diferenças” é tratando-as como se fossem “iguais”, isto é, cancelando tudo o que as constitui como “diferentes” (“iguais perante a Lei”). Esta igualização formal, base da democracia burguesa, é um corolário da concepção pós-moderna de política, ou melhor, é a abordagem pós-moderna da clássica visão liberal da democracia. Seu fundamento último é o indivíduo, igual a qualquer outro indivíduo por sua própria condição natural de “ser humano” e, no entanto, em tudo aquilo que ultrapassa a sua condição “natural”, diferente de todos os demais indivíduos reais no planeta. (COELHO, 2005, p. 384)

A partir da concepção de democracia apregoada pela *nova esquerda americanizada*, como modo pactuado de resolução dos conflitos entre as “diferenças” defrontadas em condição de suposta “igualdade”, não havia mais espaço para enfrentar radicalmente o problema da desigualdade, a não ser como filantropia. Este era o limite final da democracia burguesa, que o projeto da *nova esquerda* assimilou profundamente. Ao aceitar a desigualdade como uma condição permanente tal esquerda deixou de se constituir num obstáculo para a democracia liberal e se tornou uma das peças do jogo.

---

<sup>72</sup> Como indicamos no capítulo I desta tese, segundo Carlos Nelson Coutinho (2015), tal hegemonia não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”. Mais precisamente, pela transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum das grandes massas, inclusive das classes subalternas.

Ao confiar na esfera da política como meio de realizar os objetivos do trabalho, a *nova esquerda* aceitou como seus os limites do sistema, cuja permissão a um “questionamento legítimo” só é dada “em relação a aspectos menores de uma estrutura global inalterável” (MÉSZÁROS, 2002). Isso ocorre porque, segundo Mézáros (2002), o capital é:

[...] é a força extraparlamentar *par excellence* que não pode ser politicamente limitada em seu poder de controle sociometabólico. Essa é a razão pela qual a única forma de representação política compatível com o modo de funcionamento do capital é aquela que efetivamente nega a possibilidade de contestar o seu poder material. E, justamente porque é a força extraparlamentar *par excellence*, o capital nada tem a temer das reformas que podem ser decretadas no interior da estrutura política parlamentar. (MÉSZÁROS, 2002, p. 735)

Por ser uma força extraparlamentar, o capital só poderia ser desafiado se o trabalho fosse além dos limites impostos pelo campo da política legislativo-parlamentar e questionasse a própria subsunção do trabalho às condições objetivas da produção, na base da reprodução material. Assim que, para Mézáros (2002),

[...] o único desafio que poderia, de modo sustentável, afetar o poder do capital seria aquele que simultaneamente assumisse as funções produtivas decisivas do sistema e adquirisse o controle sobre todas as esferas correspondentes de tomada de decisão política, em vez de ser incorrigivelmente limitado pelo confinamento circular da ação política legítima à legislação parlamentar. (op. cit., p. 736)

O engano mais ou menos consciente de transferir para o Estado as atribuições dos sujeitos em luta foi peça privilegiada da verve demolidora de Marx que, desde a juventude, com a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844) – até a maturidade – *Crítica do Programa de Gotha* (1875) dedicou-se vivamente a combater a política como finalidade e não como mediação para emancipação humana. Para Marx, o engano da politicização já seria imperdoável no pleno ascenso histórico do capitalismo central que se iniciou no século XIX e era cometido em nome do socialismo. Teria ainda mais razão para aprofundar sua crítica da política se tivesse tido a oportunidade de vivenciar a plenitude da ascensão da *nova esquerda* e sua luta pela “defesa da democracia de alta intensidade” (SANTOS, 2016, p. 174). Uma esquerda que acreditava, desde sempre, a) que “há imensas realidades não capitalistas, guiadas pela reciprocidade e pelo cooperativismo, à espera de ser valorizadas como o futuro dentro do presente”; b) que a propriedade privada pode ser um “bem social” se estiver “entre várias formas de propriedade e se todas forem protegidas”; c) que o Estado é “um animal

estranho – meio anjo, meio monstro – mas, sem ele muitos outros monstros andariam à solta, insaciáveis à cata de anjos indefesos. Melhor Estado, sempre; menos Estado nunca” (op. cit.).

Uma esquerda pautada nesses preceitos atua, inegavelmente, muito mais no estreito universo da emancipação política do que no percurso da emancipação humana.

Certamente, nem todos os integrantes da nova esquerda subscreveram as palavras de Boaventura de Souza Santos. Houve os que preferiram, como no caso das correntes majoritárias do PT, pronunciar-se em nome de um “socialismo democrático” que levaria os indivíduos a uma “sociedade livre” e “de direitos”. Tratava-se, porém, de diferenças de palavras, pois ambas as ideologias não ultrapassavam o perímetro do capital.

Nos termos marxianos de 1843, a emancipação que surge da emancipação política, o Estado “político”

[...] anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de status social, de cultura e de ocupação, ao declarar o nascimento, o status social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças não políticas, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, coparticipante da soberania popular em base de igualdade, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer sua natureza especial. Longe de acabar com estas diferenças de fato, o Estado só existe sobre tais premissas, só se sente como Estado político e só faz valer sua generalidade (*Allgemeinheit*) em contraposição a estes elementos seus. (MARX, 2017, 45)

Para Marx, a emancipação política apenas retirou da esfera do Estado a vida concreta – o que inclui a propriedade privada – dos indivíduos, libertou a propriedade privada das amarras da “feudalidade” e, assim, removeu os obstáculos à sua plena regência sobre a reprodução social. O Estado que brotou da emancipação política, “longe de destruir a propriedade privada, a pressupõe”. (op. cit., p. 58)

Por conseguinte, o homem não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo do negócio (*Gewerbe*), obteve a liberdade de negociar (*Gewerbefreiheit*). (op. cit.)

Ainda seguindo a trilha marxiana, não há dúvidas que a emancipação política representa um grande progresso e, embora não seja a forma mais elevada da emancipação humana em geral, é a forma mais elevada da emancipação humana dentro da ordem do capital. Em resumo, a emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia, é,

sem dúvida, uma forma de liberdade superior à existente na sociedade feudal, por exemplo, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser uma liberdade essencialmente limitada, uma forma de escravidão. Ao contrário do que pensa e defende a *nova esquerda americanizada*, a inclusão dos trabalhadores na comunidade política não ataca os seus problemas fundamentais, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados), mas não podem ser plenamente livres sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados).

Para Marx, a comunidade política é uma coisa, comunidade humana outra. Não se trata, como diziam os críticos pós-marxistas ao se referirem à esquerda marxista-leninista, de menosprezar a comunidade política ou de considerá-la como algo ilusório e daí suprimir as liberdades que definem o homem como cidadão. Trata-se, simplesmente, de apreender esta forma de sociabilidade no seu ser-precisamente-assim, colhendo, deste modo, as suas possibilidades e limites. Segundo Ivo Tonet (1995):

Na medida em que a comunidade política tem sua matriz ontológica na forma capitalista de trabalho, ela é incapaz, por sua própria natureza, de permitir a plena realização de todos os homens. [...] a instauração de uma verdadeira comunidade humana tem como *conditio sine qua non* a realização de uma revolução social. Revolução social, aqui, significa uma transformação que modifique, a partir da raiz, - que é a sociedade civil - a velha ordem social. (TONET, 1995, p. 62)

Neste sentido, ao circunscrever-se ao universo da democracia liberal e da cidadania radical, a *nova esquerda americanizada*, principalmente a da América Latina, transformou as lutas sociais em caudatárias do aperfeiçoamento da sociedade civil burguesa e virou as costas para o fato de que aqui, mais do que em qualquer outro lugar,

[...] há uma guerra civil permanente e aberta em nossa sociedade civil. E é uma guerra sem quartel. Os privilegiados não abrem mão de nenhuma partícula de privilégios e brandem, por qualquer coisa, as armas brancas de degola e suas bandeiras “sagradas”, que põem a propriedade e a iniciativa privadas acima de sua religião, de sua pátria e de sua família - o que quer dizer que eles não possuem religião, pátria e família ou que, ao possuí-las, não reconhecem o mesmo direito e a mesma necessidade natural aos que não contam no rol da minoria privilegiada. (FERNANDES, 1986, pp. 74-5)

Na América Latina, de acordo com Antonio Carlos Mazzeo:

[...] a absorção do liberalismo [foi] restrita a seu aspecto econômico, mesmo assim, mantido em parte, apenas no direito de livre comerciar e produzir. Em

nível político, a *liberté, égalité e fraternité* dos revolucionários franceses e norte-americanos, a noção de sociedade civil burguesa, [ficou] restrita aos que possuem terras, escravos e dinheiro. (MAZZEO, 1997, p. 125)

Neste sentido, as nossas “revoluções burguesas”, se assemelhavam muito mais a contrarrevoluções do que a transformações superadoras. Em artigo recentemente publicado, Maria Orlanda Pinassi e Silvia Adoue (2017) destacaram que “a contrarrevolução brasileira, em sintonia com a contrarrevolução mundial, ou a *crise estrutural do sistema de reprodução do capital*, se orienta para reger a mais profunda ofensiva de sua história”. Segundo indicam as autoras,

O país já sente fortemente os impactos sociais decorrentes de todos os ataques que, há pelo menos três anos sofre diariamente, mas pelo andar da carruagem a coisa não chegou nem perto das suas consequências mais arrasadoras. A verdadeira dimensão disso tudo só teremos quando todas as contrarreformas exigidas pelo empresariado transnacionalizado forem plenamente praticadas no Brasil. (PINASSI; ADOUE, 2017, p. 1)

A ideia de que vivemos num período de *contrarrevolução* pode soar como uma novidade para aqueles que desconhecem a história brasileira, e também a do capitalismo no mundo, ou dar a impressão de que as autoras estão se referindo a um movimento de direita que impediu, por meio de um golpe de Estado, os avanços revolucionários ora em curso.

Ao contrário, o que está sendo indicado por Pinassi e Adoue é um processo que não é novo e nem tampouco está interrompendo avanços revolucionários recentes, oriundo dos governos petista. Trata-se da descrição de um amplo movimento histórico latinoamericano que se iniciou, como tentamos demonstrar nos capítulos anteriores, ainda em meados dos anos 1950 e funcionou “como ponta de lança de um processo que visou preparar o terreno e integrar a região às novas formas de acumulação baseada na financeirização e transnacionalização de capitais”, mas que chega na atualidade ao seu estágio mais avançado e avassalador. (op. cit., p. 4)

Tal movimento de *contrarrevolução* possui, como assinalamos anteriormente, uma longa duração, que vai da *modernização conservadora* velada pela ditadura; passando pela redemocratização e reorganização institucionalizada da sociedade brasileira dos anos 1980; aprofundando-se nos desmontes “ortodoxos” de FHC nos anos 1990 e **encontrando seu momento de tragédia na construção dos conchavos e conciliações da heterodoxia neoliberal nos anos 2000 com os representantes da nova esquerda petista Lula e Dilma.**

Ainda que tais momentos costumem ser analisados em fragmentos, “como se vivenciássemos um eterno processo de esgotamento e recomeço”, acreditamos que todos, incluindo o período de gestão da *nova esquerda petista*, são etapas da mesma *contrarrevolução*, utilizando-se de estratégias diferentes para subordinar a tudo e a todos “a uma processualidade mundialmente intrincada, fundada na superacumulação, na superconcentração de riqueza e numa ofensiva inédita sobre a classe trabalhadora ampliada, precarizada, despolitizada e desprovida de direitos”. (op. cit., p. 5)

E mais,

Além disso tudo, nesta fase [de crise estrutural e irreversível do capital] o capital e suas personificações promovem ataque arrasador sobre os recursos naturais em escala planetária, agigantando a perspectiva do desenvolvimento pautado na lógica da produção destrutiva. (op. cit.)

Todos são momentos nos quais foram produzidas políticas no “sentido” de aprofundar e aperfeiçoar o movimento de penetração do capital monopolista no Brasil, acentuando a estratégia de “*desenvolvimento com segurança*” e o apaziguamento das lutas sociais e estão também relacionados a ofensiva do “Império americano” sobre os países da América Latina.

O que aconteceu com o PT no governo não deve ser entendido como um transformismo de um partido socialista para um partido da ordem. Ao contrário, expressa, nitidamente, como tentamos demonstrar, a trajetória de uma *nova esquerda americanizada*, que, sem consciência social socialista perdeu-se como partido de massa, afirmando-se em partido da ordem, à esquerda do capital e contribuiu mais para a *contrarrevolução* do que para a revolução.

Porém, segundo Florestan Fernandes (1981), na América Latina, as *contrarrevoluções* apresentam-se como um fenômeno político repetitivo; repetitivo não como *fax símile*, cópia pura e simples de processos anteriores, mas como processualidade que absorve novos elementos, promove transformações, moderniza-se, mas sem perder seus vínculos originários.

País “maneiroso” (para usar o termo de Ricardo Antunes em *O continente do labor*), cuja história se desenrola lentamente, sem rupturas nem mudanças profundas, sempre equacionando seus dilemas “pela via da conciliação pelo alto”, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da *contrarrevolução*, “o Brasil encontrou na *dependência* e no *subdesenvolvimento* a sua forma de *integração para fora* e *desintegração para dentro*”, e nunca promoveu efetivamente o desenvolvimento de uma sociedade liberal democrática nos moldes do liberalismo clássico. (ANTUNES, 2015, p. 61)

Entre nós, assim como em outros países latinoamericanos, nunca ocorreu uma ruptura revolucionária com o “velho”, aqui representado pelo *sentido de nossa colonização*<sup>73</sup>; ao contrário, ocorreu a permanência e a simbiose entre o velho e o novo capitalismo. Esse caráter conservador da sociedade brasileira se configurou pela própria inexistência de condições históricas que permitissem o surgimento de uma burguesia revolucionária, afinal como Marx já apontou:

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1992, p. 52)

Na verdade, parafraseando o personagem Tancredi, da obra *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, podemos afirmar que a história brasileira se desdobrou até os dias atuais como “uma contínua reposição do passado”, ou seja, todas as “grandes transformações” que ocorreram em nossa processualidade serviram para “manter as coisas” como sempre estiveram<sup>74</sup>. Vivemos no Brasil, desde nossa colonização até os dias de hoje, um constante processo de *modernização conservadora* onde toda transformação, ou melhor, reformas – econômicas, políticas ou sociais – é realizada de modo a garantir a perpetuação da autocracia burguesa<sup>75</sup>, seja ela na sua forma legalizada (democrática) ou na forma da violência explícita

---

<sup>73</sup> Em um ensaio analítico sobre a forma particular de desenvolvimento nacional, Caio Prado Júnior caracteriza nossa formação, desde o período colonial, como uma “empresa mercantil” voltada para a produção de gêneros de alto valor no comércio internacional, portanto, sem traços de estrutura feudal. Para ele, a formação social brasileira articulava-se de modo subordinado às determinações e necessidades da metrópole já que tudo aqui se desenvolvia nesse sentido. Formação demográfica, distribuição geográfica da população, estrutura socioeconômica, tudo isso, amalgamado a outros elementos daí derivados e que eram características de nossa particularidade, proviam, direta ou indiretamente, das circunstâncias segundo as quais, o Brasil inseriu-se no sistema do mundo moderno, saído da Idade Média, isto é, posterior ao século XV. Sobre tal conceito ver: PRADO (1970).

<sup>74</sup> LAMPEDUSA, G. T. *O leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 40. Lampedusa nos oferece de forma magistral na obra citada, um quadro extremamente rico e detalhado do processo de unificação dos territórios italianos, na segunda metade do século XIX. Expõe com precisa correção a característica que marca a Revolução Burguesa Italiana, qual seja, a modernização (o desenvolvimento do capitalismo e seu congênere ideológico, o liberalismo) que se “impõe” de uma forma a reafirmar os elementos conservadores e reacionários da forma de ser da sociabilidade daquele território. Tal processo é marcado pela aliança entre os setores historicamente tradicionais, nobreza (que se vai aburguesando no processo) e Igreja Católica, e àquele elemento social historicamente novo, a burguesia. Porém, esta última, já não desempenhava um papel social radicalmente novo, pois, a partir desse mesmo período, passa a se posicionar de forma a barrar qualquer tipo de progresso essencialmente humano, frente aos avanços da luta do proletariado internacional. Antonio Gramsci identifica conceitualmente a particularidade italiana como um processo de Revolução Passiva. GRAMSCI, A. Os cadernos do cárcere. (6 volumes). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>75</sup> Sobre o conceito de autocracia burguesa ver, fundamentalmente: FLORESTAN, F. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. Outra importante análise sobre as origens da autocracia burguesa no país pode ser encontrada em: MAZZEO, A. C. Estado e burguesia no

(ditaduras civil-militares), derrotando qualquer possibilidade de projeto alternativo, que envolva os reais interesses dos trabalhadores brasileiros.

Segundo Fabio Luis Barbosa dos Santos (2016) a experiência petista demonstra, “como nenhuma outra na história brasileira, os limites para a reforma dentro da ordem”. Objetivamente, os governos da *nova esquerda* brasileira, herdeiros de uma tradição liberal-democrática e inspirados na *americanização* das lutas sociais (ou seja, na redução das contradições de classe ao universo da conciliação política mediada pelo Estado de direito), foram responsáveis diretos pelos processos que subordinaram os movimentos sociais e sindicais do país à institucionalidade e às estratégias defensivas.

Tais processos auxiliaram na perda de autonomia da classe trabalhadora em suas mais distintas e variadas frações. O governo da *nova esquerda* colaborou com as formas tradicionais de mudanças pelo alto da sociedade brasileira, no qual arranjos politico-institucionais garantem uma constante reposição das velhas forças políticas e sociais na composição do comando do bloco histórico de poder, seja através da legalidade institucional, seja através da força, como em golpes civil-militares. Aqui, estamos nos aproximando da formulação gramsciana a respeito daquilo que o pensador italiano denominou por Revolução Passiva.<sup>76</sup>

Os movimentos de *contrarreforma* caracterizam-se por possuírem um “sentido histórico” que confirmam o princípio ontológico indicado por Lukács (1979) de “permanência na mudança”. Segundo o autor:

[...] A substância, enquanto princípio ontológico da permanência na mudança, perdeu certamente seu velho sentido de antítese excludente em face do devir, mas obteve também uma validade nova e mais profunda, já que o persistente é entendido como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência estática e abstrata numa persistência concreta no interior do devir. (LUKÁCS, 1979, p. 78)

---

Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Sobretudo o capítulo intitulado “As determinações histórico-particulares do Estado nacional brasileiro”.

<sup>76</sup> Ao analisar o *Risorgimento* na Itália, Gramsci caracteriza o processo da revolução burguesa naquele país como uma forma de reação das classes dominantes em relação ao avanço político do proletariado. Consequência da luta de classes, esse processo resulta na permanência da subalternização do proletariado, ao mesmo tempo em que a burguesia promove um “progresso” nas relações sociais, ao acolher algumas reivindicações desta classe. Este elemento de “restaurações progressivas” ou “revoluções-restaurações” nos oferece os contornos do conceito de “revolução passiva”. GRAMSCI, 2002, passim, sobretudo o Caderno 19 sobre o *Risorgimento* Italiano. Ibid. Vol. 5, p. 11-128 (conforme publicação brasileira).

Este é um elemento fundante da particularidade brasileira. Efetivamente a história brasileira apresentou, no curso de seu real desenvolvimento histórico – desde os primórdios até os nossos dias – acentuada continuidade. Não ocorreu nela nenhuma “solução apreciável” (nem política e muito menos econômica) para romper efetivamente com sua condição de país da periferia do sistema do capital. O caráter e o sentido da coletividade que constitui o Brasil tal como ele se apresenta, no essencial e fundamental, marcou-se desde os primeiros passos da nossa colonização e acentua-se ainda mais nos dias atuais. (PRADO, Jr., 1972, p. 28)

Diferentemente do que ocorreu nas *formas clássicas de desenvolvimento do capitalismo*<sup>77</sup>, em especial na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, não houve no Brasil, uma ruptura revolucionária com as antigas classes dominantes de proprietários rurais. Nesta forma particular de desenvolvimento do capitalismo, a “fazenda colonial e agroexportadora” transformou-se lentamente numa “fazenda moderna”, com técnicas de produção mais avançadas. Nesse sentido, a radicalidade da revolução burguesa deu lugar a um processo de “reforma modernizadora”, que permitiu às classes hegemônicas pré-existentes apropriar-se da estrutura do aparelho de Estado e transformá-lo em uma poderosa alavanca de concentração de capitais e em coordenador da “modernização conservadora” capitalista.

Como aponta Carlos Nelson Coutinho (2000), nessa *forma particular do desenvolvimento do capital*, teve-se um itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso e, ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como foi característico das *formas clássicas de desenvolvimento do capitalismo*, a alteração social fez-se mediante conciliações

---

<sup>77</sup> A necessidade estrutural do capital em expandir sua “lógica” de desenvolvimento para todo o mundo fez com que essa expansão assumisse “formas particulares” em diferentes tempos e espaços. A este processo designaremos (seguindo os passos de Marx, Lenin e Lukács quando estes analisaram a introdução do capitalismo na Inglaterra, França, Alemanha e Rússia) *formas particulares de objetivação do capitalismo*. Impulsionadas de diversas formas, e por diferentes movimentos nacionais, as *formas particulares de objetivação do capitalismo* promoveram um processo acumulativo de capitais em cada localidade e, num primeiro momento, acoplaram massas de braços e de instrumentos de trabalho preexistente sob sua hegemonia e, posteriormente, no momento de salto para o capitalismo industrial, deram formas e conteúdos próprios aos processos produtivos. As *formas particulares de desenvolvimento e objetivação do capital* refletem, antes de tudo, o processo de instalação do moderno capitalismo nas diversas localidades do mundo e os seus respectivos momentos rumo à industrialização nacional. Estas *formas particulares de desenvolvimento do capital* nos possibilitam a compreensão de características especiais no processo de expansão do capitalismo no mundo. Todavia, se tais características, abstratamente tomadas, são comuns em determinadas regiões ou localidades, e delas pode-se dizer – na linha ontológica de Marx – que enquanto generalidades são generalidades razoáveis; na medida em que efetivamente sublinham traços comuns, há, no entanto, que se atentar, prosseguindo na mesma diretriz, para o fato de que esse caráter geral, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes, que geram e instituem particularidades próprias, únicas, que não podem e não devem ser analisadas através um construto típico-ideal, que a tudo encaixa em sua forma, perdendo as determinações inerentes ao conteúdo.

entre o “novo” e o “velho”, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um “reformismo pelo alto” que excluiu inteiramente a participação popular. (COUTINHO, 2000)

A gênese da “moderna sociedade de classes” no Brasil (ou seja, a introdução do capitalismo industrial) não se deu relegando ao passado nossa condição periférica ou desencadeando possibilidades infinitas para o nosso desenvolvimento. Ao contrário, ela nasceu à luz do amálgama entre o “velho” e o “novo”, entre o nascente capitalismo industrial hipertadio e a arcaica sociedade agroexportadora nacional. O desenvolvimento do “moderno capitalismo industrial” no Brasil carregou, em si, as marcas e determinações do “sentido de nossa colonização” e da lógica imanente da divisão internacional do trabalho na qual o país inseria-se como fornecedor dos gêneros necessários para suprir a acumulação no centro do capital.

Aqui, como em outras formas coloniais e semicoloniais (de economia de exportação de produtos primários e matérias-primas), o desenvolvimento econômico, basicamente a industrialização, foi um processo que se deu pela combinação dos componentes desarticulados produzidos pela antiga dominação colonial e apoiada em empresas voltadas para o exterior. A forma de expansão e introdução do “moderno capitalismo” industrial não se deu de forma diferenciada; ela não ocorreu em função única de fatores internos, “de interesses e necessidades da população que nele habita”, mas sim, “de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes”. (PRADO, Jr., 1976, p. 279)

A desarticulação da antiga divisão internacional do trabalho, organizada, sobretudo, em torno da economia inglesa, desencadeou uma conjuntura social muito particular, que isolou as economias periféricas dos fluxos do comércio mundial e abalou os alicerces da economia primário-exportadora, abrindo espaço para que se iniciasse um processo de industrialização de alguns polos periféricos. Entretanto, esse processo inicial de industrialização não apresentava no Brasil – por força de contingências estruturais – as circunstâncias próprias que encontramos em outros lugares, e em especial nos países pioneiros do moderno desenvolvimento industrial.

O momento histórico particular, no qual se deu o início da irradiação do “moderno capitalismo” no Brasil, mostrava-se não somente diferenciado do momento de introdução em larga escala e ritmo acelerado da técnica industrial em países do centro do capitalismo, mas também, profundamente diverso daquele em que se apresentou, em escala mundial, a irradiação do capitalismo pautado na livre concorrência do período pós Revolução Industrial. Ainda neste estágio de desenvolvimento do capital, o processo de industrialização permitia a incorporação de novas áreas e setores que, apesar de pertencerem a uma forma particular,

muito mais problemática e tardia de desenvolvimento do capitalismo, conseguiram, desde logo, organizar (mesmo que pagando alto tributo as velhas camadas sociais em decadência) um corolário tecnológico autônomo e suficientemente capaz de desencadear o desenvolvimento nacional.

Na etapa posterior, na qual se desenvolve um estágio superior do sistema do capital, o imperialismo, o desenvolvimento deixa de estar pautado na livre concorrência, para configurar-se num regime regido pelo interesse do grande capital financeiro internacional, monopolizando os mercados e os processos produtivos das economias dependentes. Neste sentido, enquanto no período anterior, a difusão de estruturas produtivas possibilitava o desenvolvimento das economias retardatárias, na etapa subsequente tal processo bloqueava o desenvolvimento nacional autônomo (ou associado), fechando as possibilidades para uma arrancada recuperadora.

Segundo Florestan Fernandes (1976), mesmo nos países centrais, esta transição de um estágio para outro, não foi fácil. De um lado, porque ela foi afetada pelas fortes tensões, aos níveis econômico, tecnológico e financeiro, “que resultaram numa competição internacional de economias capitalistas avançadas”. De outro, porque “[...] as nações hegemônicas, que alcançaram desenvolvimento prévio mais intenso sob o capitalismo competitivo, enfrentaram maiores dificuldades na transição” (FERNANDES, 1976, p. 251).

Além disso, o capitalismo monopolista começa a alcançar sua primeira fase de clímax em conexão com a Primeira Grande Guerra. O advento do “socialismo num só país” não podia interferir nos dinamismos de sua expansão nas economias capitalistas centrais ou de irradiação para a periferia. Mas contribuiu para criar um elemento adicional da tensão, pois o capitalismo mundial, como um todo, passou a defrontar-se, daí por diante, com a existência e apelos de um padrão de civilização alternativo.

A transição iniciada em meados dos anos 1920 e início dos 30, de um modelo basicamente agroexportador, para outro, de estrutura industrial, marca exatamente o momento em que o capitalismo, em seu estágio imperialista, estava buscando não só reorganizar a forma da acumulação nos grandes centros, como também na periferia do sistema. Esta transição – desencadeada no país pela força da reorganização da divisão internacional do trabalho sob julgo imperialista e, também, pela força da acumulação interna do capital, oriunda do mercado agroexportador – revelaria, antes do mais nada, o traço que mais nos marca como formação econômico-social específica: a ausência de processos de ruptura com as formas sociais e econômicas básicas que sempre nos deram sustentabilidade, ou seja, uma

impossibilidade estrutural do capital industrial nacional em sujeitar plenamente as antigas formas do capital existentes no país à sua lógica.

O processo de trabalho nas indústrias fundamentais brasileiras, que começavam a surgir a partir do período inicial do século XX, especialmente a têxtil, já se organizava sob a forma da grande indústria, não sendo antecipada por qualquer fase manufatureira. A plena maquinação do processo produtivo, naqueles ramos, era uma exigência absoluta do momento de surgimento entre nós do capital industrial monopolista. Ou seja, o capital industrial no Brasil tinha de curvar-se diante de um século de desenvolvimento do capitalismo, tinha de enfrentar, para assegurar o direito à existência, a concorrência sem trégua que lhe moviam os produtos das nações industrializadas. E enfrentá-las significava adotar os processos produtivos do centro, admitir como ponto de partida certo grau mínimo de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Ou seja, não se criava aqui, no momento de introdução do moderno capitalismo, um departamento produtor de bens de produção, um departamento – na linha desenvolvida por Marx em *O Capital* – que fosse capaz de constituir, no país, as forças produtivas capitalistas capazes de promover nossa autonomia tecnológica.

Essa questão pode ser minimamente explicada pelo fato de que nas duas últimas décadas do século XIX, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais, a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, atravessava uma profunda mudança tecnológica que apontava para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do desenvolvimento industrial. Nesta direção, segundo João Manuel Cardoso de Mello (1982), apresentavam-se, imediatamente, para um país de desenvolvimento capitalista hipertardio, problemas praticamente insolúveis de mobilização e concentração de capitais para a realização de tal processo produtivo. Além disso, os riscos de investimento numa economia como a brasileira, onde a industrialização estava apenas “engatinhando”, tornavam-se extraordinários. (MELLO, 1982)

Estes processos desencadeavam, então, inegavelmente, uma situação totalmente diferenciada do desenvolvimento do capitalismo no centro. Ao invés da forma particular de introdução do “moderno capitalismo” no país fomentar o desenvolvimento de um sistema nacional de inovações, esta bloqueava o acesso do capital nacional às novas tecnologias e restabelecia um vínculo irremovível de dependência e subordinação que eliminava a possibilidade, por mais remota que fosse, de um progresso tecnológico original independente e impulsionado por forças e necessidades próprias. Dava-se, desta forma, um trânsito diferenciado da chamada subsunção formal – pautada no escravismo e também em formas de

exploração do trabalho no campo – para a subsunção real do trabalho ao capital. Um trânsito que não permitia, ou não comportava, politização excessiva das questões sociais, um trânsito que não realizava plenamente a subordinação apontada por Marx das antigas formas da organização social às vicissitudes do capital industrial; uma forma de desenvolvimento do capitalismo industrial que estava impossibilitada, desde sua gestação, de promover uma efetiva modernização na estrutura social do país.

Os setores da burguesia nacional que buscavam a implementação do “moderno capitalismo” com autonomia (porém, sem perder de vista a relação com o capital internacional), encontravam sempre diante de si o dilema da acumulação de capitais num país dependente e de formação colonial. Esta era insuficiente para desenvolver um pólo industrial autóctone que fosse capaz de gerar, por si mesmo, as atividades encaradas como vitais à integridade nacional. Tal dilema forçava o Estado a adquirir um papel fundamental. Segundo Darcy Ribeiro (1995):

A resistência às forças inovadoras da Revolução Industrial e a causa fundamental de sua lentidão não se encontram [...] no povo ou no caráter arcaico de sua cultura, mas na resistência das classes dominantes. Particularmente nos seus interesses e privilégios, fundados numa ordenação estrutural arcaica e num modo infeliz de articulação com a economia mundial, que atuam como fator de atraso, mas são defendidos com todas as suas forças contra qualquer mudança. Esse é o caso da propriedade fundiária, incompatível com a participação autônoma das massas rurais nas formas modernas de vida e incapaz de ampliar as oportunidades de trabalho adequadamente remuneradas oferecidas à população. É também o caso da industrialização recolonizadora, promovida por corporações internacionais atuando diretamente ou em associação com capitais nacionais. Embora modernize a produção e permita a substituição das importações, apenas admite a formação de um empresariado gerencial, sem compromissos outros que não seja o lucro a remeter a seus patrões. Estes se fazem pagar a preços extorsivos, onerando o produto do trabalho nacional com enormes contas de lucros e regalias. Seu efeito mais danoso é remeter para fora o excedente econômico que produzem, em lugar de aplicá-lo aqui. De fato, ele se multiplica é no estrangeiro. (RIBEIRO, 1995, p. 250)

Ao longo do século XX, à medida que a industrialização se desenvolvia, a forma das relações sociais exigia um Estado poderoso, um Estado que fosse centro de dinamização das forças produtivas e das relações de produção. Segundo Octavio Ianni, “ao lado das forças do mercado, da atividade da livre empresa, da ação dos bancos e das inversões estrangeiras”, o Estado tinha que “desempenhar funções complementares” e, em certa medida, “inovadoras em praticamente todos os setores da economia nacional” (IANNI, 1989, p. 249).

Ao contrário das classes dominantes centrais e da forma de objetivação do capitalismo nos países metropolitanos, a nossa burguesia, sempre convergiu para o Estado e realizou sua unificação no plano político, antes de converter a dominação no plano socioeconômico. Ela preferiu delegar a função de dominação política ao Estado, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, reprimir as classes subalternas. Enquanto classe que deveria assumir o controle do seu próprio desenvolvimento, nossa burguesia mostrava-se essencialmente frágil e antidemocrática, incapaz de, por iniciativa e força própria, promover o desenvolvimento das ingerências do capital nacional. A dominação burguesa no Brasil uniu-se, então, a procedimentos autocráticos e mostrou-se incapaz de postular posições democráticas gerais, abarcando o todo social como nas revoluções burguesas clássicas, mesmo que limitada e abstratamente. Dito isso, no espírito da problemática das formas particulares de objetivação do capitalismo,

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecipada por uma época de ilusões humanistas e de tentativas [...] de realizar na prática do “cidadão” e da comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antiga classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as formações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas “pelo alto” através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária [...] contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, 2000, p.162)

Seguiu-se, aqui, como demonstrado, um *caminho particular de desenvolvimento*<sup>78</sup> no qual se assistiu a ampliação das funções do Estado no que tangia à regulamentação do preço

---

<sup>78</sup> Vários autores contribuíram no estudo e debate acerca do *modo particular do desenvolvimento do capitalismo no Brasil*. Carlos Nelson Coutinho foi o introdutor da categoria da via prussiana — modo específico de constituição do capitalismo na Alemanha —, como uma fecunda referência de análise, de alcance universal, para explicar o processo de modernização econômico-social brasileiro. As características centrais deste modo de transição estão na base das mudanças no Brasil e são sempre recorrentes, analisa Coutinho, sustentado em Lenin e Gramsci: “As transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima [...] mas se encaminharam sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas ‘pelo alto’” (COUTINHO, 2000, p.34). Esta interpretação foi retomada por Chasin (1978), que reafirma a similitude entre a via prussiana e o caminho brasileiro; no entanto, formula a designação de *via colonial* para a constituição do capitalismo no Brasil; enfatiza suas singularidades distintas e descarta qualquer alusão a um modo de produção feudal antecedendo ao capitalismo: “Mas, enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX e atinge no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se

do trabalho, ao investimento em infraestrutura e ao rebaixamento do custo de capital com o objetivo de continuamente transferir recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema.

O chamado mundo moderno, que chegou fragmentária e marginalmente ao país (e particularmente a São Paulo já no século XIX), justapôs-se aos costumes, criou núcleos de racionalidade econômica e política e conviveu com as estruturas fundamentais de uma economia à margem “das grandes contas do mundo colonial” (MARTINS, 2008, p. 15). Por isso, não chegou inevitavelmente para todos nem fez sentido para a maioria da população imediatamente. Segundo José de Souza Martins, em seu ensaio *A aparição do demônio na fábrica*,

[...] pouquíssimos perceberam as mudanças que chegavam, as novas ideias, a nova maneira de produzir e negociar com base no cálculo, no inconformismo da curiosidade econômica e política, na busca de formas que dessem contornos aos novos conteúdos sociais e históricos que se propunham. (MARTINS, 2008, p. 67)

Diferentemente do que ocorrera anteriormente nos países europeus e na América do Norte, onde o processo de constituição do capitalismo industrial passou por uma transição radical do antigo sistema econômico para o novo modo de produzir – com a passagem do artesanato à manufatura e, mais tarde, para a grande indústria –, no Brasil, o processo de industrialização precisou instaurar-se, desde os primórdios, em unidades de grandes dimensões, onde a mecanização e a coletivização do trabalho substituíram o trabalho manual, individualizado ou parcelar das formas anteriores (ANTUNES, 1988, p. 49). Era uma industrialização que nascia grande e moderna, particularmente em São Paulo, mas só porque obedecia aos padrões internacionais de produtividades.

A fragilidade da burguesia brasileira colocou o Estado no centro da evolução do capitalismo no país, fazendo deste, o núcleo básico de poder, decisão e atuação da nossa burguesia, ajustando-se como uma luva ao capitalismo dependente e a forma particular de desenvolvimento do país. O Estado, com sua armadura intervencionista, colocou-se como o “promotor” da industrialização nacional e atuava nos setores onde a camada industrial nacional não aparecia ou mostrava-se fraca demais para atuar.

---

realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado das guerras imperialistas e sem nunca com isto romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o 'verdadeiro capitalismo' alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio” (Chasin, 1978, p. 628).

Em face dos dilemas da acumulação industrial no país, o Estado agiu como uma peça fundamental para decidir o destino de uma parte ponderável do excedente econômico. Era através da política econômica posta em prática pelos governantes nacionais que se acelerava ou se reduzia a substituições de importações, defendia-se ou estimulava-se o abandono à sua sorte de um setor de produção, modificava-se o mercado de força de trabalho etc. Diante das condições abertas pelas forças produtivas, ou da interpretação das suas possibilidades, o Estado era levado (dado sua função imanente no sistema do capital atrofico) a restabelecer ou a favorecer o desenvolvimento nacional, ora vinculado aos setores industriais autonomistas, ora alicerçado pelos capitais internacionais.

Em decorrência dessa particularidade desenvolveu-se, no Brasil, um tipo particular de impotência burguesa em preservar a ordem existente e impedir que as divergências no seio das classes dominantes e, em especial, que a pressão “de baixo para cima” das classes trabalhadoras destruísse as precárias bases do equilíbrio econômico, social e político do capital no país.<sup>79</sup>

Tal impotência fez a burguesia brasileira recorrer sempre ao Estado nacional como núcleo de poder de decisão e atuação das classes dominantes. O que esta não pôde fazer na esfera privada tentou conseguir utilizando os recursos e o poder do Estado.

Por isso, no Brasil, assim como em vários outros países da América Latina, o espírito *autocrático* do Estado e das classes dominantes se consolidou em “bastião da ordem democrática”, assegurando a condição incorrigível do nosso capitalismo dependente e da superexploração do trabalho que sempre se praticou entre nós. Segundo Darcy Ribeiro (1995):

Nessas circunstâncias, o Estado apresenta também mais continuidades do que rupturas, estruturando-se como uma máquina político-administrativa de repressão, destinada a manter a antiga ordenação, operando nas mesmas linhas a serviço da velha elite, agora ampliada pelas famílias fidalgas que vieram com o monarca e por novos ricos que surgem com a modernização. O povo reage ao longo de quase todo o país contra a estreiteza dessa independência, exigindo a expulsão dos agentes mais

---

<sup>79</sup> Devemos salientar, entretanto, que tal impotência não é uma característica intrínseca a toda e qualquer burguesia, mas revela a forma particular de desenvolvimento das burguesias dependentes da periferia do sistema do capital. Ao contrário das classes dominantes centrais e da forma de objetivação do capitalismo nos países metropolitanos, a burguesia brasileira, e em parte a da América Latina, sempre convergiu para o Estado e realizou suas tarefas de desenvolvimento no plano político, antes de converter sua dominação no plano socioeconômico. Ela sempre “preferiu” delegar a função de dominação política ao Estado, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, reprimir as classes subalternas. Enquanto classe que deveria assumir o controle do seu próprio desenvolvimento, nossa burguesia mostrou-se essencialmente frágil e antidemocrática, incapaz de, por iniciativa e força própria, promover o desenvolvimento das ingerências do capital nacional. A dominação burguesa no Brasil uniu-se, então, a procedimentos autocráticos e foi incapaz de postular posições democráticas gerais. Sobre isso ver CHASIN (1978), FERNANDES (1976).

visíveis da velha ordem, que eram os comerciantes lusitanos. A repressão mais cruenta o compele a submeter-se. (RIBEIRO, 1995, p. 252)

A partir deste contexto, na periferia, o capital monopolista tornou-se muita mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, “impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto ou a longo prazo, entre *democracia, capitalismo e autodeterminação*” (op. cit., p. 254).

Nessa direção, criou-se um itinerário de “modernização” que associou desenvolvimento capitalista e autocracia, colocando de lado qualquer tipo de *liberalismo radical* e qualquer *nacionalismo democrático-burguês* mais ou menos congruente. Para Florestan Fernandes (1976), a dominação burguesa no Brasil revelava-se à história sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicavam as “virtudes”, os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão de empregar a violência institucionalizada na defesa dos interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de defesa e de autoprivilegiamento demonstravam que, no Brasil, o Estado Nacional e democrático converter-se-ia sempre em instrumento puro e simples de “uma ditadura de classe preventiva”. (FERNANDES, 1976, p. 296)

Aqui, a nação foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das classes populares. Isso provocou consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com as classes populares ou que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais. Para usar a terminologia de Gramsci, isso impediu que nossas “elites”, além de dominantes, fossem também dirigentes. O Estado moderno brasileiro foi quase sempre uma “ditadura sem hegemonia”, ou, para usarmos a terminologia de Florestan Fernandes, uma “autocracia burguesa” (op. cit., pp. 289-90).

Ele teve que enfrentar e reprimir, sempre violentamente, diversos movimentos populares de resistência e contestação da ordem, que se desenvolveram ao longo de nossa história de maneira autônoma e fora do controle institucional. Ainda que a memória que as esquerdas brasileiras guardam das lutas sociais seja recente e coincida com a industrialização e as revoltas urbanas, os conflitos de classe espalhados ao longo de nossa história demonstram o quanto a dominação burguesa entre nós se deu mais pela força do que pelo consenso. Pinassi

e Adoue (2017) nos oferecem um pequeno exemplo das lutas sociais brasileiras construídas autonomamente. Segundo as autoras,

Nesta senda, pouco ou nada se conhece das práticas de resistência do período colonial, das heresias indígenas e lutas dos quilombos. Do Império, se esquece das insurreições chamadas por proprietários insatisfeitos com o governo central, mas radicalizadas por escravos alforriados, brancos livres e pobres a princípio convocados para “bucha de canhão”, num quadro que assustou as elites evocando o fantasma do Haiti. Também se esquece da Revolta de Vassouras-RJ (1838) e do cangaço de Jesuíno Brilhante no Ceará (1877-79). Já, durante a República, são os camponeses de Canudos na Bahia (1893-97), da Revolta da Chibata no Rio de Janeiro (1910), do Contestado no Paraná e Santa Catarina (1912-16), da Revolta do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto em Crato-CE (na década de 1930), de Trombas de Formoso em Goiás (1948-64), dos posseiros indígenas na Amazônia Legal, entre outros. (PINASSI; ADOUE, 2017, p. 2)

Desde o seu nascimento, no final do século XIX, o Estado burguês assumiu no Brasil um caráter autocrático. Segundo Fernandes (1976), tal configuração estatal é própria de sociedades de capitalismo periférico e dependente, onde uma repetição da revolução burguesa clássica tornou-se impossível, estabelecendo uma associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia ou uma dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia. Ao longo do tempo o Estado autocrático-burguês no Brasil adotou diversas formas oscilando, grosso modo, entre a forma democrático-liberal e a forma ditatorial.

Mesmo nos períodos onde predominaram mecanismos democrático-representativos, o Estado brasileiro funcionou como uma “ditadura dissimulada”, onde a sociedade política limitou-se, fundamentalmente, às classes burguesas, enquanto as classes subalternas eram vítimas da repressão ou de formas de cooptação, como durante os governos da *nova esquerda petista*.

Segundo José Chasin (1986), aqui, a evolução nacional nunca teve correspondência com a progressividade social existente em países de capitalismo central. No Brasil, imperou sempre uma *modernização excludente*, onde, concretamente, estabeleceu-se uma discrepância com a progressividade social. Nas palavras do autor:

Este, filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo forte que lhe deu a vida e o terror pelos de baixo que podem vir tomá-la. Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. É de uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser banida. E só admite corrigendas na ordem e pelo alto, aos cochichos em

surdina com seus pares. De si para si em rodeio autocrático. Não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria. (CHASIN, 1986, p. 5)

Deste modo, o nosso capitalismo se concretizou através da combinação de expropriação e de autocracia, caracterizando o que Florestan Fernandes (1976) denominou “capitalismo selvagem”. Conjugou crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes. De acordo com Florestan (1976), na América Latina,

[...] quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente, como “integrados” e “desenvolvidos”. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade sócio-econômica, à exclusão cultural e política, etc. (FERNANDES, 1976, p. 316)

Ainda, segundo Florestan (1976), trata-se de

[...] uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilégio das classes possuidoras, a super-concentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente, etc. (op. cit., p. 317)

Em decorrência do nosso “caminho particular de desenvolvimento”, tornava-se extremamente complexo (o que não quer dizer impossível) produzir entre nós alguma forma de hegemonia consentida, como queriam os capitais estadunidenses ao tentar introduzir entre nós um modelo de *sindicalismo de negociação*, ou um modelo similar de americanismo-fordismo.

O que se produziu, na verdade, foi uma forma particular de *americanismo fordismo de via colonial*<sup>80</sup>, na qual a dominação externa foi organizada a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, produziu-se *uma esquerda democrática capaz de propor a negociação ao invés do confronto*, mas que ao invés de fortalecer as bases de uma sociedade civil liberal,

---

<sup>80</sup> Conceito desenvolvido por José Chasin para caracterizar a forma particular de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Sobre isso ver nota desta tese.

na qual os grupos dialogariam em busca da construção de um consenso, implementou, pela via eleitoral, mais um movimento de contrarrevolução.

Fenômeno a um só tempo cultural, político e econômico, o *americanismo* surgiu, de acordo com Gramsci, como um modo de vida imbricado, na esfera produtiva, com o *taylorismo* – como modelo de organização do trabalho – e com o *fordismo* – como mecanismo global de acumulação de capital a partir do início dos anos de 1930, particularmente nos Estados Unidos. Esse modo de vida nascente representava, segundo Gramsci, uma vitória cultural e política construída, por meio de uma peculiar combinação de força (a derrota do sindicalismo de ofício) e persuasão (os chamados altos salários, os benefícios sociais, a propaganda moral e a instrução), pelo capitalismo estadunidense sobre o poder das antigas formas de ação coletiva. (GRAMSCI, 2004)

Acompanhado de uma série de ações no âmbito da sociedade civil e do Estado, o *americanismo-fordismo* configurava-se como um movimento de reestruturação do capital cujo epicentro era o país que, em meados do século XX, desbancou a liderança britânica, tornando-se o núcleo central da expansão do capitalismo no plano internacional: os Estados Unidos da América (EUA).

Difundido junto ao advento do *American Way of Life* e do *Welfare State*, tal movimento visava amalgamar um projeto de sociabilidade cujo objetivo era compor um coletivo de homens e mulheres dispostos não só a trabalhar, no âmbito das empresas, mas a viver, em todos os demais espaços do cotidiano, uma vida maquinal, enquanto consumidores de serviços e produtos industrializados em massa.

Nessa direção, afirmava Gramsci que, se havia – como pensava Marx – uma necessidade ontológica do capital em transformar o trabalho humano em mercadoria e, como parte deste transcurso, engendrar sistemas eficientes de organizar e gerir o consumo daquela que é a rainha entre todas as mercadorias, a força de trabalho (cujo predicado é o de gerar valor), haveria, também, paralelamente, uma necessidade vital de se conceberem determinadas formas de sociabilidade cujo fim seria gerar um conjunto de hábitos e comportamentos que fossem complementares às necessidades da acumulação capitalista, amparando, assim, a racionalização do trabalho assalariado.

Sob as condições típicas do desenvolvimento do capitalismo estadunidense, o fenômeno *americanista-fordista* conseguiu desencadear um modelo profundamente eficiente de extração da mais-valia à medida que, a partir de relações de produção específicas (o fordismo) e de novas formas de organização do processo produtivo (o taylorismo), foram concebidos e veiculados novos modos de vida, de comportamento e de valores ideológicos.

Assim, segundo análise de Gramsci, acrescia-se à coerção do capital sobre o trabalho, **a busca pelo consenso através da veiculação de uma nova concepção de mundo correspondente aos interesses do capital.**

Altos salários e o controle ideológico, tais como postos em prática por Henry Ford em sua empresa, cumpriram, a um só tempo, esse papel de disciplinar e desmobilizar os trabalhadores visando liquidar os espaços de avanço de ideologias e mobilizações operárias radicais<sup>81</sup>, por meio da força ou da assimilação dos trabalhadores nas malhas da sociedade do consumo de massa.

Para Gramsci, a instalação dos métodos de produção e organização fordista/taylorista exigiu a criação de uma forma superior da “civilização burguesa”, a forma mais perfeita de hegemonia burguesa nas condições históricas do pós-Primeira Guerra, americanista, em que os trabalhadores foram “educados/assimilados” por uma série de operações. Essas operações eram ligadas desde a reestruturação do processo produtivo – no qual o trabalhador teve de desenvolver habilidades físicas e psicofísicas vinculadas à especialização, à concentração, à organização e a rapidez – até o estabelecimento de um modo de vida definido por uma “moral sexual proibicionista”, mas também por novos hábitos de habitação, nutrição etc., viabilizados materialmente por uma renda salarial significativamente superior à média, praticamente “comprando” a adesão dos trabalhadores e ferindo mortalmente a combatividade dos sindicatos. Segundo Gramsci (2007)

[...] a luta que se desenvolve na América [...] é ainda pela propriedade do ofício, contra a “liberdade industrial”, isto é, semelhante à luta que se desenvolveu na Europa no século XVIII, se bem que em outras condições; o sindicato operário é mais a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados do que qualquer outra coisa. Assim, o seu destroncamento, exigido pela indústria, tem um aspecto “progressista”. (GRAMSCI, 2007, p. 245)

Mais adiante afirma:

A existência dessas condições preliminares, realizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos,

---

<sup>81</sup> Segundo Edmundo Fernandes Dias (1999), em meio à luta contra a liquidação pelo taylorismo/fordismo dos saberes-fazeres tácitos da classe trabalhadora, o sindicalismo combativo estadunidense foi acusado pelo patronato, no início do século XX, de opor-se à “liberdade industrial”, isto é, de apropriar-se de um patrimônio de conhecimentos e de impedir que as empresas empregassem seus próprios métodos para a organização dos ofícios industriais. Por isso, a destruição desse sindicalismo era uma necessidade ao capital e foi, de fato, levada a cabo na edificação da sociedade fordista. (DIAS, 1999)

propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. (op. cit., p. 246)

No entanto, a “passivização” dos sindicatos nos Estados Unidos não exigiu a sua destruição; ao contrário, seu “destroncamento” implicou seu redimensionamento como aparelho de hegemonia, agora a serviço da hegemonia burguesa e das operações exigidas pela fordização da classe operária e não mais a serviço da combatividade operária e da revolução.

No *americanismo fordismo de via colonial* as características da empresa automobilística não concorreram eficazmente para estimular formas de comportamentos não conflitivos por parte da nossa classe operária e muito mesmo para desenvolver uma política de salários elevados, melhores condições de trabalho, possibilidades de promoção e capacidade de pressão e de poder de barganha por parte dos trabalhadores como ocorreu nos Estados Unidos mais particularmente.

Todas as práticas organizativas desse *americanismo fordismo de via colonial* eram projetados e aplicados sem consideração (ou com pouca) pelas necessidades concretas do país receptor. O que estava em jogo eram os requisitos econômicos e políticos de uma incorporação dependente, mas eficaz, do Brasil ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos desde período.

Faz-se importante destacar nesse momento que o *americanismo fordismo de via colonial* não pode ser descrito apenas pelo forte componente de dependência econômica perante os países centrais, em especial, os Estados Unidos, que se intensificou na metade final do século XX. Ele produziu também determinações novas, das quais se destacam: uma série de expropriações originárias, que persistiram e se aprofundaram mais tarde; uma gigantesca ocupação das fronteiras internas ao capital, através da apropriação de terras pela grande propriedade; o deslocamento de populações expropriadas que partiam em busca da miragem da propriedade agrária e que em muitos casos converteram-se em mão de obra para os grandes empreendimentos e, finalmente, o desenvolvimento de profundas mudanças culturais. (FONTES, 2010, p. 218)

A dominação burguesa que se consolidou entre nós neste período continha, em si, a lógica do sistema de relações industriais oligopólicas e buscava subsumir todo o conjunto das relações internas de produção à lógica do regime de acumulação baseado na *via clássica*, entretanto, devido nossa particularidade história, gerava novas formas de desenvolvimento que por suas características singulares não conseguia produzir, como nos Estados Unidos e na

Europa do pós Segunda Guerra, um regime de acumulação no qual o crescimento dos lucros, possibilitados pelo ganho de produtividade, fosse acompanhado de um crescimento proporcional dos salários reais dos trabalhadores, portanto do seu “poder de compra”.

Isso provocou alterações de múltiplos espectros, atingindo múltiplas dimensões da realidade nacional; da produção de mais valor ao Estado, passando pela cultura, pelas formas de ser e estar no mundo, até as modalidades de participação política.

Tudo se modificou; todo o processo de desenvolvimento capitalista mediante a industrialização monopolista (**americanista e fordista**) produziu transformações muito amplas na estrutura de classes e de dominação, alterando no Brasil, o relacionamento entre as classes e entre o Estado e a sociedade. Desencadeava-se um padrão de desenvolvimento sustentado pelo tripé capital monopolista externo, capital monopolista interno nacional e setor produtivo estatal, que para ter “sucesso” necessitava desenvolver não somente novos métodos de trabalho, mas também, formas específicas de atuação do Estado, remodelando poderes institucionais, modos específicos de viver, de pensar e sentir a vida e, quase que prioritariamente, criando formas “autênticas” de organização de classe (sobretudo, sindicais) que fossem capazes de derrotar – ou aniquilar – os movimentos radicais que se contrapunham a tal padrão de acumulação.

Nesse sentido é que se explica a busca de muitos países latino-americanos, durante a chamada “Guerra Fria”, em lograr um projeto de desenvolvimento social, econômico, político e cultural similar ao dos países capitalistas centrais, no qual se “impunha” o modelo “americanista”. Um modelo de sociedade na qual a generalização do fordismo proporcionaria uma base material similar a do chamado *American Way of Life*, onde o individualismo dinâmico, pragmático e voltado ao consumo de massa aparecia como principal alicerce do projeto civilizacional.

Nas palavras de Gramsci (2007):

A americanização [exigia] um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado [era] o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da *livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio*. (GRAMSCI, 2007, 258-59, grifos nosso)

**Americanizar** significava também, destruir sindicatos e estabelecer altos salários associado ao desenvolvimento de diversos benefícios sociais e habilíssima propaganda

ideológica e política. Para que a “modernização” fosse bem sucedida, era necessário, segundo Gramsci (2007), racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força com a persuasão, centrando, assim, toda a vida do país à lógica da produção como havia ocorrido na via estadunidense de desenvolvimento para a moderna industrialização. Uma vez implantada essa lógica, a hegemonia burguesa nasceria da fábrica e necessitaria, apenas, para ser exercida de “uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (op. cit., p.247). Segundo o autor:

Surge o problema: se o tipo de indústria e de organização do trabalho e da produção próprio da Ford é “racional”, pode e deve generalizar-se, ou ao contrário, trata-se de um fenômeno “degenerante” a ser combatido através da força sindical e da legislação. Em outras palavras, se é possível, através da pressão moral da sociedade e do Estado levar os operários como massa a sofrer todo o processo de transformação psicofísico para fazer com que o tipo médio de operário da Ford se transforme em tipo médio do operário moderno, ou se isso é impossível porque levaria à degradação física e à deterioração da raça, destruindo toda a força de trabalho. Parece ser possível responder que o método de Ford é “racional”, isto é, deve generalizar-se, mas para que isso ocorra faz-se necessário um longo processo, no qual se verificam mudanças nas condições sociais e nos costumes e hábitos individuais. **Entretanto, as mudanças não podem realizar-se apenas através da “coerção”, mas só através da combinação da coerção (autodisciplina) com a persuasão, inclusive sob a forma de altos salários, isto é, possibilidades de melhorar o nível de vida;** ou melhor, mais exatamente, de possibilidades de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem dispêndio particular de energias musculares e nervosas. (op. cit., p. 249, grifo nosso)

É exatamente neste ponto que as diferenças entre o *americanismo-fordismo clássico* e o da *via colonial* se tornam marcantes. Diferentemente do que ocorrerá nos Estados Unidos, onde a forma de desenvolvimento do capital engendrou formas de ascenso popular a amplos setores populares urbanos, onde os ganhos de produtividade foram repassados aos salários durante décadas, e no qual tal processo de ascensão social produziu uma espécie de revolução passiva via persuasão, entre nós, o *fordismo* organizou-se sobre a moderação (regulação em tempos de “democracia”) e a compressão (regulação em períodos bonapartistas), gerando movimentos contraditórios de satisfação e insatisfação popular. Neste sentido, a hegemonia não se deu pelo consenso ou persuasão, mas sim pela força.

Ela indicava o desenvolvimento de uma nova correlação de forças sociais no Brasil que para se afirmarem como hegemônicas necessitavam da força do aparelho estatal para

garantir a fórmula de extração da mais-valia e os mecanismos de regulamentação coercitivos do trabalho<sup>82</sup>.

Ou seja, ao contrário do que havia ocorrido no *americanismo-fordismo de via clássica*, onde, via revolução passiva, processa-se uma atualização da própria civilização burguesa aclimatada em melhores condições no seio da sociedade estadunidense liberal-democrática, aqui, tal *americanismo* teria que ser implantado em aliança com a contrarrevolução bonapartista. No Brasil, o americanismo apareceria de modo imperfeito, menos “espontâneo”, menos natural, exigindo que a “modelagem” da práxis social e política das forças oponentes se fizesse acompanhar por mecanismos abertamente coercitivos, “decapitando” suas lideranças, ou mesmo abolindo algumas de suas organizações de luta.

Para Almeida (1975), a implantação no Brasil das indústrias de bens duráveis significava dotar nosso parque industrial “de grandes e modernas unidades produtivas, utilizando tecnologia avançada [que vinha, em sua grande maioria, dos países centrais e das empresas estrangeiras] e operando com altas taxas de produtividade” (op. cit., p. 59), trazendo como resultado, no âmbito da organização interna da empresa, substanciais modificações nas relações de trabalho nas quais,

[...] foram estabelecendo-se uma ampla escala de funções entre as quais sobressaem as de tipo administrativo e técnico-burocrático; o comando da empresa tende a ser impessoal e estão separadas mais claramente, as funções de direção, gestão e propriedade do capital (op. cit., p.60).

A empresa monopolista realizava uma penetração setorial seletiva, especializada e concentrada, estabelecendo um novo centro produtivo-chave e um novo bloco organizacional dentro da estrutura socioeconômica brasileira. De acordo com Dreifuss (1981), nesse estágio do desenvolvimento capitalista,

[a] industrialização do Brasil [foi] integrada e absorvida por corporações multinacionais de acordo com as estratégias de expansão do capital global, sublinhando os novos graus de internacionalização, centralização e concentração de capital. O capital monopolista transnacional ganhou uma posição estratégica na economia brasileira, determinando o ritmo e a direção da industrialização e estipulando a forma de expansão capitalista nacional. (DREIFUSS, 181, p.62)

Em destacada análise de Ricardo Antunes (1988) sobre esse padrão de acumulação, evidenciou-se que esse modelo tinha na superexploração um pilar decisivo, no qual um

---

<sup>82</sup> Sobre isso ver mais detalhadamente OLIVEIRA, 1987.

sistema específico de uso e controle da mão-de-obra precisou ser desenvolvido. Salários relativamente altos, estrutura salarial complexa e rotação de mão-de-obra associavam-se a um sistema coerente, capaz de aumentar a produtividade e de controlar o custo da força de trabalho. Tal sistema dependia de um controle maior do que o exercido na fábrica e necessitava do Estado para controlar salários e reprimir trabalhadores. (ANTUNES, 1988, p.110)

O controle dos salários se dava por meio de uma política conhecida como arrocho salarial, na qual foi possível sustentar e impulsionar o modelo econômico ao longo de todo o período desenvolvimentista. Entretanto, sua vigência trouxe consequências extremamente nefastas para o conjunto da sociedade brasileira como o empobrecimento crescente das massas assalariadas, inclusive durante o auge expansionista do modelo (op. cit. p.111).

Mas não foi somente a política do arrocho salarial que alimentou as altas taxas de lucro das empresas monopolistas no Brasil. Havia também um conjunto de estratégias organizacionais e produtivas que levavam as relações de trabalho ao limite máximo da exploração, como por exemplo, a intensidade da jornada de trabalho, as condições extremamente precárias de saúde e segurança, a alta rotatividade da mão de obra e uma disciplina extremamente rígida no interior da produção, transformando a fábrica metalúrgica num local no qual imperava um sistema específico de uso e controle da mão de obra e extremamente negativo para as condições de vida dos trabalhadores (op. cit. p.113).

A despeito das características que fizeram da fábrica *americanista fordista* no Brasil se apresentar como uma verdadeira máquina moedora de gente e extratora de mais-valia torna-se importante destacar que isso transcorria não só como consequência do processo de desenvolvimento nacional hipertardio, mas também em decorrência do movimento desigual e combinado que caracterizou a expansão do capital pelo mundo e que demonstrou, sobretudo a partir dos anos 1960, que a promessa da expansão e da modernização acompanhada de uma ampla cidadania salarial – transformando todos os trabalhadores em cidadãos consumidores – no Brasil nada mais era do que uma falácia.

Aqui, o capitalismo monopolista conseguiu “se livrar” das concessões salariais e dos direitos conquistados pelos trabalhadores europeus – e estadunidenses – no auge da chamada cidadania *fordista* e produziu o *americanismo* apenas com coerção. Antes, a ausência dessa cidadania nos países periféricos foi a condição para existência dela no centro.

Braga (2013) indica:

A abundante oferta de força de trabalho não qualificada no pós-guerra, somada aos progressos da automação e do controle gerencial, estimularam as montadoras a recrutar no mercado externo de trabalho. Na medida em que a experiência operária era menos importante para a elevação da produtividade do trabalho, o interesse das empresas de estabilizar os trabalhadores declinou. [...] A política da rotatividade da força de trabalho ajudava a estruturar um sistema industrial que não apenas servia para garantir a obtenção da disciplina operária pelo medo do desemprego, como também favorecia os aumentos de produtividade. (BRAGA, 2013, p. 234)

Deste modo, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos e em grande parte da Europa, onde a introdução do *americanismo-fordismo* resultou no desenvolvimento de um modelo de organização do trabalho sustentado pela incorporação de uma parte significativa dos indivíduos aos “delírios” do consumo e aos ideais do *American Way of Life*, provocando também o aparecimento de um tipo de organização sindical e de partidos trabalhistas que apostavam na redistribuição de renda, na ampliação da cidadania e de direitos civis e na reforma do capitalismo para promover uma espécie de justiça social solidária, no Brasil a fábrica fordista agudizou as contradições do capital, não promoveu a cidadania via consumo e desencadeou, ao invés de **consentimento**, uma espécie de **inquietação operária**.

Tais características podem ser entendidas como uma “forma incompleta” de implementação do *americanismo-fordismo* em países de via colonial, na mesma linha desenvolvida por Gramsci ao analisar a implementação deste processo na Itália do início do século XX. Imperfeições essas decorrentes tanto das condições gerais do desenvolvimento capitalista no mundo, quanto das condições particulares do Brasil, onde as classes populares sempre foram violentamente excluídas de quaisquer ganhos econômicos ou sociais.

Foi, então, com o grupo dos *sindicalistas autênticos*, enraizado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que as práticas sindicais foram, cada vez mais, assumindo uma feição de *americanismo* sem bonapartismo, ou seja, foram desencadeando “uma forma de dominação social cujo fundamento localizava-se no encontro de dois tipos distintos, porém complementares de consentimento” (BRAGA, 2013, p. 178). Consentimento esse que serviria, mais tarde, para a consolidação do que caracterizamos no primeiro capítulo como “modo petista de regulação do conflito social”. Segundo Braga:

- 1) Por um lado, pressionada pelos operários e incapaz de negociar com a aliança empresarial-militar, a burocracia sindical *autêntica* teve que subverter a estrutura oficial e dirigir o ciclo de greves julgada “ilegais” pelo regime. Uma vez derrotada a greve de 1980, “essa burocracia reassumiu progressivamente seu lugar na

estrutura sindical oficial, sem contudo deixar de fazer concessões aos trabalhadores” (op. cit.), como pregava a cartilha do sindicato de negociação. Amparada no prestígio acumulado durante o ciclo grevista, os autênticos asseguraram um tipo de consentimento operário (passivo) alicerçado na regulação dos conflitos fabris sob o controle da empresa.

- 2) Por outro lado, mostrando-se sensível às reivindicações das bases, além de permeável à incorporação daqueles operários que se destacavam pelo trabalho organizado nas empresas, os *autênticos* construíram um consentimento (ativo) entre os ativistas mais destacados, no qual foi consolidada uma base de apoio que mais tarde sedimentaria as correntes majoritárias no interior do PT e da CUT. (op. cit., pp. 178-9)

Do encontro entre essas duas formas de consentimento (ativo e passivo), produzido pela atuação histórica dos *sindicalistas autênticos*, uma nova forma de dominação social – apoiada na pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e na integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado, dos ativistas mais destacados – começa a se insinuar. “Tal forma de dominação só desabrocharia plenamente após as eleições presidenciais de 2002” (BRAGA, 2013, p. 179)

Neste sentido, quando analisamos as orientações político-ideológicas do *novo sindicalismo* e as colocamos sob a luz da tentativa de *americanização* das relações de trabalho no Brasil podemos ponderar que, na longa duração histórica, elas lograram produzir certas margens de consentimento que, durante o período bonapartista, os monopólios estadunidenses não foram capazes de implementar (pelo menos, não plenamente), mantendo-se vivas as lutas e as insatisfações populares.

Tal forma reelaborada, que foi assumida também na *contrarrevolução* petista a partir dos anos 2000, estruturou-se numa perspectiva de conciliação entre o capital e o trabalho e produziu formas de “apaziguamento” das lutas sociais em meio a implementação de uma “cidadania de consumo”.

Nessa direção, o ciclo iniciado em meados dos anos de 1950, com o objetivo de americanizar as relações de trabalho no Brasil, parecia se encerrar com a participação fundamental do *novo sindicalismo* e da *nova esquerda petista*. Com a *contrarrevolução* petista o *americanismo* de via colonial finalmente conseguia promover um tipo de consentimento no qual as classes subalternas brasileiras foram “convidadas” a cooperar com o capital, não por meio da força e sim por meio do *transformismo* como modalidade de desenvolvimento histórico. Um processo que produziu, por meio da cooptação das lideranças

políticas e culturais das classes subalternas e da persuasão das classes populares, a exclusão de todo efetivo protagonismo revolucionário nos processos de transformação social.

Como demonstrado no primeiro capítulo desta tese, uma vez no governo, essa *nova esquerda brasileira* combinou a ortodoxia neoliberal com políticas que procuravam aliviar as perdas recentes dos trabalhadores.

De um lado, o capital financeiro se fartou de ganhar dinheiro, enquanto as [empresas] “campeãs nacionais” se expandiam com apoio estatal. De outro, a massificação de políticas de renda condicionada, uma modesta recuperação do salário mínimo e a generalização do crédito barato aqueciam o consumo, enquanto as relações de trabalho se generalizavam. (SANTOS, 2017, p. 227)

Com Lula na presidência, PT e CUT tornaram-se braços do capital junto aos movimentos sociais, funcionando, cada vez mais, como aparelhos da hegemonia neoliberal sobre os trabalhadores. Para Maciel (2010):

Além de consumir a integração passiva à ordem dos principais instrumentos de luta e mobilização criados nos últimos 30 anos, o governo Lula repôs a hegemonia neoliberal numa qualidade superior, enterrando [...] o projeto democrático-popular como alternativa anti-neoliberal. Além disso, o governo Lula enredou a esquerda socialista e os movimentos sociais combativos numa armadilha, que, aqui, estamos chamando de armadilha lulista, desdobrada em duas frentes. A primeira é a tese do mal menor, ou seja, ruim com Lula, pior com o PSDB/PFL-DEM, o que significa considerar o neoliberalismo moderado de Lula preferível ao neoliberalismo extremado, de Alckmin, em 2006, e, agora, de Serra. A segunda é o receio de denunciar o caráter anti-popular do governo Lula e fechar a possibilidade de interlocução com as massas lulistas e com parte do próprio movimento social. (MACIEL, 2010, p. 131)

Assim, uma análise histórica radical, que busque compreender o sentido da trajetória da *nova esquerda brasileira*, nos ajuda a desfazer qualquer ilusão criada por ela de que a plenitude da política (liberal, neoliberal ou socialdemocrata), como esfera independente dos interesses particulares, seja capaz de corrigir problemas sociais do capitalismo brasileiro. Não foi assim nos países mais ricos e democráticos do sistema, tampouco poderia ser aqui. Pois, como disse Marx (2010),

Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria que acabar com a vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela. (MARX, 2010, p. 57)

O “amadurecimento” do Estado e a enxurrada de instituições governamentais/não-governamentais de assistência aos pobres, aos direitos das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais, da criança, do idoso, de proteção ambiental, representam, no fundo, abstrações de uma “vontade política” mais indisposta do que nunca a subtrair as causas dos problemas sociais que se originam exatamente no crescimento econômico.

Frente a um quadro tão profundamente desmobilizador, somente os movimentos sociais de massas auto-controlados e as centrais e movimentos sindicais mais ofensivos é que podem oferecer o fato novo da política, não como fim em si mesma, mas política como confrontação de classe, política como transição.

Vista em perspectiva de longa duração, a ação da *nova esquerda petista* como “braço esquerdo do partido da ordem”, pode ser considerada, então, como mais um capítulo da *contrarrevolução* permanente, que caracteriza a história da via colonial.

## Referências

- ABRAMO, Laís. **O resgate da dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 2000.
- AFONSO, Eduardo José. **Para norte-americano ver: Adidos trabalhistas e trabalhadores brasileiros (1945-1952)**. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- ALEM, Silvio. **Os trabalhadores e a “redemocratização” (Estudos sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato)**. Campinas: IFCH-Unicamp, 1981.
- ALEXANDER, Robert. **A organização do trabalho na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- ALMEIDA, Antonio de. Novas leituras para atingir lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC paulista – 1964/1990. In. **Revista Brasileira de História**, nº 37. 1999, vol. 19.
- ALMEIDA, José. **A implantação da indústria automobilística no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1972.
- ALVES, Vânia. **Vanguarda operária. Elite de classe?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- \_\_\_\_\_. O Brasil de Lula. In. **Revista Novos Estudos**, São Paulo: nº 09, novembro de 2011.
- \_\_\_\_\_. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves de 1978/80**. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2000, 3ª edição.
- \_\_\_\_\_. **O que é sindicalismo?** São Paulo: Brasiliense, 2003, Coleção Primeiros Passos, nº 3.
- \_\_\_\_\_. (coord.). **Por um novo sindicalismo**. Cadernos de debate, nº7. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- APTHEKER, Herbert. **A revolução americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- ARAÚJO, Ângela. **A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Scritta, 1998.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **Brasil - Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAVA, Silvio A. C. A luta nos bairros e a luta sindical. In. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Passado e Presente; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- BELL, Daniel. **O fim da ideologia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília 1960.
- BEIGUELMAN, Paula. Cultura acadêmica nacional e brasilianismo. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira, temas e situações**. São Paulo: Ática, 2003, p.199-207.
- BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)**. Dissertação em História da USP-FFLCH, São Paulo: 1991.
- BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.
- BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. **Capitalismo Sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.
- BOITO Jr. Armando. Hegemonia neoliberal no governo Lula. In. **Crítica Marxista** 17, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- BOITO, Armando. Jr.; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. In. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 21, n. 47, setembro de 2013.
- BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- BOZZA, Juan Alberto. Trabajo silencioso. Agencias anticomunistas en el sindicalismo latinoamericano durante la Guerra Fría. **Conflicto Social**, año 2, n° 2, Diciembre 2009.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Álvaro. A financeirização da burocracia sindical no Brasil. <[www.correiodadania.com.br/content/view/5816/9/](http://www.correiodadania.com.br/content/view/5816/9/)>. 30 Maio 2011.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na Era Lula. In. <https://revistacult.uol.com.br/home/movimentos-sociais/>, 2010.

\_\_\_\_\_. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do Neoliberalismo à Depressão. In. **Outubro**, nº 03, São Paulo, 1999.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BUCI- GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da Filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**. São Paulo, Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_. **Empresário nacional e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1964.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil**. São Paulo: Difel, 1981. Vol. I e II.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio S. A. Trabalhadores afluentes, indústrias recentes: revisitando a tese da aristocracia operária. In. **Dados**, vol. 35, nº 2, Rio de Janeiro, 1992.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHASIN, José. Da razão do mundo ao mundo sem razão. **Nova Escrita/Ensaio**, São Paulo, ano V, n. 11/12, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, cap. 4, 1978.

\_\_\_\_\_. Abertura – Rota e Prospectiva de um projeto marxista. In: **Ensaio Ad Hominem**, Tomo III – Política. Santo André: Ad Hominem, 2000a.

\_\_\_\_\_. **A Miséria Brasileira – 1964-1994: do Golpe Militar à Crise Social**. Santo André: Ad Hominem, 2000b.

\_\_\_\_\_. A miséria da república dos cruzados. **Revista Ensaio**. São Paulo: Ensaio, n. 15/16, 1986.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In. SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

CORREA, João Guilherme de Souza. **Sindicalismo cidadão e economia solidária: uma análise da experiência política da Central Única dos Trabalhadores (CUT)**. Tese da Universidade Estadual Paulista. Marília, 2014.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Disseram que voltei americanizado: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura civil militar (1964-1978)**. Campinas: Tese em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

COTRIM, Livia Cristina A. **Marx: política e emancipação humana (1848-1871)**. Tese em Ciências Sociais da PUC. São Paulo, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? In. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 49, nº 1, jan-jun 2012, p.117-126.

\_\_\_\_\_. A hegemonia da pequena política. In. OLIVEIRA, Francisco (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo. 2015.

D'Araújo, Maria Celina. **A elite dirigente do governo Lula**. São Paulo: Editora FGV, 2007.

DANTAS, Gilson. Três teses em torno do PT das origens. In. *Contra Corrente*, nº4: **Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea**. Ano 2, 2010.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. Campinas/São Paulo: IFCH-Unicamp (Textos Didáticos, n. 29), 1999.

DIAS FILHO, Guilherme C. **O Partido Comunista Brasileiro e os movimentos de massa: análise da posição do PCB frente às greves de 1978-80**. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Internacional Capitalista: Estratégias e táticas do empresariado transnacional – 1918-1986.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ideologia: uma introdução.** São Paulo: Boitempo/Editora da Unesp, 1997.

ENGELS, Friedrich. Introdução a As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas.** São Paulo, Alfa-Ômega, [s.d.].

EVANGELISTA, João. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. Poder e contrapoder na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

\_\_\_\_\_. **Que tipo de República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. **A ditadura em questão.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1982.

\_\_\_\_\_. **O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo.** 2ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERRARI, Terezinha. A mudança do polo dinâmico do capital: um convite à pesquisa sobre os Estados Unidos. In. SCÓTOLO, Irene (org.). **A leitura como ofício.** Col. Exercícios de Leitura, Interpretação e Comunicação, vol. 04, São Paulo: Porto de Idéias, 2013.

\_\_\_\_\_. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação.** São Paulo: Terceira Margem, 2005.

FERES, João Jr. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos.** Bauru: EDUSC, 2005.

FREDERICO, Celso. **Consciência operária.** São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. **A vanguarda operária.** São Paulo: Símbolo, 1979.

\_\_\_\_\_. (org.). **A esquerda e o movimento operário (1964-1984) – A reconstrução**. Vol.3. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio De Janeiro: Editora da UFRJ, 2ª edição, 2010.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro, Record, 2008.

GADOTTI, Moacir (org.). **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem**. Tese em História da Universidade Federal Fluminense, 2008.

GARCIA, Marco Aurélio. **São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário**. In. Desvios, nº 1, 1982.

GENOÍNO, José. **Repensando o Socialismo**. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Terceira Via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 04. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de Cárcere**, vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**, vol. 05. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 6ª ed., 2007.

GREEN, James N. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HABERMAS, Jünger. Três Modelos de Democracia. **Lua Nova**, nº 36. São Paulo: CEDEC, 1995.

\_\_\_\_\_. A Nova Intransparência – A crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos**, nº 18. São Paulo: Cebrap, setembro de 1987.

HARNECKER, Marta. **O Sonho Era Possível**. Havana, MEPLA – São Paulo: Casa América Livre, 1994.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 13ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Era do Capital**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. Adeus a Tudo Aquilo. In: BLACKBURN, Robin (org.) **Depois da Queda**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2ª ed., 2009.

HUMPHEY, John. **Fazendo o milagre: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Vozes/Cebrap, 1982.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Keck, Margaret E. **PT: A lógica da diferença- o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KIERNAN, V. G. **Estados Unidos: o novo imperialismo, da colonização branca à hegemonia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics**. Londres: Verso, 1985.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In. **Cadernos AEL**, vol. 08, nº14/15, 2001.

LEACOCK, Ruth. **Requiem for Revolution – The United States and Brazil, 1961-1969**. Ohio: The Kent State University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **JFK, Business, and Brazil**. *The Hispanic American Historical Review*. Durham, North Carolina: Duke University Press, v. 59, nº 4, November, 1979.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Brasil de Lula.** Acessado em [www.http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/brasil\\_lula\\_2003.pdf](http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/brasil_lula_2003.pdf)

\_\_\_\_\_. **Contra-revolução, trabalho e classes sociais.** Acessado em [http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/contrarevol\\_trab\\_classes\\_2001.pdf](http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/contrarevol_trab_classes_2001.pdf)

LISBOA, Val. Algumas lições do ascenso proletário dos anos 70 contra a ditadura e o papel da esquerda. In. **Revista Estratégia Internacional** – Brasil nº 3. (maio 2008).

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo, Editora Unesp, 2004.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** 7ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova Republica (1974-1985).** São Paulo: Editora Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. “Melhor impossível”: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. In. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal: ano XX, nº 46, junho 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil.** São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MARCUSE, Herbert. **Contra-revolução e Revolta.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário.** São Paulo: Ed. 34, 2008.

\_\_\_\_\_. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **Interrogando o historicamente ilógico: por uma agenda para a pesquisa e o estudo da história regional do ABC.** In: V Encontro dos Pesquisadores de Santo André. 2004.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2017.

- \_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- \_\_\_\_\_. **Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Luta de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o colonialismo**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989, vol. I e II.
- \_\_\_\_\_. **Prefácio a Crítica da Economia Política**. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Materiales para la historia de América Latina**. 2.<sup>a</sup> ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente/30, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. 8.<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.
- MASI, Domenico de. **A sociedade pós-industrial**. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Senac, 2000.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1999.
- MELLO, Alex Fiuza. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT. A formação de um partido – 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ensaio, 1996b.
- \_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: UNICAMP/Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A necessidade do controle social**. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ensaio, 1993.
- \_\_\_\_\_. Poder político e dissidências nas sociedades pós-revolucionárias. **Revista Ensaio**, São Paulo, n° 14, 1985.

\_\_\_\_\_. A incontornabilidade do capital e sua globalização. **Novos Rumos**, São Paulo: ano 14, n.º 31, 1999.

MICELI, Sergio (org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1993.

\_\_\_\_\_. **A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: IDESP, 1990.

MOISÉS, José Álvaro. **Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80**. Petrópolis/São Paulo: Vozes/CEDEC, 1982.

MONTEIRO, Érica Gomes Daniel. **Quando a Guerra é um negócio: F. D. Roosevelt, iniciativa privada e relações interamericanas durante a II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Prismas, 2014.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Petrópolis: Vozes, 1985.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NOGUEIRA, Arnaldo J.F.M. **A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência dos metalúrgicos de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1997.

NORONHA, Eduardo. A Explosão das Greves na Década de 80. In: BOITO JÚNIOR, A. (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Grall, 1980.

\_\_\_\_\_. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, F; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e política; as origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão**. Tese de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

OZAÍ, Antonio. **Partido de massas e Partido de quadros: A Socialdemocracia e o PT**. São Paulo: CPV, 1996.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982)**. São Paulo: Unicamp, 2011.

PARANHOS, Adalberto. **Dialética da dominação: dominação ideológica e consciência de classe**. Campinas: Papyrus, 1984.

PEDROSA, Mario. **Sobre o PT**. São Paulo: CHED Editorial, 1980.

PETRAS, James. Nuestra America: Las Dos Caras De Las ONGs; **Correos para la Emancipación**, ano II, n.51, 9 de agosto de 2000.

PINASSI, Maria Orlanda. O ocaso de um projeto enganador. In. **Revista Herramienta**, nº56, outono de 2015.

\_\_\_\_\_. A miséria estrutural da crise brasileira: e a luta de classes? In. **Revista Herramienta**, nº57, primavera de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinais de fumaça no ar do Brasil! In. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-Maria-Orlanda.pdf>. 2015.

\_\_\_\_\_. O PT e os trabalhadores brasileiros: lutas, conciliação, desregulamentação. In. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/MO-Pinassi.pdf>. 2016.

\_\_\_\_\_. Brasil: (Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes? In. **Revista Herramienta**, nº 53, julho de 2013.

\_\_\_\_\_. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. In. **Revista Herramienta**, nº46, março de 2011.

PINASSI, M; ADOUE, Silvia Beatriz. A esquerda e a “credulidade servil no Estado”. In. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/10/M-Pinassi-Adoue-Esquerdas-e-a-credulidade-servil-Estado.pdf>, 2017.

POZZI, Pablo. El sindicalismo norteamericano en América Latina y en la Argentina: El AIFLD entre 1961-1976. **Herramienta** 10, Bueno Aires: julho de 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo - Colônia**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. **História e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para uma política econômica brasileira.** São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

RAGO FILHO, Antonio (org.). **Lula: retrato de corpo inteiro.** Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva. **Nova Escrita/Ensaio** nº 9., 2ª ed. São Paulo: Escrita, 1982.

RAINHO, Luis Flavio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979).** São Bernardo do Campo: Editora FG, 1983, vol. I.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RAINHO, Luís Flávio. **Os peões do Grande ABC.** Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos.** Tese de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2006.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **As revoluções burguesas.** In: REIS FILHO, Daniel Aarão, (org.). **O Século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo: vinte anos depois.** Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As comissões de empresa e o movimento sindical.** In: BOITO, Armando Jr. (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT.** São Paulo: Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, nº 9, vol. 3, 1995.

\_\_\_\_\_. **Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT.** São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia.** São Paulo: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **As tendências políticas na formação das centrais sindicais.** In: BOITO JR., A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **A composição social das lideranças do PT.** In: **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política [online].** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 1-26. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

\_\_\_\_\_. As transformações da sociedade contemporânea e o futuro do sindicalismo. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; RODRIGUES, Leôncio Martins (org.). **O futuro do sindicalismo**. São Paulo: Nobel, 1992.

ROMERO, Jorge Basurto. El sindicalismo y la penetración ideológica de los Estados Unidos en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, vol. 34, n. 3-4, jul.-dec., 1972, pp. 551-594

ROSS, Kristin. **Fast cars, clean bodies: decolonization and the reordering of French Culture**. Massachusetts: The MIT Press, 1996.

SADER, Eder. Lutas operárias e táticas da burguesia (1978-1980). **Cadernos PUC**, nº 7, 1982.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAMPAIO, Antônio Possidônio. **A capital do automóvel – na voz dos operários**. São Paulo: Populares, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lula e a greve dos peões**. São Paulo: Escrita, 1982.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serv. Soc., São Paulo, nº112, dez 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/UNIRIO, 2001.

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. **A nova crise do sindicalismo internacional**. In: ANTUNES, R. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8ª ed., São Paulo: CORTEZ Editora, 2001.

SANTOS, Fabio Barbosa dos. **Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana**. São Paulo: Elefante, 2016.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão (uma história da política norte-americana em relação à América Latina)**. Bauru: EDUSC, 2000.

SCOLESO, Fabiana. Caminhos e descaminhos do mundo do trabalho diante da ofensiva neoliberal no Brasil: O início de uma nova história. In. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**. Ano XI, abr./2016, n. 21.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, Paul (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1983.

SOARES, Lima José. **Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria**. Brasília-DF: Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.

SODRÉ, Nelson W. **Introdução à revolução brasileira**. 4ª. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **História da burguesia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUSA, Antonia de Abreu. O conceito gramsciano de “revolução passiva” e o Estado brasileiro. **Revista do LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 1-26, 2010.

SOUZA, Rodrigo Farias de. **A nova esquerda Americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2009.

TEXEIRA, Francisco, J.S. **Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In.: Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as determinações do mundo do trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. I, II e III.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda: morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TONET, Ivo. Marx e a política: prefácio ao Glosas críticas de Marx. In. **Revista Praxis**, out.-dez. de 1995, nº 05.

\_\_\_\_\_. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005.

TOURAINÉ, A. **La voix et le regard**. Paris: Seuil, 1978.

\_\_\_\_\_. **Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989a

\_\_\_\_\_. **Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos**. Lua Nova, nº. 17, junho, pp. 5-18, 1989b.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TROTSKY, Leon. **Escritos sobre os sindicatos**. São Paulo: Kayrós, 1978.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

VAISMAM, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. In. **Revista Ensaio**, n. 17-18, São Paulo: 1989.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

WEFFORT, Francisco. Perspectivas políticas para um governo dos trabalhadores. In. WEFFORT, F. (org.). **PT: um projeto para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1969**. Caderno Cebrap, nº 05, 1978.

\_\_\_\_\_. A Democracia e o movimento operário. **Revista de Cultura Contemporânea**. n.º 1, 1978a.

\_\_\_\_\_. Democracia e o movimento operário. **Revista de Cultura Contemporânea**. n.º 2, 1978b.

\_\_\_\_\_. **Bases sociais do populismo em São Paulo**. Civilização Brasileira, n.º 2, 1965.

\_\_\_\_\_. **O populismo na política brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WELCH, Clifford Andrew. O internacionalismo trabalhista: o envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros (1945-1964). In. **Perseu** 3. (ano 3 – 2009)

\_\_\_\_\_. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

